



RESULTADOS 2025



ICO2B3

IBOVESPA B3

ITAG B3

IGCT B3

IVBX B3

IBRA B3

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Definindo a rota para os próximos 120 anos

No ano em que comemorou os seus 120 anos, o Grupo Energisa reafirmou a sua capacidade de navegar em mares turbulentos, sempre aliando disciplina financeira, inovação e ousadia para abrir novas rotas de desenvolvimento. Nos utilizamos da multipotencialidade energética brasileira, combinando elétrons, moléculas e bytes, para atender a uma demanda cada vez mais intensiva e, ao mesmo tempo, maximizar os retornos dos investimentos.

Mesmo em um ambiente econômico desafiador, com elevada taxa de juros, fechamos o ano com um crescimento de 9,5% do EBITDA Ajustado recorrente contra 2024, chegando a R\$ 8,2 bilhões. Racionalizamos o PMSO consolidado, que apresentou uma queda de mais de 6% apenas no 4T25 na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Mantivemos nossa sólida capacidade de investimento ao longo do período, com a aplicação de R\$ 6,6 bilhões, montante que reflete a preservação de um patamar de aportes em linha com o ano anterior.

Na distribuição de energia elétrica, nosso *core business* de redes, chegamos à marca de 9 milhões de clientes, resultado de crescimento orgânico consistente da base, especialmente nas regiões de maior dinamismo econômico, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Esse avanço ocorreu sem deterioração dos indicadores operacionais ou de custos, apesar do momento de maior complexidade regulatória e climática.

O EBITDA do negócio de distribuição de energia apresentou crescimento robusto, com alta de 23% no 4T25 na comparação com o mesmo período de 2024 e avanço de 12,7% no acumulado do ano, refletindo ganhos de eficiência, evolução de margens e melhor captura das receitas. Estamos em vias de assinar o aditivo do contrato de concessão de quatro distribuidoras do portfólio, (EMT, EMS, EPB e ESE), que, juntas, respondem por 64% do EBITDA do Grupo. A renovação amplia de forma significativa o horizonte de previsibilidade dos fluxos de caixa e cria as condições necessárias para sustentar um novo ciclo de investimentos em modernização, digitalização e resiliência das redes de distribuição.

No segmento de distribuição de gás natural, um dos vetores mais importantes do nosso processo de diversificação e crescimento, completamos um ano da aquisição de parcela majoritária da Norgás, holding que detém participações em quatro distribuidoras de gás no Nordeste (Cegás, Algás, Potigás e Copergás). Na ESGás, onde operamos desde julho de 2023, passamos pelo processo de revisão tarifária extraordinária no qual aprovamos o plano de investimentos que prevê aportes de R\$ 930 milhões até 2030 e recompusemos a margem de distribuição, viabilizando a nova fase de crescimento da infraestrutura de gás no estado estabelecida em quatro pilares: descarbonização, segurança energética, competitividade e desenvolvimento.

Ao longo de 2025, a rede de distribuição de gás foi ampliada em mais de 7%, alcançando 358 mil clientes em cinco estados, o que representa crescimento superior a 10% em relação a 2024. Mesmo com essa expansão consistente da infraestrutura e da base atendida, entendemos que o mercado ainda tem muito espaço para desenvolvimento, o que reforça nossa visão do gás natural como uma fronteira relevante de crescimento no longo prazo, especialmente quando integrado a soluções de menor intensidade de carbono.

Como forma de acelerar a nossa estratégia de reforço de presença no segmento de biometano, adquirimos o que se tornará, em 2028, a nossa segunda planta de tratamento de resíduos e produção do biogás e biofertilizante. Com investimento previsto de R\$ 100 milhões, a unidade localizada no Paraná terá capacidade para produzir cerca de 28 mil m³ de biometano por dia. Ainda no primeiro trimestre de 2026, a unidade de produção de biometano da Agric entrará em produção comercial, nosso primeiro empreendimento e a maior usina de produção do combustível do estado de Santa Catarina. Através da produção de biofertilizantes nestes dois estados, reduzimos a dependência dos produtores locais de importações de fertilizantes de origem fóssil, afetadas pela extensão do conflito no Oriente Médio.

Na transmissora, 2025 consolidou-se como um ano de normalização operacional, após o intenso ciclo de investimentos e energizações iniciado em 2017. Este novo momento reflete a maturidade do nosso portfólio, com crescimento da receita e da margem regulatória impulsionado pela entrada em operação de novos ativos e pelo reajuste tarifário (RAP ciclo 2025/2026). Complementando esse avanço, a redução de R\$ 12,7 milhões no PMSO, fruto da internalização estratégica de atividades de O&M, reafirma nosso compromisso contínuo com a disciplina

de custos e a excelência na gestão.

A (re)energisa registrou crescimento de mais de 29% na receita no ano na comparação com 2024, com destaque para a comercializadora, que respondeu por R\$ 616 milhões. Ao longo do ano na comercializadora, avançamos no reposicionamento do negócio reduzindo a ênfase no Trading Direcional com redução em 96% da exposição do nosso book de energia e reforço do foco em clientes com crescimento de 19% no volume a consumidores livres. No negócio de geração distribuída, a nova estratégia de canais e o modelo de excelência que implantamos ao longo do ano se refletiram em um recuo de 1,3 p.p no churn mensal, redução equivalente a 30%. Apesar do intenso ambiente competitivo, o desempenho superior de receitas com maior fidelização dos clientes. Já em Serviços de Valor Agregado, obtivemos o melhor resultado histórico, com destaque para a evolução e melhora da performance operacional e comercial.

O Grupo fechou 2025 com um lucro líquido consolidado ajustado e recorrente de R\$ 2,065 bilhões, crescimento de 9,5% se comparado com 2024. Nos últimos dez anos, o lucro líquido cresceu na ordem de 23,6% ao ano e foram distribuídos dividendos de R\$ 17,3/unit.

Para traçar a rota dos próximos 120 anos, seguiremos orientando os nossos negócios combinando eficiência operacional e geração de valor mesmo nos cenários mais turbulentos. Nosso posicionamento estratégico combina a solidez dos negócios centrais com uma diversificação alinhada à visão e competências que nos acompanham desde a nossa criação, na Zona da Mata Mineira, e que nos levou até 97% do território nacional oferecendo os mais diversos tipos de soluções em energia para movimentar a economia da Brasil.

Ricardo Botelho
Presidente do Grupo Energisa
Cataguases, 12 de março de 2026.



GRUPO ENERGISA S/A
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 12 de março de 2026 – A administração da Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”) apresenta os resultados do quarto trimestre (4T25) e do exercício de 2025. Os valores estão expressos em reais mil (R\$ mil) e as informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

Destaques 2025



Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Indicadores Financeiros – R\$ milhões						
Receita operacional bruta	13.041,8	12.623,1	+ 3,3	48.701,6	46.250,9	+ 5,3
Receita líquida ajustada ⁽¹⁾	7.920,8	7.596,4	+ 4,3	29.384,6	27.357,5	+ 7,4
PMSO	987,0	1.050,9	- 6,1	3.706,7	3.770,6	- 1,7
EBITDA ⁽²⁾	2.013,5	1.799,4	+ 11,9	8.779,3	7.977,4	+ 10,1
EBITDA ajustado recorrente ⁽³⁾	2.326,2	1.911,5	+ 21,7	8.198,3	7.487,2	+ 9,5
EBITDA ajustado covenants ⁽⁴⁾	2.121,8	1.902,4	+ 11,5	9.218,0	8.402,1	+ 9,7
Margem EBITDA (%)	21,7	18,8	+ 15,2	24,8	23,7	+ 4,7
Resultado financeiro	(957,6)	(189,9)	+ 404,2	(3.418,0)	(1.735,8)	+ 96,9
Lucro líquido consolidado ⁽⁵⁾	975,2	2.119,1	- 54,0	3.140,1	4.636,3	- 32,3
Lucro líquido consolidado ajustado recorrente ⁽⁶⁾	806,4	322,1	+ 150,4	2.065,0	1.886,6	+ 9,5
Lucro líquido da controladora	742,9	1.828,9	- 59,4	2.214,4	3.789,7	- 41,6
Investimentos	1.890,7	2.016,0	- 7,5	6.638,8	6.489,2	+ 2,3
Endividamento líquido ⁽⁷⁾				32.829,0	24.986,4	+ 31,4
Dívida Líquida/EBITDA ajustado covenants 12 meses				3,6 x	3,0 x	+ 0,6 p.p

1) Considera receita líquida consolidada descontado do VNR e da receita de construção das distribuidoras, da receita societária da transmissão e com adição da receita regulatória da transmissão; 2) O EBITDA do 4T24 foi revisado para excluir o resultado de equivalência patrimonial indevidamente incluído; 3) EBITDA descontado do VNR da distribuição, do EBITDA societário da transmissão e dos efeitos não caixa e não recorrentes, e com adição do EBITDA regulatório da transmissão; 4) EBITDA com adição de receitas de acréscimos moratórios; 5) Lucro Líquido antes da participação dos não controladores; 6) Lucro líquido descontado do VNR da distribuição, do lucro líquido societário da transmissão e dos efeitos não caixa e não recorrentes e com adição do lucro líquido regulatório da transmissão. 7) Inclui créditos setoriais (CDE, CCC, CVA).



As informações deste release e seu detalhamento estão disponíveis em Excel na Base Histórica de Informações do Grupo Energisa

Para acessá-la, [clique aqui](#)

Dúvidas podem ser direcionadas para ri@energisa.com.br

Índice

Destques

Energisa
ConsolidadaDistribuição de
Energia

Transmissão

(re)energisa

Geração
CentralizadaDistribuição de
Gás

Anexos

➤ No 4T25, o resultado do Grupo Energisa está afetado pelos seguintes **efeitos não recorrentes e/ou não-caixa**:

Itens que impactam EBITDA no trimestre:

- **Marcação a mercado ECOM: R\$ 4,4 milhões** de efeito negativo não-caixa referente a marcação da carteira da Energisa Comercializadora, com impacto no trimestre;
- **Provisão de efeitos da geração distribuída nas distribuidoras: R\$ 430,2 milhões** de efeito negativo no 4T24 referente à saldo líquido acumulado de energia não compensada e baixa de créditos referentes a geração distribuída contabilizados na linha de energia elétrica comprada para revenda;
- **Provisão da RTE da ERO: R\$ 51,1 milhões** de efeito positivo referentes ao complemento da provisão realizada no 1T25 (R\$ 177,0 milhões), após a deliberação da Aneel sobre a Revisão Tarifária Extraordinária de 2019 e o valor final homologado em dezembro de 2025 maior do que inicialmente previsto, **R\$ 228 milhões**, resultando no reconhecimento desse acréscimo no 4T25;
- **Baixa de Créditos Tributários e Reembolso CCC:** Foram reconhecidos efeitos negativos de R\$ 386,5 milhões referente à devolução de PIS/COFINS e CCC. O impacto decorre da revisão das projeções de compensação, resultando na baixa contábil de ativos tributários na EMT, EMS e EAC. Ressaltamos que trata-se de ajuste de estimativa, sem efeito caixa.

Itens que impactam Lucro:

- **Marcação a mercado Call EPM e EPNE: R\$ 2,9 milhão** de efeito positivo em função do cálculo da marcação a mercado da opção de compra de ações da subsidiária EPM e EPNE;
- **Constituição do ativo diferido da ERO: R\$ 1.095,6 milhões no 4T24** de efeito positivo no lucro em função do enquadramento da Energisa Rondônia nas regras estabelecidas na legislação para utilização dos créditos tributários referente a prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias de exercícios anteriores. O montante de **R\$ 327,5 milhões** decorre de uma revisão dos fluxos de caixa futuros, elevando a expectativa de lucratividade da companhia e, consequentemente, aumentando o ativo fiscal diferido reconhecido no **4T25**.
- **Créditos referente a juros Selic sobre indêbitos tributários: R\$ 458,2 milhões** de efeito positivo (sendo R\$ 352,2 milhões de créditos e R\$ 106,0 milhões de atualização monetária) referente a aplicação da Selic sobre os indêbitos tributários em função da retirada do PIS/COFINS da base de cálculo do ICMS;
- **Provisão da RTE da ERO: R\$ 82,1 milhões** de efeito positivo referente ao complemento da provisão realizada no 1T25 (R\$ 184,8 milhões), após a deliberação da Aneel sobre a Revisão Tarifária Extraordinária de 2019 e o valor final homologado em dezembro de 2025 maior do que inicialmente previsto, **R\$ 267,1 milhões**. Adicionalmente, registrou-se complemento de provisão no valor de **R\$ 45,7 milhões** de receita financeira.

Índice

1. PERFIL E ESTRUTURA SOCIETÁRIA	8
1.1. Estrutura societária do Grupo Energisa	9
1.1.1 Reorganização societária	10
2. ENERGISA CONSOLIDADA	12
2.1 Receita operacional líquida	12
2.2 Custos e despesas operacionais controláveis	13
2.3 EBITDA	15
2.4 Resultado financeiro	16
2.5 Lucro líquido do período	17
2.6 Estrutura de capital	18
2.6.1 Operações financeiras	18
2.6.2 Opções de compra de participações minoritárias	18
2.6.3 Caixa e endividamento	18
2.6.4 Custo, prazo médio e cronograma das dívidas	21
2.7 Ratings	21
2.8 Investimentos	21
3. DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	22
3.1 Receita operacional	22
3.1.1 Mercado de energia	23
3.1.2 Perdas de energia elétrica	24
3.1.3 Gestão da inadimplência	24
3.1.3.1 Taxa de arrecadação	25
3.1.3.2 Taxa de inadimplência	26
3.1.3.3 Indicadores de qualidade dos serviços nos serviços de distribuição – DEC e FEC	27
3.1.4 Conta de compensação dos valores da Parcela A (CVA)	28
3.1.5 Revisões e reajustes tarifários	28
3.1.6 Base de remuneração regulatória	28
3.1.7 Parcela B	30
3.2 Custos e despesas operacionais	31
3.2.1 Custos e despesas operacionais controláveis	31
3.2.2 Demais despesas operacionais	32
3.3 EBITDA	33
3.4 Lucro líquido do período	33
4. TRANSMISSÃO	34
4.1 Resultados econômico-financeiros consolidado – Societário x Regulatório	34
5. (RE)ENERGISA	35
5.1 Geração distribuída	35
5.2 Comercialização de energia elétrica	36
5.3 Serviços de valor agregado	38
6. GERAÇÃO CENTRALIZADA	38
7. DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL	39
7.1 Visão geral	39
7.2 Resumo participações direta e indireta	39
7.3 Informações Financeiras	39
8. ACOMPANHAMENTO DAS PROJEÇÕES DA COMPANHIA	41
9. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E ASG	41

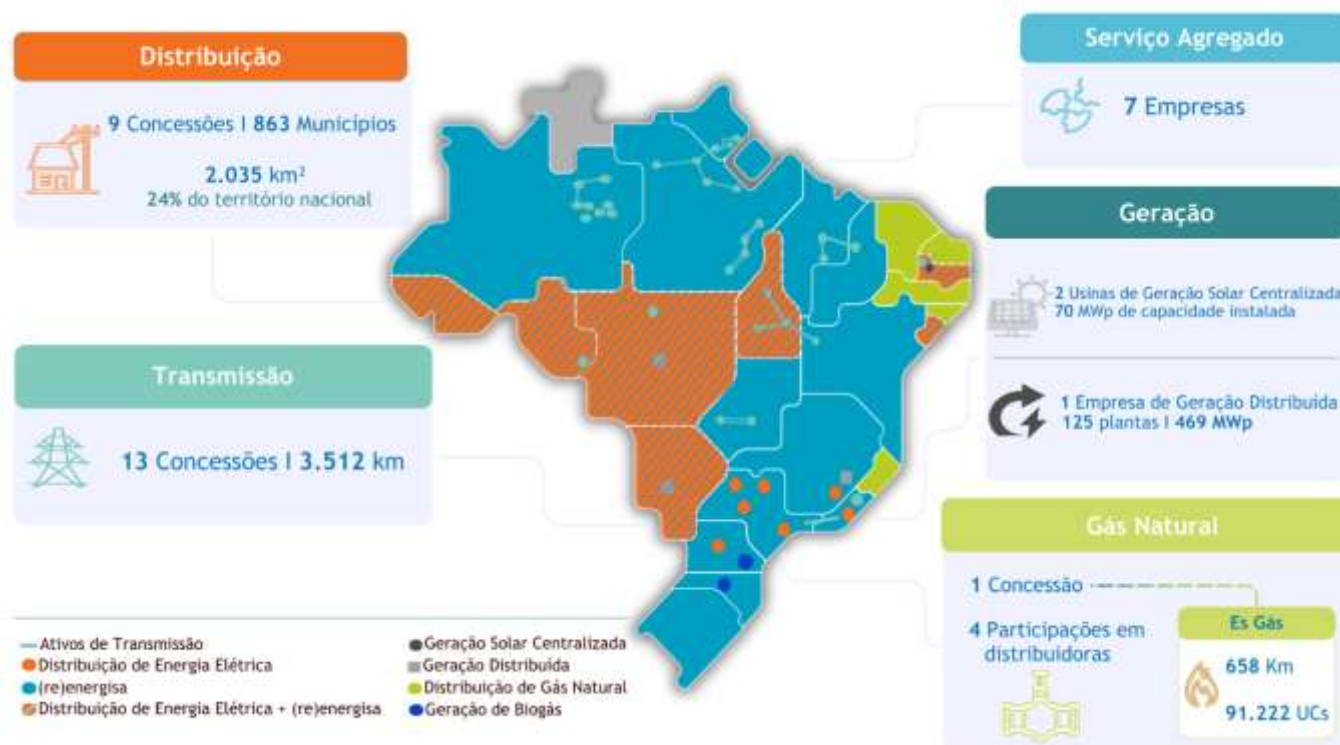
9.1	INOVAÇÃO E P&D	43
9.2	GESTÃO DE PESSOAS, SAÚDE E SEGURANÇA.....	44
9.3	RESPONSABILIDADE SOCIAL E GESTÃO CULTURAL	47
10.	EVENTOS SUBSEQUENTES	49
	ANEXO I – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	52
A.1	Empresas por linha de negócio	52
A.2	EBITDA por empresa	53
A.3	Lucro (prejuízo) líquido por empresa	54
	ANEXO II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	55
1.	Balanço patrimonial ativo.....	55
2.	Balanço patrimonial passivo	56
3.	Demonstração de resultados	57
4.	Demonstração de resultado abrangente.....	57
5.	Demonstração do fluxo de caixa	58
6.	Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	59
7.	Demonstração do valor adicionado	60
8.	Balanço social	61
	Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	63
	Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	64
	Conselho de Administração	65
	Diretoria Executiva.....	66

1. PERFIL E ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O Grupo Energisa completou 121 anos em 26 de fevereiro de 2026 e conta com mais de 18 mil colaboradores próprios para atender a 9,4 milhões de clientes de eletricidade e gás natural. Oferecemos ao mercado um completo ecossistema de soluções energéticas inovadoras para atender às necessidades de todos os perfis de clientes ao redor do Brasil.

O Grupo Energisa atua nos seguintes segmentos: distribuição de energia elétrica, (re) energisa, transmissão de energia elétrica, geração centralizada, distribuição de gás natural e biossoluções.

Mais detalhes sobre o Grupo Energisa podem ser consultados no Formulário de Referência, [clique no link](#).



(*) Após decisão do STF em 06/10/2023 o estado de Mato Grosso passa a ter 142 municípios. O distrito de Sorriso, Boa Esperança, agora é denominado município de Boa Esperança do Norte

Índice

Destques

Energisa
ConsolidadaDistribuição de
Energia

Transmissão

(re)energisa

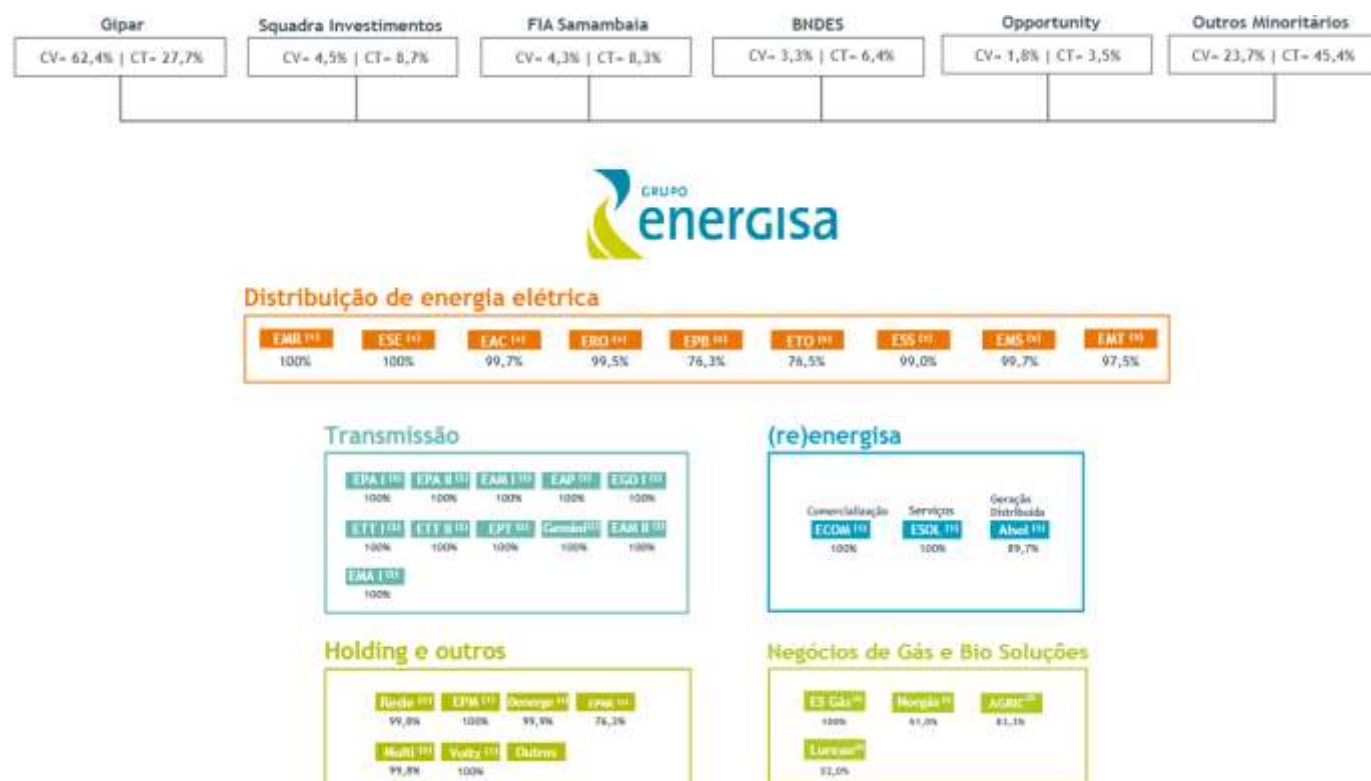
Geração
CentralizadaDistribuição de
Gás

Anexos

1.1. Estrutura societária do Grupo Energisa

O controle acionário do Grupo Energisa é exercido pela Gipar S.A., cujo controlador é a família Botelho. A Companhia é listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 e as ações de maior liquidez são negociadas sob o código ENGI11 (Units – certificados compostos por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais). Além desses títulos, são negociadas ações sob os códigos ENGI3 (ações ordinárias) e ENGI4 (ações preferenciais).

A seguir, a estrutura societária simplificada do Grupo Energisa:



CV – Capital Votante | CT – Capital Total

As participações demonstradas no quadro são diretas ⁽¹⁾ ou indiretas ⁽²⁾ da Energisa S.A.

Squadra Investimentos, FIA Samambaia e Goldman Sachs – posição acionária direta e indireta através de veículos de investimentos.

Outros minoritários – posição acionária incluindo ações em tesouraria.

A Energisa Participações Minoritárias S.A possui participação direta de 42,1% na Rede.

A Energisa Participações Nordeste S.A possui participação direta de 100% na EPB.

A holding Gemini Energy S/A detém o controle acionário das transmissoras:

- 100% da Linhas de Itacaiúnas de Transmissora de Energia Ltda;
- 100% das Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A;
- 85,0% das Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A; e
- 83,3% das Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.

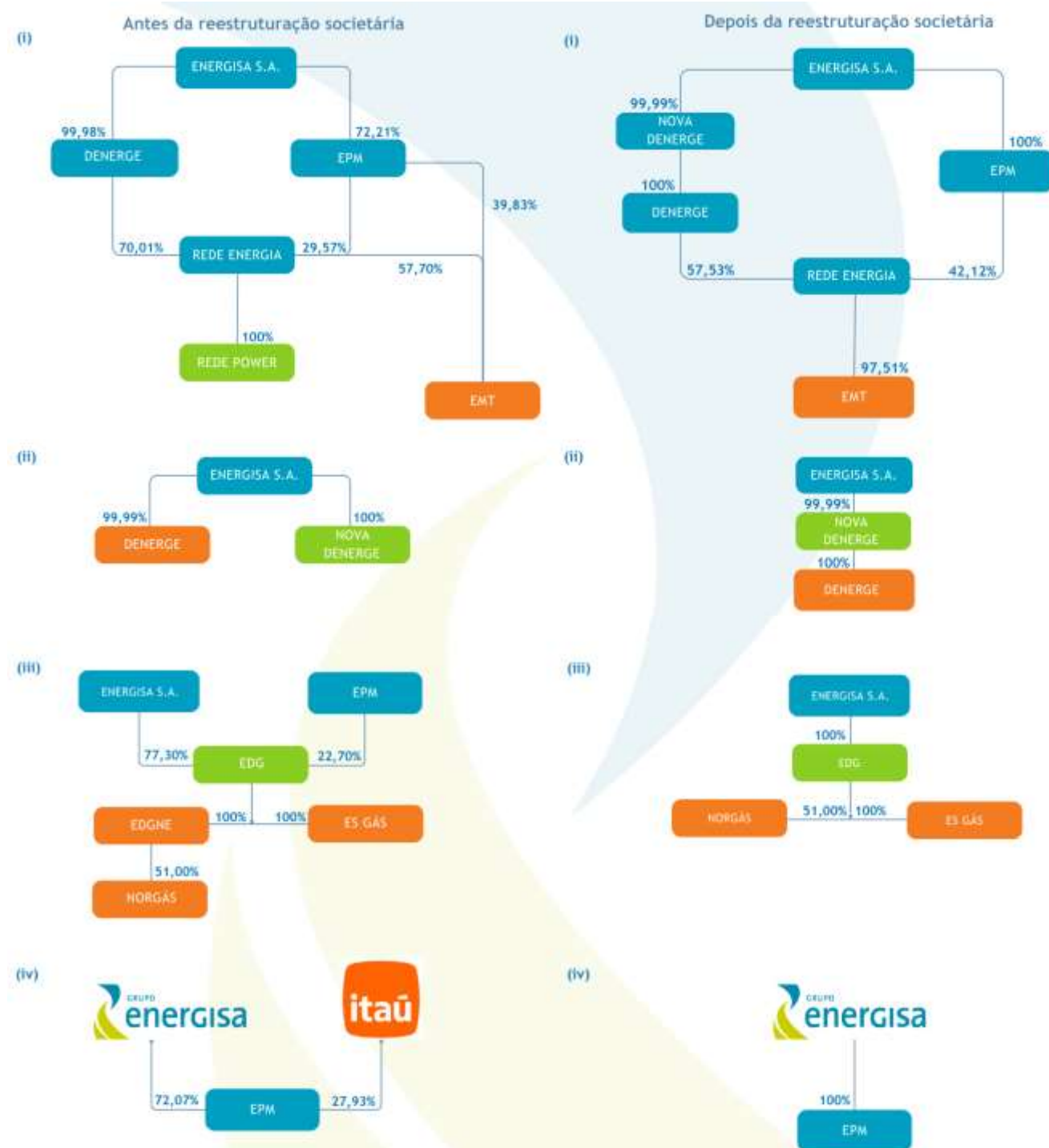
A empresa Norgás detém investimento minoritário nas seguintes distribuidoras de gás:

- 29,4% da Cegás;
- 29,4% da Algás;
- 41,5% da Copergás; e
- 83,0% da Potigas.

Dados de 27/02/2026

1.1.1 Reorganização societária

Em dezembro de 2025, o Grupo Energisa aprovou uma reorganização societária com o objetivo de simplificar a estrutura societária e aumentar a eficiência operacional. As principais movimentações incluem: (i) a incorporação da Rede Power pela Rede Energia. Aumento de capital social da Rede Energia mediante a contribuição, pela Energisa Participações Minoritárias, de ações da Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia; (ii) a incorporação de ações da Denerge pela Nova Denerge, convertendo a Denerge em subsidiária integral; (iii) a incorporação da Energisa Distribuição de Gás Nordeste pela Energisa Distribuição de Gás e (iv) a Energisa S.A. adquiriu a totalidade das ações preferenciais de emissão da sua controlada Energisa Participações Minoritárias, de titularidade do acionista minoritário Itaú Unibanco S.A.



Para maiores detalhes, acessar o Fato Relevante – [clique no link](#)

Mercado de capitais

A Energisa, em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de novembro de 2025, aprovou aumento de capital social mediante capitalização de reservas, com distribuição de bonificação na proporção de 1 nova Unit para cada 10 Units detidas, executada em 2 de dezembro de 2025.

Para maiores detalhes, acessar o Fato Relevante e Aviso aos Acionistas – [clique no link](#)

Negociada na B3, a ação de maior liquidez da Energisa, ENGI11 – Unit, composta por 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais, encerrou dezembro de 2025 cotada a R\$ 47,16 por Unit. Considerando o preço ajustado de fechamento proforma, a ENGI11 encerrou o período a R\$ 51,88 por Unit, o que corresponde a uma valorização de 42,2% na mesma base de comparação. No mesmo intervalo, o principal índice da bolsa, o Ibovespa, registrou valorização de 33,9%, enquanto o IEE apresentou alta de 58,9%. O volume financeiro médio diário das transações com ENGI11 nos últimos 12 meses recuou 9,9% em comparação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 124,0 milhões.

A seguir, os indicadores de mercado das ações da Energisa no final do trimestre:

	2025 ⁽⁴⁾	2024	Variação
Indicadores de mercado			
Enterprise value (EV – R\$ milhões) ⁽¹⁾	58.987	41.690	+ 41,5%
Valor de mercado no final do exercício (R\$ milhões)	26.129	16.704	+ 56,4%
Volume médio diário negociado UDM – Units (R\$ milhões)	124	138	- 9,9%
ENGI11 (Unit) no fechamento no final do exercício (R\$/Unit)	51,88	36,48	+ 42,2%
ENGI3 (ON) no fechamento no final do exercício (R\$/ação)	12,35	11,03	+ 12,0%
ENGI4 (PN) no fechamento no final do exercício (R\$/ação)	8,68	6,65	+ 30,5%
Dividendos pagos por Unit – UDM	3,60	2,00	+ 80,1%
Lucro líquido por Unit – UDM	9,03	13,31	-32,1%
Retorno total ao acionista detentor de Units (TSR) – UDM % ⁽³⁾	81,2	-25,6	+ 106,8 p.p.
Valor de mercado / patrimônio líquido (vezes)	1,23	1,06	+ 16,5%

(1) EV = Valor de mercado (R\$/ação x quantidade de ações) + dívida líquida consolidada.

(2) O Lucro Líquido utilizado na construção do indicador Lucro Líquido por Unit é o Lucro líquido societário.

(3) TSR é calculado com base em cotações ajustadas por proventos.

(4) Proforma: considerando o efeito da bonificação de ações, na proporção de 1:10 Units, foi realizado o ajuste proforma em 2025 para fins de comparabilidade.

Índice

Destques

Energisa
ConsolidadaDistribuição de
Energia

Transmissão

(re)energisa

Geração
CentralizadaDistribuição de
Gás

Anexos

2. ENERGISA CONSOLIDADA

2.1 Receita operacional líquida

A seguir, as receitas operacionais líquidas por linha de negócio antes das eliminações intercompanhia e combinação de negócios:

Receita líquida por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
➤ Distribuição de energia elétrica	8.060,1	8.112,2	- 0,6	31.365,6	29.006,0	+ 8,1
➤ Transmissão de energia elétrica	197,5	469,8	- 58,0	1.187,3	1.589,5	- 25,3
➤ (re) energisa	800,1	705,7	+ 13,4	2.364,2	1.830,1	+ 29,2
• Geração distribuída	114,4	116,3	- 1,6	370,1	380,4	- 2,7
• Comercialização de energia elétrica ⁽¹⁾	619,6	522,5	+ 18,6	1.771,6	1.155,9	+ 53,3
• Serviços de valor agregado	66,1	67,0	- 1,4	222,5	293,8	- 24,3
➤ Distribuição de gás natural	297,8	345,4	- 13,8	795,6	1.627,6	- 51,1
➤ Holdings e outros	152,4	134,2	+ 13,6	560,3	510,6	+ 9,7
(=) Total	9.507,9	9.767,2	- 2,7	36.272,9	34.563,9	+ 4,9
Eliminações <i>intercompany</i> e combinação de negócios	(222,0)	(209,0)	+ 6,2	(831,6)	(848,4)	- 2,0
(=) Receita líquida consolidada	9.285,9	9.558,1	- 2,8	35.441,4	33.715,5	+ 5,1
(-) Receita de construção ⁽²⁾	(1.517,8)	(1.989,9)	- 23,7	(6.303,8)	(6.560,1)	- 3,9
(=) Receita líquida consolidada, sem receita de construção da infraestrutura	7.768,1	7.568,2	+ 2,6	29.137,5	27.155,4	+ 7,3

⁽¹⁾ Considera o resultado da Clarke na Comercializadora a partir do 2T25, antes contabilizado em "Holding/Outros". Para facilitar a comparação, esse ajuste também foi aplicado aos resultados de 2024 não impactando o resultado consolidado da Energisa, pois se trata apenas de uma reclassificação entre linhas na demonstração de resultados.

⁽²⁾ Receita de construção: receita de construção da infraestrutura + receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão + receita das margens da obrigação de performance da construção + remuneração do ativo de contrato (transmissão de energia elétrica).

A receita operacional consolidada está detalhada no [Anexo A2](#). Acesse essa e outras tabelas em Excel [nesse link](#).

Principais destaques:

- No 4T25, o segmento de Distribuição de Energia Elétrica, a receita líquida ajustada, sem VNR e sem receita de construção, cresceu +4,0% alcançando R\$ 6.698,2 milhões no 4T25, reflexo do aumento da receita de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) (+R\$ 305,7 milhões), da receita de subvenções tarifárias (+ R\$ 318,5 milhões e dos ativos/passivos setoriais (+ R\$ 444,9 milhões), que compensaram a redução da linha de suprimentos (- R\$ 14,7 milhões) e a maior carga de encargos e impostos no trimestre. Maiores detalhes seção 3.
- No segmento de Transmissão, o resultado societário reduziu 58,0% explicado, principalmente, pela redução da receita de construção em função da menor realização de investimentos nos projetos energizados: Energisa Amazonas e Energisa Amapá além da baixa de R\$ 54,0 milhões na receita de remuneração de ativos devido à ajustes dos valores de indenizações no ativo de contrato. Maiores detalhes na seção 4.
- O aumento de 13,4% na receita da (re)energisa no 4T25 foi impulsionado, principalmente, pela Comercializadora (+ R\$ 97,2 milhões) cujo crescimento foi compensado pela redução no segmento de serviços de valor agregado (-R\$ 0,9 milhão) e no segmento de geração distribuída (-R\$ 1,9 milhão). Maiores detalhes na seção 5.
- No segmento de Distribuição de Gás, a redução de 13,8% da receita líquida em comparação ao mesmo período de 2024 é reflexo da diminuição do volume total distribuído em função da migração de clientes para o mercado livre de gás. Destaca-se que a migração para o mercado livre tem contrapartida na redução do custo do gás e não afeta a margem bruta da distribuidora. A margem bruta do segmento totalizou R\$ 95,1 milhões, crescimento de 79,0%. Maiores detalhes na seção 7.
- Na Holding e Outros, o aumento de 13,6% (R\$ 18,2 milhões) na comparação com o mesmo período de 2024 foi devido, principalmente, ao crescimento da prestação de serviços do CSE e TI (+R\$ 32,0 milhões) e aumento da receita da MultiEnergisa (+R\$ 7,0 milhões), sendo essas receitas intercompany eliminadas no consolidado. A Voltz agregou R\$ 9,0 milhões em receitas adicionais.

2.2 Custos e despesas operacionais controláveis

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais consolidados da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	4.570,7	4.746,2	- 3,7	16.548,6	15.516,6	+ 6,7
1.1 Custo energia elétrica e transporte ⁽¹⁾	4.418,9	4.492,8	- 1,6	16.150,7	14.217,9	+ 13,6
1.2 Custo do gás e transporte	151,8	253,3	- 40,1	397,8	1.298,8	- 69,4
2 Custos e Despesas controláveis	1.096,0	1.288,1	- 14,9	4.285,3	4.394,0	- 2,5
2.1 PMSO	987,0	1.050,9	- 6,1	3.706,7	3.770,6	- 1,7
2.2 Provisões/Reversões	109,0	237,2	- 54,0	578,6	623,5	- 7,2
2.2.1 Contingências	20,1	113,5	- 82,3	138,2	146,3	- 5,5
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	88,9	123,6	- 28,1	440,4	477,2	- 7,7
3 Demais receitas/despesas	767,3	547,8	+ 40,1	2.584,1	2.267,9	+ 13,9
3.1 Amortização e depreciação	549,7	488,7	+ 12,5	2.121,8	1.858,0	+ 14,2
3.2 Outras receitas/despesas	217,6	59,2	+ 267,8	462,3	409,8	+ 12,8
Total (sem custo de construção da infraestrutura)	6.434,0	6.582,1	- 2,3	23.418,0	22.178,6	+ 5,6
Custo de construção da infraestrutura	1.388,1	1.665,3	- 16,6	5.365,9	5.417,5	- 1,0
Total (com custo de construção da infraestrutura)	7.822,0	8.247,4	- 5,2	28.783,9	27.596,1	+ 4,3

(1) Considera os valores de compra de energia elétrica das distribuidoras, comercializadora e efeitos de eliminação.

Abaixo apresentamos o PMSO, que compõe os custos controláveis, detalhado por linha de negócio:

PMSO por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
➤ Distribuição de energia elétrica ⁽¹⁾	863,9	877,9	- 1,6	3.324,6	3.236,2	+ 2,7
➤ Transmissão de energia elétrica	40,6	73,1	- 44,5	135,3	240,0	- 43,6
➤ (re) energia	102,3	127,6	- 19,9	360,3	473,8	- 23,9
• Geração distribuída	36,2	41,7	- 13,2	123,4	142,0	- 13,1
• Comercialização de energia elétrica ⁽²⁾	6,2	14,8	- 58,2	38,6	56,6	- 31,7
• Serviços de valor agregado	59,8	71,1	- 15,8	198,3	275,2	- 28,0
➤ Distribuição de gás natural	22,3	19,8	+ 12,2	77,8	73,8	+ 5,4
➤ Holdings e outros	148,4	133,2	+ 11,4	513,7	470,3	+ 9,2
(=) Total	1.177,3	1.231,6	(4,4)	4.411,8	4.494,0	- 1,8
Eliminações intercompany	(190,3)	(180,7)	+ 5,3	(705,0)	(723,4)	- 2,5
(=) Energisa consolidada	987,0	1.050,9	- 6,1	3.706,7	3.770,6	- 1,7

(1) Acesse essa e outras tabelas em Excel que estão disponíveis [nesse link](#)

(2) Considera o resultado da Clarke na Comercializadora a partir do 2T25, antes contabilizado em "Holding/Outros". Para facilitar a comparação, esse ajuste também foi aplicado aos resultados de 2024 não impactando o resultado consolidado da Energisa, pois se trata apenas de uma reclassificação entre linhas na demonstração de resultados.

No trimestre, o PMSO consolidado apresentou redução de 6,1%. Destaque para as reduções no resultado da transmissão societária (-44,5%) e (re)energisa (-19,9%).

No segmento de Transmissão, redução de 26,2% no PMSO Regulatório em função de internalização de atividades de O&M. Para maiores informações, vide item 4 deste documento.

PMSO Regulatório Transmissão Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
➤ Transmissão de energia elétrica - Regulatório	35,8	48,5	- 26,2	128,2	175,6	- 27,0

PMSO Consolidado (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

PMSO Consolidado	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Pessoal e benefício pós-emprego	501,5	538,2	- 6,8	2.082,0	2.007,0	+ 3,7
Material	94,9	94,1	+ 0,9	330,8	343,2	- 3,6
Serviços de terceiros ⁽¹⁾	334,7	340,1	- 1,6	1.127,7	1.165,2	- 3,2
Outras	55,9	78,5	- 28,9	166,2	255,1	- 34,8
• Penalidades contratuais e regulatórias	0,5	0,3	+ 51,7	1,4	2,6	- 46,0
• Outros	55,4	78,2	- 29,2	164,8	252,5	- 34,7
Total PMSO consolidado	987,0	1.050,9	- 6,1	3.706,7	3.770,6	- 1,7

As principais variações nas despesas de PMSO estão detalhadas a seguir:

✓ **Pessoal e Benefício Pós Emprego**

As despesas de pessoal apresentaram queda de 6,8% (-R\$ 36,7 milhões), impulsionada principalmente pelas reduções de 8,0% no segmento de Distribuição, 17,5% em Transmissão e 19,0% na (re) Energisa, decorrentes de menores desembolsos com participação nos lucros, salários e encargos, além de reversões de despesas com ticket-alimentação relacionadas a exercícios anteriores. Essa queda foi parcialmente compensada por maiores despesas médicas, influenciadas por ajustes de saldos de períodos anteriores.

✓ **Serviços de terceiros**

No 4T25, as despesas com serviços de terceiros diminuíram 1,6% em relação ao 4T24, impulsionada principalmente pelas quedas nos segmentos de Transmissão (-58,6%) e (re)energisa (-26,1%), decorrentes da internalização de atividades de O&M e menores gastos com consultorias. A redução, porém, foi parcialmente compensada pelo aumento das despesas na Distribuição de Energia (+6,9%) e na Distribuição de Gás (+12,7%).

✓ **Outros**

No 4T25, a linha de Outros reduziu de 28,9% (-R\$ 22,6 milhões) com destaque para o reembolso da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), contrapartida aos projetos Vila Restauração e Mais Luz para Amazônia totalizando redução de despesa de R\$ 14,8 milhões no 4T25, além da redução dos patrocínios, seguros e telecom (+R\$ 11,3 milhões).

Demais despesas operacionais

Demais despesas Consolidado Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Provisões/Reversões	109,0	237,2	- 54,0	578,6	623,5	- 7,2
Contingências	20,1	113,5	- 82,3	138,2	146,3	- 5,5
Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	88,9	123,6	- 28,1	440,4	477,2	- 7,7
Demais receitas/despesas	767,3	547,8	+ 40,1	2.584,1	2.267,9	+ 13,9
Amortização e depreciação	549,7	488,7	+ 12,5	2.121,8	1.858,0	+ 14,2
Outras receitas/despesas	217,6	59,2	+ 267,8	462,3	409,8	+ 12,8
Total combinado	876,3	785,0	+ 11,6	3.162,7	2.891,4	+ 9,4

Provisões/Reversões

Contingências

No 4T25 a rubrica de provisões/reversões registrou um impacto de R\$ 20,1 milhões, frente R\$ 113,5 milhões no 4T24, que representa uma redução de R\$ 93,4 milhões, vinculada especialmente à realização de acordos em processos relevantes cíveis e trabalhistas das empresas EMT (R\$ 24,1 milhões) e ETO (R\$ 32,5 milhões) no 4T24.

Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PECLD")

No 4T25, a PPECLD foi de R\$ 88,9 milhões, representando redução de 28,1% (-R\$ 34,7 milhões), quando comparado com o 4T24, reflexo da redução do PECLD das discos (-20,1%) no 4T25. Para maiores informações, recorrer ao item 3.1.3.2 deste relatório.

Outras receitas/despesas

No trimestre, as outras despesas líquidas somaram R\$ 217,6 milhões, refletindo aumento de R\$ 158,4 milhões devido, principalmente, à provisão de R\$ 88,2 milhões para perdas do ICMS-GD que são impostos incidentes sobre os encargos de conexão e uso da rede (TUSD) que a Companhia buscava recuperar junto aos consumidores. Após análise anual indicar que esses saldos não atendiam aos critérios de recuperabilidade, foi constituída a provisão nas distribuidoras EMT, EMR, EPB, ESE, ERO e EAC, com reconhecimento na linha de "Outros Resultados", conforme prática contábil aplicável.

2.3 EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 2.013,5 milhões no 4T25, aumento de 11,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA ajustado *covenants*, utilizado nos indicadores de dívidas, registrou o valor de R\$ 2.121,8 milhões no 4T25, 11,5% acima do registrado no mesmo período do ano anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, o EBITDA ajustado para fins de *covenants* somou R\$ 9.218,0 milhões.

O EBITDA ajustado recorrente alcançou R\$ 2.326,2 milhões, um resultado 21,7% superior ao 4T24 devido a redução R\$ 63,9 milhões no PMSO, de R\$ 93,4 milhões na linha de contingências e de R\$ 34,7 milhões na linha de PDD. No acumulado dos últimos 12 meses, o EBITDA ajustado recorrente somou R\$ 8.198,3 milhões.

EBITDA por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Ø Distribuição de energia elétrica	1.767,3	1.437,2	+ 23,0	7.575,0	6.719,2	+ 12,7
Ø Transmissão de energia elétrica	93,2	250,4	- 62,8	800,6	880,7	- 9,1
Ø (re) energisa	60,7	55,6	+ 9,2	109,6	34,5	+ 217,6
• Geração distribuída	59,1	62,8	- 5,9	178,3	187,9	- 5,1
• Comercialização de energia elétrica ⁽¹⁾	(12,4)	(3,0)	+ 315,5	(100,3)	(171,3)	- 41,5
• Serviços de valor agregado	14,0	(4,3)	-	31,6	18,0	+ 75,8
Ø Distribuição de gás natural	82,7	34,1	+ 142,6	218,3	187,1	+ 16,7
Ø Holdings e outros	(0,2)	35,5	-	52,4	1,2	+ 4.432,2
Eliminações intercompany e combinação de negócios	9,8	(13,3)	-	23,4	154,7	- 84,8
(=) EBITDA ⁽²⁾	2.013,5	1.799,4	+ 11,9	8.779,3	7.977,4	+ 10,1
(+) Receitas de acréscimos moratórios	108,3	103,0	+ 5,1	438,7	424,7	+ 3,3
(=) EBITDA ajustado <i>covenants</i> ⁽³⁾	2.121,8	1.902,4	+ 11,5	9.218,0	8.402,1	+ 9,7

⁽¹⁾ Considera o resultado da Clarke na Comercializadora a partir do 2T25, antes contabilizado em "Holding/Outros". Para facilitar a comparação, esse ajuste também foi aplicado aos resultados de 2024 não impactando o resultado consolidado da Energisa, pois se trata apenas de uma reclassificação entre linhas na demonstração de resultados.

⁽²⁾ O EBITDA do 4T24 foi revisado para excluir o resultado de equivalência patrimonial indevidamente incluído.

⁽³⁾ EBITDA com adição de receitas de acréscimos moratórios.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24 ⁽¹⁾	Var. %	2025	2024	Var. %
(=) EBITDA	2.013,5	1.799,4	+ 11,9	8.779,3	7.977,4	+ 10,1
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR - Distribuição)	(84,9)	(189,6)	- 55,2	(630,3)	(616,7)	+ 2,2
(-) EBITDA societário transmissoras	(93,2)	(250,4)	- 62,8	(800,6)	(880,7)	- 9,1
(+) EBITDA regulatório transmissoras	151,0	127,3	+ 18,6	629,2	537,4	+ 17,1
(=) EBITDA ajustado	1.986,4	1.486,8	+ 33,6	7.977,6	7.017,4	+ 13,7
(+/-) Efeitos não recorrentes e extraordinários	339,8	424,7	- 20,0	220,7	469,8	- 53,0
Marcação a Mercado ECOM	4,4	(5,5)	-	62,2	181,0	- 65,7
Reversão Contingência ERO	-	-	-	-	(141,4)	-
Provisão RTE da ERO ⁽¹⁾	(51,1)	-	-	(228,0)	-	-
Provisão de efeitos de geração distribuída	-	430,2	-	-	430,2	-
Baixa contábil de créditos tributários	386,5	-	-	386,5	-	-
(-) EBITDA ajustado recorrente	2.326,2	1.911,5	+ 21,7	8.198,3	7.487,3	+ 9,5

(1) Reversão Contingências ERO registrada no Purchase Proce Allocation (PPA) da ERO não impacta a distribuidora, somente a controladora Energisa S.A.

2.4 Resultado financeiro

R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receitas financeiras	665,5	508,4	+ 30,9	2.326,1	1.855,2	+ 25,4
Receita de aplicações financeiras	348,6	208,1	+ 67,5	1.176,0	992,3	+ 18,5
Outras receitas financeiras	316,9	300,3	+ 5,5	1.150,1	862,9	+ 33,3
Despesas financeiras	(1.623,2)	(698,3)	+ 132,4	(5.744,1)	(3.590,9)	+ 60,0
Encargos de dívidas - Juros	(1.033,4)	(713,9)	+ 44,8	(3.716,8)	(2.836,3)	+ 31,0
Encargos de dívidas - Variação monetária/cambial	(371,8)	(1.105,2)	- 66,4	103,6	(2.329,2)	-
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	(146,7)	821,7	-	(1.789,5)	1.334,4	-
Marcação a mercado derivativos	217,8	(427,1)	-	723,1	(610,8)	-
✓ Marcação de Swap	211,5	(904,1)	-	663,6	(1.381,7)	-
✓ MTM Opção de compra (EPM)	2,8	377,3	- 99,3	(29,0)	671,2	-
✓ MTM Opção de compra (EPNE)	3,5	99,7	- 96,5	88,5	99,7	- 11,2)
Marcação a mercado da dívida	(194,9)	854,1	-	(620,6)	1.306,3	-
Outras despesas financeiras	(94,2)	(128,0)	- 26,4	(443,9)	(455,3)	- 2,5
Resultado financeiro	(957,6)	(189,9)	+ 404,2	(3.418,0)	(1.735,8)	+ 96,9

No 4T25, a Companhia registrou despesa financeira líquida de R\$ 957,6 milhões, representando um aumento de 404,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo da evolução da dívida líquida que apresentou crescimento de 36,1% frente ao registrado em dezembro de 2024, enquanto o custo médio da dívida líquida de dezembro de 2025 atingiu 14,5% a.a., o que representa um acréscimo de 327 bps em comparação ao verificado em dezembro de 2024 (11,2% a.a.).

Além disso, a atualização das CVAs contribuiu positivamente para o resultado financeiro, com receita de R\$ 268,2 milhões, desempenho R\$ 240,5 milhões superior ao registrado no exercício de 2024. Desse total, R\$ 149,2 milhões referem-se à correção monetária da RTE ERO, efeito não recorrente que impactou o trimestre.

2.5 Lucro líquido do período

No trimestre, o lucro líquido do período, antes da participação dos minoritários, foi de R\$ 975,2 milhões, queda de R\$ 1.143,9 milhões ou -54,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. O lucro líquido da Controladora no trimestre foi de R\$ 742,9 milhões, 59,4% menor ao registrado no 4T24.

A participação dos minoritários foi de R\$ 232,3 milhões no 4T25, redução de 20,0% no comparativo com o respectivo período de 2024.

Lucro líquido do período por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
➤ Distribuição de energia elétrica	1.199,4	1.847,4	- 35,1	3.634,4	4.268,7	- 14,9
➤ Transmissão de energia elétrica	(3,4)	55,7	-	347,7	338,8	+ 2,6
➤ (re) energisa	(19,2)	(12,2)	+ 58,1	(136,4)	(134,7)	+ 1,3
· Geração distribuída	(19,3)	(4,6)	+ 318,7	(83,1)	(17,5)	+ 375,7
· Comercialização de energia elétrica ⁽¹⁾	(7,7)	(3,2)	+ 140,0	(68,0)	(119,6)	- 43,1
· Serviços de valor agregado	7,8	(4,3)	-	14,7	2,3	+ 529,7
➤ Distribuição de gás natural	28,1	(1,5)	-	33,2	37,6	- 11,5
➤ Holdings e outros	(214,1)	301,1	-	(529,7)	196,0	-
Combinação de negócios	(15,6)	(71,4)	- 78,2	(209,2)	(70,1)	+ 198,3
(=) Lucro líquido consolidado do período	975,2	2.119,1	- 54,0	3.140,1	4.636,3	- 32,3
Margem lucro líquido (%)	10,5	22,2	- 11,7 p.p.	8,9	13,8	- 4,9 p.p.
Lucro líquido da Controladora	742,9	1.828,9	- 59,4	2.214,4	3.789,7	- 41,6

⁽¹⁾ Considera o resultado da Clarke na Comercializadora a partir do 2T25, antes contabilizado em "Holding/Outros". Para facilitar a comparação, esse ajuste também foi aplicado aos resultados de 2024 não impactando o resultado consolidado da Energisa, pois se trata apenas de uma reclassificação entre linhas na demonstração de resultados.

A seguir, a composição dos efeitos não recorrentes e não caixa no trimestre, líquidos de impostos da Companhia:

Valores em R\$ milhões Lucro líquido	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
(=) Lucro líquido consolidado do período	975,2	2.119,1	- 54,0	3.140,1	4.636,3	- 32,3
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR - Distribuição)	(68,1)	(146,8)	- 53,6	(500,8)	(488,4)	+ 2,5
(-) Lucro/Prejuízo líquido societário - Transmissoras	3,4	(55,7)	-	(347,7)	(338,8)	+ 2,6
(+) Lucro/Prejuízo líquido regulatório - Transmissoras	(1,4)	(65,3)	- 97,9	63,6	(81,0)	-
(=) Lucro líquido do período ajustado	909,2	1.851,4	- 50,9	2.355,2	3.728,0	- 36,8
Efeitos não recorrentes	(102,7)	(1.529,4)	- 93,3	(290,2)	(1.841,5)	- 84,2
Marcação a Mercado ECOM	2,9	(3,6)	-	41,0	119,5	- 65,7
Marcação a Mercado Call EPM	(2,1)	(217,6)	- 99,0	22,1	(511,5)	-
Marcação a Mercado Call EPNE	(2,6)	(75,9)	- 96,5	(67,5)	(75,9)	- 11,2
Provisão RTE ERO	(82,1)	-	-	(267,1)	-	-
Reversão de Contingências ERO	-	-	-	-	(141,4)	-
Constituição do ativo diferido da ERO	(327,5)	(1.095,6)	- 70,1	(327,5)	(1.095,6)	- 70,1
Provisões de efeitos da geração distribuída	-	321,6	-	-	321,6	-
Juros Selic sobre indêbitos tributários	-	(458,2)	-	-	(458,2)	-
Baixa Créditos Tributários	308,7	-	-	308,7	-	-
(=) Lucro líquido do período ajustado recorrente	806,4	322,1	+ 150,4	2.065,0	1.886,6	+ 9,5
Margem lucro líquido (%)	8,7	3,4	+ 5,3 p.p.	5,8	5,6	+ 0,2 p.p.

Além dos efeitos não recorrentes elencados acima, o Lucro Líquido foi impactado pelos seguintes efeitos abaixo:

Índice

Destques

Energisa
ConsolidadaDistribuição de
Energia

Transmissão

(re)energisa

Geração
CentralizadaDistribuição de
Gás

Anexos

1) **R\$ 107,0 milhões** em créditos de prejuízo fiscal na Energisa Rondônia (ERO) para compensação de débitos de PIS/COFINS após decisão do CARF. O movimento foi neutro no resultado e sem impacto no caixa, pois a despesa operacional foi integralmente anulada pelo crédito tributário.

2) **R\$ 99,0 milhões** com a recuperação de impostos em função da ampliação do benefício fiscal do programa de alimentação do trabalhador para as distribuidoras.

A abertura do lucro líquido por empresa consta no [anexo A.3](#).

2.6 Estrutura de capital

2.6.1 Operações financeiras

As captações de financiamento pelo Grupo Energisa totalizaram R\$ 3.535,5 milhões no 4T25, com custo médio de 101,98% do CDI.

Ao longo dos últimos anos, a controladora Energisa S.A. emitiu debêntures de infraestrutura, através da Lei 12.431, para financiar os investimentos de suas distribuidoras. Os recursos foram repassados para as subsidiárias através de debêntures espelho, com distribuição privada, cujos detalhes estão disponíveis no [anexo A.4](#).

Abaixo as captações por companhia e tipo de emissão no acumulado de 2025:

Companhia	Tipo de emissão	Montante total (R\$ milhões)	Custo Médio (% CDI a.a.)	Vencimentos (anos)
AGRIC, ALSOL, ECOM, EPB, ERO, ESA, ES Gás, LMTE e LXTE	Lei 4.131	1.436,00	104,46%	1, 2 e 3
ALSOL, EMT, EPB, EPM, ESA e ETO	Debêntures Institucionais / Nota Comercial	7.519,66	105,87%	1, 2, 5 e 7
EMR, EMS, EMT, EPB, ERO, ESE, ESS e ETO	Debêntures Incentivadas	5.920,00	98,64%	7, 10 e 15
AGRIC	Fundo Clima	47,0	52,55%	Em até 16
ALSOL, EAC, EMR, EMT, EPB, ERO, ESE, ESS e ETO	FINEM	977,00	105,50%	Em até 16
Total		15.899,66	102,87%	-

2.6.2 Opções de compra de participações minoritárias

A companhia detém opções de compra de participações minoritárias com valor atualizado equivalente a R\$ 957,8 milhões na Energisa Participações Nordeste (EPNE).

No trimestre, a Companhia adquiriu a totalidade das ações preferenciais de emissão da sua controlada Energisa Participações Minoritárias ("EPM") de titularidade do acionista minoritário Itaú Unibanco S.A. pelo valor total de R\$ 1.034.350.264,98.

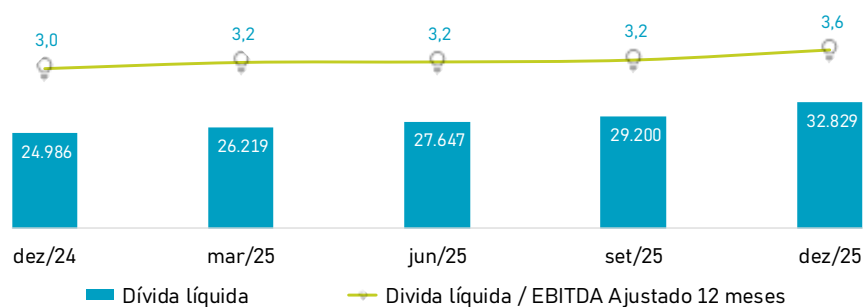
Maiores detalhes nas notas explicativas nº 15 e 32 e disponíveis em [Planilhas Interativas - Energisa](#).

2.6.3 Caixa e endividamento

Em 31 de dezembro de 2025, a dívida líquida ajustada pelos créditos setoriais totalizou R\$ 32.829,0 milhões, ante R\$ 29.199,5 milhões em 30 de setembro de 2025. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA ajustado covenants foi de 3,6x em dezembro de 2025, crescimento de 0,4x em relação a setembro de 2025.

Evolução da Alavancagem Consolidada

- Dívida líquida (R\$ milhões) e dívida líquida / EBITDA Ajustado Covenants 12 meses (vezes)



Índice

Destques

Energisa
Consolidada

Distribuição de
Energia

Transmissão

(re)energisa

Geração
Centralizada

Distribuição de
Gás

Anexos

A Companhia e suas controladas possuem *covenants* de endividamento de 4,0x para os empréstimos realizados até 2019 e 4,25x para os demais. Nas emissões de debêntures, os *covenants* são de 4,0x para emissões realizadas até março de 2020 e 4,25x para as demais.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais):

Descrição Valores em R\$ milhões	Controladora			Consolidado		
	31/12/2025	30/09/2025	30/06/2025	31/12/2025	30/09/2025	30/06/2025
Circulante	1.660,0	1.474,5	2.884,4	7.001,4	7.166,5	7.888,6
Empréstimos e financiamentos	248,1	324,8	329,6	3.743,9	3.727,6	3.412,7
Debêntures	1.217,1	951,6	2.391,7	2.449,8	2.469,5	3.356,0
Encargos de dívidas	176,2	169,0	147,3	333,7	317,3	480,8
Parcelamento de impostos e benefícios pós-emprego	1,6	1,5	1,5	20,0	27,8	28,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos:	16,8	27,5	14,2	454,1	624,3	611,0
✓ (-) Ativo: instrumentos financeiros derivativos	0,0	0,0	0,0	(117,3)	(23,8)	(33,4)
✓ (+) Passivo: instrumentos financeiros derivativos	16,8	27,5	14,2	571,4	648,1	644,4
Não circulante	11.482,0	10.210,3	8.337,7	38.395,4	33.786,5	29.889,9
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	199,9	199,9	199,9	12.291,1	10.634,8	10.996,3
Debêntures	11.067,2	11.009,6	9.088,1	26.078,0	24.215,2	20.049,3
Parcelamento de impostos e benefícios pós-emprego	12,3	11,7	11,3	157,3	225,9	217,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos:	202,6	(1.011,0)	(961,7)	(131,0)	(1.289,5)	(1.373,3)
✓ (-) Ativo: instrumentos financeiros derivativos	(188,2)	(1.404,3)	(1.291,3)	(791,1)	(1.998,5)	(1.971,5)
✓ (+) Passivo: instrumentos financeiros derivativos	390,8	393,3	329,6	660,1	709,1	598,1
Total das dívidas	13.141,9	11.684,8	11.222,1	45.396,9	40.953,0	37.778,4
(-) Disponibilidades financeiras:	9.296,6	9.067,3	7.816,8	10.948,1	10.002,1	9.186,1
✓ Caixa e equivalentes de caixa	352,5	77,5	313,2	1.386,0	1.154,1	1.254,6
✓ Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	8.944,1	8.989,8	7.503,6	9.562,1	8.848,0	7.931,4
Total das dívidas líquidas	3.845,3	2.617,5	3.405,3	34.448,8	30.950,9	28.592,4
(-) Créditos CDE	-	-	-	1.106,9	1.035,7	959,9
(-) Créditos CCC	-	-	-	97,0	154,8	156,3
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	-	-	-	415,9	560,8	(170,6)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	3.845,3	2.617,5	3.405,3	32.829,0	29.199,5	27.646,8
Indicador Relativo						
EBITDA ajustado covenants 12 meses				9.218,0	8.998,6	8.680,8
Dívida líquida / EBITDA ajustado covenants 12 meses ⁽²⁾				3,6	3,2	3,2

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA ajustado covenants = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Maiores informações e detalhes sobre o endividamento das companhias estão nas Notas Explicativas disponíveis em [Central de Resultados](#).

Índice

Destaque

Energisa
ConsolidadaDistribuição de
Energia

Transmissão

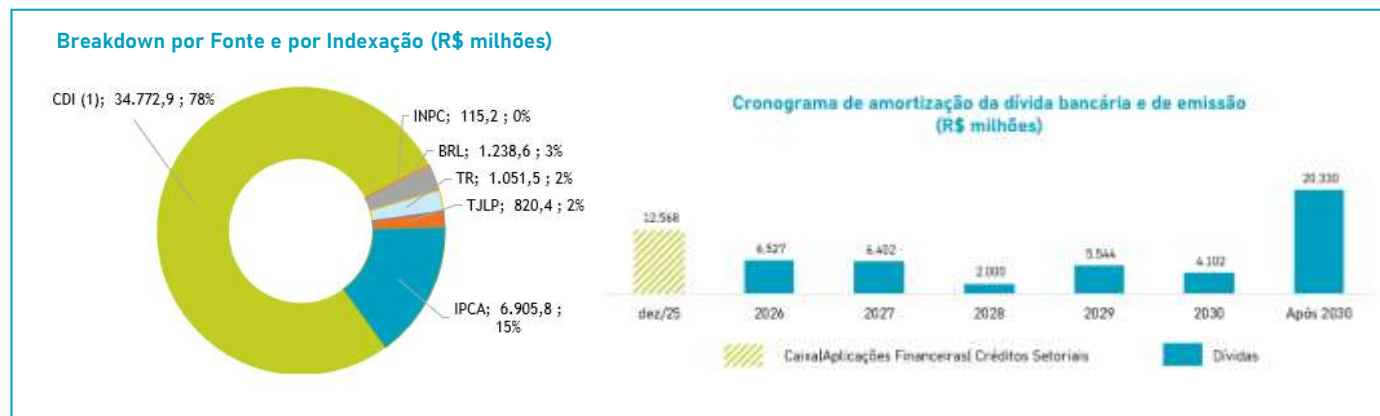
(re)energisa

Geração
CentralizadaDistribuição de
Gás

Anexos

2.6.4 Custo, prazo médio e cronograma das dívidas

Ao final de dezembro de 2025, o prazo médio da dívida era de 6,6 anos e o custo médio da dívida 97,22% do CDI (14,49%).



(1) Este valor considera: (i) dívidas captadas em CDI R\$15,5 bilhões; (ii) dívidas em dólar e euro convertidas para CDI, sem limitador de proteção, sendo R\$ 5,9 bilhões referentes ao swap de USD para CDI; (iii) dívidas em IPCA convertidas para CDI, totalizando R\$ 13,4 bilhões.

Obs.: O endividamento em moeda estrangeira conta com swaps para taxa em CDI e outros instrumentos de proteção contra variação cambial adversa

2.7 Ratings

Os ratings atuais da Energisa S/A emitidos pelas agências Standard & Poor's e Fitch Ratings são:

Agência	Classificação Nacional/Perspectiva	Classificação Global/Perspectiva	Último relatório
Standard & Poor's	brAAA (estável)	BB- (estável)	Dez/24
Fitch Ratings	AAA (bra) (estável)	BB+ (estável)	Mai/25

2.8 Investimentos

No trimestre, a Energisa e suas controladas investiram R\$ 1.890,7 milhões, o que representa uma redução de 6,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciado (i) pelo segmento de transmissão que apresentou uma queda de -65,5% (-R\$ 112,8 milhões) devido a entrada em operação dos projetos em construção; e (ii) pela (re) energia que apresentou uma redução de -58,0% (-R\$ 57,5 milhões), puxada principalmente pela redução do ritmo de investimentos na geração distribuída em função da conclusão da construção das UFVs.

Os investimentos realizados por linha de negócio estão descritos abaixo e a abertura dos investimentos por empresa está disponível na base histórica de dados.

Investimentos Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
➤ Distribuição de energia elétrica	1.678,7	1.635,7	+ 2,6	5.853,0	5.684,3	+ 3,0
➤ Transmissão de energia elétrica	59,4	172,1	- 65,5	232,4	543,0	- 57,2
➤ (re) energia	41,6	99,1	- 58,0	239,6	351,4	- 31,8
Geração Distribuída	39,8	93,4	- 57,4	226,9	332,4	- 31,7
Comercialização de energia elétrica	0,4	3,3	- 88,2	1,0	7,6	- 87,2
Serviços	1,5	2,4	- 39,2	11,7	11,4	+ 2,6
➤ Distribuição de gás natural	55,7	46,8	+ 19,0	120,1	93,1	+ 29,0
➤ Biogás	8,4	14,8	- 43,2	105,7	28,4	+ 272,4
➤ Holdings e outras	47,0	47,4	- 1,0	88,1	71,8	+ 22,6
(=) Total	1.890,7	2.016,0	- 6,2	6.638,8	6.772,0	- 2,0

3. DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.1 Receita operacional

A seguir, as receitas operacionais líquidas por classe de consumo das distribuidoras:

Receita líquida por classe de consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	7.455,3	7.459,0	-	27.193,6	28.227,6	- 3,7
(+) Suprimento de energia elétrica	107,8	122,5	- 12,0	782,2	363,6	+ 115,1
(+) Fornecimento não faturado líquido	66,4	143,7	- 53,8	138,3	12,9	+ 971,8
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	1.187,8	882,1	+ 34,7	4.151,6	3.252,8	+ 27,6
(+) Receita de construção de infraestrutura	1.277,0	1.479,4	- 13,7	5.006,8	4.860,0	+ 3,0
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	384,0	(60,9)	-	2.590,5	791,3	+ 227,4
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	1.014,9	696,4	+ 45,7	3.304,0	2.360,7	+ 40,0
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	84,9	189,6	- 55,2	630,3	616,7	+ 2,2
(+) Outras receitas	61,6	50,2	+ 22,6	239,7	224,6	+ 6,7
(-) Receita bruta	11.639,8	10.962,0	+ 6,2	44.036,9	40.710,2	+ 8,2
(-) Impostos sobre vendas	(2.409,3)	(2.232,4)	+ 7,9	(8.766,8)	(8.389,5)	+ 4,5
(-) Encargos setoriais	(1.170,3)	(617,5)	+ 89,5	(3.904,5)	(3.314,7)	+ 17,8
(=) Receita líquida combinada	8.060,1	8.112,2	- 0,6	31.365,6	29.006,0	+ 8,1
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(84,9)	(189,6)	- 55,2	(630,3)	(616,7)	+ 2,2
(-) Receita de construção de infraestrutura	(1.277,0)	(1.479,4)	- 13,7	(5.006,8)	(4.860,0)	+ 3,0
(=) Receita líquida combinada ajustada	6.698,2	6.443,2	+ 4,0	25.728,4	23.529,3	+ 9,3
(-) Custos e despesas não controláveis	(3.810,7)	(3.991,6)	- 4,5	(14.430,9)	(13.184,0)	+ 9,5
Energia elétrica comprada para revenda	(2.964,6)	(3.338,2)	- 11,2	(11.120,9)	(10.658,3)	+ 4,3
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(846,1)	(653,3)	+ 29,5	(3.310,0)	(2.525,7)	+ 31,1
(=) Margem bruta	2.887,5	2.451,6	+ 17,8	11.297,5	10.345,3	+ 9,2
(-) Provisão RTE da ERO	(51,1)	-	-	(228,0)	-	-
(-) Provisões de efeitos da geração distribuída	-	430,2	-	-	430,2	-
(+) Baixa contábil de créditos tributários	386,5	-	-	386,5	-	-
Margem bruta ajustada	3.222,9	2.881,8	+ 11,8	11.456,1	10.775,5	+ 6,3

Os fatores que mais contribuíram para a variação da receita líquida e da margem bruta no trimestre, foram:

- Na rubrica de Receita de energia elétrica, a receita de energia no mercado cativo ficou em linha com o 4T25 reflexo da queda do consumo cativo (com GD-2 e GD-3) de 1,6% no trimestre e pela migração de consumidores para o mercado livre de energia. A redução foi compensada pelo efeito tarifa positivo em 1,7% devido aos reajustes tarifários das distribuidoras e revisão tarifária de 2025. Adicionalmente, parte do faturamento do mercado cativo referente a GD-2 e GD-3 é recebida pelas distribuidoras via CDE, impactando a linha de subvenções.
- O fornecimento não faturado apresentou uma redução de aumento de R\$ 77,3 milhões (-53,8%) entre trimestres em função, principalmente, pela queda do consumo faturado, influenciada pelo aumento de clientes com geração distribuída e pela migração de consumidores para o mercado livre. Esses movimentos reduziram a base sobre a qual a receita não faturada é calculada, resultando no menor valor observado no trimestre.
- Na linha de disponibilidade do sistema elétrico, o aumento de 34,7% (+ R\$ 305,9 milhões), foi motivado pelo aumento da base por conta das novas migrações de clientes no mercado livre;
- A linha de Ativos e passivos Regulatórios, que inclui a amortização e constituição dos financeiros regulatórios e receita de ultrapassagem de demanda e excedente de reativo, apresentou um aumento de R\$ 444,8 milhões devido, principalmente pelos seguintes impactos:
 - R\$ 517 milhões decorrentes do aumento dos custos com CDE e Compra de energia;
 - R\$ 386,5 milhões, efeito não recorrente de baixa de créditos tributários e reembolso CCC;
 - + R\$ 51,1 milhões, efeito não recorrente de Provisão RTE ERO.

- e) Na linha de subvenções vinculadas aos serviços concedidos, o aumento de 45,7% (+ R\$ 318,5 milhões) se refere, principalmente, ao crescimento nos subsídios tarifários com destaque para o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de geração distribuída no montante de R\$ 141,4 milhões, de fontes incentivadas no montante total de R\$ 78,5 milhões e da Subvenção Baixa Renda de R\$ 98,5 milhões.

3.1.1 Mercado de energia

No 4T25, o consumo de energia elétrica nas distribuidoras do Grupo Energisa somou 11.334 GWh, com crescimento de 2,2% na comparação anual. O resultado refletiu principalmente o avanço das classes residencial, industrial e rural, impulsionado por novas cargas, ampliações relevantes e bom desempenho de segmentos industriais como alimentos e minerais, além da expansão de clientes nas regiões Norte e Nordeste. O clima mais ameno reduziu o efeito temperatura sobre o consumo no trimestre, enquanto o mercado livre apresentou crescimento com migrações e expansões; no mercado cativo, a maior participação da micro e minigeração distribuída limitou o desempenho dos volumes.

No acumulado de 2025, o consumo total atingiu 43.035 GWh, alta de 1,4% frente ao ano anterior, sustentada principalmente pela atividade industrial, aumento da renda e expansão imobiliária, com maior dinamismo nas concessões do Norte e Nordeste. As classes residencial e industrial lideraram o crescimento e o Grupo avançou acima da média nacional, beneficiado por menor exposição às regiões Sudeste e Sul, onde o consumo foi impactado por condições climáticas mais amenas. O resultado anual também reflete uma base comparativa elevada após os fortes crescimentos registrados em 2023 e 2024.

Entre as concessões do Grupo, 6 apresentaram crescimento no consumo, sobretudo a EMT (6,2%), EPB (5,0%) e ETO (+3,8%), com o residencial ditando a alta, embora o comercial também tenha avançado, assim como a indústria na ETO e na EMT.

A Companhia encerrou o ano com 9.007.384 unidades consumidoras, crescimento de 2,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O número de consumidores cativos aumentou 2,4%, enquanto os consumidores livres tiveram uma expansão de 47,8%.

Na sequência há o detalhamento do consumo por classe.

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Residencial	4.778,7	4.625,0	+ 3,3	17.804,2	17.313,8	+ 2,8
Comercial	1.172,3	1.289,7	- 9,1	4.580,9	5.185,5	- 11,7
Industrial	226,1	308,4	- 26,7	966,9	1.322,4	- 26,9
Rural	896,3	901,7	- 0,6	3.295,1	3.450,3	- 4,5
Outros	1.079,0	1.161,7	- 7,1	4.177,5	4.455,2	- 6,2
1 Mercado Cativo	8.152,5	8.286,5	- 1,6	30.824,5	31.727,1	- 2,8
Residencial	-	-	-	-	-	-
Comercial	739,1	614,7	+ 20,2	2.796,4	2.219,3	+ 26,0
Industrial	2.046,9	1.895,9	+ 8,0	8.112,4	7.540,7	+ 7,6
Rural	165,5	125,6	+ 31,8	502,7	348,4	+ 44,3
Outros	229,5	165,8	+ 38,5	798,8	613,2	+ 30,3
2 Mercado (TUSD)	3.181,1	2.802,0	+ 13,5	12.210,3	10.721,6	+ 13,9
Residencial	4.778,7	4.625,0	+ 3,3	17.804,2	17.313,8	+ 2,8
Comercial	1.911,5	1.904,3	+ 0,4	7.377,3	7.404,8	- 0,4
Industrial	2.273,0	2.204,4	+ 3,1	9.079,3	8.863,1	+ 2,4
Rural	1.061,9	1.027,3	+ 3,4	3.797,8	3.798,7	- 0,0
Outros	1.308,5	1.327,5	- 1,4	4.976,3	5.068,4	- 1,8
3 Mercado (1+2)	11.333,5	11.088,5	+ 2,2	43.034,8	42.448,8	+ 1,4
3.1 Compensada GD II/III	850,1	434,0	+ 95,9	2.584,1	1.125,9	+ 129,5
3.2 Mercado - Compensada GD II/III (3-3.1)	10.483,4	10.654,5	- 1,6	40.450,7	41.322,9	- 2,1
4 Fornecimento Não Faturado	55,6	107,2	- 48,1	(69,0)	(2,1)	+ 3.201,4
5 Mercado + Fornecimento Não Faturado (3+4)	11.389,1	11.195,7	+ 1,7	42.965,8	42.446,7	+ 1,2
5.1 Mercado - Compensada GD II/III + fornecimento não faturado (3.2+4)	10.539,0	10.761,7	- 2,1	40.381,6	41.320,8	- 2,3

Os dados da tabela acima são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

Informações adicionais estão disponíveis no Boletim de Mercado ([clique aqui](#)) ou no site de Relações com Investidores: <https://ri.energisa.com.br/>

3.1.2 Perdas de energia elétrica

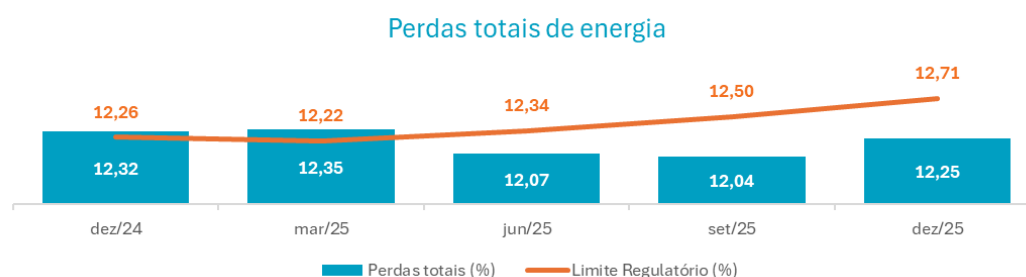
O Grupo Energisa encerrou o ano de 2025 com 12,25% de perdas totais, uma redução de 0,07 p.p. em relação ao ano anterior, o resultado corresponde **ao menor patamar histórico registrado nos fechamentos anuais** do Grupo. O desempenho reforça a consistência da estratégia de combate às perdas, com execução disciplinada e foco em alocação eficiente de capital.

No âmbito regulatório, em 2025, a ANEEL passou a aplicar a perda não técnica sobre o mercado medido, tornando os referenciais mais aderentes à realidade do setor. Com a conclusão dos processos tarifários de todas as distribuidoras durante o ano, os novos limites regulatórios passaram a incorporar essa metodologia, e irão produzir efeito integral após 12 meses do reajuste de cada uma.

O limite regulatório consolidado do Grupo evoluiu de 12,26% no 4T24 para 12,71% no 4T25. À luz desses referenciais, sete das nove distribuidoras operaram abaixo do limite, com destaque para EMR, ESE, EMS, ETO e EAC.

Com essa evolução, o consolidado do Grupo permanece dentro dos limites regulatórios pelo terceiro trimestre consecutivo refletindo o avanço das frentes estruturantes de combate às perdas. Mantemos o foco na captura de eficiências operacionais e regulatórias, com governança e monitoramentos contínuos. A tabela a seguir, ilustra a o indicador por empresa e o spread regulatório em 2025.

O gráfico a seguir ilustra a diferença entre perdas reais e regulatórias ao longo dos últimos trimestres.



Perdas de Energia (% últimos 12 meses)

Distribuidoras	Perdas técnicas (%)			Perdas não-técnicas (%)			Perdas totais (%)			ANEEL
	dez/24	set/25	dez/25	dez/24	set/25	dez/25	dez/24	set/25	dez/25	
EMR	8,44	8,19	8,44	-0,15	-0,85	-0,85	8,29	7,34	7,59	10,35
ESE (*)	7,69	7,72	7,69	2,46	2,02	2,09	10,15	9,74	9,78	11,71
EPB	8,37	8,41	8,39	3,83	3,64	3,59	12,20	12,05	11,98	12,97
EMT (*)	8,81	8,81	8,79	5,03	4,82	4,94	13,84	13,63	13,73	12,41
EMS (*)	8,01	7,48	7,51	3,15	3,98	4,58	11,16	11,45	12,09	13,14
ETO	9,84	8,44	8,10	0,37	1,17	1,54	10,21	9,61	9,64	13,21
ESS	6,13	6,10	6,08	-0,15	-0,09	0,58	5,98	6,02	6,66	7,01
ERO	8,94	8,49	8,40	12,22	11,59	11,78	21,16	20,08	20,18	19,11
EAC	9,36	9,19	9,28	5,18	5,10	5,17	14,54	14,29	14,45	16,44
Energisa Consolidada %	8,34	8,11	8,08	3,99	3,93	4,17	12,32	12,04	12,25	12,71

Nota:

(1) O resultado dos trimestres anteriores está passível de ajustes após resultado divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia CCEE.

Nota: As perdas regulatórias passaram a ter seus limites regulatórios de perdas apurados com base na nova metodologia, que considera o mercado medido como referência, a partir dos processos de reajuste tarifário realizados em 2025 das distribuidoras.

Dessa forma, ao longo de 2025 ocorreu a transição metodológica no setor e, ao final de 2026, todas as distribuidoras terão seus limites e resultados regulatórios integralmente refletindo os efeitos completos da nova metodologia

Acesse essa e outras tabelas em Excel que estão disponíveis [nesse link](#).

3.1.3 Gestão da inadimplência

3.1.3.1 Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação consolidada em 12 meses do Grupo Energisa alcançou 97,25%, atingindo o melhor resultado da série histórica, mesmo com cenário econômico desafiador caracterizado pelo aumento da inadimplência no cenário nacional. Segundo dados do Boletim Econômico da Serasa de dez/25, metade da população adulta (49,2%) encontra-se inadimplente.

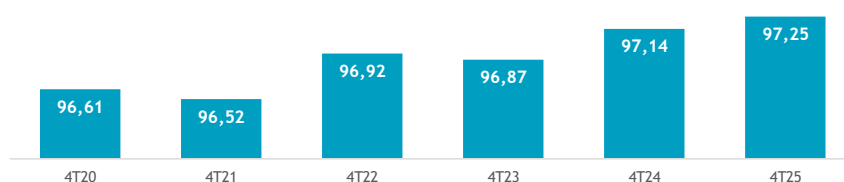
O desempenho deste trimestre é consequência da diligência do Grupo Energisa em realizar cobranças de forma ágil e eficaz, apoiada pela robustez e uso de inteligência analítica nas ações implementadas pelo grupo.

Taxa de arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	dez/25	dez/24	Variação em p.p.
EMR	98,76	98,76	-
ESE	98,66	98,40	+ 0,26
EPB	98,17	98,14	+ 0,03
EMT	96,48	96,19	+ 0,30
EMS	97,68	97,61	+ 0,07
ETO	98,09	98,03	+ 0,06
ESS	99,05	99,02	+ 0,03
ERO	94,64	94,37	+ 0,29
EAC	96,38	96,13	+ 0,26
Energisa Consolidada	97,25	97,14	0,11

As empresas do Grupo registraram melhora de performance, com destaque para EMT, ERO, EAC e ESE, devido a redução da inadimplência dos clientes de baixa tensão. Esse avanço foi fortalecido pela MP nº 1.300/2025, que concedeu isenção da tarifa de energia elétrica às famílias de baixa renda com consumo de até 80 kWh/mês a partir de julho de 2025.

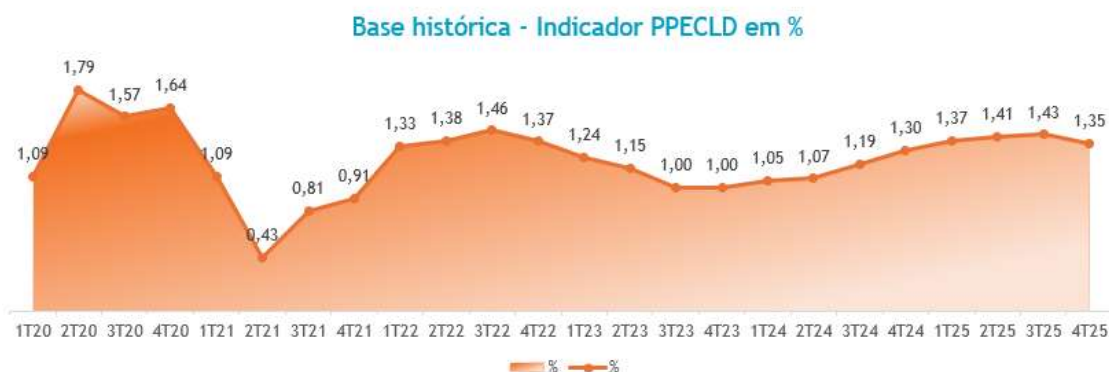
Conforme evidenciado no gráfico abaixo, o desempenho consolidado no 4T25 alcançou o maior patamar da série histórica, superando pela primeira vez a marca de 97%. O resultado reforça a tendência estrutural de melhoria e demonstra a consistência do desempenho ao longo do tempo.

Taxa de arrecadação - Baixa tensão



3.1.3.2 Taxa de inadimplência

No 4T25, a taxa de inadimplência consolidada do Grupo Energisa, dos últimos 12 meses, atingiu 1,35%, registrando variação de **+5 bps** em relação ao mesmo período do ano anterior. Na comparação sequencial com o 3T25, o indicador apresentou uma melhora de **7 bps**, reflexo do desempenho superior na arrecadação. Esse resultado foi impulsionado pela implementação de programas de regularização para pessoas físicas com débitos antigos e por reversões em grandes clientes. Cabe destacar que o indicador registra três trimestres consecutivos de queda, consolidando uma trajetória de recuperação.



Quando analisado em valores absolutos, o saldo de PECLD apresentou um aumento de R\$ 14,95 milhões no 4T25 em comparação ao 4T24. É importante destacar que, na apuração do 4T24, houve uma reversão relevante de R\$ 37,4 milhões decorrente do bom desempenho da Energisa no programa federal “Desenrola Brasil”, com negociações realizadas entre janeiro e março de 2024, efeito que não se repetiu em 2025.



Com o objetivo de recuperar débitos antigos e buscar uma performance semelhante à obtida no programa “Desenrola Brasil”, foi implementado um programa de regularização de dívidas para clientes Pessoa Física, que resultou na redução da inadimplência em seis empresas do Grupo. Destacam-se a EAC e a ESE, primeiras unidades a adotarem o programa como piloto, que registraram as maiores quedas, de -1,12 p.p. e -0,34 p.p., respectivamente, conforme apresentado no quadro a seguir. Nas demais empresas, a expansão do programa ocorreu a partir do 4T25.

Nas distribuidoras ERO, EMS e EMT, o programa não foi suficiente para reproduzir o mesmo nível de resultados observado com o “Desenrola Brasil”. Essas três empresas negociaram R\$ 27,12 milhões no 4T24 — equivalente a 73% do total negociado pelo Grupo — e, consequentemente, apresentaram as maiores elevações no indicador: 1,04 p.p. na ERO, 0,31 p.p. na EMS e 0,04 p.p. na EMT.

No caso específico da EMS, soma-se ainda o impacto da alteração no programa estadual *Conta de Luz Zero* para clientes de baixa renda, que reduziu em 80% o número de beneficiários. Como consequência, muitos consumidores passaram a receber faturas de energia que anteriormente eram quitadas pelo Estado. Embora os efeitos da MP nº 1.300/2025 tenham atenuado esse movimento, eles não foram suficientes para conter o aumento da inadimplência nesse segmento.

PPECLD (% do fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	dez/25	dez/24	Variação em p.p.
EMR	0,29	0,37	-0,08
ESE	0,39	0,73	-0,34
EPB	0,68	0,74	-0,06
EMT	1,92	1,88	+0,04
EMS	1,46	1,14	+0,31
ETO	0,38	0,55	-0,16
ESS	0,20	0,31	-0,10
ERO	3,21	2,17	+1,04
EAC	1,95	3,07	-1,12
Total	1,35	1,30	+0,05

A Energisa tem atuado para auxiliar com campanhas de orientação e incentivo ao recadastramento junto ao governo estadual, intensificação das ações de cobrança administrativa e suspensão de fornecimento.

O Grupo segue aprimorando a gestão da inadimplência por meio da automação dos processos de cobrança e de uma estratégia flexível, ajustada ao comportamento dos clientes. As iniciativas estratégicas incluem a solução de crédito com foco no perfil dos consumidores, ampliação do uso de ferramentas de digitais e cadastro para os beneficiários do programa baixa renda, priorização das ações de cobrança de maneira a maximizar a arrecadação, acompanhamento e atuação junto ao jurídico das dívidas de grandes clientes.

3.1.3.3 Indicadores de qualidade dos serviços nos serviços de distribuição – DEC e FEC

No 4T25, as distribuidoras do Grupo permanecem com resultados consistentes, apresentando desempenho melhor que os limites regulatórios para o DEC Global e o FEC Global em todas as concessões.

O resultado reflete a disciplina na gestão dos projetos de melhoria e planos de manutenção, bem como na alocação de capital, sempre buscando adotar as melhores práticas para reduzir as interrupções à despeito da intensificação dos eventos climáticos severos, reforçando o compromisso de entregar energia de qualidade a todos os clientes.

A tabela a seguir apresenta os resultados do período:

Distribuidoras Indicadores de qualidade dos serviços	DEC Global (horas)			FEC Global (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	dez/25	dez/24	Var.(%)	dez/25	dez/24	Var.(%)		
EMR	7,96	7,91	+ 0,6	4,01	4,08	- 1,7	9,97 ●	6,67 ●
ESE	9,06	9,28	- 2,4	4,03	4,50	- 10,4	10,53 ●	6,42 ●
EPB	9,40	9,72	- 3,3	3,61	3,76	- 4,0	12,63 ●	6,91 ●
EMT	14,45	15,12	- 4,4	6,43	6,48	- 0,8	17,19 ●	11,63 ●
EMS	9,12	9,07	+ 0,6	4,32	4,26	+ 1,4	9,92 ●	6,43 ●
ETO	14,54	15,50	- 6,2	5,32	6,35	- 16,2	16,85 ●	10,29 ●
ESS	5,34	5,15	+ 3,7	3,20	2,88	+ 11,1	6,74 ●	5,41 ●
ERO	20,57	20,83	- 1,2	7,42	7,80	- 4,9	25,02 ●	16,10 ●
EAC	23,58	23,35	+ 1,0	8,47	8,35	+ 1,4	41,09 ●	29,71 ●

Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador

Índice

Destques

Energisa
ConsolidadaDistribuição de
Energia

Transmissão

(re)energisa

Geração
CentralizadaDistribuição de
Gás

Anexos

As distribuidoras **ESE, EMT e ETO** registraram os melhores índices de suas séries históricas, com reduções de **10,7% (FEC)**, **4,1% (DEC)** e **7,7% (DEC)**, respectivamente, como reflexo da alocação eficiente de capital e da eficácia das medidas de operação e manutenção.

Em 03 de novembro de 2022, através do ofício 44/2022, estabeleceu o alcance do percentual mínimo de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios do DEC e do FEC no horizonte de 2023 a 2026.

Para o atingimento da meta de 80% referida acima até o ano de 2026, estabeleceu-se metas anuais para cada concessionária, considerando um aumento gradativo do percentual mínimo de conjuntos dentro dos limites regulatórios. De acordo com os dados reportados pela ANEEL, as distribuidoras do Grupo Energisa já atingiram a meta estabelecida para o DEC e FEC em 2025.

3.1.4 Conta de compensação dos valores da Parcela A (CVA)

A Conta de Compensação da Parcela A (CVA) é um mecanismo regulatório instituído pela Portaria Interministerial nº 25/2002, com a finalidade de registrar as variações nos custos relacionados à compra e transporte de energia elétrica, bem como aos encargos setoriais, ocorridas entre os eventos tarifários da distribuidora. Esse mecanismo visa neutralizar os efeitos desses custos, denominados de “Parcela A” e de repasse tarifário integral assegurado, sobre o resultado da distribuidora.

No 4º trimestre de 2025, foi registrada a constituição de ativo no valor de R\$ 113,0 milhões, representando um aumento de R\$ 572,7 milhões em relação ao 4T24. Esse resultado reflete um cenário em que os custos efetivos da Parcela A superaram os valores homologados nas tarifas vigentes. Os principais impactos decorreram da alteração das cotas da CDE para 2025, do aumento do custo de compra de energia, influenciado por fatores climáticos e sazonais, além da RTE da ERO e de baixas contábeis de créditos antecipados pela EMT e EMS. Na amortização, foram registrados R\$ 308,5 milhões (redução de R\$ 130,4 milhões na comparação com o 4T24), refletindo o reconhecimento dos financeiros regulatórios nos processos tarifários.

3.1.5 Revisões e reajustes tarifários

Os efeitos para os consumidores decorrentes dos últimos processos de reajuste e revisão tarifária de cada distribuidora do Grupo Energisa foram os seguintes:

Distribuidoras	Efeito para o Consumidor (%)			Início da Vigência	Atualização Monetária – eventos de reajustes	Processo Revisional
	Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio			
EMR	+4,12	+1,61	+3,61	22/06/2025	IPCA	Reajuste Anual
ESE	+6,69	+8,10	+7,0	22/04/2025	IGP-M	Reajuste Anual
EPB	+13,94	+12,11	+13,59	28/08/2025	IGP-M	Revisão
EMT	+0,34	+5,42	+1,79	08/04/2025	IGP-M	Reajuste Anual
EMS	+0,69	+3,09	+1,33	08/04/2025	IGP-M	Reajuste Anual
ETO	+12,55	+13,25	+12,68	04/07/2025	IPCA	Revisão
ESS	+19,15	+18,80	+19,05	12/07/2025	IPCA	Reajuste Anual
ERO	+15,01	+18,49	+15,72	13/12/2025	IPCA	Reajuste Anual
EAC	+9,51	+20,24	+11,54	13/12/2025	IPCA	Reajuste Anual

3.1.6 Base de remuneração regulatória

O processo de valoração dos ativos da “Base de Remuneração Regulatória” utiliza o método do “Valor Novo de Reposição – VNR”, que corresponde ao valor, a preços atuais de mercado, de um ativo idêntico, similar ou equivalente, sujeito a reposição, que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente, considerando todos os gastos necessários para a sua instalação. A Base de Remuneração Líquida (BRL) homologada de cada distribuidora de energia elétrica, ajustada pelo IPCA para dezembro/2025, são as seguintes:

Distribuidoras	BRL Regulatória atualizada por IPCA até dezembro de 2025 (R\$ milhões)	Data da última Revisão Tarifária	Ciclo Tarifário	WACC (antes de impostos)	Próximas revisões tarifárias
EMR	826,6	Junho/2021	5º	10,62%	Junho/2026
ESS	1.415,0	Julho/2021			Julho/2026
EPB	3.262,5	Agosto/2025	6º	12,17%	Agosto/2030
ESE	1.454,3	Abril/2023			Abril/2028
EMT	7.419,8	Abril/2023	5º	11,25%	Abril/2028
EMS	3.742,6	Abril/2023			Abril/2028
ETO	3.035,6	Julho/2025	6º	12,17%	Julho/2030
ERO	3.302,8	Dezembro/2023			Dezembro/2028
EAC	1.146,7	Dezembro/2023	5º	11,25%	Dezembro/2028
Total	25.606,0				

Destacamos abaixo a evolução da BRL, a cada ciclo de revisão tarifária, das Discos que passaram por esse processo ao longo de 2025:

➤ **ETO:**

No ano de 2025 foi homologado um aumento da base de ativos da Energisa Tocantins de aproximadamente 60% real em relação a última homologada em 2020. Foi um forte volume de investimentos feitos com a segurança de uma boa alocação de capital que se refletiu inclusive em um reconhecimento adicional pela Agência em relação ao laudo de ativos protocolado.



➤ **EPB:**

Para a Energisa Paraíba, no ano de 2025 foi homologado um crescimento de base de ativos na ordem de 24% real, frente a base homologada em 2021 (somando EPB + EB0).



A diferença entre o valor homologado e o protocolado decorre dos ajustes de saneamento, obrigações especiais, índice de aproveitamento e elegibilidade realizados pela ANEEL na fiscalização da BRR.

A base de remuneração consolidada das distribuidoras de energia elétrica extraída das informações financeiras societárias contempla depreciação, baixa e novas adições, conforme abaixo:

Descrição Valores em R\$ milhões	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024	Var. %
Ativo financeiro indenizável da concessão	14	17.715,21	14.530,81	21,9%
Ativo contratual - infraestrutura em construção	18	2.824,63	2376,17	18,9%
Intangível - contrato de concessão	18	18.099,40	17.829,90	1,5%
(-) Exclusão do mais valia dos ativos apurado no purchase price allocation (PPA) da combinação de negócios	18.1	-5.866,80	-6.270,80	-6,4%
Total	-	32.772,44	28.466,08	15,1%

3.1.7 Parcela B

Distribuidora	Parcela B				
	DRA ⁽¹⁾	DRP ⁽²⁾	Variação (R\$ milhões)	Variação %	Processo Revisional
EMR	428,8	458,1	29,3	+6,8	Reajuste Anual
ESE	663,1	706,0	42,9	+6,5	Reajuste Anual
EPB	1.189,0	1.245,8	56,8	+4,8	Revisão
EMT	2.888,2	3.081,2	193,0	+6,7	Reajuste Anual
EMS	1.761,0	1.895,7	134,7	+7,6	Reajuste Anual
ETO	1.088,2	1.216,7	128,6	+11,8	Revisão
ESS	605,2	654,5	49,3	+8,1	Reajuste Anual
ERO	1.148,7	1.198,5	49,8	+4,3	Reajuste Anual
EAC	439,0	449,7	10,8	+2,5	Reajuste Anual
Total	10.211,1	10.906,2	695,2	+6,81	

(1) DRA – Data de Referência Anterior: é definida como sendo a data de vigência do último processo tarifário homologado pela ANEEL, seja reajuste ou revisão tarifária, que contempla os custos incorridos e receitas auferidas nos doze meses relativos ao processo tarifário.

(2) DRP – Data de Referência em Processamento: a DRP é definida como sendo a data de vigência do processo tarifário em análise a ser homologado pela ANEEL, quer seja reajuste ou revisão tarifária, que contempla os custos e receitas previstas para os doze meses relativos ao processo tarifário. Ambas utilizam o mesmo mercado de referência e, portanto, a razão entre as duas indica apenas o incremento tarifário do componente.

3.2 Custos e despesas operacionais

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais das distribuidoras.

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	3.810,7	3.991,6	- 4,5	14.430,9	13.184,0	+ 9,5
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	2.964,6	3.338,2	- 11,2	11.120,9	10.658,3	+ 4,3
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	846,1	653,3	+ 29,5	3.310,0	2.525,7	+ 31,1
2 Custos e Despesas controláveis	975,1	1.083,1	- 10,0	3.898,6	3.920,6	- 0,6
2.1 PMSO	863,9	877,9	- 1,6	3.324,6	3.236,2	+ 2,7
2.2 Provisões/Reversões	111,3	205,2	- 45,8	574,0	684,4	- 16,1
2.2.1 Contingências	36,6	111,8	- 67,3	149,8	275,1	- 45,6
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	74,7	93,4	- 20,1	424,3	409,3	+ 3,7
3 Demais receitas/despesas	625,2	461,8	+ 35,4	1.965,3	1.612,8	+ 21,9
3.1 Amortização e depreciação	395,3	341,0	+ 15,9	1.511,2	1.290,6	+ 17,1
3.2 Outras receitas/despesas	230,0	120,8	+ 90,3	454,2	322,1	+ 41,0
Total (sem custo de construção da infraestrutura)	5.411,1	5.536,5	- 2,3	20.294,9	18.717,4	+ 8,4
Custo de construção da infraestrutura	1.277,0	1.479,4	- 13,7	5.006,8	4.860,0	+ 3,0
Total (com custo de construção da infraestrutura)	6.688,1	7.015,9	- 4,7	25.301,7	23.577,4	+ 7,3

3.2.1 Custos e despesas operacionais controláveis

PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

As despesas com PMSO reduziram 1,6% (-R\$ 14,0 milhões) e atingiram R\$ 863,9 milhões no trimestre e segue abaixo da inflação do período.

A seguir, a composição do PMSO das distribuidoras:

PMSO combinado Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Pessoal e benefício pós-emprego	347,1	377,4	- 8,0	1.456,3	1.380,9	+ 5,5
Material	74,0	68,9	+ 7,4	278,8	261,0	+ 6,8
Serviços de terceiros	409,7	383,4	+ 6,9	1.506,1	1.429,3	+ 5,4
Outras	33,1	48,1	- 31,3	83,4	164,9	- 49,4
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0,2	0,2	- 31,0	0,7	2,0	- 65,9
✓ Outros	32,9	47,9	- 31,3	82,7	163,0	- 49,2
Total PMSO combinado	863,9	877,9	- 1,6	3.324,6	3.236,2	+ 2,7
IPCA / IBGE (12 meses)	4,26%					
IGPM / FGV (12 meses)	-1,05%					

As principais variações nas despesas de PMSO estão detalhadas a seguir:

✓ **Pessoal e Benefício Pós Emprego**

No trimestre, a rubrica de pessoal e benefício pós-emprego atingiu R\$ 347,1 milhões registrando uma redução de 8,0% (+R\$ 30,3 milhões), explicado principalmente pela redução do custo médio por colaborador (-3,6%), mesmo diante de um crescimento moderado da força de trabalho (+0,8%) decorrentes de menores desembolsos com participação nos lucros, salários e encargos, além de reversões de despesas com ticket-alimentação relacionadas a exercícios anteriores.

✓ **Material**

As despesas com materiais atingiram R\$ 74,0 milhões no 4T25, aumento de 7,4% (+R\$ 5,1 milhões) na comparação

com o 4T24, explicado principalmente por maiores despesas de manutenção de rede e equipamentos (+R\$7,5 milhões; +46%), refletindo maior intensidade de intervenções e um ajuste pontual na EAC (indeferimento de obras reconhecido como despesa no trimestre).

✓ **Serviços**

As despesas com serviços de terceiros totalizaram R\$ 409,7 milhões no 4T25, crescimento de 6,9% (+R\$ 26,3 milhões) em relação ao 4T24, impulsionado pela maior demanda por serviços intercompany, que avançaram 7,8% no trimestre, refletindo intensificação das atividades de suporte corporativo (CSE e TI). As despesas com manutenção corretiva e preventiva também registraram expansão, somando R\$ 117,3 milhões e apresentando alta de 19,2%, influenciadas pelo maior volume de serviços em campo nas frentes de manutenção de redes, equipamentos e poda de árvores, em linha com o reforço das ações de confiabilidade do sistema elétrico.

✓ **Outras despesas**

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 32,9 milhões, redução de 31,3% (-R\$ 15,0 milhões) comparado ao mesmo período do ano passado, na maior parte, em função principalmente ao reembolso de Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) no total de R\$ 14,8 milhões no período.

Acesse essa e outras tabelas em Excel que estão disponíveis [nesse link](#).

3.2.2 Demais despesas operacionais

O grupo das demais despesas operacionais atingiu R\$ 736,5 milhões no trimestre, contra R\$ 667,1 milhões no mesmo período do ano anterior, aumento de 10,4%.

Demais despesas - combinado Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Provisões/Reversões	111,3	205,2	- 45,8	574,0	684,4	- 16,1
Contingências	36,6	111,8	- 67,3	149,8	275,1	- 45,6
Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	74,7	93,4	- 20,1	424,3	409,3	+ 3,7
Demais receitas/despesas	625,2	461,8	+ 35,4	1.965,3	1.612,8	+ 21,9
Amortização e depreciação	395,3	341,0	+ 15,9	1.511,2	1.290,6	+ 17,1
Outras receitas/despesas	230,0	120,8	+ 90,3	454,2	322,1	+ 41,0
Total combinado	736,5	667,1	+ 10,4	2.539,4	2.297,2	+ 10,5

Contingências

A rubrica de provisões/reversões apresentou melhoria de R\$ 75,2 milhões e registrou no 4T25 despesa de R\$ 36,6 milhões, reflexo, em grande parte, de projeto de realização de acordos em processos relevantes trabalhistas e cíveis, que impactaram esta rubrica no 4T24, sendo R\$ 24,1 milhões na EMT e R\$ 32,5 milhões na ETO. No exercício, a melhoria nas despesas de Contingências foi de R\$ 125,3 milhões

Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

A PPECLD foi de R\$ 74,7 milhões no 4T25, representando uma redução de 20,1% (+ R\$ 18,7 milhões), quando comparado a R\$ 93,4 milhões no 4T24. Informações adicionais, recorrer ao item 3.1.3.1 deste relatório.

Demais receitas/despesas

No trimestre, as outras despesas líquidas alcançaram R\$ 230,0 milhões, aumento de 90,3% (R\$ 109,2 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pela provisão de R\$ 88,2 milhões para perdas do ICMS-GD que são impostos incidentes sobre os encargos de conexão e uso da rede (TUSD) que a Companhia busca recuperar junto aos consumidores, mas impedido de cobrança por medida judicial. Após análise anual indicar que esses saldos não atendiam aos critérios de recuperabilidade, foi constituída a provisão nas distribuidoras EMT, EMR, EPB, ESE, ERO e EAC, com reconhecimento na linha de "Outros Resultados", conforme prática contábil aplicável.

3.3 EBITDA

O EBITDA ajustado recorrente combinado recorrente das distribuidoras R\$ 2.017,8 milhões no trimestre, cresceu 20,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var%
(=) EBITDA Combinado das Distribuidoras	1.767,3	1.437,2	+ 23,0	7.575,0	6.719,2	+ 12,7
(-) VNR - Distribuição	(84,9)	(189,6)	- 55,2	(630,3)	(616,7)	+ 2,2
(=) EBITDA ajustado combinado	1.682,4	1.247,7	+ 34,8	6.944,7	6.102,5	+ 13,8
Provisão de efeitos da geração distribuída	-	430,2	-	-	430,2	-
Provisão RTE da ERO	(51,1)	-	-	(228,0)	-	-
Baixa Créditos Tributários	386,5	-	-	386,5	-	-
(=) EBITDA ajustado recorrente	2.017,8	1.677,9	+ 20,3	7.103,3	6.532,7	+ 8,7

Informações detalhadas sobre as variações dos indicadores por empresa estão disponíveis no release de cada distribuidora.

Os valores de EBITDA por empresa estão no [AnexoA3](#).

3.4 Lucro líquido do período

O lucro líquido recorrente combinado das distribuidoras totalizou R\$ 1.030,5 milhões no trimestre, aumento de 120,0% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, conforme abaixo:

Valores em R\$ milhões Lucro líquido	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	4T25
(=) Lucro líquido	1.199,4	1.847,4	- 35,1	3.634,4	4.268,7	- 14,9
(-) VNR - Distribuição	(68,1)	(146,9)	- 53,6	(500,8)	(480,9)	+ 4,1
(=) Lucro líquido do período ajustado combinado	1.131,3	1.700,5	- 33,5	3.133,6	3.787,8	- 17,3
Provisão de efeitos da geração distribuída	-	321,6	-	-	321,6	-
Provisão RTE da ERO	(82,1)	-	-	(267,1)	-	-
Juros Selic sobre indêbitos tributários	-	(458,2)	-	-	(458,2)	-
Constituição do ativo diferido da ERO	(327,5)	(1.095,6)	- 70,1	(327,5)	(1.095,6)	- 70,1
Baixa Créditos Tributários	308,7	-	-	308,7	-	-
(=) Lucro líquido do período ajustado recorrente combinado	1.030,5	468,3	+ 120,0	2.847,7	2.555,6	+ 11,4

Os valores de lucro líquido por empresa estão no [AnexoA3](#).

4. TRANSMISSÃO

4.1 Resultados econômico-financeiros consolidado – Societário x Regulatório

Principais impactos no resultado societário

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário consolidado da ETE:

Desempenho Econômico-Financeiro IFRS Resultados – R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita de construção de infraestrutura	68,2	71,7	- 4,9	262,6	415,8	- 36,8
Ganho na eficiência na implementação da infraestrutura	8,9	17,9	- 50,1	28,6	23,0	+ 24,5
Receita das margens da obrigação de performance da construção	4,6	22,7	- 80,0	52,0	123,0	- 57,8
Receita de operação e manutenção	18,8	17,1	+ 10,1	72,8	67,7	+ 7,6
Remuneração dos ativos de concessão	97,9	277,8	- 64,7	795,3	931,3	- 14,6
Outras receitas operacionais	19,8	100,1	- 80,2	87,8	156,8	- 44,0
Total da receita bruta	218,3	507,3	- 57,0	1.299,2	1.717,7	- 24,4
Deduções da receita	(20,9)	(37,5)	- 44,4	(111,9)	(128,2)	- 12,6
Receita operacional líquida	197,4	469,8	- 58,0	1.187,3	1.589,5	- 25,3
Custo de construção	(59,8)	(147,0)	- 59,3	(244,8)	(477,7)	- 48,8
Margem bruta	137,6	322,8	- 185,2	942,5	1.111,9	- 169,4
PMSO	(40,6)	(73,1)	- 44,5	(135,3)	(240,0)	- 43,6
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	(3,9)	0,6	-	(6,6)	8,8	-
Depreciação/Amortização	(0,4)	(1,3)	- 68,9	(1,7)	(2,6)	- 36,3
Resultado financeiro	(67,6)	(105,8)	- 36,1	(344,9)	(355,8)	- 3,1
Contribuição social e imposto de renda	(28,6)	(87,7)	- 67,4	(106,4)	(183,5)	- 42,0
Lucro líquido do período	(3,5)	55,7	-	347,7	338,8	+ 2,6
EBITDA	93,2	250,4	- 62,8	800,6	880,7	- 9,1
Margem EBITDA (%)	47,2	53,3	- 6,1 p.p.	67,4	55,4	+ 12,0 p.p.

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

- A Receita operacional líquida do 4T25 foi de R\$ 197,4 milhões, redução de R\$ 272,4 milhões em relação ao 4T24 devido: (i) à menor remuneração dos ativos nas concessões LMTE, LXTE e LTTE, devido à variação do IPCA e amortizações, (ii) à redução na receita de construção por investimentos menores nas concessões EAM, EAM II e nos projetos Reforço de Oriximiná (LMTE) e EAP e (iii) ao ajuste contábil negativo nas indenizações das concessões ETTII, EAM, EAM II, EAP e EMA.
- O PMSO do 4T25 totalizou R\$ 40,6 milhões, redução de 44,5% na comparação com o 4T24, ocasionado em função da menor realização de melhorias de pequeno porte nas concessões do grupo Gemini (LXTE e LMTE), das menores aquisições de materiais sobressalentes e ferramental, além da internalização das atividades de O&M.
- O EBITDA societário foi de R\$ 93,2 milhões no 4T25, redução de 62,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior em função principalmente ao término de construção de alguns projetos e assim a consequente redução da receita.

Principais impactos do resultado regulatório

Aviso: Nesta seção são apresentados os resultados regulatórios do segmento de transmissão da Companhia. Os resultados regulatórios têm a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerencial das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão. Portanto, não deve ser considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR's) aqui apresentadas são auditadas anualmente até 30 de abril de

cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente à conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório consolidado da ETE:

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados – R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita anual permitida	216,3	198,1	+ 9,2	857,5	792,5	+ 8,2
Receita operacional bruta	216,3	198,1	+ 9,2	857,5	792,5	+ 8,2
Deduções da receita	(22,0)	(21,1)	+ 4,6	(89,8)	(84,3)	+ 6,5
Receita operacional líquida	194,3	177,1	+ 9,7	767,7	708,2	+ 8,4
PMSO	(35,8)	(48,5)	- 26,2	(128,2)	(175,6)	- 27,0
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	(7,5)	(1,3)	+ 479,0	(10,2)	4,8	-
Amortização/Depreciação	(54,5)	(48,0)	+ 13,5	(197,9)	(190,0)	+ 4,1
Resultado financeiro	(67,6)	(105,8)	- 36,1	(344,9)	(355,7)	- 3,0
Contribuição social e imposto de renda	(30,2)	(38,8)	- 22,1	(22,9)	(72,7)	- 68,5
Lucro (Prejuízo) líquido regulatório	(1,4)	(65,3)	- 97,9	63,6	(81,0)	-
EBITDA regulatório	151,0	127,3	+ 18,6	629,2	537,4	+ 17,1
Margem EBITDA (%)	77,7	71,9	+ 5,8 p.p.	82,0	75,9	+ 6,1 p.p.

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

- A Energisa Transmissão de Energia (ETE) apresentou um EBITDA regulatório de R\$ 151,0 milhões, um aumento de R\$ 23,7 milhões na comparação com o 4T24 impulsionado principalmente pelo crescimento da receita anual permitida, reflexo tanto do reajuste tarifário da RAP do ciclo 2025/2026 quanto da entrada em operação de novos ativos. Além disso, a empresa permanece demonstrando eficiência na gestão de custos, com uma redução de R\$ 12,7 milhões na linha de PMSO, beneficiada pela internalização de atividades de operação e manutenção.

5. (RE)ENERGISA

5.1 Geração distribuída

O segmento de geração distribuída finalizou o ano de 2025 revertendo tendência de redução da base de clientes observada no ano anterior, assegurando de forma sustentável desde fevereiro de 2025, que os volumes em MWp atribuídos aos novos participantes dos consórcios de geração compartilhada fosse maior que das desconexões. Em termos de capacidade instalada de geração, o ano foi encerrado com 125 usinas solares fotovoltaicas (UFV), totalizando 469 MWp de potência, conforme por região a seguir:

Distribuidora	Usinas	MWp
Minas Gerais	66	206
Mato Grosso	19	94
Rio de Janeiro	5	14
São Paulo	9	43
Mato Grosso do Sul	17	83
Ceará	4	13
Maranhão	1	5
Pernambuco	3	7
Piauí	1	6
Total	125	469

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro do segmento:

Geração Distribuída Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
(=) Receita líquida	114,4	116,3	- 1,6	370,1	380,4	- 2,7
(-) CUSD	(16,6)	(12,7)	+ 31,0	(60,4)	(44,7)	+ 35,2
(-) PMSO	(36,2)	(41,7)	- 13,2	(123,4)	(141,9)	- 13,1
(+) Outros custos e despesas	(2,4)	0,9	-	(8,0)	(5,9)	+ 35,4
(=) EBITDA	59,1	62,8	- 5,9	178,3	187,9	- 5,1
(+) Amortização e depreciação	(25,6)	(26,8)	- 4,4	(93,7)	(88,4)	+ 6,0
(+/-) Resultado financeiro	(64,2)	(44,0)	+ 45,9	(213,8)	(129,2)	+ 65,4
(+/-) IR/CSLL	11,3	3,4	+ 234,4	46,1	12,3	+ 274,5
(=) Lucro (prejuízo) do período	(19,3)	(4,6)	+ 319,0	(83,1)	(17,5)	+ 375,7

A unidade de negócio de geração distribuída da (re)energisa apresentou uma receita líquida de R\$ 114,4 milhões no 4T25, redução de 1,6% na comparação anual, impactada pela conclusão de projetos de P&D em 2024, no montante de R\$ 11,1 milhões, não recorrente em 2025. Na comparação sequencial, o negócio apresentou um crescimento de receita líquida de 30,6% frente ao 3T25, desempenho que reflete o plano de expansão de aquisição de clientes utilizando-se de canais diretos, indiretos e digital e a eficácia da política comercial, que priorizou a preservação de margens em contratos de longo prazo, mesmo diante do aumento na oferta de GD no mercado.

Os indicadores comerciais consolidaram trajetória de evolução no 4T25, com o churn mensal estável quando comparado ao mesmo período do ano anterior e uma redução de 0,2 p.p. em relação ao trimestre imediatamente anterior. A inadimplência recuou de 3,79% no 4T24 para 2,84% no 4T25, valor inferior também ao resultado do trimestre imediatamente anterior. No comparativo anual, o churn mensal recuou 1,3 p.p. e a inadimplência 0,95 p.p., redução equivalente a 30% e 25% respectivamente, próximos aos níveis de 2023. Quanto aos indicadores de aquisição de clientes, consolidaram o crescimento nas vendas no 4T25 de 128% quando comparado com 4T24, e a base de clientes gerando receita foi a maior da história da (re)energisa, com um aumento de 15,7% em dezembro de 2025 quando comparado com dezembro de 2024.

O PMSO apresentou redução de 13,2%, refletindo melhor efetividade em OPEX. A CUSD cresceu 31,0% em relação ao 4T24, movimento alinhado à maior capacidade instalada e ao avanço da base operacional.

O EBITDA alcançou R\$ 59,1 milhões no 4T25, redução de 5,9% com relação ao 4T24, impactado em parte pela receita extraordinária de R\$ 11,1 milhões de projetos em P&D. Na comparação com o 3T25, o EBITDA cresceu 36,8% demonstrando recuperação sequencial frente aos trimestres anteriores de 2025, desempenho que comprova a estratégia comercial e de expansão com foco em rentabilidade.

5.2 Comercialização de energia elétrica

Nota: A partir do 2T25, o resultado da Clarke passou a ser incorporado aos resultados da Comercializadora para alinhar com a natureza do negócio. Anteriormente, era classificado em "Holding/Outros". Para facilitar a comparação, esse ajuste também foi aplicado aos resultados de 2024. É importante notar que essa mudança não impacta o resultado consolidado da Energisa, pois se trata apenas de uma reclassificação entre linhas da demonstração de resultados.

No 4T25, o cenário hidrológico apresentou desempenho inferior ao observado no mesmo período de 2024, com as Energias Naturais Afluentes (ENAs) permanecendo entre as mais baixas da série histórica. Como consequência, os níveis de armazenamento dos reservatórios foram impactados, encerrando o 4T25 em 45,5%, o que representa uma redução de 7,4 pontos percentuais em relação à mesma data do ano anterior. Nesse contexto, o PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) apresentou elevação no período, para R\$ 256/MWh, acima do valor observado no quarto trimestre de 2024.

No 4T25, o faturamento com energia cresceu 35,3% no total, justificado pelo esforço na prospecção de novos clientes e pelas movimentações estratégicas de trading.

No que se refere às migrações varejistas, a companhia realizou 366 migrações em 2025, o que representa um crescimento de 4,3% em relação ao ano anterior, reforçando a expansão contínua de sua base de clientes. No 4T25, o volume de migrações refletiu o cenário de preços vigente no período, que levou parte dos consumidores a postergar suas decisões, sem impacto relevante sobre a estratégia comercial da companhia.

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Vendas a consumidores livres (ECOM)	3.122	3.162	-1,3%	9.970	8.368	19,1%

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro da Comercializadora:

Comercializadora Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
(=) Receita Líquida	619,6	522,5	+ 18,6	1.771,6	1.155,9	+ 53,3
Compra de energia	(621,1)	(516,3)	+ 20,3	(1.770,2)	(1.101,1)	+ 60,8
Spread	(1,5)	6,2	-	1,4	54,8	- 97,5
Efeito MTM	(4,4)	5,5	-	(62,2)	(181,0)	- 65,7
PMSO	(6,2)	(14,8)	- 58,2	(38,6)	(56,6)	- 31,7
Outras receitas/despesas	(0,3)	0,2	- 285,5	(0,8)	11,5	-
EBITDA	(12,4)	(3,0)	+ 315,4	(100,3)	(171,3)	- 41,5
Depreciação e amortização	(0,4)	(0,1)	+ 243,4	(1,0)	(0,4)	+ 157,2
Resultado financeiro	1,5	(0,6)	-	1,5	(6,5)	-
IR/CSLL	3,5	0,8	+ 318,7	31,7	59,0	- 46,2
Lucro (prejuízo) líquido	(7,7)	(2,9)	+ 167,5	(68,0)	(119,2)	- 43,0

No acumulado do ano de 2025, o EBITDA apresentou melhora em 40% em relação a 2024, em função de redução em 32% no PMSO e melhora significativa no resultado da marcação a mercado (MTM) com despriorização do Trading Direcional e consequente redução em 96% da exposição do book de energia.

Apresentamos abaixo o EBITDA ajustado e Lucro Líquido ajustado da Comercializadora excluindo o efeito do MTM do período:

EBITDA Comercializadora Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
(=) EBITDA	(12,4)	(3,0)	+ 315,4	(100,3)	(171,3)	- 41,5
Marcação a mercado (MTM)	(4,4)	5,5	-	(62,2)	(181,0)	- 65,7
(=) EBITDA ajustado recorrente	(8,0)	(8,5)	- 5,6	(38,1)	9,7	-

Lucro líquido Comercializadora Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
(=) Lucro/prejuízo líquido do período	(7,7)	(0,9)	+ 767,8	(68,6)	(114,6)	- 40,2
Marcação a mercado (MTM)	(2,9)	3,6	-	(41,0)	(119,5)	- 65,7
(=) Lucro/prejuízo líquido do período	(4,8)	(4,5)	+ 7,0	(27,6)	4,8	-

A comercializadora apresentou spread de -R\$ 1,5 milhões, redução de R\$ 7,6 milhões em relação ao 4T24. Com relação à receita líquida, houve um crescimento de 18,6% frente ao mesmo período do ano anterior, e, apesar da redução de volume (-3,6%), os preços negociados aumentaram (+18,1%) no período respectivamente.

No 4T25, a marcação a mercado dos contratos foi de R\$ 4,4 milhões negativo, variação negativa de R\$ 9,9 milhões, sem efeito caixa, referente às elevações de preço e posição do portfólio como efeito de um estorno no resultado.

A linha de PMSO registrou redução de R\$ 8,6 milhões no comparativo com o mesmo período do ano anterior, em função de otimização de despesas para composição da estrutura da comercializadora.

O EBITDA do 4T25 apresentou redução de R\$ 9,4 milhões em relação ao 4T24. Todavia, removendo o efeito MTM, o EBITDA ajustado recorrente apresentou uma melhora de 5,6% em comparação com o 4T24, reflexo do impacto no spread, decorrente da relação entre o preço da energia e o volume exposto.

5.3 Serviços de valor agregado

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro do segmento:

Serviços de valor agregado Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var.%
Receita líquida	66,1	67,0	- 1,4	222,5	293,8	- 24,3
PMSO	(59,5)	(71,1)	- 16,3	(198,3)	(275,2)	- 28,0
Outros custos e despesas	7,5	(0,2)	+ 3850,0	7,3	(0,6)	+ 1399,0
EBITDA	14,0	(4,3)	+ 428,8	31,6	18,0	+ 75,8
Amortização e depreciação	(3,6)	(3,8)	- 4,8	(14,9)	(15,4)	- 3,0
Resultado financeiro	1,5	1,1	+ 35,5	6,0	1,0	+ 513,8
IR/CSLL	(4,0)	2,6	+ 252,5	(8,0)	(1,2)	+ 536,7
Lucro líquido (prejuízo) do período	7,8	(4,3)	+ 281,1	14,7	2,3	+ 529,7

O resultado do EBITDA do 4T25 ficou superior de R\$ 18,3 milhões frente ao mesmo período do ano anterior, principalmente, em função: (i) da redução de PMSO de R\$ 11,5 milhões (-16,3%) alinhado à reestruturação iniciada em 2023 dos portfólios de serviços, mantendo na base os contratos conforme à estratégia de expansão da (re)energisa, adicionado as otimizações de custos e melhor performance dos contratos e (ii) do registro de outras receitas e despesas (baixa de ativos) com +R\$ 7,6 milhões condicionado aos contratos desmobilizados em ciclos anteriores devido a reestruturação citada, o qual contribuiu com o resultado.

Na visão acumulada, vale destacar que 2025 registrou o melhor resultado histórico de Lucro Líquido, com destaque em ganhos consistentes de eficiência operacional, com elevação de 5 p.p. de margem de contribuição em comparação a 2024 (26,2% para 31,1%) e otimização de custos. Em relação às vendas, encerramos o ano com crescimento de +118% no volume de novos negócios, fortalecendo nosso portfólio de geração de valor e ampliando as bases para crescimento sustentável nos próximos ciclos

6. GERAÇÃO CENTRALIZADA

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro do segmento:

Rio do Peixe I e II Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var.%
Receita líquida	8,7	8,6	+ 0,6	31,2	32,3	- 3,3
PMSO	(1,1)	(1,0)	+ 11,1	(4,0)	(3,8)	+ 6,5
Outros custos e despesas	(1,5)	(1,5)	- 1,6	(6,7)	(5,5)	+ 21,1
EBITDA	6,1	6,1	- 0,6	20,4	22,9	- 10,8
Amortização e depreciação	(3,6)	(3,6)	+ 0,4	(14,3)	(14,2)	+ 1,1
Resultado financeiro	(1,5)	(2,6)	- 43,9	(8,2)	(11,1)	- 26,6
Contribuição social e imposto de renda	0,0	0,0	+ 245,5	0,8	(1,9)	-
Prejuízo líquido	1,1	(0,1)	-	(1,3)	(4,3)	- 70,7

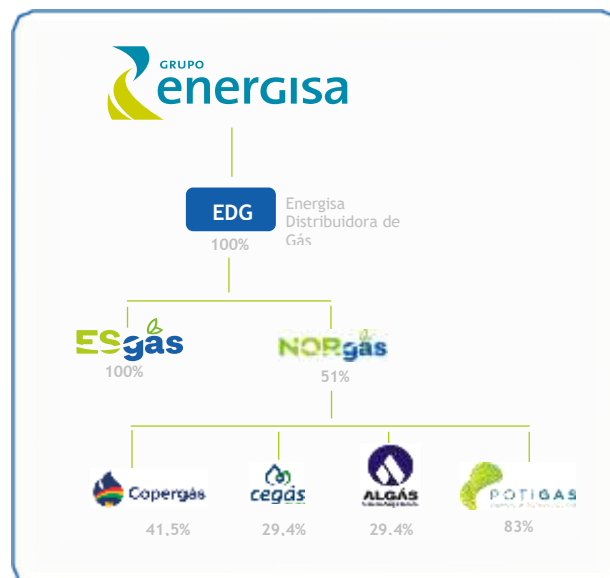
A Geração Centralizada manteve estabilidade no 4T25, com receita líquida de R\$ 8,7 milhões, em linha com o 4T24. O PMSO aumentou 11,1%, devido ao maior custo TUSD, parcialmente compensado pela internalização de O&M. O resultado financeiro teve melhora, com redução de R\$ 1,1 milhão nas despesas líquidas. Com isso, o lucro líquido alcançou R\$ 1 milhão, impulsionado principalmente pelo desempenho financeiro.

7. DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL

7.1 Visão geral

A Energisa Distribuidora de Gás (EDG) é a holding responsável pelo segmento de distribuição de gás natural. Abaixo, segue o organograma societário que ilustra a estrutura de controle da EDG dentro do Grupo Energisa:

- **ES Gás** desempenha um papel estratégico na expansão da infraestrutura de gás natural no Espírito Santo, contribuindo para a transição energética com soluções inovadoras e sustentáveis. A empresa atende mais de 90 mil unidades consumidoras e opera uma rede de aproximadamente 660 km, garantindo um fornecimento seguro e eficiente. Responsável pela distribuição de gás natural canalizado no estado, a ES Gás atua em diversos setores, incluindo residencial, comercial, industrial, automotivo, climatização, cogeração e geração termoeletrônica. Para mais informações, consulte o Release da ES Gás.



- Através da **Norgás**, a Energisa possui participações societárias em importantes distribuidoras de gás natural nos estados do Nordeste. O Grupo participa das operações da Algás (Gás de Alagoas), Cegás (Companhia de Gás do Ceará), Copergás (Companhia Pernambucana de Gás) e Potigás (Companhia Potiguar de Gás), que atendem os estados de Alagoas, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, respectivamente. Com essa estratégia, a Norgás fortalece a presença do Grupo Energisa no mercado de gás natural, expandindo sua atuação e contribuindo para o desenvolvimento energético da região. As distribuidoras juntas atendem a 259,2 mil unidades consumidoras.

7.2 Resumo participações direta e indireta

Companhias Distribuidoras Locais de Gás Canalizados (CDL)		Participação (%)		
		Norgás ⁽¹⁾	EDG	Energisa ⁽²⁾
Norgás	Es Gás	-	100 ⁽¹⁾	100
	Copergás	41,5	50,5 ⁽²⁾	21,0
	Cegás	29,4	50,5 ⁽²⁾	14,8
	Algás	29,4	50,5 ⁽²⁾	14,8
	Potigás	83,0	50,5 ⁽²⁾	41,9

As participações demonstradas no quadro são diretas ⁽¹⁾ ou indiretas ⁽²⁾.

7.3 Informações Financeiras

O resultado de equivalência patrimonial, apresentado a seguir por cada CDL, reflete a contribuição das controladas no desempenho consolidado do Grupo Energisa.

Os valores consideram o período de setembro a novembro de 2025 para o 4T25, e de dezembro de 2024 a novembro de 2025 para o acumulado de 2025, evidenciando a evolução do resultado das investidas ao longo do exercício.

Equivalência Patrimonial por CDL		
Valores em R\$ milhão	4T25	2025
Copergás	1,4	47,6
Cegás	7,7	19,6
Algás	0,7	10,3
Potigás	7,1	18,0
Total	16,8	95,5

Vale destacar que a Norgás realizou pagamentos líquidos de **R\$ 170,0 milhões** a título de dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) em 2025, resultado da gestão ativa que vem sendo desenvolvida pelas CDLs e a Norgás, com apoio do Grupo Energisa e da Mitsui, para melhoria da excelência operacional e geração de valor para os acionistas.

A seguir é apresentado um resumo do desempenho econômico-financeiro da ES Gás e Norgás(*):

Descrição	ES GÁS						NORGÁS ⁽¹⁾					
	Trimestre			Exercício			Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita líquida ⁽³⁾	246,6	308,0	- 19,9	681,3	1.549,3	- 56,0	616,6	733,1	-15,9	2.680,9	2.902,7	-7,6
Margem Bruta	95,1	53,1	+ 79,0	283,7	249,0	+ 13,9	141,1	137,4	+ 2,7	560,3	522,8	+ 7,2
PMSO	22,3	19,8	+ 12,2	77,8	73,8	+ 5,4	(66,5)	(58,0)	+ 14,6	(251,8)	(240,4)	+ 4,8
EBITDA	82,7	34,1	+ 142,5	218,3	187,1	+ 16,7	115,1	62,3	+ 84,9	370,6	322,0	+ 15,1
Resultado financeiro	(21,2)	(19,5)	+ 8,8	(95,1)	(65,0)	+ 46,4	10,3	12,8	-19,1	51,3	61,6	-16,7
Lucro/ prejuízo líquido	28,1	(1,5)	-	33,2	37,6	- 11,6	98,4	49,6	+ 98,4	318,2	271,4	+ 17,3
Investimentos	55,7	46,8	+ 19,0	120,1	93,1	+ 29,0	47,9	52,9	-9,4	206,3	220,4	-6,4

⁽¹⁾ Os valores não são proporcionais à participação da Energisa e correspondem 100% do resultado da CDL.

⁽²⁾ O resultado refere-se ao período de setembro a novembro de 2025 para o trimestre e de dezembro de 2024 a novembro de 2025 para acumulado de 2025.

⁽³⁾ Receita líquida sem receita de construção



Destaques Es Gás:

- A **Margem Bruta**, desconsiderando os efeitos do PGU (preço de gás de ultrapassagem), apresentou um **aumento de 95,6%** no 4T25, totalizando **R\$ 94,9 milhões**. Essa variação é explicada, principalmente, pelo incremento de volume (+30,8%) e do reajuste da margem média de distribuição para R\$ 0,4702/m³ (+56,7%), vigente a partir de agosto de 2025.
- A ES Gás encerrou o segundo trimestre de 2025 com um total de **91.222 unidades consumidoras**, um **incremento de 7,6%** em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete a continuidade dos esforços para expandir a base de clientes e fortalecer a presença no mercado.
- O **volume total de gás natural distribuído alcançou 261.380 mil m³**, **crescimento de 30,8%** em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado foi impulsionado, principalmente, pelo avanço nos segmentos termelétrico (131,5%), comercial (+13,3%), residencial (+12,6%) e industrial (+9,2%).



Destaques Norgás:

- No 4T25, o desempenho das distribuidoras de gás natural (CDLs) foi marcado pelo **aumento da margem bruta (+2,7%)**, impulsionado principalmente pela redução nos custos de aquisição do gás. A receita líquida apresentou retração no período, refletindo a queda de volumes, especialmente nos segmentos industrial e automotivo (GNV). Em contrapartida, os custos operacionais (PMSO) cresceram, pressionados por despesas com pessoal, taxas regulatórias e outros itens específicos em algumas concessionárias

As informações detalhadas sobre as empresas podem ser consultadas nos links abaixo.

- **Es Gás:** Acesso às informações [aqui](#)
- **Norgás:** Consulte o release [aqui](#)

8. ACOMPANHAMENTO DAS PROJEÇÕES DA COMPANHIA

Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais Individuais e Consolidadas

Em atenção ao disposto no art. 21, §4º, da Resolução CVM n.º 80/22, apresenta-se abaixo as comparações das projeções divulgadas pela Companhia com os dados evolutivos efetivamente realizados até o 4T25:

- (i) Projeções dos compromissos relacionados à sustentabilidade dos negócios, abordando aspectos ambientais, sociais e de governança ("ESG") da Companhia divulgadas ao mercado em 29 de junho de 2022, já tendo superado 2 dos 3 compromissos:

Objeto	Unidade	Previsão até o período findo em 31 de dezembro de 2026	Acumulado até 31 de dezembro de 2025
Energia elétrica, limpa e acessível a áreas remotas da concessão	nº de unidades consumidoras	55.000	57.335
Descomissionamento e desativação de UTEs	MW	171,7	195 ^(a)
Instalação de potência em energia renovável	GW	0,6	0,543

- (a) Em 2024, concluímos o desligamento de todas as usinas termelétricas previstas na Amazônia Legal, antecipando em dois anos o compromisso originalmente estabelecido para 2026.
- (ii) Aumento da participação de demais linhas de negócios no EBITDA Consolidado, divulgado ao mercado em 21 de novembro de 2022:

Objeto	Unidade	Previsão até o período findo em 31 de dezembro de 2026	Posição em 31 de dezembro de 2025 ⁽¹⁾
Participação de demais linhas de negócios da Companhia, além da distribuição de energia elétrica, no EBITDA Consolidado	% do EBITDA Consolidado	Até 25	17,8

- (b) Considera EBITDA Ajustado Covenants 12 meses

- (iii) Estimativa de investimentos divulgado ao mercado em 19 de dezembro de 2022:

Objeto	Unidade	Previsão até o período findo em 31 de dezembro de 2026	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Estimativa de Investimentos	R\$ bilhões	24,0	25,9

9. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E ASG

9.1 Governança Corporativa

Com mais de um século de atuação no setor de energia, a Energisa construiu sua trajetória com base em práticas de governança corporativa orientadas à perenidade dos negócios, à responsabilidade com os stakeholders e à geração consistente de valor ao longo do tempo. Alinhada ao Nível 2 de Governança Corporativa da B3, a Companhia adota princípios que asseguram disciplina, previsibilidade e equilíbrio no processo decisório, em linha com as melhores práticas de governança do mercado de capitais.

A governança do Grupo é estruturada para garantir a adequada separação entre direcionamento estratégico e gestão executiva, tendo o Conselho de Administração como instância central de definição de diretrizes, supervisão da gestão e acompanhamento do desempenho

O Conselho de Administração é composto por sete membros, dos quais cinco são considerados independentes, conforme os critérios do Anexo K da Resolução CVM nº 80. A presença majoritária de conselheiros independentes contribui para a diversidade de perspectivas, para a mitigação de potenciais conflitos de interesse e para a qualidade e a imparcialidade das decisões estratégicas.

No exercício de suas atribuições, o Conselho é apoiado por seis comitês: Auditoria e Riscos, Pessoas e Sustentabilidade, Divulgação, Ética, Gestão de Riscos do Mercado Financeiro e Estratégia e Alocação de Capital.

Esses fóruns aprofundam a análise de temas relevantes, apoiam a gestão de riscos e contribuem para o acompanhamento da execução estratégica e da alocação de capital.

A atuação da Companhia é orientada por um conjunto estruturado de políticas e códigos corporativos, aprovados pelo Conselho de Administração, que estabelecem diretrizes para a condução ética dos negócios, o gerenciamento de riscos e o relacionamento com os stakeholders, em conformidade com os padrões regulatórios e com as práticas reconhecidas de governança corporativa.

Para mais informações, acesse o site de Relações com Investidores: ri.energisa.com.br.

Gestão de riscos

A Energisa e suas controladas mantêm um sistema estruturado de gestão de riscos, suportado por políticas corporativas específicas, manual próprio da área e diretrizes voltadas à gestão de riscos associados ao mercado financeiro. Esse arcabouço estabelece os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

A governança de riscos adota o modelo das três linhas de defesa, conforme as diretrizes do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). As auditorias internas são conduzidas em conformidade com a norma ISO 31000, por meio da metodologia de Auditoria Baseada em Riscos (ABR), abrangendo os processos considerados críticos para a Companhia.

Os riscos identificados são consolidados em matriz de riscos, que avalia o grau de exposição dos processos internos, considerando os valores em risco e os potenciais impactos operacionais, regulatórios, financeiros, ambientais, reputacionais e de segurança. No período analisado, destacaram-se riscos relacionados a faturamento (receita não faturada), cibersegurança, gestão contratual, comercialização de energia, meio ambiente, negociação de débitos, indicadores de qualidade, processos construtivos, partes relacionadas, relacionamento e experiência do cliente, pesquisa e desenvolvimento (P&D), entre outros.

A efetividade dos controles e dos processos é avaliada mensalmente, sendo que a área de riscos propõe planos de ação e recomendações para redução das exposições identificadas. Os resultados dessas avaliações e as principais evoluções são reportados trimestralmente ao Comitê de Auditoria.

Ética e integridade

A atuação ética e íntegra nos negócios e no relacionamento com seus diversos públicos constitui um princípio basilar da Energisa. Com o objetivo de disseminar seus valores e orientar as partes interessadas, o Conselho de Administração aprovou, em 2021, o Programa de Integridade da Companhia, reforçando o alinhamento às melhores práticas nacionais e internacionais em ética e integridade, bem como às iniciativas de prevenção e combate à corrupção, em conformidade com a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). Nesse contexto, o Código de Ética e de Conduta passou por revisão abrangente, de modo a alinhá-lo às práticas de mercado, à Política Anticorrupção e ao Programa de Integridade da Companhia.

Para o recebimento e tratamento de manifestações internas e externas relacionadas aos temas previstos no Código de Ética e de Conduta e no âmbito do Programa de Integridade, a Companhia mantém um canal de denúncias externo e independente, denominado Canal da Ética, operado por empresa terceirizada, com acesso disponível a colaboradores e ao público externo por meio de telefone gratuito, plataforma digital e aplicativo.

No exercício de 2025, o Canal da Ética registrou 590 denúncias relacionadas a alegados desvios éticos envolvendo colaboradores próprios ou terceiros. No mesmo período, o Comitê de Ética deliberou pela aplicação de 135 medidas disciplinares decorrentes das apurações realizadas, além de recomendar a adoção de medidas administrativas adicionais voltadas ao aprimoramento dos processos e dos controles internos.

9.2 Inovação e P&D

O Grupo Energisa tem ampliado seus investimentos em temas estratégicos como transição energética, automação do grid e projetos com inteligência artificial para aprimorar a tomada de decisão. Essas iniciativas reforçam o compromisso da empresa com a inovação e a busca por soluções que impulsionem a modernização do setor elétrico.

A inovação é um pilar estratégico da Energisa, orientando suas operações e decisões de alto nível. Comprometida com a melhoria contínua e o desenvolvimento de soluções inovadoras, a empresa se destaca na liderança da transformação energética no Brasil, mantendo-se na vanguarda do setor elétrico. Esse compromisso é reforçado por seus valores, incluindo o valor organizacional "coragem para ousar e inovar", que impulsiona decisões estratégicas e o desenvolvimento de soluções que se refletem em conquistas expressivas. Dentre elas, destacam-se o 1º lugar no setor elétrico e a 5ª posição geral no Prêmio Valor Inovação 2025, o 1º lugar em Inovação na categoria Energia do Prêmio Época 360º.

O Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) tem como objetivo não apenas impulsionar inovações em produtos, melhorias operacionais e de processos, mas também gerar impacto positivo para a sociedade. Nos últimos três anos, por exemplo, foram investidos cerca de R\$108,0 milhões em iniciativas de PD&I. Como reflexo desta estratégia, diversas iniciativas vêm sendo desenvolvidas, com destaque para aquelas voltadas ao enfrentamento dos desafios decorrentes da crescente complexidade do sistema elétrico brasileiro.

Esse cenário, caracterizado pela crescente diversidade de fontes de geração e pela descentralização da produção de energia, tem ampliado a relevância da flexibilidade da rede e da capacidade de resposta dinâmica às variações de oferta e demanda. Diante desse contexto, o Grupo Energisa lançou o Energisa FlexLab, uma plataforma de inovação aberta dedicada ao desenvolvimento, teste e validação de soluções de flexibilidade em ambiente real, contribuindo para a evolução do sistema elétrico e para a integração de novas tecnologias.

O FlexLab conecta empresas, startups e instituições de pesquisa para a cocriação e experimentação de soluções inovadoras para usinas virtuais de energia (Virtual Power Plants – VPP), resposta da demanda, gestão inteligente de cargas, aplicação de inteligência artificial e tecnologias de controle e armazenamento de energia. O objetivo da iniciativa é promover um sistema elétrico mais flexível, capaz de integrar recursos energéticos distribuídos, aumentando a eficiência, a confiabilidade e a resiliência da rede.

A iniciativa opera por meio de chamadas públicas temáticas e da definição prévia das soluções a serem desenvolvidas, possibilitando a adoção de diferentes abordagens técnicas e modelos de aplicação. Os projetos selecionados serão testados na infraestrutura da Companhia e podem resultar no desenvolvimento de novos produtos, serviços ou modelos operacionais, com financiamento composto por recursos próprios e por Programas de Pesquisa e Desenvolvimento da Aneel.

No âmbito da vertical de flexibilidade, destaca-se a Usina Virtual de Energia (VPP), projeto implementado nas cidades de Palmas, Miracema e Paraíso, no estado do Tocantins, com recursos do Programa de P&D da Aneel. A iniciativa integra recursos energéticos distribuídos com o objetivo de otimizar a operação da rede elétrica. Utilizando algoritmos avançados de controle e previsão para coordenar baterias, sistemas fotovoltaicos e cargas flexíveis, oferecendo serviços de flexibilidade ao sistema elétrico. A solução permite o armazenamento da energia gerada em períodos de maior incidência solar e menor consumo, viabilizando novas conexões de geração distribuída, aumentando a resiliência da rede, postergando investimentos em infraestrutura e subsidiando futuras evoluções regulatórias.

Vale destacar que a flexibilidade energética ganhou relevância diante do crescimento expressivo do número de “prosumidores” e do aumento do risco de *curtailment*, situação em que a produção de energia limpa é desperdiçada, comprometendo a operabilidade do sistema de distribuição e gerando impactos negativos tanto para geradores quanto para consumidores. Dessa forma, o FlexLab desempenha um papel estratégico na identificação de alternativas para garantir a segurança energética, viabilizar a conexão de novos sistemas de geração distribuída às redes de distribuição e impulsionar a flexibilidade energética do Brasil.

Na linha de inovação regulatória, o Sandbox Tarifário e o Sandbox Tarifa Fixa, que abordam a criação de ambientes de experimentação, em três Unidades de Negócio do Grupo Energisa, e que permitirão testar modalidades tarifárias inovadoras, incluindo tarifas *Time of Use (ToU)*, tarifas dinâmicas e a modalidade de pré-pagamento. As

iniciativas avaliarão a eficiência tarifária no alinhamento com custos e preços de curto prazo, o comportamento dos consumidores, considerando características regionais, o impacto de estratégias de comunicação ativa sobre a resposta a incentivos tarifários e o uso do pré-pagamento como ferramenta para reduzir perdas não técnicas e inadimplência. Tal aplicação transforma os mecanismos de distribuição de energia de forma a se adequar à necessidade de cada cliente.

9.3 Gestão de Pessoas, Saúde e Segurança

O Grupo Energisa conta com mais de 23 mil colaboradores (entre próprios e prestadores de serviço) para atender mais de 20 milhões de pessoas, avançando de forma consistente no fortalecimento de sua estratégia de gestão de pessoas, consolidando iniciativas voltadas ao desenvolvimento profissional, à atração e retenção de talentos, à diversidade e inclusão e à promoção de ambientes de trabalho seguros e saudáveis.

Essas ações refletem o compromisso da Companhia com a valorização do capital humano como elemento central para a sustentabilidade do negócio e para a geração de valor de longo prazo.

A governança do tema é conduzida pelo Comitê de Pessoas e Sustentabilidade, ligado ao Conselho de Administração, responsável por acompanhar diretrizes e iniciativas voltadas ao desenvolvimento dos colaboradores e à evolução das práticas de gestão de pessoas no Grupo.

Desenvolvimento de talentos e liderança

A Energisa mantém programas estruturados de capacitação e desenvolvimento, com trilhas de aprendizagem voltadas ao fortalecimento de competências técnicas, comportamentais e de liderança.

Essas iniciativas abrangem diferentes momentos da jornada profissional, desde a formação de novos profissionais até programas voltados à preparação de lideranças e ao desenvolvimento de competências estratégicas para o negócio.

Entre os principais destaques estão:

- fortalecimento da Academia de Líderes, voltada à preparação do pipeline de liderança;
- ampliação das práticas de gestão de talentos e planejamento sucessório;
- evolução das iniciativas de capacitação e desenvolvimento profissional.

Em 2025, o mapeamento sucessório alcançou 60% das posições críticas com cobertura sucessória, sendo 52% dessas posições consideradas prontas para sucessão em até dois anos. No mesmo período, o aproveitamento de sucessores internos aumentou de 22% para 32%, evidenciando o fortalecimento da preparação de talentos internos para posições estratégicas.

Atração e formação de novos talentos

A Energisa mantém uma estratégia ativa de atração e formação de talentos, com forte articulação com instituições de ensino e programas estruturados de entrada para jovens profissionais.

Em 2025:

- 805 jovens profissionais foram contratados, selecionados entre mais de 37 mil inscritos em processos seletivos;
- os programas de trainee, estágio e jovem aprendiz seguem como importantes portas de entrada para novos talentos no Grupo.

Além da formação interna, a Companhia também investe no fortalecimento da empregabilidade nas regiões onde atua. Um exemplo é o programa de formação de eletricitistas nas comunidades, que contribui para a qualificação de mão de obra local e para o fortalecimento do setor elétrico.

Diversidade e inclusão

A diversidade e a inclusão são prioridades estratégicas para a Energisa. As iniciativas buscam ampliar a representatividade e fortalecer ambientes de trabalho cada vez mais inclusivos.

Entre as principais frentes estão:

- programas voltados ao aumento da participação feminina em funções operacionais;
- iniciativas de desenvolvimento e preparação de talentos diversos para posições de liderança;
- fortalecimento de práticas de recrutamento e desenvolvimento inclusivas.

Um dos destaques é o programa de formação de eletricistas mulheres, que busca ampliar a presença feminina em funções tradicionalmente ocupadas por homens no setor elétrico.

Em 2025:

- foram abertas novas turmas exclusivas de formação, com mais de 2 mil inscrições;
- 81 mulheres concluíram a formação para eletricistas, sendo 59 contratadas pelo Grupo;
- mais de 670 mulheres foram admitidas em diferentes áreas da organização;
- 189 profissionais passaram a integrar pipelines de sucessão e programas de desenvolvimento de liderança.

Essas iniciativas contribuem para ampliar a representatividade ao longo da jornada profissional e reforçam o compromisso da Energisa com ambientes de trabalho mais diversos e inclusivos.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores.

Colaboradores	2024				2025			
	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres
Liderança	295	939	1.234	23,9%	333	977	1.310	25,4%
Não Liderança	3.090	13.127	16.217	19,1%	3.178	13.246	16.424	19,4%
Total ¹	3.385	14.066	17.451	19,4%	3.511	14.223	17.734	19,8%

¹ Total de colaboradores considerando a Energisa Consolidado, de acordo com a seção 10.1 D do formulário de referência disponível no website de RI da Companhia.

A tabela a seguir compara a quantidade de executivos na Companhia entre os anos de 2024 e 2025, segregada por gênero:

N° membros	2024				2025			
	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres
Diretoria Estatutária	1	4	5	20,0%	1	4	5	20,0%
Conselho de Administração	1	6	7	14,3%	1	6	7	14,3%
Total ²	2	10	12	16,7%	2	10	12	16,7%

² Total de colaboradores considerando a Energisa S/A (Controladora), de acordo com a seção 7.1 D do formulário de referência disponível no website de RI da Companhia.

A tabela a seguir, apresenta a média salarial dos colaboradores da Companhia, segmentada por gênero:

Índice

Destaques

Energisa Consolidada

Distribuição de Energia

Transmissão

(re)energisa

Geração Centralizada

Distribuição de Gás

Anexos

Remuneração Anual (Média R\$) ¹	2024		2025	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Liderança	320.734,3	474.566,9	357.442,5	500.540,1
Não Liderança	76.784,8	111.642,4	82.769,1	118.068,8

¹ Remuneração média anual (R\$) fixa e variável

Em 2025, a Energisa permaneceu na carteira do IDIVERSA B3, o primeiro índice da América Latina a considerar critérios de gênero e raça na composição de suas empresas. O índice tem como objetivo medir o desempenho médio das ações de companhias listadas que se destacam pela diversidade, com base no Score de Diversidade desenvolvido pela B3. A permanência da Energisa no IDIVERSA B3 reforça seu compromisso com a igualdade de gênero e étnico-racial no ambiente de trabalho, além de reconhecer a diversidade como um fator estratégico para o sucesso corporativo e o desenvolvimento sustentável.

Saúde, segurança e bem-estar

A segurança é um valor inegociável para o Grupo Energisa e orienta a condução das operações e a gestão de pessoas. A Companhia adota uma abordagem preventiva estruturada, baseada em normas e sistemas integrados de gestão alinhados às melhores práticas nacionais e internacionais.

Entre as iniciativas estruturantes está o programa Operar Seguro, voltado à:

- identificação e mitigação de riscos operacionais;
- disseminação de boas práticas de segurança;
- fortalecimento da cultura preventiva entre colaboradores próprios e terceirizados.

A Companhia também avançou no uso de tecnologias aplicadas à segurança, incluindo o uso de realidade virtual em treinamentos, permitindo que colaboradores vivenciem simulações de situações de risco em ambientes controlados.

Complementando essas iniciativas, a Energisa mantém uma abordagem estruturada de saúde e bem-estar, com programas voltados à prevenção de doenças e à promoção da qualidade de vida.

Entre eles está o Programa Viva Energia, que oferece suporte multidisciplinar aos colaboradores e seus dependentes, com atendimentos nas frentes: psicológica, nutricional, social e orientação financeira e jurídica.

Compromisso com o futuro

Os avanços registrados em 2025 refletem o compromisso da Energisa com a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais seguro, inclusivo e orientado ao desenvolvimento contínuo das pessoas.

Ao fortalecer suas práticas de gestão de talentos, diversidade, saúde e segurança, a Companhia reforça sua estratégia de sustentabilidade e seu compromisso com a geração de valor para colaboradores, comunidades, investidores e para a sociedade.

Índice

Destaque

Energisa Consolidada

Distribuição de Energia

Transmissão

(re)energisa

Geração Centralizada

Distribuição de Gás

Anexos

9.4 Responsabilidade Social e Gestão Cultural

O Grupo Energisa sempre manteve um firme compromisso com o desenvolvimento sustentável, reconhecendo sua crescente importância no contexto empresarial atual. Nesse sentido, reitera seu comprometimento com a sociedade por meio da adoção da agenda ASG.

Desenhada em 2022, a estratégia de Sustentabilidade da Energisa reflete uma trajetória centenária construída organicamente e estruturada em três causas, que orientam iniciativas de respeito à natureza e às pessoas. — Ação pelo clima, transformação energética e mobilidade social — e desdobrada em cinco objetivos e nove compromissos públicos, por meio dos quais também contribuimos ativamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas.

No âmbito sociocultural, o Grupo Energisa se empenha em ações alinhadas à agenda ASG, destacando o apoio às manifestações culturais autênticas e a valorização da diversidade cultural nas regiões onde atua. Busca não apenas incentivar a produção cultural e a preservação da memória, mas também impulsionar a economia criativa e mobilizar projetos e parcerias que contribuam para o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis.

Para concretizar esses objetivos, conta com o apoio de suas organizações sociais: a Fundação Ormeo Junqueira Botelho, que há 37 anos, promove a diversidade e a preservação do patrimônio material e imaterial da Zona da Mata Mineira, e o Instituto Energisa, criado com o propósito de alavancar as potencialidades dos territórios onde atua por meio de iniciativas educacionais, culturais, sociais e esportivas.

No campo da cultura, o Instituto Energisa atua com o intuito de estimular e desenvolver as potencialidades artísticas das comunidades, promovendo uma programação multilinguagem e inclusiva que valorize a diversidade cultural e fomenta a economia criativa. Em 2025 o Instituto Energisa investiu R\$ 2,6 milhões em 445 atividades culturais, contando com 2.752 participantes das visitas guiadas e impactando um total de 59.212 pessoas.

Em linha com o nosso compromisso com a empregabilidade, a geração de renda e o desenvolvimento socioeconômico, contamos com o Rio Pomba Valley (RPV), programa que nasceu em 2022 com a missão de transformar a Zona da Mata Mineira em um hub de tecnologia, criatividade, empreendedorismo e inovação. Com foco no desenvolvimento tecnológico e audiovisual, o projeto envolve a capacitação de profissionais para a economia 4.0, incluindo curso técnico de desenvolvimento de sistemas reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e formações em infraestrutura, cibersegurança, inteligência artificial, empreendedorismo e outras áreas estratégicas.

Em 2025, o projeto ganhou seu primeiro patrocínio financeiro: o Sicredi destinou R\$ 170 mil para viabilizar a quarta turma do curso técnico em Desenvolvimento de Sistemas. O aporte será destinado à formação de 40 alunos e contribuirá para a ampliação das atividades do programa, incluindo hackathons e cursos complementares. Ainda em 2025 tivemos 958 alunos formados e 79% de empregabilidade acompanhamento dos cursos: Dev ciclo 2 + Infra Populos 1.

Por meio do Programa Energisa Cultural, criado em 2022, a empresa apoia projetos e iniciativas culturais em diversos estados do Brasil. Através de um formulário contínuo de inscrição no site do Grupo (Programa Energisa Cultural | Energisa (grupoenergisa.com.br)), o Programa apresenta um portfólio de projetos multilinguagem, através de incentivo fiscal, integrado aos compromissos de forma sistêmica. Em 2025, foram investidos R\$ 30 milhões, por meio de seis mecanismos de fomento em 33 projetos executados em 11 estados onde atuamos, com impacto direto para 600 mil pessoas e indireto para 1,8 mil.

Eficiência Energética

O Grupo Energisa reforça, ano após ano, sua dedicação à eficiência energética. Em 2025, o investimento de R\$ 73,6 milhões reflete o contínuo empenho na otimização do consumo de energia e na promoção da sustentabilidade.

O projeto Nossa Energia amplifica esse compromisso ao promover educação, economia e eficiência energética em comunidades de todo o Brasil.

Em 2025, as unidades móveis alcançaram 425 escolas, 1.592 professores e mais de 74 mil pessoas, entre alunos, pais, responsáveis, terceiros e comunidade. E mais de 151 mil pessoas foram impactadas com eventos culturais,

por meio de sessões de teatro, cinema e outras atividades recreativas.

No âmbito de ações para mitigar desperdícios no consumo de energia, realizamos a substituição de lâmpadas, de refrigeradores e de ventiladores de famílias de baixa renda por modelos mais eficientes, com um menor consumo de energia. Em 2025, foram substituídas 419 mil lâmpadas, 6,1 mil refrigeradores e 18,6 mil ventiladores por versões mais eficientes, contemplando aproximadamente de 85 mil pessoas.

Outros projetos foram implementados, abrangendo a substituição de equipamentos obsoletos, a implantação de sistemas fotovoltaicos e outras ações de eficiência energética em diversos setores. Com um investimento mais de R\$ 10 milhões, as iniciativas beneficiaram diversos clientes, incluindo hospitais, instituições de ensino e assistência social, prédios públicos, indústrias, consumidores residenciais e 28 municípios, que foram contemplados com a modernização da iluminação pública.

Essas ações geraram redução de custos para os clientes, impulsionaram o uso de energias renováveis e ajudaram na diminuição das emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para a diversificação da matriz energética e a promoção da sustentabilidade.

Universalização do acesso à energia

A universalização do acesso à energia elétrica integra nossos compromissos públicos de sustentabilidade e está alinhado a nossa estratégia de democratização, descentralização e descarbonização. Até 2026, a Companhia estabeleceu como meta ampliar a oferta de energia elétrica, limpa e acessível, a aproximadamente 55 mil unidades consumidoras localizadas em áreas remotas de concessão do Grupo, em parceria com o Ministério de Minas e Energia e a Aneel. Em 2025 antecipamos o prazo da meta e alcançamos 57.335 mil unidades com acesso à energia limpa e confiável.

Somente em 2025, a Energisa ligou 10.013 novos clientes à rede elétrica, nos estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, além de contribuir para a universalização do acesso à energia, a empresa promove iniciativas como a adoção da tarifa social e projetos de eficiência energética, em linha com seu compromisso com a democratização do setor.

Gestão de emissões

Para contribuirmos de forma consistente com o enfrentamento dos desafios relacionados ao clima e em linha com a nossa meta de alcançar a neutralização de nossas emissões até 2050, construímos um Plano de Descarbonização orientado por bases técnicas, setoriais e metodológicas. O plano é resultado de projeto de pesquisa e desenvolvimento (P&D) realizado em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a WayCarbon, que combinou análise do contexto setorial, diagnóstico de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e processos de engajamento interno.

Anteriormente ao Plano de Descarbonização, já endereçávamos uma série de iniciativas para mitigar impactos sob a agenda climática. Como exemplo, está a conclusão do maior programa de desligamento de usinas térmicas da Amazônia Legal. Finalizado em 2024, dois anos antes do previsto, o processo envolveu a desativação de 20 usinas movidas a óleo diesel e combustível, que juntas somavam 195 MW de potência instalada.

A medida representa uma redução anual de 539 mil toneladas de CO₂e e trouxe benefícios diretos a aproximadamente 460 mil pessoas, que passaram a receber energia mais limpa e confiável com a interligação ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Outra iniciativa foi na logística reversa de materiais provenientes da desmobilização dos ativos da rede. Em 2025, destacaram-se como principais materiais reciclados aço, cobre, alumínio e componentes eletromecânicos, contribuindo para a redução do consumo de matérias-primas virgens. O processamento de produtos vendidos resultou na emissão de 18.189,73 tCO₂e no ano, reforçando a relevância do fortalecimento contínuo das estratégias de gestão de materiais e eficiência operacional.

Na frente de reforma de transformadores possibilita a emissão evitada associada a fabricação de novos transformadores e a regeneração de óleos isolantes, evitando impactos ambientais. Em 2025, foram recolhidas 27.156 peças recolhidas, das quais 10.169 foram reformadas e 10.400 estão em processo de triagem/reforma. A reforma desses 10.169 transformadores evitou a emissão de 7.495 tCO₂e, ao reduzir a necessidade de fabricação

de novos equipamentos e os impactos associados aos processos industriais.

Pelo terceiro ano consecutivo, a Energisa reportou seus dados de emissões ao *Carbon Disclosure Project (CDP)*, em 2025 manteve o conceito B do *CDP Climate* na avaliação de sua governança climática. Essa manutenção significa que o Grupo Energisa vem investindo continuamente na adoção das melhores práticas identificadas no mercado, sendo reconhecida como uma empresa com bom padrão de qualidade no tema gestão de mudanças climáticas.

Sustentabilidade na cadeia de fornecedores

Em 2025, a Energisa direcionou suas iniciativas de sustentabilidade, principalmente, para a gestão de fornecedores, reforçando seu compromisso com as questões ambientais, sociais e de governança (ASG) e reconhecendo a crescente responsabilidade das empresas quanto às práticas sustentáveis de seus parceiros.

Dentre as iniciativas, destaca-se a continuidade do Programa Sinergisa, dedicado ao desenvolvimento dos fornecedores do grupo Energisa. O programa promove avaliações de gestão e a aplicação de práticas, regras e conceitos reconhecidos mundialmente, buscando aprimorar a gestão dos fornecedores de materiais e serviços. Além de mitigar riscos na cadeia de suprimentos, essa iniciativa fomenta uma cultura organizacional voltada para a melhoria contínua dos processos desses parceiros.

Ainda em 2025, iniciamos a revisão dos temas do Sinergisa com o apoio de uma consultoria especializada, com o objetivo de atualizar os processos e temas abordados, além de tornar as ações mais objetivas e claras. Paralelamente, foi iniciada ação de um novo processo de avaliação e desenvolvimento com foco em indicadores, a automatização das atividades de avaliação, buscando tornar o processo mais simples e ágil, e a atualização da ferramenta de apoio, de forma a torná-la mais eficiente e focada nos pontos mais importantes dos temas abordados pelo programa.

Paralelamente, as áreas técnicas das unidades de negócio passaram a ter acesso a informações de fornecedores, com *business intelligence* para indicadores de performance dos prestadores de serviços. As informações servem de subsídio para melhorias na qualidade e no prazo de entrega dos serviços contratados.

Como parte do nosso compromisso com a transparência climática e alinhamento às melhores práticas internacionais de reporte, a Energisa respondeu ao CDP e participou do programa CDP *Supply Chain* em 2025. Nessa etapa inicial, fornecedores estratégicos de materiais foram convidados a responder ao questionário do CDP, permitindo à Companhia mapear o estágio atual de maturidade climática de sua cadeia de suprimentos e identificar riscos e oportunidades relacionadas às emissões indiretas (Escopo 3).

A Energisa segue monitorando de perto seus fornecedores, incentivando a melhoria contínua e substancial dos processos de fabricação em conformidade com os princípios ASG, a Política de Sustentabilidade e o Código de Ética do Grupo Energisa, visando estabelecer parcerias com fornecedores alinhados às melhores práticas do mercado.

10. EVENTOS SUBSEQUENTES

10.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as controladas distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde a ser aplicada para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2026, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

10.2 Reajuste tarifários – controlada ESGÁS

A ARSP, através da Decisão ARSP/DG nº 001, de 19 de janeiro de 2026, aprovou o reajuste tarifário do segmento não termoeletrônico da companhia com vigência para o período de 01 de fevereiro de 2026 a 30 de abril de 2026. O efeito médio a ser percebido pelo consumidor será uma redução de 2,47%.

10.3 Emissão de Debêntures

Em 20 de fevereiro de 2026, a controlada indireta EMT, efetuou a 27ª emissão de debêntures, em série única, no

montante de R\$ 370,0 milhões, com vencimento em 15 de dezembro de 2045 e remuneração de IPCA mais 7,47% ao ano. Os recursos foram destinados ao financiamento futuro dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica de titularidade da Emissora.

Em 20 de fevereiro de 2026, a controlada indireta ETO, efetuou a 14ª emissão de debêntures, em série única, o montante de R\$ 460,0 milhões, com vencimento em 15 de dezembro de 2045 e remuneração de IPCA mais 7,50% ao ano. Os recursos foram destinados ao financiamento futuro dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica de titularidade da Emissora.

Em 20 de fevereiro de 2026 a controlada direta EAC, efetuou a 7ª emissão de debêntures, em série única, o montante de R\$ 220,0 milhões, com vencimento em 15 de dezembro de 2045 e remuneração de IPCA mais 7,50% ao ano. Os recursos foram destinados ao financiamento futuro dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica de titularidade da Emissora.

Em 03 de março de 2026 a controlada indireta EMS teve a liberação de R\$144,0 milhões referente à segunda parcela do contrato N° 23.2.0329-1 de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES firmado em 06 de fevereiro de 2024

10.4 Debêntures incentivadas

Em 10 de março de 2026, a controlada EPB, efetuou a 18ª emissão de debêntures incentivadas no montante de R\$ 250,0 milhões em duas séries, sendo (i) 1ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2036 e remuneração de IPCA + 6,67% a.a.; (ii) a 2ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2041 e remuneração de IPCA + 6,55% a.a..

Em 10 de março de 2026, a controlada EMT, efetuou a 28ª emissão de debêntures incentivadas no montante de R\$ 1.000,0 milhões em duas séries, sendo (i) 1ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2036 e remuneração de IPCA + 6,67% a.a.; (ii) a 2ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2041 e remuneração de IPCA + 6,55% a.a..

Em 10 de março de 2026, a controlada ESE, efetuou a 15ª emissão de debêntures incentivadas no montante de R\$ 200,0 milhões em duas séries, sendo (i) 1ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2036 e remuneração de IPCA + 6,67% a.a.; (ii) a 2ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2041 e remuneração de IPCA + 6,55% a.a..

Em 10 de março de 2026, a controlada ETO, efetuou a 15ª emissão de debêntures incentivadas no montante de R\$ 330,0 milhões em duas séries, sendo (i) 1ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2036 e remuneração de IPCA + 6,67% a.a.; (ii) a 2ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2041 e remuneração de IPCA + 6,55% a.a..

10.5 Pagamentos de dividendos - controladas

Em 12 de março de 2026, a Administração das controladas aprovou a distribuição de dividendos com base no lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado a seguir:

Controladas	Valor de dividendos	Valor dos dividendos por ação (R\$)	Tipo de Ação	Data de Pagamento
Rede Participações	256.820.423,90	0,100000000	ON	11/04/2026
Denerge	72.200.000,00	92,975459372	ON	a partir de 13/03/2026
Energisa Transmissão de Energia	100.000.000,00	0,035629773	ON	a partir de 13/03/2026
Gemini	103.006.019,69	0,042600601	ON	a partir de 20/03/2026
EPNE	260.000.000,00	0,273635739	ON e PN	a partir de 20/03/2026
QMRA	220.497,92	0,050441423	ON	a partir de 27/03/2026
Energisa Paraíba	161.039.808,69	153,738901974	ON	a partir de 13/03/2026
Energisa Sergipe	88.037.448,18	450,298698167	ON	a partir de 13/03/2026
Energisa Mato Grosso	166.873.761,46	0,762182715	ON e PN	10/04/2026
Energisa Minas Rio	19.730.411,81	18,635272737	ON	a partir de 13/03/2026
Energisa Sul-Sudeste	16.864.293,95	173,658187969	ON	a partir de 13/03/2026

Controladas	Valor de dividendos	Valor dos dividendos por ação (R\$)	Tipo de Ação	Data de Pagamento
Energisa Acre	26.370.828,68	0,020216431	ON	a partir de 13/03/2026
Energisa Transmissora Pará I	8.597.087,12	0,053539126	ON	a partir de 20/03/2026
Energisa Transmissora Goiás I	17.434.765,14	0,067019913	ON	a partir de 20/03/2026
Energisa Tocantins Transmissora I	2.547.380,08	0,004531840	ON	a partir de 20/03/2026
Energisa Tocantins Transmissora II	2.000.000,00	0,035042840	ON	a partir de 20/03/2026
Energisa Amazonas Transmissora I	1.933.453,53	0,003312321	ON	a partir de 20/03/2026
Energisa Amazonas Transmissora II	5.607.425,37	0,052738045	ON	a partir de 20/03/2026
Linha de Macapá Transmissora	26.032.421,83	0,039028345	ON e PN	a partir de 13/03/2026
Linha de Xingu Transmissora	17.764.006,41	0,028084094	ON e PN	a partir de 13/03/2026
Energisa Maranhão Transmissora	4.283.050,76	1,751093658	ON	a partir de 20/03/2026
Plena Op. Manut. Trans. Energia	93.471,44	0,010808261	ON	a partir de 27/03/2026
ES Gás	7.890.889,53	0,012403825	ON	a partir de 13/03/2026
Energisa Distribuidora de Gás - EDG	63.004.287,27	0,036288788	ON	a partir de 20/03/2026
Lurean	1.077.690,54	0,036892231	ON	a partir de 27/03/2026
Energisa Soluções	13.609.647,56	0,077025080	ON	a partir de 20/03/2026
Energisa Soluções Construções	3.360.197,48	0,059996793	ON	a partir de 20/03/2026
URB	1.911.796,85	0,178298360	ON	a partir de 27/03/2026
Reenergisa I	1.242.081,64	0,150166791	ON	a partir de 27/03/2026
Reenergisa II	3.799.734,14	0,308672579	ON	a partir de 27/03/2026
Renesolar	3.104.813,99	7,863354295	ON	a partir de 27/03/2026
Flowsolar	6.035.136,54	1,867959612	ON	a partir de 27/03/2026
Reenergisa IV	2.276.688,63	0,369092238	ON	a partir de 27/03/2026
Reenergisa V	1.790.715,70	0,056495984	ON	a partir de 27/03/2026
Reenergisa VI	1.057.245,27	0,120330139	ON	a partir de 27/03/2026
Reenergisa VII	2.390.720,82	0,378344402	ON	a partir de 27/03/2026
Reenergisa VIII	1.597.841,02	0,191995747	ON	a partir de 27/03/2026

10.6 Distribuição de dividendos do saldo da conta de retenção de lucros

O Conselho de Administração da controlada ESE em reunião realizada em 12 de março de 2026, aprovou a distribuição de dividendos apurados em saldo de reserva de retenção de lucro no montante de R\$49.707.827,23, equivalentes a R\$254,248281307 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir do dia 13 de março de 2026, com base na posição acionária da Companhia em 12 de março de 2026, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

A Administração

Índice

Destques

Energisa Consolidada

Distribuição de Energia

Transmissão

(re)energisa

Geração Centralizada

Distribuição de Gás

Anexos

ANEXO I – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A.1 Empresas por linha de negócio

Linha de negócio	Empresas e conceitos
✓ Distribuição de energia elétrica	EPB, EMR, ETO, EMT, EMS, ESS, EAC, ERO e ESE
✓ Transmissão de energia elétrica	Energisa Transmissão Consolidado, incluindo as holdings ETE Controladora e Gemini
• (re)energisa	A (re)energisa é a marca do grupo responsável pela gestão e comercialização de energia e de gás no mercado livre, prestação de serviços de valor agregado e geração distribuída de fontes renováveis.
• Geração distribuída	Alsol Consolidado
• Comercialização de energia elétrica	Energisa Comercializadora e Clarke
• Serviços de valor agregado	Energisa Soluções Consolidada
✓ Distribuição de gás natural	ES Gás
✓ Holding e outros	Energisa Geração - Usina Maurício S/A, Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A, Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A, Parque Eólico Sobradinho LTDA., Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A, Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A, Energisa Geração Central Solar Coremas S/A, Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A, Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro-Muquim S/A, Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A, Multi Energisa Serviços S/A, Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A, Voltz Capital S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros LTDA., Dinâmica Direitos Creditórios LTDA., QMRA - Participações S/A, Energisa S/A, Rede Energia Participações S/A, Denerge Desenvolvimento Energético S/A, Energisa Biogás S/A Consolidada, Energisa Distribuição de Gás S/A, Energisa Participações Minoritárias S/A, Energisa Geração Central Eólica Maravilha I S/A, Energisa Geração Central Eólica Maravilha II S/A, Energisa Geração Central Eólica Maravilha III S/A, Energisa Geração Central Eólica Maravilha IV S/A, Energisa Geração Central Eólica Maravilha V S/A.
✓ Eliminações intercompany	Eliminação de transações realizadas entre empresas do grupo Energisa a fim de evitar a dupla contagem de receitas, despesas, ativo e passivo
✓ Combinação de negócios	Refere-se a realização das mais valia das combinações de negócios reconhecidas conforme IFRS 3 ou o CPC 15 (R1).

Índice

Destques

Energisa
ConsolidadaDistribuição de
Energia

Transmissão

(re)energisa

Geração
CentralizadaDistribuição de
Gás

Anexos

A.2 EBITDA por empresa

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Distribuição de energia elétrica	1.767,3	1.437,2	+ 23,0	7.575,0	6.719,2	+ 12,7
EMR	79,4	29,1	+ 172,6	288,5	205,6	+ 40,3
ESE	162,8	111,9	+ 45,5	628,6	493,2	+ 27,5
EPB	249,8	200,6	+ 24,5	899,6	816,5	+ 10,2
EMT	451,4	449,4	+ 0,4	2.099,1	2.054,4	+ 2,2
EMS	326,1	297,8	+ 9,5	1.311,7	1.303,3	+ 0,6
ETO	220,6	104,1	+ 111,9	865,1	652,3	+ 32,6
ESS	101,4	55,1	+ 83,9	426,1	324,0	+ 31,5
ERO	130,3	121,6	+ 7,1	807,3	621,3	+ 29,9
EAC	45,6	67,4	- 32,3	249,2	248,7	+ 0,2
Transmissão de energia elétrica ⁽¹⁾	93,2	250,4	- 62,8	800,6	880,7	- 9,1
EGO	12,0	14,0	- 14,5	59,3	57,9	+ 2,5
EPA I	13,9	18,9	- 26,3	67,7	75,1	- 9,8
EPA II	12,3	15,1	- 18,4	61,1	70,5	- 13,3
ETT	18,5	23,7	- 22,0	96,9	87,5	+ 10,7
EAM	(33,6)	32,8	-	37,9	120,4	- 68,6
EAM II	(3,4)	17,3	-	27,9	31,2	- 10,6
ETT II	(1,1)	3,7	-	4,5	14,4	- 68,4
EPT	2,9	3,7	- 20,0	14,7	14,3	+ 2,7
EAP	(1,8)	13,0	-	13,2	42,7	- 69,1
EMA	8,9	0,6	+ 1.383,3	22,1	0,6	+ 3.583,3
Gemini	45,8	89,0	- 48,5	319,3	287,0	+ 11,3
ETE controladora	18,7	18,8	- 0,5	76,1	79,5	- 4,3
(re) energisa	60,7	55,6	+ 9,2	109,6	34,5	+ 217,6
Geração distribuída	59,1	62,8	- 5,9	178,3	187,9	- 5,1
Comercialização de energia elétrica	(12,4)	(3,0)	+ 315,5	(100,3)	(171,3)	- 41,5
Serviços de valor agregado	14,0	(4,3)	-	31,6	18,0	+ 75,8
Distribuição de gás natural	82,7	34,1	+ 142,6	218,3	187,1	+ 16,7
Holdings e outros	(0,2)	35,5	-	52,4	1,2	+ 4.432,2
Combinação de negócios	9,8	(13,3)	-	23,4	154,7	- 84,8
EBITDA	2.013,5	1.799,4	+ 11,9	8.779,3	7.977,4	+ 10,1
Receitas de multas	108,3	103,0	+ 5,1	438,7	424,7	+ 3,3
EBITDA ajustado covenants	2.121,8	1.902,4	+ 11,5	9.218,0	8.402,1	+ 9,7

(1) ETE Consol considera os impactos da combinação de negócios pela aquisição Grupo Gemini.

Índice

Destaque

Energisa
ConsolidadaDistribuição de
Energia

Transmissão

(re)energisa

Geração
CentralizadaDistribuição de
Gás

Anexos

A.3 Lucro (prejuízo) líquido por empresa

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Distribuição de energia elétrica	1.199,4	1.847,4	- 35,1	3.634,4	4.268,7	- 14,9
EMR	28,9	34,6	- 16,5	83,1	79,4	+ 4,7
ESE	102,0	44,8	+ 127,5	378,1	260,8	+ 45,0
EPB	193,7	163,3	+ 18,7	562,9	555,6	+ 1,3
EMT	150,2	278,8	- 46,1	871,3	1.088,1	- 19,9
EMS	60,7	183,8	- 67,0	407,0	603,7	- 32,6
ETO	125,9	73,7	+ 70,7	431,6	376,2	+ 14,7
ESS	35,4	61,6	- 42,5	140,1	147,8	- 5,2
ERO	499,9	986,4	- 49,3	722,1	1.079,2	- 33,1
EAC	2,8	20,5	- 86,3	38,4	78,0	- 50,8
Transmissão de energia elétrica ⁽¹⁾	(3,4)	55,7	-	347,7	338,8	+ 2,6
EGO	9,8	13,7	- 27,9	56,8	57,5	- 1,2
EPA I	8,6	9,3	- 7,3	50,3	52,1	- 3,4
EPA II	6,9	3,5	+ 96,9	40,2	46,1	- 12,7
ETT	8,7	11,7	- 26,0	45,0	44,3	+ 1,7
EAM	(40,5)	4,0	-	8,1	70,3	- 88,4
EAM II	(4,9)	15,1	-	23,6	28,3	- 16,6
ETT II	(1,0)	3,6	-	4,4	13,3	- 66,7
EPT	2,8	3,6	- 23,5	15,0	14,6	+ 2,9
EAP	(5,5)	11,5	-	6,5	38,0	- 82,9
EMA	8,3	0,5	+ 1.560,0	20,1	0,5	+ 3.920,0
Gemini	9,6	21,6	- 55,6	108,4	74,1	+ 46,3
ETE controladora	(6,2)	(42,4)	- 85,4	(30,8)	(100,0)	- 69,2
(re) energisa	(19,2)	(12,2)	+ 58,1	(136,4)	(134,7)	+ 1,3
Geração distribuída	(19,3)	(4,6)	+ 318,7	(83,1)	(17,5)	+ 375,7
Comercialização de energia elétrica	(7,7)	(3,2)	+ 140,0	(68,0)	(119,6)	- 43,1
Serviços de valor agregado	7,8	(4,3)	-	14,7	2,3	+ 529,7
Distribuição de gás natural	28,1	(1,5)	-	33,2	37,6	- 11,5
Holdings e outros	(214,1)	301,1	-	(529,7)	196,0	-
Combinação de negócios	(15,6)	(71,4)	- 78,2	(209,2)	(70,1)	+ 198,3
Lucro líquido	975,2	2.119,1	- 54,0	3.140,1	4.636,3	- 32,3

(1) ETE Consol considera os impactos da combinação de negócios pela aquisição Grupo Gemini.

Índice

Destques

Energisa
ConsolidadaDistribuição de
Energia

Transmissão

(re)energisa

Geração
CentralizadaDistribuição de
Gás

Anexos

ANEXO II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Balanço patrimonial ativo

EM 31 DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)		Controladora		Consolidada	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	6.1	352.524	134.301	1.386.005	899.139
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	3.443.285	1.249.724	9.087.240	7.662.110
Clientes, consumidores, concessionárias e outros	7	77.246	79.213	4.771.318	4.450.773
Títulos de créditos a receber		25	25	4.180	4.524
Estoques		234	240	155.560	137.932
Tributos a recuperar	8	128.972	84.829	1.856.382	1.747.604
Dividendos a receber		127.429	156.324	23.911	23.932
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	34	-	37.173	117.256	565.220
Ativos financeiros setoriais	10	-	-	823.745	209.676
Concessão do serviço público- ativo de contrato	14.2	-	-	835.515	778.670
Outros créditos	11	48.660	15.596	1.870.791	1.536.437
Total do circulante		4.178.375	1.757.425	20.931.903	18.016.017
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	5.500.834	5.931.290	474.846	411.155
Clientes, consumidores e concessionárias	7	-	-	423.422	495.941
Títulos de créditos a receber		-	-	6.504	7.682
Ativos financeiros setoriais	10	-	-	892.356	224.604
Créditos com partes relacionadas	12	382.033	370.497	-	-
Tributos a recuperar	8	225.463	276.882	2.282.406	2.672.683
Créditos tributários	13	-	-	2.835.091	2.604.624
Depósitos judiciais	24	8.680	5.374	1.887.119	1.630.185
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	34	188.183	1.351.032	791.114	2.596.230
Ativo financeiro indenizável da concessão	14.1	-	-	17.715.205	14.530.813
Concessão do serviço público- ativo de contrato	14.2	-	-	8.533.182	8.156.200
Outros créditos	11	200.949	200.708	472.731	587.428
		6.506.142	8.135.783	36.313.976	33.917.545
Ativo contratual - Infraestrutura em construção	15	-	-	2.824.749	2.376.168
Investimentos	16	22.098.814	19.968.162	716.875	673.262
Imobilizado	17	127.921	122.947	3.407.304	3.256.099
Intangível	18	131.316	90.637	19.276.840	18.942.562
Total do não circulante		28.864.193	28.317.529	62.539.744	59.165.636
Total do ativo		33.042.568	30.074.954	83.471.647	77.181.653
Ativo					

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

2. Balanço patrimonial passivo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL		Nota		Controladora		Consolidada	
(Em milhares de reais)				2025		2024	
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	19	51.013	38.121	2.892.486	2.622.158		
Encargos de dívidas	20	176.207	124.572	333.662	400.180		
Empréstimos e financiamentos	20	248.141	473.470	3.743.886	4.601.133		
Debêntures	21	1.217.136	410.513	2.449.765	1.720.225		
Impostos e contribuições sociais	22	25.120	18.846	778.849	854.600		
Parcelamento de impostos		-	-	378	710		
Encargos setoriais	23	-	-	394.691	307.700		
Incorporação de redes	25	-	-	248.222	260.471		
Instrumentos financeiros e	34	16.821	2.248	571.379	530.338		
Benefícios pós-emprego	35	1.645	1.547	19.635	27.514		
Dividendos a pagar		4.843	808.483	26.048	873.865		
Obrigações estimadas		28.144	25.264	189.013	174.827		
Passivos financeiros setoriais	10	-	-	753.235	989.925		
Contribuição de iluminação pública		-	-	148.851	134.537		
Arrendamentos operacionais		945	677	27.244	25.158		
Efeitos da Redução do ICMS na	26	-	-	275.505	404.823		
Outros passivos	26	53.523	54.659	595.977	725.223		
Total do circulante		1.823.538	1.958.400	13.448.826	14.653.391		
Não circulante							
Fornecedores	19	6.881	6.131	165.764	173.966		
Empréstimos e financiamentos	20	199.939	-	12.291.082	11.721.414		
Debêntures	21	11.067.197	9.677.727	26.077.984	17.074.785		
Passivos financeiros setoriais	10	-	-	546.999	435.086		
Impostos e contribuições sociais	13	324.193	663.368	5.141.593	5.895.378		
Arrendamentos operacionais		2.777	1.621	120.869	104.514		
Impostos e contribuições sociais	22	6.930	5.273	956.449	854.720		
Parcelamento de impostos		-	-	-	183		
Encargos setoriais	23	-	-	127.401	153.969		
Provisões para riscos trabalhista,	24	567	547	1.626.031	1.579.003		
Instrumentos financeiros	34	390.787	463.928	660.128	762.351		
Benefícios pós-emprego	35	12.255	10.576	157.326	202.774		
Efeitos da Redução do ICMS na	26	-	-	404.105	923.875		
Outros passivos	26	9.085	7.885	562.546	503.022		
Total do não circulante		12.020.611	10.837.056	48.838.277	40.385.040		
Patrimônio líquido							
Capital social	27.1	10.876.550	7.540.743	10.876.550	7.540.743		
Custo com emissão de ações	27.2	(109.447)	(109.447)	(109.447)	(109.447)		
Reserva de capital	27.2	2.582.718	1.134.104	2.582.718	1.134.104		
Reserva de lucros	27.3 a 27.7	5.891.267	8.717.744	5.891.267	8.717.744		
Dividendos adicionais propostos	27.8	-	63.639	-	63.639		
Outros resultados abrangentes	27.10	(42.669)	(67.285)	(42.669)	(67.285)		
		19.198.419	17.279.498	19.198.419	17.279.498		
Outros resultados abrangentes	27.11	-	-	1.986.125	4.863.724		
Total do patrimônio líquido		19.198.419	17.279.498	21.184.544	22.143.222		
Total do passivo e patrimônio líquido		33.042.568	30.074.954	83.471.647	77.181.653		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

3. Demonstração de resultados

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Operações continuadas					
Receita operacional líquida	28	400.933	369.347	35.441.353	33.715.476
Custo do serviço de energia elétrica	29	-	-	(16.151.008)	(14.217.900)
Compra e transporte do gás	29	-	-	(397.561)	(1.298.750)
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	29	(281.903)	(273.561)	(9.895.143)	(9.635.190)
Lucro bruto		119.030	95.786	8.997.641	8.563.636
Despesas gerais e administrativas	29	(141.647)	(112.635)	(1.877.859)	(2.034.407)
Outras receitas	31	3.727	822	73.765	179.341
Outras despesas	31	(1.505)	(1.227)	(536.078)	(589.181)
Equivalência patrimonial		2.863.723	3.605.681	95.478	(8.467)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		2.843.328	3.588.427	6.752.947	6.110.922
Receitas financeiras	32	1.040.497	892.762	2.326.073	1.855.184
Despesas financeiras	32	(1.679.904)	(499.596)	(5.744.112)	(3.590.947)
Despesas financeiras líquidas		(639.407)	393.166	(3.418.039)	(1.735.763)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		2.203.921	3.981.593	3.334.908	4.375.159
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	(1.192.653)	(156.111)
Imposto de renda e contribuição social diferido		10.518	(191.915)	997.817	417.234
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		2.214.439	3.789.678	3.140.072	4.636.282
Lucro líquido do exercício	27.8	2.214.439	3.789.678	3.140.072	4.636.282
Lucro atribuível a:					
Acionistas da controladora		2.214.439	3.789.678	2.214.439	3.789.678
Acionistas não controladores		-	-	925.633	846.604
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$		0,95	1,66	0,95	1,66
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial das operações continuadas- R\$		0,95	1,66	0,95	1,66

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

4. Demonstração de resultado abrangente

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		2.214.439	3.789.678	3.140.072	4.636.282
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Outros resultados abrangentes	27.10	24.616	41.699	25.940	49.764
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		2.239.055	3.831.377	3.166.012	4.686.046
Atribuível a:					
Acionistas controladores		2.239.055	3.831.377	2.239.055	3.831.284
Acionistas não controladores		-	-	926.957	854.762

5. Demonstração do fluxo de caixa

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

Demonstração do Fluxo de caixa	Nota	Consolidado	
		2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	34	3.140.072	4.636.282
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	13	194.836	(261.123)
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		2.100.061	3.972.902
Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	14	(630.301)	(616.718)
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão		(98.419)	(125.560)
Depreciação e amortização	30	2.121.832	1.858.036
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	30	440.400	477.177
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	30	138.188	109.100
Perda na desativação de bens do imobilizado e do intangível	32	277.576	130.089
Remuneração do ativo de contrato	14	(795.346)	(931.315)
Marcação a Mercado dos contratos de compra / venda de energia comercializada	32	62.151	181.028
Equivalência patrimonial	16	(95.478)	8.467
Marcação a mercado da dívida	33	620.642	(1.306.305)
Marcação a mercado de derivativos	33	(723.095)	610.778
Instrumentos financeiros derivativos	33	1.789.520	(1.334.369)
Programa de remuneração variável - ILP		13.161	2.054
Redução (aumento) dos ativos		-	-
Consumidores e concessionárias		(7.836)	2.031.777
Títulos de créditos a receber		(49.592)	7.071
Estoques		(17.411)	40.408
Tributos a recuperar		75.652	(464.607)
Cauções e depósitos vinculados		(138.209)	(6.021)
Outros créditos		(318.424)	(813.924)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		315.270	39.957
Impostos e contribuições sociais		726.210	(11.681)
Imposto de renda e contribuição pagos		(928.356)	(552.003)
Obrigações estimadas		14.186	18.091
Variação dos ativos e passivos setoriais	10	(1.882.880)	(816.089)
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos		(169.384)	(429.380)
Outras contas a pagar		(109.072)	764.019
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		6.065.954	7.218.141
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		(312.831)	(784.828)
Aplicações no imobilizado, intangível e ativo contratual - Infraestrutura em construção	14,17 e 18	(5.644.560)	(5.678.277)
Aplicações em linhas de transmissão de energia		(276.188)	(516.201)
Pagamentos pela combinação de negócios		-	(1.026.822)
Caixa e equivalente de caixa adquirido na combinação de negócios		501	51.493
Pagamentos pela combinação de negócios - Lurean		(29.326)	-
Alienação de bens do imobilizado e intangível	14,17 e 18	64.101	167.105
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos		(6.198.303)	(7.787.530)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	20 e 21	17.041.732	17.550.632
Pagamentos de empréstimos e debêntures - principal	20 e 21	(8.382.460)	(14.947.422)
Pagamentos de empréstimos e debêntures - juros	20 e 21	(3.516.843)	(4.084.288)
Parcelamento de impostos		(515)	(1.152)
Recebimento (pagamento) por liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(234.115)	87.486
Aumento de capital com subscrição de ações		-	2.493.368
Pagamentos de dividendos		(2.723.741)	(1.596.264)
Pagamento de incorporação de redes	26	(212.496)	(243.098)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil		(38.697)	(52.956)
Aquisição de participação adicional de não controladores		(1.313.650)	1.007.522
Custos relacionados a Ações em Tesouraria Adquiridas		-	(43.724)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento		619.215	170.104
Variação líquida do caixa		486.866	(399.285)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	6	899.139	1.298.424
Caixa mais equivalentes de caixa finais	6	1.386.005	899.139
Variação líquida do caixa		486.866	(399.285)

cativas são parte integrante das informações financeiras.

6. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total consolidado
			Custo com emissão de ações	Outras reservas de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de orçamento de capital	Retenção de lucro acumulado originado de mudança de prática contábil						
Saldo em 01 de janeiro de 2024		5.047.375	(65.723)	776.729	645.451	4.432.622	1.107.501	62.539	-	-	(108.984)	11.897.510	3.818.186	15.715.696
Aumento de capital conforme RCA 29/01/2024	27.1	2.493.368	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.493.368	-	2.493.368
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.007.522	1.007.522
Pagamento de dividendos adicionais reflexos	27.8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(409.581)	(409.581)
Custo captação de capital	27.2	-	(43.724)	-	-	-	-	-	-	-	-	(43.724)	-	(43.724)
Transações com investimentos	27.2	-	-	374.344	-	-	-	-	-	-	-	374.344	(32.786)	341.558
Programa de remuneração variável (ILP)	27.2	-	-	1.362	-	-	-	-	-	-	-	1.362	692	2.054
Investimento PUT	-	-	-	(18.331)	-	-	-	-	-	-	-	(18.331)	-	(18.331)
Dividendos prescritos	27.8	-	-	-	-	-	-	-	-	5.724	-	5.724	692	6.416
Reclassificação ORA - ganhos e perdas atuariais	27.8	-	-	-	-	-	-	-	-	(93)	93	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	3.789.678	-	3.789.678	846.604	4.636.282
Proposta de destinação do lucro líquido:														
. Reserva Legal	27.3	-	-	-	189.484	-	-	-	-	(189.484)	-	-	-	-
. Dividendos	27.8	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.262.039)	-	(1.262.039)	(375.763)	(1.637.802)
. Reserva de orçamento de capital	27.7	-	-	-	-	-	2.280.147	-	-	(2.280.147)	-	-	-	-
. Dividendos adicionais propostos	27.8	-	-	-	-	-	-	-	63.639	(63.639)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	27.10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41.606	41.606	8.158	49.764
Saldo em 31 de dezembro de 2024		7.540.743	(109.447)	1.134.104	834.935	4.432.622	3.387.648	62.539	63.639	-	(67.285)	17.279.498	4.863.724	22.143.222
Aumento de capital com reserva conf. AGOE de 25/04/2025	27.1	588.497	-	-	-	(588.497)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital com reservas de lucros RCA 19/11/2025	27.1	2.747.310	-	-	-	(2.747.310)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/(Redução) de capital e (Alienação) de ações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.297.427)	(1.297.427)
Pagamento de dividendos	27.8	-	-	-	-	-	-	-	(63.639)	-	-	(63.639)	(461.763)	(525.402)
Transações entre sócios	27.2	-	-	1.436.912	-	(931.448)	-	-	-	-	-	505.464	(1.469.964)	(964.500)
Programa de remuneração variável (ILP)	27.2	-	-	11.702	-	-	-	-	-	-	-	11.702	1.459	13.161
Dividendos prescritos	27.8	-	-	-	-	-	-	-	-	3.989	-	3.989	22	4.011
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	2.214.439	-	2.214.439	925.633	3.140.072
Proposta de destinação do lucro líquido:														
. Reserva Legal	27.3	-	-	-	110.722	-	-	-	-	(110.722)	-	-	-	-
. Dividendos	27.8	-	-	-	-	-	-	-	-	(777.650)	-	(777.650)	(576.883)	(1.354.533)
. Reserva de orçamento de capital	27.7	-	-	-	-	-	1.330.056	-	-	(1.330.056)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	27.10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.616	24.616	1.324	25.940
Saldo em 31 dezembro de 2025		10.876.550	(109.447)	2.582.718	945.657	165.367	4.717.704	62.539	-	-	(42.669)	19.198.419	1.986.125	21.184.544

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

7. Demonstração do valor adicionado

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Geração do valor adicionado:					
Receitas					
Receitas de vendas de energia e serviços	28	454.472	418.440	43.317.937	40.812.877
Outras receitas	31	3.727	822	73.765	179.341
Receitas relativas à construção de ativos próprios	28			5.475.369	5.554.714
Provisão perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e recuperação incobráveis	29			(440.400)	(477.177)
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Custo da energia elétrica vendida				18.030.645	16.765.196
Materiais e serviços de terceiros		96.125	80.433	1.499.587	1.549.458
Outros custos operacionais		12.409	10.601	6.137.082	6.354.645
		108.534	91.034	25.667.314	24.669.299
Valor adicionado bruto		349.665	328.228	22.759.357	21.400.456
Depreciação, amortização e realização de ágio	29	36.447	33.202	2.121.831	1.857.227
Valor adicionado líquido		313.218	295.026	20.637.526	19.543.229
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial	16	2.863.723	3.605.681	95.478	(8.467)
Receitas financeiras	32	1.094.820	935.880	2.486.361	1.983.750
Valor adicionado total a distribuir		4.271.761	4.836.587	23.219.365	21.518.512
Distribuição do valor adicionado:					
Pessoal					
Remuneração direta		189.267	181.440	1.098.964	1.076.740
Benefícios		37.713	31.664	507.597	476.211
FGTS		12.384	10.981	118.427	110.615
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		124.440	310.051	6.615.548	5.489.983
Tributos		124.440	310.051	2.685.966	2.151.270
Obrigações intrassetoriais		-	-	3.929.582	3.338.713
Estaduais		172	160	5.839.950	5.962.211
Municipais		11.834	10.626	45.703	39.524
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	32	1.679.904	499.596	5.835.780	3.707.642
Aluguéis		1.608	2.391	17.324	19.304
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos	27.8	773.661	1.319.954	1.350.522	1.695.025
Lucros Retidos		1.440.778	2.469.724	1.440.778	2.469.724
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas					
Participação dos acionistas não controladores nos lucros				348.772	471.533
		4.271.761	4.836.587	23.219.365	21.518.512

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

8. Balanço social

ENERGISA S/A						
BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO ANUAL - 2025						
(Em milhares de reais)						
	2025			2024		
Receita líquida (RL)	35.441.353			33.715.476		
Resultado operacional (RO)	3.334.908			4.375.159		
Folha de pagamento bruta (FPB)	1.913.150			1.745.049		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	286.027	14,95%	0,81%	286.675	16,37%	0,85%
Encargos sociais compulsórios	259.095	13,54%	0,73%	252.171	14,40%	0,75%
Previdência privada	23.751	1,24%	0,07%	52.840	3,02%	0,16%
Saúde	186.294	9,74%	0,53%	67.071	3,83%	0,20%
Segurança e saúde no trabalho	82.361	4,30%	0,23%	81.999	4,68%	0,24%
Educação	-	0,00%	0,00%	1.610	0,09%	0,00%
Cultura	3	0,00%	0,00%	1.217	0,07%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	18.340	0,96%	0,05%	7.929	0,45%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	6.292	0,33%	0,02%	5.052	0,29%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	258.452	13,51%	0,73%	263.082	15,02%	0,78%
Outros	51.955	2,72%	0,15%	55.076	3,14%	0,16%
Total - Indicadores sociais internos	1.172.570	61,29%	3,32%	1.074.722	61,36%	3,17%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	153.389	4,60%	0,43%	9.763	0,22%	0,03%
Cultura	10.344	0,31%	0,03%	15.286	0,35%	0,05%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	3.484	0,10%	0,01%	995	0,02%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	17.351	0,52%	0,05%	10.546	0,24%	0,03%
Total das contribuições para a sociedade	184.568	5,53%	0,52%	36.590	0,83%	0,11%
Tributos (excluídos encargos sociais)	12.078.572	362,19%	34,08%	7.953.756	181,79%	23,59%
Total - Indicadores sociais externos	12.263.140	367,72%	34,60%	7.990.346	182,62%	23,70%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	833.933	25,01%	2,35%	679.230	15,52%	2,01%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	288.347	8,65%	0,81%	20.593	0,47%	0,06%
Total dos investimentos em meio ambiente	1.122.280	33,66%	3,16%	699.823	15,99%	2,07%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	{ } não possui metas { } cumpre de 51 a 75% { } cumpre de 0 a 50%; { x } cumpre de 76 a 100%;			{ } não possui metas { } cumpre de 51 a 75% { } cumpre de 0 a 50%; { x } cumpre de 76 a 100%;		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2025			2024		
Nº de empregados(as) ao final do período	18.355			17.473		
Nº de admissões durante o período	3.655			4.715		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	18.009			16.162		
Nº de estagiários(as)	313			295		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	2.612			1.843		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	3.585			3.377		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	26,05%			30,89%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	10.703			10.178		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	34,64%			29,10%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	824			719		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2025			Metas 2026		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	22,06			22,06		
Número total de acidentes de trabalho						

Energisa S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Energisa S/A ("Energisa" ou "Companhia"), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto e está registrada na Bolsa de Valores, B3 SA Brasil Bolsa Balcão. O objeto social principal da Companhia é a participação no capital de outras empresas, a prestação de serviços administrativos às suas controladas distribuidoras de energia, transmissoras, geradoras e comercializadora de energia elétrica, como também para as demais controladas diretas e indiretas.

Atividades:

A Energisa através de suas controladas diretas e indiretas possuem o direito de explorar concessões e/ou autorização de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica e a concessão de distribuição de gás canalizado.

Distribuição de energia elétrica:

Controladas	Localidades	Data da concessão	Data de vencimento
Controladas diretas:			
Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A ("EMR")	Cataguases (MG)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A ("ESE")	Aracaju (SE)	23/12/1997	23/12/2027
Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A ("ERO")	Porto Velho (RO)	30/10/2018	29/10/2048
Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A ("EAC")	Rio Branco (AC)	07/12/2018	06/12/2048
Controladas indiretas:			
Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia ("EMT")	Cuiabá (MT)	11/12/1997	10/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A ("EMS")	Campo Grande (MS)	04/12/1997	04/12/2027
Energisa Sul Sudeste – Distribuidora de Energia S/A ("ESS")	Presidente Prudente (SP)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A ("ETO")	Palmas (TO)	01/01/2020	31/12/2049
Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A ("EPB")	João Pessoa (PB)	21/03/2001	21/03/2031

As distribuidoras controladas diretas e indiretas são companhias de capital aberto e fechado, que tem como objetivo principal operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço distribuição de energia elétrica através do uso de redes e linhas de distribuição, em suas áreas de atuação.

Transmissão de energia elétrica:

As controladas indiretas, transmissoras de energia elétrica, têm como objetivo principal a implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica.

Controladas	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A ("EGO I")	Linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte – Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte. A obra foi concluída em 31 meses após a data de outorga e a operação antecipada em 17 meses frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Goiás	11/08/2017	11/08/2047	14/03/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A ("EPA I")	Linha de transmissão de 230 kV Xinguara II – Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia. A obra foi concluída em 38 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 16 meses, frente a data	Pará	11/08/2017	11/08/2047	02/11/2020

Controladas	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
	prevista de entrada em operação no contrato de concessão.				
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ("EPA II")	Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230 kV, Integradora Sossego - Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego. A obra foi concluída em 39 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 12 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Pará	21/09/2018	21/09/2048	21/12/2021
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ("ETT")	Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Barreiras II com 255 quilômetros de extensão; Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Gurupi com 256 quilômetros de extensão e Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Palmas com 261 quilômetros de extensão.	Bahia e Tocantins	22/03/2019	22/03/2049	Função I e II 22/12/2022 e Função III 26/01/2023
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ("LMTE")	LT 500 kV Jurupari - Oriximiná; LT 230 kV Jurupari - Laranjal; LT 230 kV Laranjal - Macapá; SE 500/138 kV Oriximiná 200 MVA; SE 230/69 kV Laranjal 200 MVA; SE 230/69 kV Macapá 600 MVA.	Pará/Amapá	16/10/2008	16/10/2038	12/06/2013
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ("LXTE")	LT 500 kV Tucuruí - Xingu; LT 500 kV Xingu - Jurupari; SE 500 kV Xingu; SE 500 kV Tucuruí; SE 500/230 kV Jurupari 1.500 MVA.	Pará	16/10/2008	16/10/2038	12/06/2013
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A ("LTTE")	LT 500 kV Taubaté - Nova Iguaçu; SE 500 kV Taubaté; SE 500 kV Nova Iguaçu 4.200 MVA.	São Paulo/Rio de Janeiro	09/12/2011	09/12/2041	01/06/2018
Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A ("EPTE")	SE Paranaíta, em 500/138 kV, 3 x 50 MVA	Mato Grosso	27/06/2016	27/06/2046	27/06/2019
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A ("EAM")	- Incorporação dos ativos em serviço designado à AmGT pela Portaria do MME nº 706, de 15 de dezembro de 2016; - Revitalização das subestações em 230 kV Manaus, Cristiano Rocha e Lechuga (setor designado à AmGT); - Substituição da SE Balbina 230kV em arranjo disjuntor e meio por outra SE nova 230kV em arranjo barra dupla com 4 chaves; - Substituição do pátio de 69kV em arranjo anel da SE Manaus por outro pátio novo de 69kV em arranjo BD4. LT 230 kV Lechuga - Tarumã, dois circuitos, com 9km aéreos em circuito duplo e C1 e C2 subterrâneos de 3 km; - SE 230/138 kV Tarumã - (6+1Res transformadores) x 100 MVA - SE 230/69 kV Presidente Figueiredo - capacidade 2 transformadores x 50 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre a SE Presidente Figueiredo e os pontos de seccionamento da LT Balbina - Cristiano Rocha, C1, com 2 circuitos de 4,5 km.	Amazonas	31/03/2021	31/03/2051	Em construção
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A ("ETT II")	Ampliação da SE 230/138kV Gurupi - 200MVA	Tocantins	30/09/2021	30/09/2051	08/05/2024
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A ("EAP")	LT 230kV Macapá - Macapá III C1 SE 230/69kV Macapá III SE Macapá 3: Implementação de 2 circuitos simples em 69 kV, com extensão aproximada de 2 km cada, entre os pontos de seccionamento da Linha de Distribuição 69 kV Santana - Macapá C1 e a subestação Macapá III, no setor de 69 kV. SE Macapá: Novo trecho de Linha em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 500 metros para permitir a conexão da linha 230kV Ferreira Gomes - Macapá C1.	Amapá	31/03/2022	31/03/2052	23/12/2024
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A ("EAM II")	LT 230 kV Mauá 3 - Manaus, C1, com 12,9 km (trechos aéreos e subterrâneos). O prazo estimado para construção é de 48 meses.	Amazonas	30/09/2022	30/09/2052	Em construção
Energisa Maranhão Transmissora de Energia S/A ("EMA")	LT 500 kV Teresina IV - Graça Aranha C1, CS LT 500 kV Boa Esperança - Graça Aranha C1, CS SE 500 kV Teresina; SE 500 kV Boa Esperança.	Maranhão	28/06/2024	28/06/2054	Em construção

Geração de energia elétrica:

Controladas	Descrição	Atividade	Localidade
Geração Hidráulica:			
Energisa Geração Usina Mauricio S/A			
CGH Usina Hans	A CGH possui 298 KW de potência instalada e 0,264 MW médios de garantia física.	Geração hidráulica	Nova Friburgo (RJ)
PCH Rio Vermelho	A PCH possui 2.560 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Vilhena (RO)
Usina Mauricio	A Usina possui 1.280 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Leopoldina (MG)
Geração Distribuída:			
Alsol Energias Renováveis S/A ("Alsol")	A controlada possui sistemas fotovoltaicos em operação conectados à rede e projetos em fase de implementação, bem como participação em sociedades com a mesma finalidade.	Geração distribuída	Uberlândia (MG)
Parque Solar:			
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I EGCS-RP I	As controladas têm como objeto social o desenvolvimento e exploração de parque solar, bem como a comercialização de energia proveniente do Empreendimento.	Parque Solar	Paraíba (PB)
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II EGCS-RP I		Parque Solar	Paraíba (PB)
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A EGCS-CO		Parque Solar	Cataguases (MG)
Projeto Geração Eólica:			
Complexo Parque Eólico Sobradinho			
EOL Alecrim	Controladas não-operacional com finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Umbuzeiro Muquim		Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Mandacaru		Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Boa Esperança		Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Maravilha I a V		Geração Eólica	Cataguases (MG)

Comercialização de energia elétrica:

Controlada	Descrição	Localidade	Data de autorização
Energisa Comercializadora de Energia Ltda. ("ECOM")	Controlada que tem por objetivo o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação e intermediação de negócios relacionados à energia.	Rio de Janeiro (RJ)	21/03/2006

Serviços e Outros:

Controladas	Natureza
Energisa Soluções S/A ("ESOL")	Operação, manutenção e serviços correlatos à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A ("ESOLC")	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.
Multi Energisa Serviços S/A ("MULTI")	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A ("ESER")	Serviços Aéreos na qualidade de prospecção – modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.
Voltz Capital S/A	Oferecer produtos financeiros e otimizar os meios de pagamentos e serviços da área financeira, através de soluções tecnológicas.
Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais Ltda	Prestação de serviço de recebimento e tratamento de resíduos orgânicos industriais para a produção e comercialização biofertilizante. A Companhia está em fase final na construção de sua usina de biogás cuja atividade principal será o tratamento de resíduos orgânicos industriais para a geração e comercialização futura de biometano.
Lurean S/A	Prestação de serviço de recebimento e tratamento de resíduos orgânicos industriais para a produção e comercialização biofertilizante. A Companhia está em fase inicial na construção de sua usina de biogás cuja atividade principal será o tratamento de resíduos orgânicos industriais para a geração e comercialização futura de biometano..
Clarke Desenvolvimento de Software S/A	Desenvolvimento de sistemas e programas de computador, licenciamento de programas não-custumizáveis, intermediação e agenciamento de serviços e negócios e consultoria em gestão empresarial.

Distribuição de gás canalizado:

Controlada	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Companhia de Gás do Espírito Santo ("ES GÁS")	Controlada atua como concessionária de serviço público de gás canalizado e possui sede na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, atendendo atualmente consumidores dos segmentos industrial, residencial, comercial, climatização, automotivo, termogeração e cogeração.	Vitória (ES)	01/08/2020	01/08/2045
Energisa Distribuição de Gás Nordeste S/A - "EDGNE" *	Por meio da investida Norgás S/A a controlada EDGNE é detentora de participações minoritárias nas concessões serviço público de gás canalizado: • ALGÁS - Gás de Alagoas S/A • CEGÁS - Companhia de Gás do Ceará • COPERGÁS - Companhia Pernambucana de Gás • POTIGÁS - Companhia Potiguar de Gás	Alagoas Ceará Pernambuco Rio Grande do Norte	17/09/1993 30/12/1993 05/11/1992 21/12/1994	17/09/2043 30/12/2043 05/11/2042 21/12/2044

*Em assembleia geral extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2025, foi aprovada, a incorporação da EDGNE pela Energisa Distribuição de Gás S.A. ("EDG"), resultando na extinção da EDGNE, que será sucedida pela EDG, a título universal, em todos os seus direitos e obrigações, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A. Os ativos e passivos da EDGNE foram transferidos para a incorporadora pelos respectivos valores contábeis, conforme laudo de incorporação emitidos pelos avaliadores.

Recuperação judicial de controladas:

Em 26 de novembro de 2012 as controladas Denerge Desenvolvimento Energético S/A ("DENERGE"), Rede Energia Participações S/A ("REDE"), Companhia Técnica de Comercialização de Energia ("CTCE"), QMRA Participações S/A ("QMRA") e Empresa de Eletricidade Vale Parapanema S/A ("EEVP"), incorporada posteriormente pela DENERGE, ajuizaram pedido de Recuperação Judicial ("RJ"). Em 2022, o plano de recuperação foi devidamente cumprido, possibilitando o encerramento e o seu respectivo arquivamento.

Os saldos remanescentes das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial estão registrados nas controladas, nas rubricas de Empréstimos, Debêntures, Fornecedores e Outras contas a pagar e estão líquidos do Ajuste a Valor Presente (AVP). Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado e econômico-financeira no cenário da transação. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das controladas.

Descrição	REDE ENERGIA	DENERGE	CTCE	Total
Saldos em 2023	345.237	348.543	101.631	795.411
(+) Atualização	11.467	37.828	3.520	52.815
Reversão Ajuste a Valor Presente	41.198	14.646	13.376	69.220
(-) Pagamentos	(4.456)	(31.226)	(961)	(36.643)
Saldos em 2024	393.446	369.791	117.566	880.803
(+) Atualização	11.424	47.619	3.521	62.564
Reversão Ajuste a Valor Presente	48.205	17.289	16.009	81.503
(-) Pagamentos	(4.456)	(31.689)	(961)	(37.106)
Saldos em 2025	448.619	403.010	136.135	987.764

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 34.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se aos registros dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 7 – Clientes, consumidores, concessionárias e outros: fornecimento de energia elétrica não faturada e provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD);
- II. Nota explicativa nº 10 – Ativos e passivos financeiros setoriais – consolidado: valores em constituição que serão contemplados no processo de reajuste/revisão tarifária;
- III. Nota explicativa nº 13 – Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: análise da recuperabilidade dos tributos diferidos;
- IV. Nota explicativa nº 14 – Ativo financeiro indenizável da concessão e concessão do serviço público: ativo de contrato;
- V. Nota explicativa nº 17 – Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- VI. Nota explicativa nº 18 – Intangível: previsão de vida útil dos ativos e análise de recuperabilidade dos ágio;
- VII. Nota explicativa nº 24 – Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambiental e regulatórias: estimativa de perda em processos;
- VIII. Nota explicativa nº 30 – Energia elétrica comprada para revenda – consolidado: provisão de valores referentes à operação de compra e venda de energia elétrica e gás natural para a revenda;
- IX. Nota explicativa nº 34 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo; e
- X. Nota explicativa nº 35 – Benefícios-pós emprego: principais premissas atuariais na mensuração dos benefícios pós emprego.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Políticas contábeis materiais

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma

aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido, sujeitas a risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

- b. Clientes, consumidores, concessionárias e outros** – inclui, principalmente, contas a receber referentes à transmissão de energia elétrica, fornecimento de energia elétrica e gás canalizado, faturado e não faturado, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é constituída em conformidade com o modelo de perdas esperadas previsto no CPC 48 – Instrumentos Financeiros., A mensuração da provisão utiliza uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência, aspectos regulatórios aplicáveis a cada setor de energia elétrica e na melhor expectativa da administração.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – transmissoras – Para fins de avaliação da recuperabilidade dos créditos, as controladas do segmento de transmissão de energia utiliza informações disponíveis sobre os agentes devedores, tendo como principal referência os relatórios de casos especiais divulgados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que consolidam dados relacionados à inadimplência no âmbito do segmento de transmissão. Adicionalmente, a análise contempla o envelhecimento dos saldos a receber, com especial atenção aos créditos com vencimento superior a 360 dias, os quais são objeto de avaliação individualizada, em consonância com a metodologia de perdas esperadas adotada pela Companhia.

Parcela dos saldos provisionados refere-se a Avisos de Créditos Complementares (AVCs complementares), associados a encargos rescisórios previstos nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), conforme regulamentação da ANEEL;

- c. Ajuste a valor presente** – determinados créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, riscos, moeda, condição de recebimento nas datas das respectivas transações;
- d. Tributos a recuperar** – referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável;
- e. Ativos e passivos financeiros setoriais (distribuição de energia elétrica)** – referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber das controladas distribuidoras de energia elétrica, sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;
- f. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** – os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço;
- g. Transações com partes relacionadas – Remuneração dos administradores:** A remuneração dos administradores, que corresponde ao pessoal-chave da Administração do Grupo, considera cada uma das categorias descritas na IAS 24 (CPC 05 (R1)) – Divulgações de Partes Relacionadas;

- h. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** – os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, após as adições e exclusões previstas na legislação tributária.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos são contabilizados no resultado do exercício, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, hipótese em que o tributo diferido é igualmente reconhecido no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A realização dos ativos fiscais diferidos é revisada ao final de cada exercício social e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis em montante suficiente para permitir a compensação total ou parcial desses ativos, o saldo é reduzido ao valor recuperável.

Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem o direito legal de compensá-los perante a mesma autoridade tributária e a legislação tributária permite a liquidação pelo montante líquido. A Companhia e suas controladas têm normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e quando há intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas avaliam se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza.

No que se refere aos incentivos fiscais concedidos pela SUDAM/SUDENE, como há segurança razoável de que as condições estabelecidas na legislação para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são reconhecidos no resultado do exercício e os montantes correspondentes são destinados à Reserva de Incentivos Fiscais no patrimônio líquido, na qual são mantidos até sua eventual capitalização ou absorção de prejuízos, observadas as restrições legais aplicáveis;

- i. Ativo financeiro indenizável da concessão (distribuição de energia elétrica) e Concessão do serviço público – ativo de contrato (transmissão de energia elétrica)** – corresponde aos contratos de concessão do serviço público de distribuição e transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e as controladas.

Ativo financeiro indenizável da concessão: os contratos para o para o segmento de distribuição de energia elétrica estabelecem e determinam que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Ativo de contrato – os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e à receita de remuneração dos ativos de concessão de transmissão. Esses valores são mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto na formalização do contrato de concessão. As concessões das controladas de transmissão por não serem onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas, nem pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União. Os ativos de contrato, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida (RAP), correspondendo aos fluxos de caixa estabelecidos no contrato da concessão. A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis

de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, quando aplicável, reflete o custo de oportunidade de um investidor na época de decisão de investir nos ativos de transmissão, considerando os valores vigentes à época do investimento.

As características do contrato de concessão fornecem à Administração a base para entender que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com cliente para as Distribuidoras e Transmissoras estão atendidas, refletindo o negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica. Além disso, consideram as orientações do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 específicas para as transmissoras de energia elétrica.

- **Distribuição de energia elétrica:**

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, e foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

As controladas, distribuidoras de energia elétrica contabilizam a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão.

- **Transmissão de energia elétrica:**

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados, quando aplicável, geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele mês, pela satisfação da obrigação de desempenho de construir, torna-se um contas a receber (ativo financeiro).

O valor do ativo contratual de suas controladas é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram, quando aplicável, o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 3% e 12% ao ano e atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, as controladas utilizam um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção;

- j. Ativo contratual – Infraestrutura em construção** – é o direito contratual das distribuidoras de energia elétrica e de gás, de cobrarem pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber caixa ou outro ativo financeiro, relacionada às obras em construção para atendimento as demandas de expansão e melhoria de sua área de concessão. No que tange as distribuidoras de energia elétrica, quanto da entrada em operação os ativos são transferidos para o Intangível – contrato de concessão na proporção equivalente ao que será remunerado via tarifa pelo tempo do contrato de concessão ou para um Ativo financeiro indenizável da concessão pelo valor residual dos ativos não amortizados que serão revertidos ao poder concedente mediante indenização ao final da concessão, quando aplicável;

No ativo contratual são registrados os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20;

- k. Investimentos** – os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável.

Combinação de negócios – são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificar e alocar de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificados como: (i) intangível (*goodwill*) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. O *goodwill* referente a entidades sob o regime de concessão e/ou autorização de exploração econômica por prazo determinado, são amortizados no prazo de exploração;

- l. Imobilizado** – itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício, deduzido da despesa de depreciação, calculada.

Depreciação – Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- m. Intangível** – compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16), softwares e direito de concessão.

Contratos de concessão do serviço público

Os ativos intangíveis relacionados aos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica são registrados à medida que o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços públicos pelos serviços prestados, ou seja, o direito de explorar a infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, e de cobrar, via tarifa, o serviço público prestado. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas operações vinculadas ao serviço público de distribuição de energia elétrica, não poderá ser alienada, cedida ou dada em garantia sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021 aprovou os procedimentos para desvinculação de bens vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica, como também dispensou a obrigação de anuência prévia no caso de desvinculação de bens considerados inservíveis. Determinou, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

O intangível do contrato de concessão de distribuição de gás está relacionado aos ativos da infraestrutura de distribuição de gás, onde o concessionário tem um direito contratual de cobrar os usuários dos serviços públicos prestados. É constituído pelo valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão. Está apresentado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização, cujo prazo está definido no Contrato de Concessão.

A alienação dos bens reversíveis vinculados à concessão de distribuição de gás para terceiros, bem como a constituição de ônus sobre eles ou a sua transferência, por qualquer modalidade, observará os limites legais e a regulamentação aplicada, que deverá atender cumulativamente, os requisitos: a) não comprometimento da continuidade na prestação do serviço concedido; e b) não comprometimento da qualidade na prestação do serviço concedido.

Direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16)

Os contratos são avaliados, em sua data de início se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2) (IFRS 16), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

O reconhecimento inicial e subsequente considera:

- *Intangível direito de uso*: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- *Passivo de arrendamento*: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

Softwares

Os softwares são ativos adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição/desenvolvimento, menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

Direito de Concessão

O direito de concessão refere-se, principalmente, aos montantes pagos nas aquisições do controle acionário das controladas concessionárias de serviços públicos. A amortização está sendo realizada, de forma significativa, pelo prazo de concessão das controladas.;

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos

benefícios econômicos gerados anualmente;

n. Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia e de suas controladas, revisam o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ágio:** teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

. **Ativos intangíveis:** ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia e suas controladas neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e de suas controladas, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** – os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia e das controladas, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração.

A Companhia e suas controladas, em conformidade com CPC 01, avaliaram os ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida e não identificaram indicativos de perdas, em face de que o valor recuperável excede o seu

valor contábil. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida os testes de recuperação não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas nos exercícios findos em 2025 e 2024;

- o. Empréstimos, financiamentos e debêntures** – são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

Juros e encargos financeiros – são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatória. As controladas transmissoras de energia elétrica não capitalizam juros e encargos financeiros em suas obras em curso;

- p. Provisões** – uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e suas controladas, e incertezas no ambiente legal podem afetar estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros;

- q. Dividendos** – os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;

- r. Receita operacional** – as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

Receita do segmento de distribuição de energia elétrica:

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização – CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de fornecimento energia elétrica faturada e não faturada é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde as receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são

terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) são registradas pela competência da prestação do serviço, e tem como origem a utilização das redes de distribuição da Companhia por outras concessionárias e consumidores livres.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativas da Administração.

A receita de constituição e amortização CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pelas controladas. São registradas no resultado dos exercícios nos quais as controladas reconhecem como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários.

Receita do segmento de transmissão de energia elétrica:

- **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.
- **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 3% e 12% ao ano;
- **Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e também na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP considera inicialmente no fluxo de recebimento e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e
- **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que têm início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços.

Receita do segmento de distribuição de gás:

A receita de distribuição de gás é reconhecida quando os volumes de gás são entregues aos clientes e podem ser medidos de forma confiável em uma periodicidade mensal e são mensurados de acordo com as tarifas especificadas nos termos contratuais.

Também são reconhecidas como receitas com vendas a receita de gás não faturada referente à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base nos faturamentos realizados até o 2º dia útil do mês seguinte. Historicamente, o valor estimado não faturado não difere significativamente dos valores reais.

As receitas de construção, são reconhecidos na proporção dos gastos recuperáveis, uma vez que não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação e não há reconhecimento de qualquer lucro.

Demais receitas:

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- O cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- O desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- O desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

s. Operações de compra e venda de energia – comercializadora – a controlada ECOM tem como atividade principal a compra e venda de energia no ambiente de contratação livre (ACL), além disso, trabalha com a representação e gestão de consumidores livres de energia. Desta forma, assume compromissos de contratos bilaterais de curto e longo prazo que compõe seu portfólio. Em decorrência das operações descasadas, a controlada assume posições de sobras ou déficits de energia, que são mensuradas a uma curva de preço futuro de mercado (curva *forward*). A controlada tem flexibilidade para gerenciar os contratos destas carteiras com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de riscos. A finalidade é gerar lucro por flutuações de preço no curto prazo ou ganho com margem em operações de longo prazo. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. O valor justo dos derivativos é estimado com base na metodologia de nível 2, com utilização de cotações de preços publicadas em mercados ativos que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos diferir do preço da transação, um ganho ou perda será reconhecido. A Companhia e sua controlada ECOM não efetuaram transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no exercício;

t. Instrumentos financeiros e operações de hedge

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração – são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e as controladas se comprometeram a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente – para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia e suas controladas avaliam ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e das controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas – Nota explicativa nº 2.3;
- Clientes, consumidores, concessionárias e outros – Nota explicativa nº 7; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco – Nota explicativa nº 34.

O Grupo reconhece uma provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa para os ativos financeiros não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos

próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de fornecimento de energia elétrica a Companhia e suas controladas realizam duas sensibilidades: (i) análise retrospectiva com base no envelhecimento da carteira de clientes por classe de consumo; e, (ii) análise prospectiva por meio da aplicação de índice de perdas com base em sua experiência histórica de perdas de créditos, por classe, que são aplicados aos saldos não alcançados pela análise retrospectiva.

Para ativos de contratos, a Companhia e suas controladas não acompanham as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitalícias em cada data-base.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo e compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de <i>hedge</i> nas relações de <i>hedge</i> definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de <i>hedge</i> eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.
Passivos financeiros ao custo amortizado	Após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em “Swap”, que visam exclusivamente a proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de “hedge” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, documentam se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”.

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como despesas financeiras.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da

taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas na nota explicativa nº 34, não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente;

- u. Benefícios pós-emprego - plano de suplementação de aposentadoria e pensão e outros benefícios pós emprego:** a Companhia e suas controladas patrocinam fundos de pensão pós emprego, plano de complementação de aposentadoria e assistência médica (plano de saúde).

Para os planos de suplementação de aposentadoria e pensão, a obrigação líquida da Companhia e de suas controladas, dos planos na modalidade Benefício Definido (BD), é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e de suas controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano na redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Os planos de previdência na modalidade contribuição definida, plano CD, as patrocinadoras pagam contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

Os outros benefícios pós emprego (saúde, prêmio/gratificação de aposentadoria e indenização por tempo de serviço), são mensurados pelo valor presente dos desembolsos de caixa futuros estimados a serem realizados pela Companhia e suas controladas. A avaliação atuarial desses benefícios é realizada anualmente, pelo método crédito unitário projetado.

Os custos do serviço corrente e do serviço passado são reconhecidos no resultado do exercício. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido;

- v. Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB – International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais, portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) / IAS 21 incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: (i) aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras, (ii) exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração, e (iii) introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ela não é elegível para a aplicação do IFRS 19. As aplicações em suas subsidiárias serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Energisa e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando a Energisa estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação às investidas.

Especificamente, o Grupo Energisa controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida).
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo Energisa tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo Energisa, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

A seguir são apresentadas as controladas diretas e indiretas da Companhia.

Empresas	Sigla	Controladora	Ramo de atividade	% de participação	
				2025	2024
Controladas diretas					
Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	ESE	ESA	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	EMR	ESA	Distribuição de energia	100	100
Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A	ERO	ESA	Distribuição de energia	99,51	99,41
Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A	EAC	ESA	Distribuição de energia	99,77	99,73
Energisa Soluções S/A	ESOL	ESA	Serviços	100	100
Voltz Capital S/A	Voltz	ESA	Serviços	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Dinâmica	ESA	Securitização de créditos	100	100

Empresas	Sigla	Controladora	Ramo de atividade	% de participação	
				2025	2024
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A	ESEA	ESA	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	EPLAN	ESA	Corretagem de seguros	58,26	58,26
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	ECOM	ESA	Comercialização de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A	EGUM	ESA	Geração de energia elétrica	100	100
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	EGCS-CO	ESA	Geração solar de energia	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda.	SOBR	ESA	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Boa Esperança S/A	EGCE-BE	ESA	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Mandacaru S/A	EGCE-MA	ESA	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Central Eólica Alecrim S/A	EGCE-AL	ESA	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro - Muquim S/A	EGCE-UM	ESA	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	EGCS-RP1	ESA	Geração solar de energia	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	EGCS-RP2	ESA	Geração solar de energia	100	100
Alsol Energias Renováveis S/A	ALSOL	ESA	Holding e Geração de energia distribuída	89,70	89,70
Energisa Participações Minoritárias S/A ⁽⁶⁾	EPM	ESA	Holding	100	45
Energisa Participações Nordeste S/A ⁽⁴⁾	EPNE	ESA	Holding	55	55
Nova Denerge S/A	NOVA	ESA	Holding	99,99	-
	DENERGE				
Denerge Desenvolvimento Energético S/A ⁽⁶⁾	DENERGE	ESA	Holding	-	99,98
Energisa Transmissão de Energia S/A ⁽¹⁾	ETE	ESA	Holding	100	100
Energisa Distribuição de Gás S/A ⁽⁶⁾	EDG	ESA	Holding	100	77,3
Energisa Biogás S/A	EBG	ESA	Holding	100	100
Fundo de Investimento em Cotas ⁽⁵⁾	FDIC	ESA	Fundo de investimento	100	100
FIM Zona da Mata	FIM	ESA	Fundo de investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	CX FI ESA	ESA	Fundo de investimento exclusivo	100	100
Clarke Desenvolvimento de Software S/A	CLARKE	ESA	Serviços	70,04	70,04
Controladas indiretas					
Rede Energia Participações S/A ^(1 e 6)	REDE	DENERGE	Holding	99,80	86,43
Rede Power Holding de Energia S/A ^(3 e 6)	Rede Power	REDE	Holding	-	86,43
Denerge Desenvolvimento Energético S/A ⁽⁶⁾	DENERGE	NOVA	Holding	100	-
		DENERGE			
QMRA Participações S/A	QMRA	REDE	Holding	99,80	86,43
Multi Energisa Serviços S/A	Multi	REDE	Serviços	99,80	86,45
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	CTCE	REDE	Comercialização de energia	99,80	86,45
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	EMT	REDE	Distribuição de energia	97,31	76,48
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A ^{(1) (4)}	EMS	REDE	Distribuição de energia	99,73	86,38
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	ETO	REDE	Distribuição de energia	76,52	66,27
Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	ESS	REDE	Distribuição de energia	99,06	85,79
Energisa Soluções Construções e Serviços em linhas e Redes S/A	ESOLC	ESOL	Serviços	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	EPA I	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	EPA II	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	EGO I	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	ETT	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A II	ETT II	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A	EAM	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A	EAM II	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A	EAP	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A	EPT	ETE	Transmissão de energia	100	100
Gemini Energy S/A	Gemini	ETE	Transmissão de energia	100	100
Nova Gemini Transmissão de Energia S/A ⁽⁶⁾	Nova Gemini	ETE	Holding	-	100
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	LMTE	Gemini	Transmissão de energia	85,04	85,04
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A	LXTE	Gemini	Transmissão de energia	83,34	83,34
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	LTTE	Gemini	Transmissão de energia	100	100
Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia	LITE	Gemini	Transmissão de energia	100	100
Plena Op. e Manut. de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Gemini	Transmissão de energia	100	100
Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda.	Laralsol	ALSOL	Geração de energia distribuída	99,9	99,9
URB - Energia Limpa Ltda.	URB	ALSOL	Geração de energia distribuída	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda.	Reenergisa I	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100

Empresas	Sigla	Controladora	Ramo de atividade	% de participação	
				2025	2024
Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A	Reenergisa II	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A	Reenergisa III	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A	Reenergisa IV	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica V S/A	Reenergisa V	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A	Reenergisa VI	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica VII S/A	Reenergisa VII	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica VIII S/A	Reenergisa VIII	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Renesolar Engenharia Elétrica Ltda.	Renesolar	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda.	Flowsolar	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	Carbonsolar	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais Ltda.	AGRIC	EBG	Usina de compostagem	100	100
Companhia de Gás do Espírito Santo	ES GÁS	EDG	Distribuição de gás canalizado	100	100
Ângulo 45 Participações S/A	Ângulo 45 Part	ALSOL	Holding	100	100
Ângulo 45 Empreendimentos S/A	Empreendimentos	Ângulo 45	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Energisa Distribuição de Gás Nordeste S/A ⁽⁶⁾	EDGNE	EDG	Holding	-	100
Norgás S/A	Norgás	EDGNE	Holding	51	51
Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A ^{(1) (2)}	EPB	EPNE	Distribuição de energia	100	100

⁽¹⁾ Companhias abertas.

⁽²⁾ Em 2024, a controlada teve seu controle transferido para a controlada EPNE, vide nota explicativa nº 16.

⁽³⁾ A Rede Power Holding de Energia S/A é controlada pela Rede Energia Participações S/A, e possui 35,92% de participação na EMS.

⁽⁴⁾ Participação % conforme acordo de acionista, vide nota explicativa nº 34.

⁽⁵⁾ Fundo de Investimento e Cotas (FIC – FIDC) – Em fevereiro de 2025, a Companhia e o BTG Pactual aditaram o acordo de cotistas para: (i) alterar a data limite para o exercício das opções de compra e venda, que passarão de 4 (quatro) anos para 7 (sete) anos, contados da assinatura do acordo de cotistas e (ii) alterar a cláusula que dispõe a respeito do preço de exercício da opção, mediante ajuste na taxa spread que passou de 2,35% ao ano para 1,95% ao ano. Em 2025 o montante era de R\$375.637 (R\$322.192 em 2024), vide nota explicativa nº 20.

⁽⁶⁾ Em 2025, a controladas a seguir tiveram suas participações alteradas devido a reorganização societária do Grupo: (i) controlada Denerge teve seu controle transferido para a controlada Nova Denerge (antiga Nova Gemini); (ii) controlada Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM) teve suas ações preferenciais alienadas pelo acionista Itaú a Companhia; (iii) a controlada EDG teve as ações de titularidade do acionista EPM transferidas para Companhia via redução de capital na EPM; (iv) aumento de participação na controlada indireta Rede Energia devido ao aumento de capital realizado pela EPM; (v) e as incorporações da Rede Power na Rede Energia S/A e Energisa Distribuição de Gás Nordeste S/A na Energisa Distribuição de Gás S/A, maiores detalhes na movimentação da nota explicativa nº16.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5. Informações por segmento - consolidado

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual demonstrações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	2025							Total
	Distribuição de energia elétrica	Transmissão de energia elétrica	Geração Hidráulica, solar e distribuída	Comercialização	Distribuição de Gás Canalizado	Holding e Serviços	Operações inter-segmentos / combinação de negócios	
Receitas operacional líquida	31.365.577	1.109.144	672.723	1.771.590	795.590	750.370	(1.023.641)	35.441.353
Custos e despesas operacionais	(23.790.563)	(384.464)	(472.581)	(1.874.841)	(577.326)	(687.773)	1.125.495	(26.662.053)
Depreciações e amortizações	(1.511.156)	(1.518)	(105.662)	(1.005)	(69.005)	(89.578)	(343.907)	(2.121.831)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	6.063.858	723.162	94.480	(104.256)	149.259	(26.981)	(242.053)	6.657.469
Receitas Financeiras	1.678.880	63.447	44.948	13.687	34.267	1.412.560	(921.716)	2.326.073
Despesas Financeiras	(3.930.028)	(290.450)	(266.665)	(31.049)	(124.761)	(2.030.926)	929.767	(5.744.112)
Resultado financeiro	(2.251.148)	(227.003)	(221.717)	(17.362)	(90.494)	(618.366)	8.051	(3.418.039)
Resultado de participações societárias	-	-	22.138	-	-	7.163.089	(7.089.749)	95.478
Imposto de renda e contribuição societárias	(178.284)	(105.582)	46.773	30.251	(20.884)	(47.776)	80.666	(194.836)
Lucro líquido do exercício	3.634.426	390.577	(58.326)	(91.367)	37.881	6.469.966	(7.243.085)	3.140.072

	2024							Total
	Distribuição de energia elétrica	Transmissão de energia elétrica	Geração Hidráulica, solar e distribuída	Comercialização	Distribuição de Gás Canalizado	Holding e Serviços	Operações inter-segmentos/combinação de negócios	
Receitas operacional líquida	29.006.004	1.511.699	414.070	1.155.900	1.627.587	770.873	(770.657)	33.715.476
Custos e despesas operacionais	(21.960.229)	(715.011)	(202.838)	(1.326.993)	(1.440.532)	(772.595)	680.147	(25.738.051)
Depreciações e amortizações	(1.617.159)	(2.464)	(102.839)	(895)	(63.922)	(56.066)	(14.691)	(1.858.036)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	5.428.616	794.224	108.393	(171.988)	123.133	(57.788)	(105.201)	6.119.389
Receitas Financeiras	1.282.004	67.086	28.690	9.304	36.080	1.263.170	(831.150)	1.855.184
Despesas Financeiras	(3.003.737)	(288.609)	(168.892)	(31.789)	(101.074)	(838.813)	841.967	(3.590.947)
Resultado financeiro	(1.721.733)	(221.523)	(140.202)	(22.485)	(64.994)	424.357	10.817	(1.735.763)
Resultado de participações societárias	-	-	14.723	-	-	8.209.353	(8.232.543)	(8.467)
Imposto de renda e contribuição societárias	561.860	(126.921)	21.084	57.633	(20.574)	(302.514)	70.555	261.123
Lucro líquido do exercício	4.268.743	445.780	3.998	(136.840)	37.565	8.273.408	(8.256.372)	4.636.282

	Distribuição de energia elétrica	Transmissão de energia elétrica	Geração Hidráulica, solar e distribuída	Comercialização	Distribuição de Gás Canalizado	Holding e Serviços	2025	2024
Ativos dos segmentos	60.087.913	10.173.476	3.987.258	490.073	1.954.040	14.093.368	90.786.128	85.580.286
Ativo circulante	14.242.014	1.319.754	566.472	364.637	385.842	5.397.984	22.276.703	19.673.144
Ativo não circulante	45.845.899	8.853.722	3.420.786	125.436	1.568.198	8.695.384	68.509.425	65.907.142

	Distribuição de energia elétrica	Transmissão de energia elétrica	Geração Hidráulica, solar e distribuída	Comercialização	Distribuição de Gás Canalizado	Holding e Serviços	2025	2024
Passivos dos segmentos	42.713.200	4.926.483	2.697.541	725.005	852.524	17.715.887	69.630.640	63.504.498
Passivo circulante	10.818.495	629.712	387.455	330.765	365.145	2.262.054	14.793.626	15.465.028
Passivo não circulante	31.894.705	4.296.771	2.310.086	394.240	487.379	15.453.833	54.837.014	48.039.470

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	2025	2024
Receita		
Receita líquida total de segmentos	36.464.994	34.486.133
Eliminação de receitas intersegmentos	(1.023.641)	(770.657)
Receita líquida consolidada	35.441.353	33.715.476
Custos e despesas operacionais		
Custos e despesas operacionais	(27.787.548)	(26.418.198)
Eliminação de receitas intersegmentos	1.125.495	680.147
Custos e despesas operacionais consolidada	(26.662.053)	(25.738.051)
Amortização e depreciação		
Amortização e depreciação total de segmentos	(1.777.924)	(1.843.345)
Resultado intersegmentos	(343.906)	(14.691)
Amortização e depreciação consolidada.	(2.121.832)	(1.858.036)
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos	3.247.789	2.686.334
Eliminação de receitas intersegmentos	(921.716)	(831.150)
Receita financeira consolidada	2.326.073	1.855.184
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos	(6.673.879)	(4.432.914)
Eliminação de despesa intersegmentos	929.767	841.967
Despesa financeira consolidada	(5.744.112)	(3.590.947)
Total do resultado dos segmentos	3.334.908	4.375.159
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	3.334.908	4.375.159
Impostos		
Imposto de renda e contribuição societárias	(194.836)	261.123
Impostos sobre Lucro	(194.836)	261.123
Lucro	3.140.072	4.636.282
Lucro líquido do exercício	3.140.072	4.636.282
Lucro líquido do exercício		

	2025	2024
Ativo		
Ativo total dos segmentos	90.786.128	85.580.286
Outros valores não alocados	(7.314.481)	(8.398.633)
Total Ativo consolidado	83.471.647	77.181.653
Passivo		
Passivo total dos segmentos	69.630.640	63.504.498
Outros valores não alocados	(7.343.537)	(8.466.067)
Total passivo consolidado	62.287.103	55.038.431

6. Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	77.385	78.626	930.644	691.639
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	275.139	55.675	309.593	76.725
Operações compromissadas	-	-	145.768	130.775
Total – Circulante ⁽¹⁾	352.524	134.301	1.386.005	899.139

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

A rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 2025 equivale a 101,1% do CDI (100,1% do CDI em 2024) na controladora e 97,9% do CDI (93,5% do CDI em de 2024) no consolidado.

6.2 Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	9	140.527	293.786	554.010
Certificado de Depósito Bancário (CDB) Garantias Comerciais ⁽¹⁾	-	-	14.077	14.778
Compromissadas	-	14	-	1.626
Debêntures ⁽²⁾	6.153.279	5.882.326	-	-
Fundos de Investimentos ⁽³⁾	117.622	90.504	240.037	460.818
BTG Zona da Mata Fim	-	-	-	3.304
Investimento Internacional	-	-	-	7
Capitalização	-	-	-	16
Conta Garantia – Kamino	-	-	-	160
Fundos de investimentos exclusivos				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.663	20.206	5.591	124.970
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1.408	836	4.731	5.536
Debêntures	-	-	-	237
Compromissadas	201.029	195.491	674.279	1.310.350
Fundo multimercado	293.558	48.419	986.809	299.467
Fundo de renda fixa	1.406.120	529.871	4.727.526	3.375.900
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	344.044	113.356	1.115.278	784.451
Letra Financeira (LF)	311.501	119.171	1.047.127	737.085
Nota de Crédito	3.780	2.573	12.707	15.914
Nota do tesouro nacional (NTNB)	50.236	37.720	168.870	233.714
Nota do tesouro nacional (NTNF)	59.870	-	201.257	50.604
Recursos Vinculados	-	-	-	33.700
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios ⁽⁴⁾	-	-	70.011	66.618
Total ⁽⁵⁾	8.944.119	7.181.014	9.562.086	8.073.265
Circulante	3.443.285	1.249.724	9.087.240	7.662.110
Não Circulante	5.500.834	5.931.290	474.846	411.155

⁽¹⁾ **Certificado de Depósito Bancário (CDB) Garantias Comerciais** - refere-se a recursos vinculados às garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica de outros passivos – outras contas a pagar, classificado no passivo circulante no consolidado;

⁽²⁾ **Debêntures**: refere-se a debêntures privadas emitidas pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica;

⁽³⁾ **Fundo de Investimento**: inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado;

⁽⁴⁾ **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados** - FIDC IV Energisa Centro Oeste com vencimento em 01 de outubro de 2034; e

⁽⁵⁾ Inclui na controladora R\$41.261 (R\$40.358 em 2024) e no consolidado R\$491.106 (R\$720.160 em 2024) referente a recursos vinculados.

A rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 2025 equivale a 81,6% do CDI (101,1% do CDI em 2024) na controladora e 97,9% do CDI (106,8% do CDI em 2024) no consolidado.

7. Clientes, consumidores, concessionárias e outros

	Controladora		Consolidado							Total	
	2025	2024	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽¹⁾	2025	2024
			Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias			
Valores correntes: ⁽²⁾											
Residencial	-	-	714.223	-	530.137	95.975	9.270	30.509	(158.439)	1.221.675	1.195.047
Industrial	-	-	141.517	-	24.417	4.010	5.206	38.884	(39.019)	175.015	172.954
Comercial	-	-	263.887	-	89.679	16.800	4.788	35.015	(40.831)	369.338	365.709
Rural	-	-	177.211	-	67.741	21.828	34.392	17.647	(18.352)	300.467	286.829
Poder público	-	-	160.126	-	10.650	365	343	1.408	(1.475)	171.417	167.958
Iluminação pública	-	-	71.532	-	1.092	40	289	6.591	(6.645)	72.899	68.745
Serviço público	-	-	59.502	-	14.847	11.168	18.415	128.210	(144.758)	87.384	85.297
Fornecimento não faturado	-	-	1.281.485	173.484	-	-	-	-	(11.344)	1.443.625	1.304.915
(-) Arrecadação em processo de classificação	-	-	(627)	-	-	-	-	-	-	(627)	(4.328)
Valores renegociados:	-	-									
Residencial	-	-	76.575	294.977	37.689	23.668	29.894	198.987	(388.109)	273.681	279.327
Industrial	-	-	7.448	37.899	3.165	2.353	3.450	37.238	(51.235)	40.318	32.270
Comercial	-	-	34.668	195.176	15.277	6.174	6.984	66.684	(111.689)	213.274	185.742
Rural	-	-	12.833	53.779	5.554	3.039	4.800	15.158	(42.246)	52.917	51.737
Poder público ⁽³⁾	-	-	11.991	172.748	932	239	1	1.769	(3.133)	184.547	188.278
Iluminação pública	-	-	1.256	13.592	20	-	-	110	(110)	14.868	17.156
Serviço público	-	-	2.553	17.343	64	109	328	3.788	(4.228)	19.957	12.302
(-) Ajuste a Valor Presente ⁽⁴⁾	-	-	(3.608)	(198.978)	-	-	-	-	-	(202.586)	(180.033)
Subtotal-clientes	-	-	3.012.572	760.020	801.264	185.768	118.160	581.998	(1.021.613)	4.438.169	4.229.905
Suprimento energia a concessionárias ⁽⁵⁾	-	-	170.129	-	-	-	-	32.027	(880)	201.276	158.018
Serviços Especializados	77.246	79.213	102.947	24.160	1.791	2.693	13.785	3.293	(46.783)	101.886	85.524
Serviços de transmissão de energia elétrica ⁽⁶⁾	-	-	72.848	-	1.691	7.905	5.499	24.032	(23.888)	88.087	96.777
Serviços de distribuição de gás Energia	-	-	96.518	-	1.067	87	109	764	(1.004)	97.541	72.366
Comercializada com clientes livres	-	-	222.311	-	-	-	-	-	(221)	222.090	157.693
Outros ⁽⁷⁾	-	-	50.198	-	-	-	-	214.419	(218.926)	45.691	146.431
Total	77.246	79.213	3.727.523	784.180	805.813	196.453	137.553	856.533	(1.313.315)	5.194.740	4.946.714
Circulante	77.246	79.213								4.771.318	4.450.773
Não circulante	-	-								423.422	495.941

⁽¹⁾ Seguem as variações das provisões de perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa:

Movimentação das provisões	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023 – circulante e não circulante	1.403.608	1.528.336
Provisões liquidas constituídas no exercício ^(a)	526.893	474.935
Baixa de contas de energia elétrica – incobráveis	(457.324)	(599.663)
Saldos em 2025 e 2024 – circulante e não circulante	1.473.177	1.403.608
Alocação:		
Clientes, consumidores, concessionárias e outros	1.313.315	1.282.235
Títulos de créditos a receber	54.801	3.687
Outros créditos	105.061	117.686
	1.473.177	1.403.608

^(a) Inclui (i) provisão constituída nas controladas EMT, EMR, EPB, ESE, ERO e EAC no montante de R\$87.907 (R\$9.768 em 2024 nas controladas EMT, EMR, EPB e ESE) relacionado a ICMS geração distribuída (GD) contabilizada em outros resultados e (ii) na controlada ERO a provisão no montante de R\$5.247, relacionados a créditos a receber com prestador de serviço que foram revisados e não atenderam aos critérios de recuperabilidade, dessa forma também foram provisionados em outros resultados.

⁽²⁾ Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos;

(3) **Poder Público** – inclui valores de créditos a receber pelas controladas ESE e EMT, junto a clientes, conforme segue:

(i) A controlada ESE possui créditos a receber, com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), referente às contas de energia elétrica do período de janeiro/1994 a novembro/1997. O débito da CODEVASF é objeto de ação judicial de cobrança perante a Justiça Federal do Distrito Federal.

Em 24 de abril de 2024, a controlada ESE recebeu o precatório no montante de R\$104.508. Permanece em discussão um valor adicional de R\$40.941, cujos cálculos em 2025 permaneceram em análise. A posição dos nossos assessores legais é de que o recebimento do valor adicional é praticamente certa a realização, uma vez que a discussão está baseada em erro de cálculo da CODEVASF.

O risco de incapacidade de pagamento é muito baixo, por ser a CODEVASF empresa pública dependente, com controle societário da União Federal.

Em 2025, o valor a receber referente a esses créditos, com juros e correção monetária é de R\$46.651 (R\$46.651 em 2024). Sobre esses créditos a controlada ESE constituiu provisão para ajuste a valor presente no montante de R\$23.951 (R\$28.781 em 2024), que estão contabilizados na demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras despesas financeiras, calculado pela aplicação da taxa de desconto anual de IPCA-E + 20%, refletindo o risco da operação sendo o credor a União. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.

(ii) A controlada EMT realizou renegociação em 03 de agosto de 2016 em que assinou com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, de energia elétrica, líquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 31 de dezembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão da SANECAP (abril/2042). Em 2025 o valor a receber referente a esse crédito monta em R\$58.145 (R\$65.908 em 2024). Sobre esses créditos a controlada EMT constituiu provisão para ajuste a valor presente no montante de R\$22.768 (R\$23.962 em 2024), tendo sido contabilizado R\$1.194 (R\$9.556 em 2024) na demonstração de resultado do exercício na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela variação anual da taxa CDI. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.

(4) **Ajuste a Valor Presente (AVP)** – calculado para os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa de mercado.

(5) **Suprimento de energia:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que se apresenta como segue:

Composição dos créditos e débitos junto a CCEE	Consolidado	
	2025	2024
Créditos a vencer	170.129	126.345
Créditos vinculados a liminares (*)	32.027	32.027
Subtotal créditos CCEE (**)	202.156	158.372
(-) Aquisição de energia na CCEE (***)	(420.168)	(116.388)
(-) Encargos de Serviços do Sistema – ESS (****)	(6.887)	(34.290)
Total débitos (créditos) CCEE	(224.899)	7.694

(*) Créditos vinculados a liminares – os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a alterações dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Administração acompanha os pleitos realizados e é de seu entendimento que os valores serão integralmente recebidos quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(**) O subtotal de R\$202.156 (R\$158.372 em 2024) não inclui a provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$880 (R\$354 em 2024).

(****) Vide nota explicativa nº 19.

(6) A PPECLD foi constituída sobre os saldos a receber de encargos rescisórios de agentes do SIN emitidos pela ONS a favor das controladas transmissoras de energia elétrica, ocorrido de forma excepcional durante o exercício, onde as controladas avaliaram que sua recuperabilidade é de difícil recebimento e, portanto, efetuaram o reconhecimento da provisão para perdas;

(7) **Outros:** inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar de consumidores, tais como:

ICMS Demanda – processo referente ao ICMS Demanda movido pelo Estado de Mato Grosso contra a controlada EMT decorrentes de autuações sob o argumento de que a controlada cumpriu de forma equivocada as decisões que eximiu alguns clientes de recolher o ICMS sobre a demanda. A controlada EMT firmou em 23 de setembro de 2021 o Termo de Acordo Extrajudicial –TAE com o Estado, resultando no pagamento, a vista, em 30 de setembro de 2021, do débito integral com a adesão ao Programa REFIS-MT. A controlada ingressou com medidas administrativas e/ou judiciais para a recuperação dos valores pagos, com o regresso contra os consumidores que efetivamente se beneficiaram das decisões judiciais pelo não recolhimento do ICMS. A Administração tem constituído provisão de perdas esperadas de

crédito de liquidação duvidosa de R\$79.469 (R\$80.543 em 2024) em face de que a realização do ativo se dará por eventos futuros incertos não totalmente sob controle da controlada.

ICMS Geração Distribuída - inclui parcela do ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição e da tarifa de energia dos consumidores com geração distribuída (GD) que não estão abarcados pela isenção concedida pelos Estados no valor de R\$97.675 (R\$104.766 em 2024), com provisão para perdas estimadas no valor de R\$87.907 em 2025 (R\$9.768 em 2024) reconhecidos em outros resultados e o valor de R\$6.661 reconhecidos em provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa.

Créditos de ICMS a receber dos clientes		
Empresa/Origem	2025	2024
EMT - ICMS Demanda	79.469	80.543
EMT - ICMS Geração Distribuída	73.471	73.600
EPB - ICMS Geração Distribuída	16.101	15.537
ESE - ICMS Geração Distribuída	166	210
EMR - ICMS Geração Distribuída	1.313	1.323
EAC - ICMS Geração Distribuída	133	1.264
ERO - ICMS Geração Distribuída	6.491	12.617
TOTAL	177.144	185.094

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	665.964	591.385
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	327.537	333.153	1.707.977	1.617.183
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	19.803	14.299	459.789	410.072
Contribuições ao PIS e à COFINS	4.970	14.008	263.897	272.695
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS ⁽¹⁾	-	-	967.964	1.458.858
Outros	2.125	251	73.197	70.094
Total	354.435	361.711	4.138.788	4.420.287
Circulante	128.972	84.829	1.856.382	1.747.604
Não circulante	225.463	276.882	2.282.406	2.672.683

⁽¹⁾ Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS:

Empresas	2025	2024
Ações judiciais com trânsito em julgado		
EPB	136.239	148.654
ETO	70.203	64.184
ESE	11.592	10.751
EMT	403.100	586.838
EMS	55.024	157.788
EMR	138.564	200.722
ESS	153.242	289.921
Total	967.964	1.458.858
Circulante	360.907	533.308
Não Circulante	607.057	925.550

Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$2.976.207 em 2021. Em novembro de 2025 na empresa ESS, foi efetuada uma baixa em relação ao saldo inicial R\$ 54.530 (R\$29.314 de valor principal e R\$ 25.216 de SELIC), em decorrência do trânsito em julgado da empresa EVP (incorporada da ESS), processo nº 5002300-62.2017.4.03.6100, passando a ser considerado o valor total de R\$ 2.946.894 oriundos de ações judiciais transitadas em julgado de suas controladas. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, resultando ao longo dos exercícios o valor acumulado de R\$1.552.426 (R\$1.485.101 em 2024), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado.

As controladas EPB, ETO, ESE, EMT, EMS, ERO, EAC, ESS e EMR tiveram seus créditos habilitados pela RFB e as compensações foram de R\$3.531.356 (R\$3.002.450 em 2024).

9. Reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios – consolidado

9.1 Distribuição de Energia Elétrica

Conforme Contrato de Concessão das controladas de distribuição de energia elétrica, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP), ambos previstos no contrato de concessão.

As concessionárias de distribuição de energia elétrica também podem solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

9.1.1 Reajustes Tarifários Anuais

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Empresas	Resolução Homologatória	Efeito médio para o consumidor (%)	Data Início
ESS	Resolução 3.480, de 01/07/2025	19,05%	12/07/2025
EMS	Resolução 3.441, de 08/04/2025	1,33%	08/04/2025
EMT	Resolução 3.440, de 01/04/2025	1,79%	08/04/2025
ESE	Resolução 3.444, de 15/04/2025	7,00%	22/04/2025
EMR	Resolução 3.471, de 18/06/2025	3,61%	22/06/2025
EAC	Resolução 3.556, de 09/12/2025	11,54%	13/12/2025
ERO	Resolução 3.560, de 09/12/2025	15,72%	13/12/2025

9.1.2 Revisões Tarifárias Periódicas

As Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EPB e, (ii) a cada cinco anos na EMT, EMS, ESE, EMR, ESS, ETO, ERO e EAC.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Neste momento, a ANEEL também calcula toda a Parcela B, isto é, a parte da Receita para cobrir os custos operacionais e investimentos da distribuidora.

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ETO	Resolução 3.479, de 01/07/2025	12,68%	04/07/2025
EPB	Resolução 3.518, de 26/08/2025	13,59%	28/08/2025

A Aneel aprovou a Revisão Tarifária Periódica das Companhias e o efeito referente a remuneração do ativo financeiro indenizável foi reconhecido em outras receitas operacionais. Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, ao final do processo de revisão tarifária, ocorre a convergência com o valor efetivamente homologado pela Aneel.

9.1.3 Bandeiras Tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE. O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela; e
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/kWh REH n° 3.051/ 2022	Atual R\$/kWh REH n° 3.306/ 2024 ⁽¹⁾
Verde	-	-
Amarela	2,99	1,89
Vermelha 1	6,50	4,46
Vermelha 2	9,80	7,88

⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 5 de março de 2024, por meio da Resolução Homologatória n° 3.306, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de abril de 2024.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2025	2024
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Amarela	Verde
Junho	Vermelha Patamar 1	Verde
Julho	Vermelha Patamar 1	Verde
Agosto	Vermelha Patamar 2	Verde
Setembro	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 1
Outubro	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Novembro	Vermelha Patamar 1	Amarela
Dezembro	Amarela	Verde

9.1.4 Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação

O Brasil vivenciou nos últimos anos uma situação de sobrecontratação de energia generalizada, iniciada em 2016, que afetou grande parte das distribuidoras do país. Esse cenário foi influenciado tanto pelas incertezas no crescimento da demanda, decorrentes de fatores econômicos, quanto pelo aumento das migrações de consumidores cativos para o mercado livre e pela expansão da geração distribuída. Adiciona-se a esses fatores um modelo centralizado de contratação de energia, em que a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo e com pouca flexibilidade.

Nesse contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação segue em discussão entre a ANEEL e as Distribuidoras. Os montantes involuntários, necessários para a apuração, foram divulgados pela ANEEL até 2018, por meio do Despacho n° 4.395, de 10 de novembro de 2023.

Dessa forma, os resultados conhecidos já foram homologados nos recentes eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2024) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente.

Foram contabilizados no exercício findo em 2025 um montante negativo de R\$6.261 (R\$11.292 em 2024) relativos majoritariamente ao resultado do ano, além de R\$52 (R\$1.371 em 2024) de atualização financeira negativa.

Empresas	2024	Principal	Atualização Monetária	2025
EMT	(53.637)	-	(7.783)	(61.420)
EMS	55.127	-	6.264	61.391
ESS	(3.431)	-	(490)	(3.921)
EPB	18.991	-	2.712	21.703
ERO	42.551	(6.261)	5.801	42.091
EAC	(41.340)	-	(5.982)	(47.322)
EMR	(4.016)	-	(573)	(4.589)
Saldos – ativos e passivos não circulantes	14.245	(6.261)	(51)	7.933

9.1.5 Prorrogação das concessões

Em junho de 2024, foi publicado pela Presidência da República, o Decreto 12.068/2024, possibilitando a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica cujo término dos contratos se dará entre os anos de 2025 e 2031. Tal decreto define as principais diretrizes para os novos contratos de concessão, objetivando a modernização das redes de distribuição e o melhor atendimento à sociedade. Em outubro de 2024, a ANEEL abriu consulta pública visando obter subsídios para o aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica. Em 27 de fevereiro de 2025, foi publicada a decisão da ANEEL aprovando a minuta do termo aditivo.

As controladas EMT, EMS, EPB e ESE protocolaram em 28 de março de 2025 os pedidos de antecipação da prorrogação das suas respectivas concessões pelo prazo de 30 anos, em conformidade com o disposto no Decreto nº 12.068/2024. Estes pedidos estão sendo analisados pela ANEEL e se encontram na seguinte situação:

Empresas	Vencimento atual	Novo vencimento	Data aprovação da Aneel
EMT	11/12/2027	11/12/2057	Em análise
EMS	04/12/2027	04/12/2057	17/06/2025
ESE	23/12/2027	23/12/2057	11/11/2025
EPB	21/03/2031	21/03/2061	10/06/2025

A partir da aprovação pela ANEEL, os primeiros processos têm sido encaminhados para análise prévia do TCU – Tribunal de Contas da União, para posterior aprovação do contrato de concessão pelo MME.

9.2 Transmissão de Energia Elétrica

9.2.1 Reajustes Tarifários Anuais

A Resolução Homologatória nº3.481, de 17 de julho de 2025, estabeleceu as RAP's das controladas de transmissão de energia, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. A RAP das controladas foram reajustadas pelo IPCA em +5,32%.

A seguir, RAP das controladas reajustadas sem considerar a parcela de ajuste (PA):

Empresas	Contrato de concessão	Rede Básica			Rede Fronteiras		Demais instalações	Total	Total
		RBL	RBNI	RMEL	RBL	RBNI	RPEC/RCDM	Ciclo 2025-2026	Ciclo 2024-2025
LMTE	009/2008	152.969	91	3	7.711	2.427	824	164.025	155.740
EAM	009/2021	24.389	228	-	12.578	4.508	3.836	45.539	30.606
EGO I	024/2017	54.917	-	-	-	-	-	54.917	52.143
EPA I	043/2017	53.638	-	-	10.236	-	4.834	68.708	65.238
EPA II	030/2018	39.015	7.000	-	9.101	-	937	56.053	53.222
EPT	022/2016	3.262	-	-	8.977	-	1.627	13.866	13.166
ETT II	014/2021	1.092	-	-	3.295	-	1.058	5.445	4.805
ETT I	004/2019	83.709	-	-	4.577	-	1.710	89.996	85.450
LXTE	008/2008	169.853	9.661	-	-	-	-	179.514	170.447
LTTE	020/2011	47.958	8.035	-	6.782	16.317	6.461	85.553	81.231

9.3 Distribuição de Gás Canalizado

9.3.1 Reajustes Tarifários

O valor da tarifa compreende: (i) o preço da molécula (impactado pelas condições dos contratos de suprimentos, incluindo a cotação do petróleo (Brent, Henry Hub) ou pelo câmbio; (ii) o transporte, que se refere ao custo para trazer o gás até as redes de distribuição; (iii) a conta gráfica, decorrente do descasamento temporário entre o custo médio do gás repassado pela concessionária aos consumidores cativos através das tarifas homologadas pela ARSP e o custo do gás efetivamente incorrido pela concessionaria ao longo do período de vigência das tarifas; (iv) os

tributos (PIS/COFINS e ICMS); (v) a margem de distribuição. O Reajuste Tarifário é realizado: (a) trimestralmente com o objetivo de repassar os custos de gás e de transporte e para repassar o saldo acumulado da conta gráfica e (b) anualmente, em agosto na mesma data do reajuste do custo do gás, cumulativamente, ocorre o reajuste da margem de distribuição pelo índice de inflação determinado no contrato de concessão.

Ato Regulatório	Efeitos	Vigência	
		Início	Término
Decisão ARSP 003, de 18/10/2023	Reajuste tarifário segmento não termoeletrico	01/11/2023	31/01/2024
Decisão ARSP 001, de 18/01/2024	Reajuste tarifário segmento não termoeletrico	01/02/2024	30/04/2024
Decisão ARSP 002, de 19/04/2024	Reajuste tarifário segmento não termoeletrico e termoeletrico	01/05/2024	31/07/2024
Resolução ARSP 075, de 17/07/2024	Reajuste tarifário segmento não termoeletrico e margem de distribuição	01/08/2024	31/10/2024
Decisão ARSP 003, de 21/10/2024	Reajuste tarifário segmento não termoeletrico	01/11/2024	31/01/2025
Decisão ARSP/DG 002, de 21/01/2025	Reajuste tarifário segmento não termoeletrico	01/02/2025	30/04/2025
Decisão ARSP/DG 004, de 16/04/2025	Reajuste tarifário segmento termoeletrico	01/05/2025	31/12/2025
Decisão ARSP/DG 004, de 16/04/2025	Reajuste tarifário segmento não termoeletrico	01/05/2025	31/07/2025
Resolução ARSP 091, de 31/07/2025	Reajuste tarifário segmento não termoeletrico e margem de distribuição	01/08/2025	31/10/2025

9.3.2 Revisões Tarifárias

A cada 5 (cinco) anos o processo de Revisão Tarifária Ordinária (“RTO”) tem como objetivo revisar a margem média de distribuição, considerando a estrutura projetada de custos e de mercado da concessionária, os estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas, o plano de investimentos, além das metas de qualidade para o ciclo tarifário em processamento. A nova tabela tarifária foi aprovada mediante Resolução ARSP 091, de 31 de julho de 2025, que estabeleceu, inclusive, a margem média de distribuição aplicável ao segundo ciclo da concessão no valor de R\$ 0,4702/m³ sem tributos.

10. Ativos e passivos financeiros setoriais (Distribuição de energia elétrica) – Consolidado

	2025			2024		
	Valores em amortização	Valores em constituição	Total	Valores em amortização	Valores em constituição	Total
Ativos financeiros setoriais						
Circulante	9.125	814.620	823.745	60.816	148.860	209.676
Não circulante	-	892.356	892.356	-	224.604	224.604
	9.125	1.706.976	1.716.101	60.816	373.464	434.280
Passivos financeiros setoriais						
Circulante	575.878	177.357	753.235	881.844	108.081	989.925
Não circulante	-	546.999	546.999	-	435.086	435.086
	575.878	724.356	1.300.234	881.844	543.167	1.425.011
Saldo líquido dos ativos e passivos	(566.753)	982.620	415.867	(821.028)	(169.703)	(990.731)

	Saldos em 2024	Receita operacional		Remuneração	Crédito PIS/COFINS	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 2025
		Adição	Amortização			Bandeiras Tarifárias ⁽¹⁾	Outros ^(4.1)	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	52.200	1.000.423	102.323	70.226	-	(114.744)	-	1.110.428
Transporte de energia elétrica - Rede básica	242.363	189.657	(196.820)	16.916	-	-	-	252.116
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	(8.469)	48.488	(12.476)	2.559	-	-	-	30.102
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	159.602	(100.631)	(119.628)	(7.180)	-	2.347	-	(65.490)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(49.544)	646.196	(15.200)	47.935	-	-	-	629.387
Transporte de energia elétrica - Itaipu	8.131	7.406	(7.223)	246	-	-	-	8.560
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	(151.741)	(7.546)	-	-	-	-	-	(159.287)
Componentes financeiros								

	Saldos em 2024	Receita operacional		Remuneração	Crédito PIS/COFINS	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 2025
		Adição	Amortização			Bandeiras Tarifárias ⁽¹⁾	Outros ^(4,1)	
Neutralidade da Parcela A	(192.667)	78.139	163.075	5.855	-	-	-	54.402
Sobrecontratação de energia	220.146	200.823	(84.598)	9.793	-	(246.496)	-	99.668
Devoluções Tarifárias ⁽²⁾	(414.720)	(215.013)	68.750	(57.362)	-	-	-	(618.345)
CUSD	2.583	22	(3.436)	(25)	-	-	-	(856)
Exposição de submercados	(5.816)	78.304	(6.935)	6.514	-	-	-	72.067
Garantias financeiras	9.087	5.152	(7.405)	541	-	-	-	7.375
Saldo a compensar	(11.801)	(399)	16.143	1.168	-	-	-	5.111
Diferimento Risco Hidrológico ⁽³⁾	60.816	-	(60.816)	-	-	-	-	-
Outros itens financeiros ⁽⁴⁾	(910.901)	(906.562)	1.730.291	88.965	(662.433)	-	(348.731)	(1.009.371)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(990.731)	1.024.459	1.566.045	186.151	(662.433)	(358.893)	(348.731)	415.867

	Saldos em 2023	Receita operacional		Remuneração	Crédito PIS/COFINS	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 2024
		Adição	Amortização			Bandeiras Tarifárias ⁽¹⁾	Outros ^(4.1)	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	(461.319)	115.242	395.454	5.170	-	(2.347)	-	52.200
Transporte de energia elétrica - Rede básica	306.389	183.399	(257.180)	9.755	-	-	-	242.363
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	(19.504)	(13.384)	25.001	(582)	-	-	-	(8.469)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	54.824	150.529	9.304	6.889	-	(61.944)	-	159.602
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	64.892	(40.995)	(72.152)	(1.289)	-	-	-	(49.544)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	35.749	1.641	(29.599)	340	-	-	-	8.131
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	-	(151.741)	-	-	-	-	-	(151.741)
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	(166.512)	(222.146)	211.976	(15.985)	-	-	-	(192.667)
Sobrecontratação de energia	267.414	205.973	(236.290)	12.412	-	(29.363)	-	220.146
Devoluções Tarifárias ⁽²⁾	(272.841)	(208.297)	94.259	(27.841)	-	-	-	(414.720)
CUSD	3.292	5.781	(6.541)	51	-	-	-	2.583
Exposição de submercados	(1.469)	(5.586)	1.554	(315)	-	-	-	(5.816)
Garantias financeiras	6.977	8.026	(6.334)	418	-	-	-	9.087
Saldo a compensar	18.473	(5.312)	(24.868)	(94)	-	-	-	(11.801)
Diferimento Risco Hidrológico ⁽³⁾	4.817	52.982	(3.273)	6.290	-	-	-	60.816
Outros itens financeiros ⁽⁴⁾	(862.913)	(1.058.663)	1.672.561	(71.969)	(708.339)	-	118.422	(910.901)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(1.021.731)	(982.551)	1.773.872	(76.750)	(708.339)	(93.654)	118.422	(990.731)

⁽¹⁾ **Bandeiras tarifárias CCRBT** - desde janeiro de 2015, o Sistema de Bandeiras Tarifárias foi implementado nas contas de energia para equilibrar os custos de curto prazo na geração de energia. A ANEEL sinaliza mensalmente o acionamento das bandeiras por despacho, e os recursos arrecadados podem ser revertidos total ou parcialmente à CCRBT, conforme despachos mensais da ANEEL.

Os valores recebidos ou repassados pelas controladas referentes às Bandeiras Tarifárias no exercício findo em 2025, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, estão apresentados a seguir:

Empresas	2025		2024	
	Recebido	Repassado	Recebido	Repassado
EMR	18.685	-	9.991	-
ESE	4.537	(19.139)	6.833	(4.383)
EPB	35.755	(12.510)	14.458	(1.572)
EMT	176.566	-	24.043	(5.947)
EMS	73.253	-	12.485	(7.308)
ESS	19.549	(1.449)	23.345	-
ETO	11.357	(1.226)	6.884	(4.964)
ERO	63.919	(1.404)	11.520	(6.371)
EAC	1.910	(10.910)	16.490	(1.850)
Total	405.531	(46.638)	126.049	(32.395)

⁽²⁾ **Devoluções tarifárias** - referem-se a receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas mensalmente e atualizadas com aplicação da variação da Selic. Para as controladas distribuidoras de energia elétrica que já assinaram o novo termo aditivo do Contrato de Concessão, estes valores serão reconhecidos e amortizados no próximo processo tarifário da controlada distribuidora de energia elétrica (EAC, EMR, ETO, ESS e ERO). Para as controladas distribuidoras de energia que ainda regem as regras anteriores do Contrato de Concessão, estes valores são acumulados durante o Ciclo de Revisão Tarifária (EMS, EMT, EPB e ESE).

(3) **Diferimento Risco Hidrológico – ERO** – em 11 de dezembro de 2023, por intermédio da Carta ENERGISARO/VPD ANEEL/Nº055/2023, a ERO apresentou proposta de diferimento, no valor de R\$57.800 que estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado, durante o período do ciclo tarifário. O montante foi alocado como componente financeiro da Parcela A, com o objetivo de mitigar os impactos tarifários no exercício, sendo revertido no processo tarifário subsequente, atualizado pela taxa SELIC. Assim, no processo tarifário realizado em dezembro de 2024, iniciou-se a reversão à distribuidora do valor atualizado de R\$64.089, cuja amortização foi integralmente concluída em dezembro de 2025.

(4) **Outros itens financeiros** – considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das distribuidoras de energia elétrica, tais como:

- **Revisão Tarifária Extraordinária – RTE (ERO)**: Em 12 de dezembro de 2019, a controlada ERO requereu, na exclusiva hipótese de improcedência de seu pedido de reconsideração, que fosse procedida RTE em substituição ao reajuste tarifário anual previsto para dezembro de 2020, com a avaliação integral de sua Base de Remuneração Regulatória, sendo que foi homologado uma receita a menor naquele ano. Na Nota Técnica 77/2024 – STR/ANEEL, é apresentado a memória de cálculo do valor.

Em 25 de março de 2025, a diretoria da Aneel deu provimento ao pedido de reconsideração da ERO e instaurou Consulta Pública para obter subsídios e informações adicionais para a aplicação dos valores relativos à RTE da ERO, uma vez que o mérito foi reconhecido, sendo registrado um montante de R\$280.262, sendo R\$176.871 registrado como receita operacional (Fornecimento – Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais) e R\$103.391 na receita financeira.

Em dezembro de 2025 a ANEEL homologou os ajustes financeiros e econômicos associados à RTE, por meio do Despacho 3.831/2025, com um efeito financeiro total de R\$377.174, sendo R\$227.980 registrado como receita operacional (Fornecimento – Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais) e R\$149.194 na receita financeira, assim a controlada ERO procedeu a devida atualização dos montantes reconhecidos em março de 2025.

Diante do potencial impacto tarifário significativo decorrente da incorporação integral da RTE no reajuste de 2025, que poderia elevar o efeito médio do reajuste para cerca de 27,93%, a ANEEL, avaliou alternativas para mitigar oscilações tarifárias abruptas aos consumidores. Nesse contexto, a ERO apresentou proposta para atenuação do impacto, sugerindo a incorporação parcial dos efeitos financeiros da RTE no reajuste de 2025.

Como resultado, a ANEEL deliberou pela aplicação, no Reajuste Tarifário Anual de 2025, do efeito econômico integral da RTE, bem como de R\$57.000 do efeito financeiro, já repassados em tarifa no processo de dezembro de 2025. O montante remanescente, estimado em aproximadamente R\$320.174, foi constituído como ativo regulatório, a ser reconhecido nos processos tarifários subsequentes, de modo a assegurar a modicidade tarifária. A amortização desse valor será conforme o reconhecimento tarifário.

- **Spread da Conta Escassez Hídrica – REN 1.008/2022** – No processo tarifário de 2024 das distribuidoras EMT, EMS, ESE e ESS, ocorreu o reconhecimento do financeiro Spread da Conta de Escassez Hídrica. O Art. 12 da Resolução Normativa nº 1.008/2022-ANEEL dispõe sobre o ressarcimento ao consumidor dos custos acessórios nas operações de créditos da Conta Escassez Hídrica por distribuidoras de energia elétrica.

Empresas	REN 1.008/2022
EMT	45.409
EMS	13.243
ESE	6.020
ESS	2.216
Total	66.888

- **Créditos do PIS e da COFINS**: conforme Lei nº 14.385/2022 que regulamentou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a ANEEL reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores, e estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado. A seguir apresentamos os valores reconhecidos no último ciclo tarifário de cada controlada:

Empresas	Valores reconhecidos nos processos tarifários	Valores reconhecidos nos processos tarifários
	2025	2024
EMT	273.636	266.970
EMS	88.369	104.623
ETO ^(a)	-	(512)
ESS	73.231	33.277
EMR	69.519	97.144
EPB	82.241	132.840
ESE	75.438	71.868
ERO ^(a)	(1)	1.436
EAC ^(a)	-	693
Total	662.433	708.339

- (a) **Reversão dos créditos de PIS/ COFINS (ETO/ ERO/EAC)**: Considerando que a controladas indiretas, ETO, EAC e ERO devolveram via tarifa para os consumidores créditos do PIS/COFINS superior ao valor compensado junto à Receita Federal do Brasil, a Aneel no processo tarifário de 2024 e 2025 considerou um componente financeiro de reversão do valor à distribuidora via tarifa.

(4.1) **Recebimentos/pagamentos**

Reversão Efeito Decreto nº10.665/2021 e DSP nº417/2022 - Reversão Bônus Itaipu - o Financeiro de Recomposição à conta de comercialização de Itaipu, refere-se a reversão do diferimento negativo, considerado no processo tarifário de 2021, associado ao repasse realizado pela conta de comercialização de Itaipu conforme Decreto nº 10.665/2021. O cálculo deste financeiro, foi realizado conforme previsto na NT 247/2021. Tais valores foram reconhecidos nos processos tarifários das distribuidoras EMS, EMT, ESS e EMR. O valor pago pelos consumidores das distribuidoras irá recompor a Conta de Comercialização de Itaipu estão apresentados a seguir:

Empresas	2025		2024	
	Valores homologados	Valores pagos	Valores homologados	Valores pagos
EMT	-	71.650	208.503	207.831
EMS	-	-	-	15.498
ESS	43.551	18.146	-	9.920
EMR	-	14.472	27.719	14.472
Total (*)	43.551	104.268	236.222	247.721

(*) Os valores homologados refletem a posição da data do reajuste tarifário, enquanto os valores pagos correspondem aos montantes mensais liquidados, até a data do balanço.

Repasse CDE Modicidade Eletrobras: refere-se a valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias em função da Desestatização, nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021. Os valores aportados são vinculados ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica. Os valores aprovados pela Aneel das controladas estão apresentados a seguir:

Empresas	Valores Recebidos	
	Despacho 1.536/ 2025	Despacho 1.239/ 2024
EMT	5.297	33.489
EMS	3.079	19.472
ESS	2.322	14.363
ETO	1.491	9.301
EMR	1.047	6.523
EPB	3.109	18.498
ESE	1.744	10.487
ERO	2.186	13.534
EAC	736	3.632
Total	21.011	129.299

Aplicação do Art. 2º-G da Lei 13.203/2015: Modicidade Tarifária Repasse de Excedentes à CDE: Nos termos do art. 2º-G da Lei nº 13.203/2015, incluído pela Lei nº 15.269/2025, os valores excedentes do mecanismo concorrencial centralizado, destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), foram utilizados, em 2025, para fins de modicidade tarifária dos consumidores do ambiente regulado das distribuidoras da Região Norte que ainda não haviam tido seus processos tarifários homologados pela ANEEL.

Os montantes têm como origem o excedente (ágio) do mecanismo concorrencial realizado em 1º de agosto de 2025, conforme informado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), devidamente atualizado.

No âmbito do Reajuste Tarifário Anual de 2025, foi destinado à Energisa Rondônia (ERO) e Energisa Acre (EAC), montante integralmente aplicado na redução das tarifas. Trata-se de repasse aplicado no processo tarifário, com impacto direto e favorável à modicidade tarifária dos consumidores regulados dessas concessões.

Empresas	Valores recebidos
EAC	110.514
ERO	321.474
Total	431.988

11. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Subvenção créditos CCC:				
Sub-rogação da CCC ⁽¹⁾	-	-	55.717	60.595
Reembolso CCC ⁽²⁾	-	-	14.706	55.164
Reembolso custo de O&M ⁽³⁾	-	-	26.602	16.137
Créditos CCC – ICMS óleo diesel a receber ⁽⁴⁾	-	-	-	55.817
Subtotal	-	-	97.025	187.713
Subvenção – Baixa Renda ⁽⁵⁾	-	-	179.031	108.477
Subvenção CDE – Desconto tarifários ⁽⁶⁾	-	-	927.841	615.864
Bônus – Reembolso do Fundo CDE ⁽⁷⁾	-	-	2.730	2.729
Ordens de serviço em curso – PEE e P&D	-	-	300.206	263.131
Outras ordens em curso	830	609	48.090	50.057
Ordens de dispêndio a reembolsar – ODR	-	-	391	1.386
Adiantamentos a fornecedores	42	190	38.927	59.587
Adiantamentos a empregados	777	193	16.530	28.919
Outros créditos a receber – CELPA ⁽⁸⁾	-	-	65.149	63.123
Despesas pagas antecipadamente	116	373	121.478	122.952
Créditos a receber de terceiros e alienação de bens e direitos ⁽⁹⁾	77	165	83.894	96.299
Depósito para reinvestimentos – incentivo fiscais ⁽¹⁰⁾	-	-	99.900	130.347
Recursos Inergus ⁽¹¹⁾	-	-	42.946	30.302
Títulos de créditos cedidos ao FIDC ⁽¹²⁾	200.000	200.000	155.158	181.874
Fundos patronais dos planos previdenciários ⁽¹³⁾	-	-	12.523	16.383
Outros ⁽¹⁴⁾	47.767	14.774	151.703	164.722
Total	249.609	216.304	2.343.522	2.123.865
Circulante	48.660	15.596	1.870.791	1.536.437
Não circulante	200.949	200.708	472.731	587.428

⁽¹⁾ **Sub-rogação CCC:** a controlada indireta EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						2025	2024
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	4.655	1.179	1.439	1.891
Sistema de Transmissão Guariba	em serviço	110.006	57.795	24.810	21.293	54.278	58.704
Total		116.703	62.710	29.465	22.472	55.717	60.595
Circulante						7.770	7.824
Não Circulante						47.947	52.771

⁽²⁾ **Reembolso CCC (aquisição de energia para o sistema isolado):** os direitos de ressarcimento correspondentes aos custos de aquisição com energia nos Sistemas Isolados e Contratos Bilaterais, cujos valores são custeados pelo Fundo CDE-CCC, gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que após aprovados são repassados às controladas e direcionados para liquidação dos valores correspondentes aos fornecedores envolvidos no processo. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	EMT	ERO	EAC	Total
Saldos em 2023 – circulante	2.485	2.999	43.108	48.592
Provisão ^(*)	16.120	32.875	410.292	459.287
Recebimento	(15.095)	(32.838)	(404.782)	(452.715)
Saldos em 2024 – circulante	3.510	3.036	48.618	55.164
Provisão ^(*)	21.379	34.075	96.390	151.844
Recebimento	(20.850)	(34.357)	(137.095)	(192.302)
Saldos em 2025 – circulante	4.039	2.754	7.913	14.706

^(*) Inclui valores de atualização financeira devido a reprocessamento de saldos.

⁽³⁾ **Reembolso custo de O&M:** refere-se ao reembolso dos custos de O&M dos SIGFI (Sistema Individual de Geração de Energia Elétrica com Fonte Intermitente) e MIGDI (Microssistema Isolado de Geração e Distribuição de Energia Elétrica), conforme regras estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 1.016/2022. São sistemas destinados a fornecer energia elétrica para áreas isoladas ou de difícil acesso e, em muitos casos, utilizam fontes renováveis e intermitentes. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	EMT	ETO	ERO	EAC	Total
Saldos em 2023 - circulante	633	-	1.370	2.561	4.564
Provisão	11.015	-	19.019	36.854	66.888
Recebimento	(8.732)	-	(16.350)	(30.233)	(55.315)
Saldos em 2024 - circulante	2.916	-	4.039	9.182	16.137
Provisão	26.733	30.783	28.554	86.206	172.276
Recebimento	(25.350)	(28.188)	(27.950)	(80.323)	(161.811)
Saldos em 2025 - circulante	4.299	2.595	4.643	15.065	26.602

(4) **Créditos CCC – ICMS óleo diesel a receber:** refere-se a créditos a receber de CDE-CCC reconhecidos pela controlada EAC de ICMS não recuperados incidentes sobre as aquisições de óleo diesel consumidos durante o processo de geração de energia elétrica nos sistemas isolados no interior do Estado do Acre, referente ao período de 2014 a outubro de 2016. Em 9 de dezembro de 2025, a Aneel negou o pedido da Energisa Acre, levando a Administração a proceder à baixa dos créditos a receber, em razão da reduzida expectativa de realização.

(5) **Subvenção – Baixa Renda:** referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, que conforme Lei 15.235/2025 são famílias inscritas no CadÚnico com renda mensal per capita até ½ salário-mínimo e famílias indígenas e quilombolas que possuem desconto único de 100% no consumo menor igual a 80 kWh. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR – Reserva Global de Reversão e da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O saldo refere-se às provisões de novembro e dezembro de 2025, com estimativas de recebimento para o próximo exercício, após revisão da ANEEL. Conforme dados históricos, a Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	EMR	ESE	EPB	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos em 2023 - circulante	6.932	18.869	28.517	15.884	10.441	16.100	5.907	6.579	5.067	114.296
Subvenção	39.910	77.330	175.279	90.203	62.360	96.559	32.693	43.082	35.619	653.035
Ressarcimentos	(40.318)	(83.409)	(174.269)	(91.118)	(62.237)	(96.829)	(33.555)	(42.427)	(34.692)	(658.854)
Saldos em 2024 - circulante	6.524	12.790	29.527	14.969	10.564	15.830	5.045	7.234	5.994	108.477
Subvenção	48.162	108.284	236.848	106.415	86.501	110.341	39.931	55.453	45.658	837.593
Ressarcimentos	(44.498)	(98.422)	(212.508)	(99.295)	(78.502)	(104.055)	(36.451)	(51.398)	(41.910)	(767.039)
Saldos em 2025 - circulante	10.188	22.652	53.867	22.089	18.563	22.116	8.525	11.289	9.742	179.031

(6) **Subvenção CDE – Descontos tarifários:** referem-se às subvenções da CDE para custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como: Carga Fonte Incentivada; Geração Fonte Incentivada; Água, Esgoto e Saneamento; Rural; Irrigante/Aquicultor; e Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do exercício – receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	EMR	ESE	EPB	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos em 2023 - circulante	4.000	17.119	17.071	43.129	9.958	29.080	12.135	13.766	3.011	149.269
Subvenção	87.382	74.318	126.733	611.221	138.337	371.794	159.262	113.812	24.827	1.707.686
Ressarcimentos	(72.104)	(70.440)	(112.909)	(448.152)	(108.079)	(233.518)	(125.503)	(59.346)	(11.040)	(1.241.091)
Saldos em 2024 - circulante	19.278	20.997	30.895	206.198	40.216	167.356	45.894	68.232	16.798	615.864
Subvenção	117.716	102.916	175.796	870.262	210.790	546.283	209.885	186.861	45.880	2.466.389
Ressarcimentos	(98.805)	(94.760)	(145.971)	(741.436)	(169.883)	(513.802)	(190.141)	(161.777)	(37.837)	(2.154.412)
Saldos em 2025 - circulante	38.189	29.153	60.720	335.024	81.123	199.837	65.638	93.316	24.841	927.841

(7) **Bônus – Reembolso do Fundo CDE:** saldo a receber pelas controladas distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia.

(8) **Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará – CELPA** – são valores, líquidos do AVP, que a Rede Energia e suas controladas EMT, ETO, EMS e ESS tem a receber créditos das Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber pelas controladas é atualizado mensalmente aplicando a taxa de juros capitalizados de 6% a.a. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a., (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% será realizado em setembro de 2034. Os juros estão sendo recebidos semestralmente desde setembro de 2019.

(9) **Créditos a receber de terceiros** – referem-se a créditos com terceiros referentes a uso mútuo de postes, inclui R\$13.824 (R\$16.069 em 2024) de provisão para perdas e venda de sucatas.

⁽¹⁰⁾ **Depósito para reinvestimento** – incentivos fiscais – refere-se ao benefício de reinvestimento de 30% do Imposto de Renda, que as controladas distribuidoras de energia elétrica dispõem para reinvestir em seus próprios empreendimentos em operação na área de atuação da SUDAM/SUDENE, instalada nos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional.

Empresas	Órgão	Nº do Laudo Constitutivo	Vigência	Saldo em 2024	Atualização Juros	Resgate SUDAM/SUDENE	Depósito 2025	Saldo em 2025
EMT	SUDAM	0176/2023	01/01/2023 a 31/12/2032	75.222	10.767	-	-	85.989
ETO (*)	SUDAM	0150/2023	01/01/2023 a 31/12/2032	19.498	2.465	(8.052)	-	13.911
EAC (**)	SUDAM	018/2021	01/01/2021 a 31/12/2030	2.945	75	(3.020)	-	-
EPB (***)	SUDENE	0020/2020	01/01/2020 a 31/12/2029	28.782	4.606	(38.417)	5.029	-
ESE (****)	SUDENE	0043/2023	22/06/2023 a 31/12/2028	3.900	326	(4.226)	-	-
		0438/2018	01/01/2018 a 31/12/2027					
TOTAL				130.347	18.239	(53.715)	5.029	99.900

ETO (*) Resgate do Reinvestimento AC 2021 – Referente a liberação do Recurso Ofício nº 309/2025-DGFAI

EAC (**) Resgate do Reinvestimento AC 2021 – Referente a liberação do Recurso Ofício nº 65/2025-DGFAI

EPB (***) Resgate do Reinvestimento AC 2021, AC 2022, AC 2023 e AC 2024 – Referente a liberação do Recurso Ofício nº 4053/2025/SIBF/SUDENE

ESE (****) Resgate do Reinvestimento AC 2023 – Referente a liberação do Recurso Ofício nº 2366/2025/SIBF/SUDENE

⁽¹¹⁾ **Recursos INERGUS** – refere-se a valores antecipados pela controlada ESE ao Instituto Energipe de Seguridade Social ("INERGUS"), com a finalidade de garantir a liquidez e o fluxo financeiro do Plano BD-1. Tais adiantamentos, decorrem de decisões judiciais que suspenderam a cobrança de contribuições extraordinárias dos participantes e assistidos. A movimentação em 2025 é mencionada na nota explicativa de nº 35 Benefício pós emprego.

⁽¹²⁾ Refere-se a créditos cedidos ao FIDC, conforme operação divulgada na nota explicativa nº 4, o valor registrado no consolidado está líquido das perdas esperadas.

⁽¹³⁾ **EnergisaPrev – Fundação Energisa de Previdência – Fundo Previdenciário Patronal** constituído por parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo, em planos de previdência que possuem alguma restrição desse resgate das contribuições patronais. Compõe também em seu saldo recursos oriundos de processos de migração de Planos. O Fundo Patronal está sendo utilizado para compensação das contribuições da patrocinadora. Em 2025 o saldo remanescente é de R\$12.523 (R\$16.383 em 2024).

⁽¹⁴⁾ **Outros** – inclui, na controladora R\$18.694 referente a transações entre as partes relacionadas dos serviços prestados de comissão de aval, eliminados no consolidado.

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Gipar S/A (27,79% do capital total) que por sua vez é controlada pela Nova Gipar (100% do capital total). Esta última é controlada pela Itacatu S/A (66,51% do capital total) e pela Multisetor S/A (33,49% do capital total). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital total). A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (70,57% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladora	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Clientes, consumidores, concessionárias e outros – Serviços especializados	77.246	-	79.213	-
Compartilhamento	10.021	-	10.220	-
Outros Créditos – Comissão de aval e fiança	18.694	-	-	-
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados-Debêntures ⁽¹⁾	6.153.279	-	5.882.326	-
Debêntures ⁽²⁾	-	-	-	(796.656)
Mútuos:				
. CTCE ⁽³⁾	7.085	-	6.246	-
. CTCE ⁽⁴⁾	95.169	-	80.130	-
. REDE ⁽⁴⁾ e ⁽⁵⁾	202.383	-	168.305	-
. ECOM ⁽³⁾	-	-	47.590	-
. DENERGE ⁽³⁾	71.199	-	62.763	-
. ETE ⁽³⁾	6.137	-	5.410	-
. EDG ⁽³⁾	60	-	53	-
Total – não circulante	382.033	-	370.497	-
Investimentos – Recursos destinados para futuro aumento de capital ⁽⁶⁾:				
. SOBRADINHO	560	-	840	-
. EGCE-BE	1	-	9	-

Controladora	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
. EGCE-MA	1	-	2	-
. EGCE-AL	1	-	2	-
. EGCE-UM	1	-	8	-
. ETE	646.930	-	1.014.445	-
. ESEA	1.200	-	2.169	-
. VOLTZ	-	-	39.871	-
. ESOL	-	-	14.130	-
. EBG	37.035	-	10	-
. ECOM	25.000	-	7.000	-
. EDG	180.000	-	940.291	-
. EPNE	770	-	2.760	-
. COREMAS	100	-	-	-
	891.599	-	2.021.537	-
Total	7.532.872	-	8.363.793	(796.656)

(1) Refere-se a debêntures privadas emitidas pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica, e adquirida pela Companhia.

(2) Tratava-se de debêntures emitidas pela Companhia, conforme nota explicativa nº 21, adquiridas por fundo exclusivo cujo único quotista era a controlada EPM. Portanto, para fins de demonstrações consolidadas, tais transações foram eliminadas seguindo os conceitos estabelecidos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas. Em julho de 2025 as debêntures foram vendidas.

(3) **Mútuos** - os contratos de mútuos possuem prazo de 24 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 1,1144% a.a. (CDI + 0,9159% a.a. em 2024), exceto para ECOM, remunerado pela taxa de juros CDI + 2,65% a.a.

Controladas	Taxa	Vencimento
CTCE	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	12/09/2026
EDG	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	06/08/2026
ETE	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	30/12/2026
DENERGE	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/05/2026
ECOM	Juros CDI + 2,65 a.a.	25/06/2026

(4) Aquisição de créditos cedidos no processo de recuperação judicial das controladas indireta.

(5) Os créditos a receber da Rede Energia Participações S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final do exercício de 2017 as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano;

(6) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados e estão registrados na rubrica investimentos. Os aumentos de capital das controladas foram totalmente integralizado pela Companhia, mediante a capitalização de saldo dos créditos oriundos de adiantamentos para futuro aumento de capital.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas diretas e indiretas	Serviços administrativos prestados ⁽¹⁾	Compartilhamento ⁽²⁾	Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira ⁽³⁾	Saldo a receber (Clientes, consumidores, concessionárias e outros)	Saldo a receber Comissão de Aval e debentures ^(5 e 6)
. EMR	26.250	4.695	48.549	4.790	435.791
. EPB	54.933	6.174	48.970	12.341	404.045
. ESE	32.445	6.667	41.390	6.707	351.054
. ESOL	5.312	-	-	216	-
. EMT	99.981	40.085	89.054	20.575	494.298
. EMS	58.769	15.144	75.941	11.192	532.293
. ETO	38.117	17.575	98.782	7.775	873.517
. ESS	40.270	7.958	45.054	7.122	372.225
. ESOLC	2.039	-	-	300	-

Controladas diretas e indiretas	Serviços administrativos prestados ⁽¹⁾	Compartilhamento ⁽²⁾	Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira ⁽³⁾	Saldo a receber (Clientes, consumidores, concessionárias e outros)	Saldo a receber Comissão de Aval e debentures ^(5 e 6)
. CTCE	-	-	16.192	-	-
. MULTI	2.252	-	-	347	-
. EPLAN	32	-	-	10	-
. ESEA	42	-	-	7	-
. ECOM	2.736	208	1.735	522	-
. EGUM	51	-	-	9	-
. REDE	-	-	34.078	-	-
. ERO	42.971	13.957	191.891	8.256	1.850.731
. EAC	18.702	5.143	58.119	3.820	594.815
. EPA I	727	446	1.134	146	141
. EGO I	646	343	-	133	-
. EPA II	629	388	1.433	145	177
. ETT	1.067	766	2.003	197	248
. DINAMICA	-	-	-	2	-
. DENERGE	-	-	8.884	-	-
. ALSOL	8.347	-	-	1.716	-
. VOLTZ (4)	(3.477)	-	-	665	-
. EAM	1.281	321	6.167	163	52.210
. ETT II	60	-	-	8	-
. EAP	342	-	11.014	59	107.304
. ETE	-	-	15.519	-	101.122
. EPT	324	47	-	59	-
. EAM II	325	-	-	49	-
. LMTE	2.210	967	-	456	-
. LXTE	2.198	1.121	-	436	-
. LTTE	1.247	1.478	-	321	-
. EPM (5)	-	-	(49.267)	-	-
. EGCS-RP1	261	126	-	45	-
. EGCS-RP2	190	114	-	30	-
. ESGAS	6.784	545	-	9.993	-
. AGRIC	8	-	-	1	-
. EDG	173	-	8	36	-
. EBIO	99	-	-	99	-
. EMA	58	-	-	16	-
. ÂNGULO 45 EMPR	13	-	-	-	-
. CLARKE	-	-	98	-	2.002
2025	448.414	124.268	746.748	98.764	6.171.973
2024	414.190	110.364	490.910	91.841	5.085.670

(1) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** – refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.

Serviços de informática e licenciamento de softwares – contrato de prestação de serviços firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$865.212, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) serviços de infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e contingência; (ii) serviços de segurança cibernética e compliance; (iii) licenciamento e manutenção de sistemas comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) serviço de implantação de sistemas e prestação de serviços de suporte em sistemas comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) licenciamento e manutenção dos sistemas ERP; (vi) serviço de implantação de sistemas e (vii) prestação de serviços de suporte em sistemas ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;

(2) **Contrato de compartilhamento** – em 29 de março de 2022 foi firmado contrato de compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022;

(3) Refere-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmados com as controladas, referente ao exercício findo em 2025 os quais compõe os respectivos saldos de cada contrato;

(4) A controlada VOLTZ prestou serviços de intermediação de antecipação de pagamento para os fornecedores prestadores de serviços das controladas do Grupo Energisa. No exercício findo em 2025 o saldo de serviços prestados foi de R\$5.941 (R\$3.948 em 2024) e de serviços contratados foi de R\$2.464 (R\$3.062 em 2024). No exercício findo em 2025 não existia saldo a receber (R\$431 em 2024) e a pagar foi de

R\$665 (R\$1.097 em 2024).

(5) A Companhia efetuou a 18ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela EPM com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 21. Em julho de 2025 a debêntures foram vendidas (R\$796.656 em 2024); e

(6) Refere-se a debêntures adquiridas pela Companhia emitidas pelas controladas.

Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Remuneração anual ⁽¹⁾	13.281	12.913	107.667	101.632
Remuneração dos membros do Conselho de Administração e fiscal	3.582	3.249	7.453	6.590
Remuneração da Diretoria	1.640	1.856	37.276	36.928
Outros benefícios ⁽²⁾	2.709	3.173	28.490	30.954

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2025 foi aprovado em AGOE de 29 de abril de 2025.

(2) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída aos dirigentes e conselheiros, relativas a dezembro de 2025, foram de R\$129 e R\$1 na controladora e R\$165 e R\$6 no consolidado (R\$114 e R\$1 na controladora e R\$167 e R\$6 no consolidado em 2024), respectivamente. A remuneração média no exercício findo em 2025 foi de R\$30 na controladora e R\$47 no consolidado (R\$21 na controladora e R\$46 no consolidado em 2024).

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia e suas controladas ofereceram aos seus executivos um plano de (ILP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia e suas controladas a ser pago em *units* da Companhia, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Companhia, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela Companhia em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia e suas controladas possuem um total de três programas de concessão de ações (*units*) em andamento: (i) 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de *Restricted Shares (Matching)*, iniciado em dezembro de 2023 e o segundo *Performance Shares*, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2026, (ii) o 7º Programa, que se divide em quatro, sendo três de *Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Líderes)* e o quarto de *Performance Shares*, ambos iniciados em maio de 2024, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2027 e (iii) 8º Programa, que se divide em cinco, sendo três de *Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Líderes)* e o dois de *Performance Shares*, ambos iniciados em maio de 2025, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2028.

O 6º, 7º e 8º Programas de *Performance Shares* são associados as condições de performance *Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11)*, que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º, 7º e 8º Programas de *Restricted Shares* são associados ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de *units* ENGI11 e, após o período de *vesting*, caso não tenha ocorrido nenhuma movimentação nas *units* por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de *units* compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) *unit* adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) *unit*, adicionadas das *units* extraordinárias para os beneficiários elegíveis.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	Controladora										
	Programa Restricted Shares			Programa Performance Shares				Programa Extraordinário		Programa Matching	
	6ª Outorga	7ª Outorga	8ª Outorga	5ª Outorga	6ª Outorga	7ª Outorga	8ª Outorga	7ª Outorga	8ª Outorga	7ª Outorga	8ª Outorga
Método de Cálculo	Último pregão	Último pregão	Último pregão	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão	Último pregão	Último pregão
Total de opções de Ações (<i>units</i>) outorgadas	57.279	66.316	77.897	109.398	57.279	66.316	77.897	36.940	43.666	10.990	14.429
Opções de Ações (<i>units</i>) prescritas	5.990	6.583	3.336	109.398	5.929	6.557	3.336	2.543	-	-	-
Data da aprovação do Conselho de Administração	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2025	12/05/2022	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2024	08/05/2025
Data de início <i>vesting</i>	11/12/2023	18/05/2024	12/05/2025	13/05/2022	30/10/2023	09/05/2024	12/05/2025	18/05/2024	12/05/2025	01/06/2024	12/05/2025
Prazo de carência	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	N/A	N/A	N/A	0,1255	0,1109	0,1097	0,1347	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros – DI	N/A	N/A	N/A	DI1F2025	DI1J2026	DI1J2027	DI1J2028	N/A	N/A	N/A	N/A
Volatilidade ⁽¹⁾	N/A	N/A	N/A	0,3488	0,2803	0,2728	0,2673	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	51,75	46,79	45,05	37,9	44,11	48,56	41,38	46,79	45,05	45,71	45,05
Movimentação	Em operação	Em operação	Em operação	Encerrado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

	Consolidado										
	Programa Restricted Shares (Matching)			Programa Performance Shares				Programa Extraordinário		Programa Restricted Shares (Matching Líderes)	
	6ª Outorga	7ª Outorga	8ª Outorga	5ª Outorga	6ª Outorga	7ª Outorga	8ª Outorga	7ª Outorga	8ª Outorga	7ª Outorga	8ª Outorga
Método de Cálculo	Último pregão	Último pregão	Último pregão	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão	Último pregão	Último pregão
Total de opções de Ações (<i>units</i>) outorgadas	211.056	239.506	300.569	399.858	211.056	239.506	300.569	109.154	163.683	39.707	51.724
Opções de Ações (<i>units</i>) prescritas	21.003	17.519	3.336	399.858	20.644	17.472	3.336	14.124	1.613	1.323	-
Data da aprovação do Conselho de Administração	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2025	12/05/2022	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2024	08/05/2025
Data de início <i>vesting</i>	11/12/2023	18/05/2024	12/05/2025	13/05/2022	30/10/2023	09/05/2024	12/05/2025	18/05/2024	12/05/2025	01/06/2024	12/05/2025
Prazo de carência	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	N/A	N/A	N/A	0,1255	0,1109	0,1097	0,1347	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros – DI	N/A	N/A	N/A	DI1F2025	DI1J2026	DI1J2027	DI1J2028	N/A	N/A	N/A	N/A
Volatilidade ⁽¹⁾	N/A	N/A	N/A	0,3488	0,2803	0,2728	0,2673	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	51,75	46,79	45,05	37,9	44,11	48,56	41,38	46,79	45,05	45,71	45,05
Movimentação	Em operação	Em operação	Em operação	Encerrado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (Índice de Energia Elétrica e seus pares) para o *Total Shareholder Return* (TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Em 20 de maio de 2025 foram assinados os termos de quitação e ciência do 5º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de *units* previstos no programa, em decorrência do não atingimento do Fator de Desempenho contratado.

Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 2025.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia e suas controladas apuraram o valor justo das ações (*units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “*pró rata temporis*”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações (*units*).

No exercício de 2025, foram contabilizados R\$13.168 (R\$1.833 em 2024) no consolidado, decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica custos e despesas operacionais - Programa de remuneração variável (ILP), sendo R\$2.897 (R\$1.203 em 2024) na controladora e R\$10.271 (R\$630 em 2024) nas controladas. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 2025 foi de R\$48.155 (R\$36.453 em 2024).

13. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia e suas controladas possuem crédito oriundo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas demonstrações financeiras no montante de R\$1.024.860 na controladora e R\$2.900.059 no consolidado, razão da ausência de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização no horizonte de projeção considerado.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Prejuízos fiscais ⁽¹⁾	-	-	1.495.548	1.326.074
Base negativa da contribuição social ⁽¹⁾	-	-	538.397	477.387
Diferenças temporárias				
Imposto de renda	-	-	589.078	589.091
Contribuição social	-	-	212.068	212.072
Total – ativo não circulante	-	-	2.835.091	2.604.624
Passivo				
Diferenças temporárias:				
Imposto de renda	(238.377)	(487.771)	(3.780.583)	(4.334.837)
Contribuição social	(85.816)	(175.597)	(1.361.010)	(1.560.541)
Total – passivo não circulante	(324.193)	(663.368)	(5.141.593)	(5.895.378)
Total líquido – passivo não circulante	(324.193)	(663.368)	(2.306.502)	(3.290.754)

⁽¹⁾ No exercício, a controlada ERO reconheceu o montante de R\$434.644 (R\$ 1.095.624 em 2024) de créditos tributários, referente a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, de acordo com as projeções de resultados tributáveis para os próximos exercícios que demonstram sua recuperação. Os créditos fiscais são apurados sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que os lucros tributáveis dos próximos anos estejam disponíveis para serem utilizados na compensação dos créditos fiscais. Esta verificação é realizada com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores estimados são revisados e os efeitos de realização ou liquidação, são refletidos no cenário. A subsidiária possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas demonstrações financeiras no montante de R\$165.828 (R\$600.472 em 2024).

A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	Controladora			
	2025		2024	
	Base de cálculo (*)	IRPJ + CSLL	Base de cálculo (*)	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Instrumentos financeiros – opção de compra de ações (*)	(131.728)	(44.788)	(945.722)	(321.545)
Ganho ou perda em combinação de negócios (*)	(818.693)	(278.356)	(818.693)	(278.356)
Ganho ou perda em investimentos	-	-	(124.352)	(42.280)
Marcação a mercado – dívida e derivativos	(53)	(18)	(29.542)	(10.044)
Outras diferenças temporárias	(3.033)	(1.031)	(32.774)	(11.143)
Total – passivo não circulante	(953.507)	(324.193)	(1.951.083)	(663.368)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

	Consolidado			
	2025		2024	
	Base de Cálculo (*)	IRPJ + CSLL	Base de Cálculo (*)	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	5.982.191	2.033.945	5.304.297	1.803.461
Provisão de perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa – PPECLD	1.061.255	360.827	976.316	331.947
Provisões para contingências judiciais e administrativas	457.614	155.589	494.246	168.044
Outras provisões (honorários advocatícios e outras)	456.294	155.140	359.779	122.325
Provisão para ajustes atuariais	271.890	92.443	407.859	138.672
Créditos fiscais – ágio ⁽¹⁾	94.053	31.978	118.163	40.175
Marcação a mercado – derivativos	87.408	29.719	(1.060.026)	(360.409)
Intangível – mais-valia ⁽²⁾	(5.896.670)	(2.004.868)	(6.216.813)	(2.113.716)
Parcela do VNR – ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações ⁽³⁾	(3.978.617)	(1.352.730)	(3.394.096)	(1.153.993)
Ajuste a valor presente (AVP) ⁽⁴⁾	(1.977.594)	(672.382)	(2.079.796)	(707.131)
Ativo de contrato – concessão de serviço público	(1.935.644)	(658.119)	(1.685.594)	(573.102)
Ganho ou perda em combinação de negócios (*)	(1.007.630)	(342.594)	(1.007.008)	(342.383)
Provisão para IRPJ e CSLL sobre encargos capitalizados	(232.482)	(79.044)	(175.122)	(59.541)
Instrumentos financeiros – opção de compra de ações (*)	(131.728)	(44.788)	(945.722)	(321.545)
Marcação a mercado – dívida	(88.797)	(30.191)	(440.611)	(149.808)
Ganho ou perda em investimentos	-	-	(124.352)	(42.280)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(20.008)	(6.803)	(30.256)	(10.287)
Outras diferenças temporárias	74.638	25.376	(179.950)	(61.183)
Total	(6.783.827)	(2.306.502)	(9.678.686)	(3.290.754)
Total – Ativo Não Circulante	8.338.500	2.835.091	7.660.660	2.604.624
Total – Passivo Não Circulante	(15.122.327)	(5.141.593)	(17.339.346)	(5.895.378)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

⁽¹⁾ Créditos fiscais – ágio – no montante de R\$31.978 (R\$40.175 em 2024) estão sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões da controlada EPB pelo método linear.

⁽²⁾ Intangível – mais-valia – referem-se tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre a mais-valia atribuída ao valor da concessão calculado na combinação de negócios, líquido de R\$108.848 (R\$88.100 em 2024) de realização decorrente da amortização no exercício.

⁽³⁾ Refere-se ao Imposto de renda e contribuição social, incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão – VNR reconhecidos pelas controladas EMR e ESS que por terem assinados os novos aditivos dos contratos de concessão que prorrogaram o prazo da concessão até 2045, ERO e EAC que também assinaram os novos aditivos de contratos de concessão tiveram as suas concessões prorrogadas até 2048 e ETO para 2049, respectivamente e transferiram o saldo do ativo financeiro indenizável da concessão apurado até assinatura dos aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos com base na amortização.

⁽⁴⁾ Ajuste a valor presente – refere-se basicamente ao valor, registrado pelas controladas DENERGE, REDE e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial.

A realização projetada dos ativos fiscais diferidos está demonstrada a seguir:

Exercícios	Consolidado
2026	133.493
2027	164.351
2028	183.982
2029	202.650
2030	203.583
2031 a 2033	676.252
Após 2033	1.270.780
Total	2.835.091

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.203.921	3.981.593
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	(749.333)	(1.353.742)
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	973.666	1.225.932
Créditos tributários não constituídos no exercício	(213.361)	(63.787)
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(195)	(5.313)
Outros ajustes	(259)	4.995
Imposto de renda e contribuição social	10.518	(191.915)
Alíquota efetiva	0,48%	4,82%

	Consolidado	
	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	3.334.908	4.375.159
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	(1.133.869)	(1.487.554)
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	32.463	(2.879)
Incentivo fiscal – Redução 75% IRPJ e adicionais e depósito para reinvestimento (SUDENE) ⁽¹⁾	168.547	150.022
Incentivo fiscal – Redução 75% IRPJ e adicionais e depósito para reinvestimento (SUDAM) ⁽¹⁾	313.546	229.356
Créditos tributários não constituídos no exercício	(312.715)	(160.922)
Créditos tributários líquidos constituídos no exercício	442.765	1.034.077
Incentivo fiscal – Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽²⁾	27.800	29.969
Incentivo fiscal – Outros ⁽³⁾	80.021	33.254
Juros Selic sobre recuperação de indébitos tributários ⁽⁴⁾	25.834	36.229
Efeito do lucro presumido de controladas	57.701	76.354
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(19.940)	(14.591)
Reconhecimento de indébitos tributários e outros ⁽⁴⁾	188.216	351.601
Outros ajustes	(65.205)	(13.793)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(194.836)	261.123

⁽¹⁾ As controladas do Grupo, localizadas nas regiões abrangidas pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, utilizam dos seguintes incentivos fiscais:

a) redução fixa de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, base legal: art. 13 da Lei n. 4.239, de 27 de junho de 1963; art. 23 do Decreto-Lei n. 756, de 11 de agosto de 1969; Decreto-Lei. 1.564, de 29 de junho de 1977; art. 3º da Lei n. 9.532, de 10 de dezembro de 1997; art. 1º da Medida Provisória n. 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; art. 1º da Lei n. 13.799, de 3 de janeiro de 2019; Decreto n.4.212, de 26 de abril de 2002; e Decreto n. 6.539, de 18 de agosto de 2008:

b) depósitos para reinvestimento, base legal: art. 3º da Medida Provisória n. 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; art. 1º da Lei n. 13.799, de 3 de janeiro de 2019; Decreto n. 4.212, de 26 de abril de 2002; inciso I do art. 2º da Lei n. 9.532, de 10 de dezembro de 1997; inciso II do art. 1º e art. 19 da Lei n. 8.167, de 16 de janeiro de 1991; art. 23 da Lei n. 5.508, de 11 de outubro de 1968; e art. 29 do Decreto-Lei n. 756, de 11 de agosto de 1969.

A seguir, demonstra-se a vigências dos laudos construtivos, bem como os incentivos reconhecidos pelas controladas:

Empresas	Órgão	Nº do Laudo Constitutivo	Vigência	Redução 75%	Depósitos p/ Reinvestimento (30%)	2025	2024
EPB	SUDENE	0020/2020	01/01/2020 a 31/12/2029	102.912	(2.454)	100.458	104.301
ESE	SUDENE	0438/2018	01/01/2018 a 31/12/2027	68.089	-	68.089	45.721
EMT	SUDAM	0176/2023	01/01/2023 a 31/12/2032	113.376	-	113.376	151.845
ETO	SUDAM	0150/2023	01/01/2023 a 31/12/2032	109.737	(3.796)	105.941	77.511
LMTE	SUDAM	0069/2018	01/01/2018 A 31/12/2027	4.548	-	4.548	-
LXTE	SUDAM	0204/2018	01/01/2018 a 31/12/2027	5.744	-	5.744	-
EAC	SUDAM	0018/2021	01/01/2021 A 31/12/2030	10.074	-	10.074	-
ERO	SUDAM	0065/2021	01/01/2021 A 31/12/2030	73.863	-	73.863	-
				488.343	(6.250)	482.093	379.378

(2) Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.

(3) Referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006

(4) **Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indébitos tributários:** a Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indébitos tributários - caracterizados como "indenizatórios", por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

Porém, a partir do ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil - RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal.

Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indébitos tributários caracterizados como "indenizatórios", por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

Pat em dobro/Custo de Debêntures/Benefício pós-emprego (unificado):

Inclui créditos tributários de exercícios anteriores utilizados pela Companhia no período, bem como os efeitos do incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com dedução em dobro prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, bem como à adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977.

14. Ativos financeiro indenizável da concessão e concessão do serviço público (ativo de contrato) – Consolidado

14.1 Ativo financeiro indenizável da concessão (distribuição de energia elétrica)

Empresas	SalDOS em 2024	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	SalDOS em 2025
EMR	187.757	55.101	(294)	7.679	250.243
EPB	1.867.549	321.885	(7.281)	83.238	2.265.391
ESE	1.262.181	249.731	(7.660)	55.441	1.559.693
EMT	6.851.531	1.129.726	(52.443)	307.901	8.236.715
ETO	174.761	48.659	(338)	(9.706)	213.376
EMS	3.274.065	584.217	(31.707)	144.681	3.971.256
ESS	291.687	123.955	(299)	12.723	428.066
ERO	430.992	77.910	(60)	19.000	527.842
EAC	190.290	63.038	(49)	9.344	262.623
Total - não circulante	14.530.813	2.654.222	(100.131)	630.301	17.715.205

Empresas	Saldos em 2023	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldos em 2024
EMR	117.276	64.582	(463)	6.362	187.757
EPB	1.505.830	286.945	(2.834)	77.608	1.867.549
ESE	1.074.004	139.679	(5.265)	53.763	1.262.181
EMT	5.557.646	1.047.908	(51.071)	297.048	6.851.531
ETO	97.011	72.264	(29)	5.515	174.761
EMS	2.659.695	496.517	(20.719)	138.572	3.274.065
ESS	217.816	62.122	(194)	11.943	291.687
ERO	368.809	44.184	(512)	18.511	430.992
EAC	131.469	51.500	(75)	7.396	190.290
Total - não circulante	11.729.556	2.265.701	(81.162)	616.718	14.530.813

(1) Adições: referem-se às transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura da construção.

(2) Os ativos financeiros são demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA (índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária) e reduzido pelo percentual de glosas históricas apuradas em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração sobre o valor justo do ativo.

14.2 Concessão do serviço público - ativo de contrato - (transmissão de energia elétrica)

Empresas	Ativo de Contrato em 2024	Receita de remuneração do ativo de contrato	Receita das margens da obrigação de performance de construção	Receita de operação e manutenção	Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	Receita de construção da infraestrutura	Recebimento RAP	Ativo de Contrato em 2025	Circulante	Não Circulante
EGO I	543.102	58.434	-	6.348	-	-	(50.503)	557.381	50.118	507.263
EPA I	687.112	70.067	-	6.463	(12)	(17)	(58.648)	704.965	63.815	641.150
EPA II ⁽¹⁾	659.263	63.064	-	6.776	-	-	(54.195)	674.908	51.235	623.673
ETT	1.147.863	98.504	-	8.286	-	-	(79.069)	1.175.584	89.285	1.086.299
EAM ⁽²⁾	1.170.001	21.006	12.477	7.276	19.948	81.541	(42.796)	1.269.453	56.336	1.213.117
ETT II	95.078	5.154	-	257	-	-	(5.308)	95.181	5.408	89.773
EPT	125.440	14.725	-	2.529	-	-	(14.171)	128.523	11.890	116.633
EAP	222.201	13.555	-	854	-	-	(12.138)	224.472	13.937	210.535
LMTE	1.673.160	164.386	7.455	13.743	(4.653)	50.306	(185.236)	1.719.161	192.220	1.526.941
LXTE	1.818.269	174.534	44	10.761	(219)	2.367	(186.451)	1.819.305	200.403	1.618.902
LTTE	634.446	104.833	-	9.548	-	-	(89.056)	659.771	84.535	575.236
EAM II	155.231	2.835	13.559	-	13.187	86.142	-	270.954	16.333	254.621
EMA	3.704	4.249	18.422	-	388	42.276	-	69.039	-	69.039
Total	8.934.870	795.346	51.957	72.841	28.639	262.615	(777.571)	9.368.697	835.515	8.533.182

Empresas	Ativo de Contrato em 2023	Receita de remuneração do ativo de contrato	Receita das margens da obrigação de performance de construção	Receita de operação e manutenção	Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	Receita de construção da infraestrutura	Recebimento RAP	Ativo de Contrato em 2024	Circulante	Não Circulante
EGO I	526.707	59.447	-	6.190	-	-	(49.242)	543.102	47.783	495.319
EPA I	666.543	76.297	-	6.902	-	-	(62.630)	687.112	60.842	626.270
EPA II ⁽¹⁾	631.106	72.693	-	6.267	(10)	(72)	(50.721)	659.263	48.848	610.415
ETT	1.126.648	94.808	-	8.615	-	-	(82.208)	1.147.863	85.125	1.062.738
EAM ⁽²⁾	811.103	70.625	53.933	5.534	29.557	231.826	(32.577)	1.170.001	58.207	1.111.794
ETT II	60.602	9.206	13.344	146	(7.491)	22.275	(3.004)	95.078	5.156	89.922
EPT	121.837	14.507	-	2.368	-	-	(13.272)	125.440	11.337	114.103
EAP	75.542	13.244	26.584	54	4.512	103.033	(768)	222.201	13.288	208.913
LMTE	1.589.814	205.992	811	12.797	(3.670)	39.672	(172.256)	1.673.160	176.448	1.496.712
LXTE	1.778.643	206.642	26	10.359	(127)	1.371	(178.645)	1.818.269	191.040	1.627.229
LTTE	604.029	102.487	4	8.474	(10)	112	(80.650)	634.446	80.596	553.850
EAM II	25.043	5.345	25.149	-	2.527	97.167	-	155.231	-	155.231
EMA	-	22	3.192	-	(2.283)	2.773	-	3.704	-	3.704
Total	8.017.617	931.315	123.043	67.706	23.005	498.157	(725.973)	8.934.870	778.670	8.156.200

Taxa de remuneração do ativo de contrato de concessão						
Empresas	Margem de construção	Margem de operação e manutenção	Taxa de remuneração	Índice de correção dos contratos	Custos incorridos	RAP anual ⁽¹⁾
EGO I	30,52%	12,57%	6% a 10% a.a.	IPCA	255.912	54.917
EPA I	25,98%	11,02%	6% a 10% a.a.	IPCA	318.120	68.708
EPA II	6,77%	10,94%	4% a 8% a.a.	IPCA	472.862	56.053
ETT	31,22%	10,48%	4% a 8% a.a.	IPCA	716.928	89.996
EAM	23,84%	17,06%	3% a 8% a.a.	IPCA	622.199	90.936
ETT II	32,98%	4,85%	3% a 8% a.a.	IPCA	68.801	5.445
EPT	0% a 5%	17,84%	8% a 12% a.a.	IPCA	35.328	13.866
EAP	45,88%	7,04%	3% a 8% a.a.	IPCA	155.300	14.363
LMTE	0% a 5%	8,19%	3% a 8% a.a.	IPCA	1.365.158	171.704
LXTE	0% a 5%	6,48%	3% a 12% a.a.	IPCA	1.380.158	179.514
LTTE	0% a 5%	14,60%	4% a 12% a.a.	IPCA	505.208	85.553
EAM II ⁽²⁾	31,95%	1,93%	4% a 12% a.a.	IPCA	195.681	21.234
EMA ⁽²⁾	56,52%	8,59%	5% a 12% a.a.	IPCA	43.405	122.805
					6.135.060	975.094

(1) A Resolução Homologatória da ANEEL nº 3.481 de 15 de julho de 2025 estabelece as receitas anuais permitidas (RAP) para o ciclo 2025-2026, reajustando a RAP pelo IPCA em 5,32%.

(2) RAP anual prevista das concessões EMA e EAM II.

15. Ativo contratual – Infraestrutura em construção – Consolidado

	Saldos em 2024	Adições	Transferências			Saldos em 2025
			Intangível – contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão	Outros ⁽¹⁾	
Ativo contratual – infraestrutura em construção						
Em construção	2.915.593	5.938.575	(2.646.182)	(2.814.907)	9.204	3.402.283
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão						
Em construção	539.425	673.718	(474.924)	(160.685)	-	577.534
Total do ativo contratual – infraestrutura em construção	2.376.168	5.264.857	(2.171.258)	(2.654.222)	9.204	2.824.749

	Saldos em 2023	Adições	Transferências			Amortização ⁽²⁾	Saldos em 2024
			Intangível – contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão	Outros ⁽¹⁾		
Ativo contratual – infraestrutura em construção							
Em construção	2.630.520	5.563.801	(2.824.419)	(2.468.148)	13.839	-	2.915.593
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão							
Em construção	587.592	481.310	(330.998)	(202.447)	-	3.968	539.425
Total do ativo contratual – infraestrutura em construção	2.042.928	5.082.491	(2.493.421)	(2.265.701)	13.839	(3.968)	2.376.168

(1) Do montante de R\$2.171.258 (R\$2.493.421 em 2024) R\$286 foi transferido para o Imobilizado e R\$2.170.972 foi transferido para o intangível – contrato de concessão, enquanto o montante de R\$9.204 (R\$13.839 em 2024) refere-se a reclassificações do Imobilizado;

(2) Refere-se a estimativa de Amortização – Indenização à concessão AIC das parcelas de obrigações vinculadas a concessão a receber a serem aplicadas as obras já construídas, das controladas direta, ERO e EAC no montante de R\$3.968 em 2024.

16. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Participação em controladas e coligadas	21.942.973	19.840.780	687.205	649.418
Outros	155.841	127.382	29.670	23.844
Total	22.098.814	19.968.162	716.875	673.262

2025									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial (*)	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica								1.094.659	8.120.515
EMR	100	1.059	312.022	2.350.080	1.909.686	440.394	83.075	83.075	440.394
ESE	100	196	426.532	3.227.635	2.314.014	913.621	378.058	378.058	913.621
EAC	99,77	1.301.365	878.399	4.413.185	1.873.655	2.539.530	(3.061)	(3.051)	2.533.572
ERO	99,51	24.570	3.477.371	11.765.681	7.519.432	4.246.249	638.341	635.054	4.225.517
EMT	0,18	402	1.680.454	15.553.606	11.517.215	4.036.391	829.241	1.523	7.411
Geração de Energia Elétrica								(74.507)	892.242
SOBR	100	12.627	12.627	6.245	88	6.157	(153)	(153)	6.157
EGUM	100	6.784	6.784	7.926	200	7.726	1.485	1.485	7.726
EGCS-CO	100	1.274	1.274	626	-	626	(4)	(4)	626
EGCE-BE	100	162	153	1	-	1	(1)	(1)	1
EGCE-MA	100	158	149	1	-	1	(1)	(1)	1
EGCE-AL	100	149	149	1	-	1	(1)	(1)	1
EGCE-UM	100	161	152	1	-	1	(1)	(1)	1
EGCS-RP1	100	160.482	160.482	201.618	66.030	135.588	(1.423)	(1.423)	135.588
EGCS-RP2	100	134.336	134.336	175.456	62.210	113.246	173	173	113.246
ALSOL	89,70	287	843.634	3.258.368	2.557.259	701.109	(83.145)	(74.581)	628.895
Comercialização de Energia Elétrica								(66.872)	29.998
ECOM	100	101.433	108.924	480.917	452.954	27.963	(62.808)	(62.808)	27.963
CLARKE	70,04	17.975	34.455	5.242	2.337	2.905	(5.802)	(4.064)	2.035
Prestação de Serviços								23.952	212.365
ESOL	100	176.691	176.691	268.245	69.210	199.035	14.728	14.728	199.035
ESEA	100	15.411	15.411	10.121	56	10.065	8.078	8.078	10.065
EPLAN	58,26	1.686	4.109	7.227	1.623	5.604	1.967	1.146	3.265
Holdings e demais Companhias								1.870.221	12.581.887
Dinâmica	100	1.955	1.877	2.039	43	1.996	159	159	1.996
DENERGE (**)	-	-	-	-	-	-	805.902	805.741	-
REDE	0,15	3.789	5.567.569	7.259.761	1.142.556	6.117.205	1.192.670	2.158	9.026
ETE	100	2.806.642	1.802.341	5.402.835	547.034	4.855.801	325.044	325.044	4.855.801
EPM (**)	100	59	3.089.052	2.635.075	1.158.577	1.476.498	851.131	372.449	1.476.498
VOLTZ	100	214.533	214.533	121.409	11.674	109.735	43.109	43.109	109.735
EBG ⁽¹⁾	100	60.049	60.059	82.480	4.475	78.005	(13.945)	(13.945)	78.005
EDG	100	1.736.192	1.592.526	2.268.185	193.118	2.075.067	69.115	54.543	2.075.067
EPNE (**)	55	725.554	862.778	1.868.317	134	1.868.183	567.567	312.162	1.027.847
NOVA DENERGE (***)	99,99	2.559.500	2.559.866	2.985.154	-	2.985.154	(31.247)	(31.247)	2.984.728
Resultado não realizado em controladas (****)			-	-	-	-	-	48	(36.816)
Ágio pago na aquisição de controladas								(12.184)	105.966
Total								2.835.269	21.942.973

(*) A equivalência patrimonial no valor de R\$2.835.269 não inclui o resultado positivo de R\$28.454 referente a participação FIDC, registrada em outros investimentos.

(**) Em 12 de dezembro de 2025, o Itaú alienou a totalidade das ações preferenciais de sua titularidade à Companhia. Com a efetivação da operação, a Companhia passou a deter 100% da titularidade das ações ordinárias e preferenciais emitidas pela EPM.

(***) Em novembro de 2025, ocorreram as reorganizações societárias que alteraram as participações dos investimento da Companhia.

(****) Refere-se a resultados não realizados nas operações do FIDC contabilizados em outros resultados operacionais.

(1) Aquisição da Lurean S.A.

Em 03 de novembro de 2025 a controlada Energisa BIOGAS S.A adquiriu a participação de 52% das ações da Lurean S/A, por meio de um investimento total de R\$ 62.410.

A Lurean atua há 12 anos no tratamento de resíduos orgânicos e na produção e comercialização de biofertilizantes. A empresa está estrategicamente localizada em Carambeí (PR), a aproximadamente 120 km de Curitiba, em uma região com alta concentração de resíduos agroindustriais e demanda por fertilizantes.

Período de mensuração do *Purchase Price Allocation* (PPA):

A Administração da controlada efetuou a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos para alocação do preço de aquisição, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", na data da aquisição. A seguir, são apresentados os valores justos dos ativos e passivos preliminares identificáveis adquiridos na data da combinação de negócios:

Valor justo dos ativos adquiridos	41.475
% de participação	52%
Valor da participação	21.567
Valor de aquisição	62.410
Resultado auferido na combinação ne negócios	40.843
Data da aquisição	03/11/2025

Caixa e equivalentes de caixa	501
Clientes	500
Estoque	217
Devedores diversos	282
Tributos a recuperar	833
Imobilizado	27.723
Passivos Operacionais	743
Empréstimos	3.018
Impostos e contribuições sociais	4.728

Caixa e equivalentes de caixa pago na combinação de negócio* **62.410**

*Em dezembro de 2025 o valor de caixa e equivalentes pago na combinação de negócio foi de R\$ 29.326, o restante do valor será pago durante o ano de 2026.

2024									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial ^(*)	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica								1.839.366	7.291.879
EMR	100	1.059	312.022	2.287.348	1.913.632	373.716	79.381	79.381	373.716
ESE	100	196	417.604	2.579.454	1.795.753	783.701	260.802	260.802	783.701
EPB	100	-	-	-	-	-	331.432	331.432	-
EAC	99,73	1.300.846	876.971	4.435.333	1.886.515	2.548.818	36.673	36.465	2.541.824
ERO	99,41	24.544	3.477.371	10.244.224	6.638.317	3.605.907	1.136.419	1.129.366	3.584.549
EMT	0,18	402	1.677.113	14.391.611	9.985.906	4.405.705	1.045.969	1.920	8.089
Geração de Energia Elétrica								(10.309)	959.956
SOBR	100	11.787	11.787	6.334	585	5.749	(490)	(490)	5.749
EGUM	100	6.784	6.784	6.414	173	6.241	(635)	(635)	6.241
EGCS-CO	100	1.274	1.274	531	-	531	(5)	(5)	531
EGCE-BE	100	153	144	1	-	1	(9)	(9)	1
EGCE-MA	100	156	147	1	-	1	(2)	(2)	1
EGCE-AL	100	147	147	1	-	1	(2)	(2)	1
EGCE-UM	100	153	144	1	-	1	(8)	(8)	1
EGCS-RP1	100	160.482	160.482	205.132	68.121	137.011	2.738	2.738	137.011
EGCS-RP2	100	134.336	134.336	175.543	62.470	113.073	3.781	3.781	113.073
ALSOL ⁽³⁾	89,70	287	843.634	2.954.716	2.177.299	777.417	(17.478)	(15.677)	697.347
Comercialização de Energia Elétrica								(118.088)	21.332
ECOM	100	5.119	101.433	388.394	372.412	15.982	(114.623)	(114.623)	15.982
CLARKE ⁽⁴⁾	70,04	17.975	34.455	9.112	1.473	7.639	(4.947)	(3.465)	5.350
Prestação de Serviços								259	189.996
ESOL	100	162.561	162.561	264.515	78.214	186.301	2.339	2.339	186.301
ESEA	100	13.242	13.242	1.431	644	787	(2.768)	(2.768)	787
EPLAN	58,26	1.686	4.109	5.994	1.003	4.991	1.181	688	2.908
Holdings e demais Companhias								1.921.905	11.258.555
Dinâmica	100	1.955	1.877	2.007	43	1.964	116	116	1.964
Denerge	99,98	776	2.063.475	3.016.555	581.442	2.435.113	985.047	984.808	2.434.523
REDE	0,18	3.789	3.223.219	5.574.690	1.332.309	4.242.381	1.468.517	2.637	7.619
ETE	100	1.792.197	1.792.197	5.287.489	1.327.029	3.960.460	320.736	320.736	3.960.460
EPM ^(**)	45	427.958	6.016.368	5.487.916	2.144	5.485.772	1.059.480	476.766	2.468.597

2024									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial ^(*)	Investimentos
VOLTZ	100	174.662	174.662	79.382	12.816	66.566	(50.047)	(50.047)	66.566
EBG	100	60.049	60.049	59.727	1.212	58.515	921	921	58.515
EDG ⁽¹⁾	77,3	401.723	652.235	1.872.075	7.660	1.864.415	59.742	37.598	1.406.733
EPNE ^{(2) (**)}	55	725.554	862.778	1.669.239	52.510	1.616.729	217.820	119.801	890.442
Resultado não realizado em controladas ^(***)		-	-	-	-	-	-	28.569	(36.864)
Ágio pago na aquisição de controladas								(14.691)	119.062
Total								3.618.442	19.840.780

(*) A equivalência patrimonial no valor de R\$3.618.442, não inclui o resultado negativo de R\$12.761 referente a participação no FIDC, registrada em Outros investimentos.

(**) Participação % conforme acordo de acionista.

(***) Refere-se a resultados não realizados nas operações do FIDC contabilizados em outros resultados operacionais.

(1) Aquisição da Energisa Distribuição de Gás Nordeste S/A – EDGNE (nova denominação social da Infra Gás e Energia S/A)

Em 06 de novembro de 2024 a controlada EDG concluiu a aquisição de ações ordinárias representativas de 100% (cem por cento) do capital social total e votante da Energisa Distribuição de Gás Nordeste S/A (EDGNE) prevista no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 10 de maio de 2024, conforme aditado em 19 de julho de 2024. Também, na mesma data, foi concluída a operação contemplando a aquisição, pela EDGNE, de ações representativas de 51% do capital social total e votante da Norgás S/A, *holding* detentora das participações societárias em distribuidoras de gás natural localizadas nos estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Sergipe.

Especificamente com relação à participação detida pela Norgás na Sergipe Gás S/A (“Sergás”), no contexto do exercício de determinados direitos de preferência por parte do Estado de Sergipe, em 27 de setembro de 2024, o Estado de Sergipe celebrou contratos de compra e venda de ações que regulam a aquisição da totalidade da participação societária detida pela Norgás na Sergás. Após a verificação das condições precedentes e o fechamento dessa transação envolvendo a Norgás e o Estado de Sergipe, em 18 de dezembro de 2024 a Norgás deixou de ser acionista da Sergás, recebendo por essa operação o valor de R\$132.522.

O quadro abaixo apresenta as participações societárias detidas pela Norgás nas distribuidoras de gás natural localizadas nos estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco:

Empresas	Participação no capital votante	Participação no capital total
Gás de Alagoas S/A	17,4%	29,4%
Companhia de Gás do Ceará	17,4%	29,4%
Companhia Pernambucana de Gás	24,5%	41,5%
Companhia Potiguar de Gás	49,0%	83,0%

Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):

A Administração da controlada efetuou a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos para alocação do preço de aquisição, de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) – “Business Combination”, na data da aquisição. A seguir, são apresentados os valores justos dos ativos e passivos preliminares identificáveis adquiridos na data da combinação de negócios:

Valor justo dos ativos adquiridos	745.484
% de participação	100%
Valor da participação	745.484
Valor de aquisição	935.347
Resultado auferido na combinação ne negócios	189.863
Data da aquisição	06/11/2024

	EDGNE
Caixa e equivalentes de caixa	941
Outros ativos circulantes	13.863
Intangível – contrato de concessão	544.565
Investimentos	375.978
Impostos e contribuições sociais diferido	189.863
Caixa e equivalentes de caixa pago na combinação de negócio	935.347

(2) **Acordo de Investimento com Banco Bradesco S/A**

A Companhia celebrou, 11 de setembro de 2024, acordo de investimento e outras avenças com o Banco Bradesco S/A, regulando os termos e condições gerais para o ingresso do Bradesco no quadro acionário de sociedade controlada pela Companhia, denominada Energisa Participações Nordeste S/A ("EPNE"). A EPNE é uma sociedade de propósito específico que tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, quer como acionista ou sócia ou, ainda, em consórcios de empresas. As partes realizaram uma operação de aumento de capital mediante a subscrição de novas ações ordinárias e preferenciais de emissão da EPNE, nos seguintes principais termos: (i) a Companhia subscreveu novas ações ordinárias de emissão da EPNE, e as integralizou, mediante a transferência do acervo líquido composto por (i.1) ações ordinárias de emissão da EPB, representativas da totalidade do seu capital social; e (i.2) passivo registrado pela Energisa decorrente da 2ª (segunda) emissão de notas comerciais, em série única, no valor de R\$ 1.000.000 quitada com os recursos do item (ii); e (ii) o Bradesco subscreveu novas ações preferenciais de emissão da EPNE, e as integralizou, à vista, por meio de aporte de R\$ 1.000.000.

Com a efetivação da operação, o Bradesco passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais de emissão da EPNE, correspondentes a 23,64% do seu capital social total. A Companhia, por sua vez, é titular da totalidade das ações ordinárias de emissão da EPNE, passando a deter 76,36% de participação no seu capital total.

Os direitos e obrigações da Companhia e do Bradesco, na qualidade de acionistas da EPNE, foram disciplinados por meio de acordo de acionistas celebrado entre as partes. Dentre outras avenças próprias de documentos dessa natureza, o Acordo de Acionistas assegurou, à Companhia, uma opção de compra da totalidade das ações preferenciais de titularidade do Bradesco no âmbito da operação aqui tratada, exercível entre o 4º (quarto) e o 10º (décimo) aniversário da conclusão da operação. Além disso, definiu que todo e qualquer dividendos seja pago primeiramente às ações preferenciais, até que o total pago equivalha a 45% do lucro líquido auferido pela EPNE.

(3) **Aquisição da participação na Ângulo**

A controlada Alsol celebrou em 10 de julho de 2024, com a totalidade dos acionistas da Ângulo 45 Participações S/A, contrato de compra e venda de ações e outras avenças, por meio do qual a controlada Alsol regulou os termos e condições para passar a ser titular de ações equivalentes a 100% do capital social Ângulo 45 Participações S/A.

A Ângulo 45 Participações S/A é a única acionista da Ângulo 45 Empreendimentos S/A que detém um conjunto de ativos operacionais de geração distribuída de plantas fotovoltaicas nos estados de São Paulo, Maranhão e Piauí que totalizam aproximadamente 19,4 MWp de capacidade instalada.

	Cafelândia	Pongaí	Mata Roma	Cumbica	Oeiras
Localização	São Paulo	São Paulo	Maranhão	São Paulo	Piauí
Capacidade (MWp)	2,6	2,6	4,8	3,1	6,3
Entrada em Operação	Mai/22	Nov/22	Dez/22	Out/23	Set/23

Em 02 de setembro 2024 a aquisição foi concluída, com a assunção do controle dos ativos pela controlada Alsol.

Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):

A Administração da controlada efetuou a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos para alocação do preço de aquisição, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", na data da aquisição. A seguir, são apresentados os valores justos dos ativos e passivos preliminares identificáveis adquiridos na data da combinação de negócios:

Valor justo dos ativos adquiridos	63.655
% de participação	100%
Valor da participação	63.655
Valor de aquisição	63.655
Resultado auferido na combinação ne negócios	-
Data da aquisição	02/09/2024
Caixa e equivalentes de caixa	482
Tributos a recuperar	80
Outros ativos circulantes	11
Investimentos	20.577
Intangível	42.530
Outros passivos	25
Caixa e equivalentes de caixa pago na combinação de negócio	63.655

(4) Aquisição da participação na Clarke

Em 22 de março de 2024 a Companhia adquiriu a participação de 70,04% das ações da Clarke Desenvolvimento de Software S/A, por meio de um investimento total de R\$27.820.

A Clarke, startup e primeiro marketplace de Mercado Livre de Energia do Brasil, é uma plataforma independente que conecta clientes aptos a acessarem o mercado livre a mais de 50 comercializadoras e geradoras de forma digital.

Com a transação a startup pretende ampliar sua atuação no mercado de comercialização de energia, além da oferta mais completa para a experiência do cliente com a diversificação de produtos.

Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):

A Administração da controlada efetuou a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos para alocação do preço de aquisição, de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) – “Business Combination”, na data da aquisição. A seguir, são apresentados os valores justos dos ativos e passivos preliminares identificáveis adquiridos na data da combinação de negócios:

Valor justo dos ativos adquiridos	13.809
% de participação	70%
Valor da participação	9.730
Valor de aquisição	27.820
Resultado auferido na combinação ne negócios	18.090
Data da aquisição	22/03/2024

Caixa e equivalentes de caixa	5.437
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	604
Clientes	190
Devedores diversos	1.004
Tributos a recuperar	8
Outros ativos circulantes	21
Imobilizado	20
Intangível	2.553
Outros ativos não circulantes	510
Fornecedores	322
Obrigações Trabalhistas	24
Impostos e contribuições sociais	28
Outros passivos	243

Caixa e equivalentes de caixa pago na combinação de negócio **27.820**

Movimentação dos investimentos realizadas no exercício de 2025:

	Saldo em 2024	Aquisição (Alienação de ações) Aumento (Redução) de capital ou AFAC	ILP/ Transações entre sócios ⁽³⁾	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2025
Distribuição de Energia Elétrica	7.291.879	1.451	5.170	5.957	(278.601)	1.094.659	8.120.515
EMR	373.716	-	580	2.753	(19.730)	83.075	440.394
ESE	783.701	-	433	1.512	(250.083)	378.058	913.621
EAC	2.541.824	415	827	134	(6.577)	(3.051)	2.533.572
ERO	3.584.549	1.036	3.327	1.551	-	635.054	4.225.517
EMT	8.089	-	3	7	(2.211)	1.523	7.411
Geração de Energia Elétrica	959.956	663	6.129	1	-	(74.507)	892.242
SOBR	5.749	560	-	1	-	(153)	6.157
EGUM	6.241	-	-	-	-	1.485	7.726
EGCS-CO	531	99	-	-	-	(4)	626
EGCE-BE	1	1	-	-	-	(1)	1
EGCE-MA	1	1	-	-	-	(1)	1
EGCE-AL	1	1	-	-	-	(1)	1
EGCE-UM	1	1	-	-	-	(1)	1
EGCS-RP1	137.011	-	-	-	-	(1.423)	135.588
EGCS-RP2	113.073	-	-	-	-	173	113.246
ALSOL	697.347	-	6.129	-	-	(74.581)	628.895
Comercialização de Energia Elétrica	21.332	74.863	673	2	-	(66.872)	29.998
ECOM	15.982	74.114	673	2	-	(62.808)	27.963
CLARKE	5.350	749	-	-	-	(4.064)	2.035
Prestação de Serviços	189.996	1.200	628	890	(4.301)	23.952	212.365

	Saldo em 2024	Aquisição (Alienação de ações) Aumento (Redução) de capital ou AFAC	ILP/ Transações entre sócios ⁽⁵⁾	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2025
ESOL	186.301	-	614	890	(3.498)	14.728	199.035
ESEA	787	1.200	-	-	-	8.078	10.065
EPLAN	2.908	-	14	-	(803)	1.146	3.265
Holdings e demais Companhias	11.258.555	(319.042)	1.391.002	17.917	(1.636.766)	1.870.221	12.581.887
Dinâmica	1.964	-	-	-	(127)	159	1.996
DENERGE ^{(1 b e c) e (2)}	2.434.523	(2.558.240)	153.054	(341)	(834.737)	805.741	-
REDE	7.619	-	1.536	26	(2.313)	2.158	9.026
ETE	3.960.460	646.930	576	(11)	(77.198)	325.044	4.855.801
EPM ⁽³⁾	2.468.597	(1.613.665)	827.114	7.227	(585.224)	372.449	1.476.498
Voltz	66.566	-	57	3	-	43.109	109.735
EBG	58.515	37.035	(3.600)	-	-	(13.945)	78.005
EDG ⁽⁴⁾	1.406.733	611.455	20.254	-	(17.918)	54.543	2.075.067
EPNE	890.442	(1.990)	(53.164)	1.004	(120.607)	312.162	1.027.847
Nova Denerge ⁽¹⁾	-	2.559.433	445.175	10.009	1.358	(31.247)	2.984.728
Resultado não realizado em controladas	(36.864)	-	-	-	-	48	(36.816)
Ágio pago na aquisição de controladas	119.062	(749)	(163)	-	-	(12.184)	105.966
Total	19.840.780	(241.614)	1.403.439	24.767	(1.919.668)	2.835.269	21.942.973

(*) Inclui o impacto da reorganização societária.

(1) Em novembro de 2025 ocorreu as seguintes reorganizações societárias: a) a controlada Energisa Transmissão de Energia S/A alienou as ações da Nova Denerge (antiga Nova Gemini) para Energisa S/A pelo valor patrimonial de R\$ 34; b) Subsequentemente, em 29 de novembro de 2025, a Energisa S/A aumentou o capital social da Nova Denerge no montante de R\$ 2.559.399, conforme laudo de avaliação preparado por consultores especializados na data base de 30/06/2025, mediante a contribuição de 776.438 (setecentas e setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e oito) ações de emissão da Denerge de titularidade da Energisa, representativas de 99,99% do capital social da Denerge. Em virtude dessa transação, a Denerge passou a ser controlada pela Nova Denerge, e a Nova Denerge pela Energisa S/A. c) Adicionalmente, na reserva de capital (transações entre sócios) reconheceu o montante de (R\$ 153.038 mil) referente a variação patrimonial entre a data base de 30/06/2025 e 30/11/2025, data que ocorreu o aumento de capital.

(2) Em setembro de 2025 acionistas minoritários alienaram ações a Energisa S/A no montante R\$ 1.159 mil.

(3) Na controlada EPM ocorreram as seguintes movimentações: a) em 17 de setembro de 2025, houve a redução de capital social de R\$ 1.000.000 restituído, em moeda corrente aos acionistas Itaú e ESA na proporção de suas participações societárias, conforme acordo de investimento, 72,07% (R\$ 720.700) e 27,93% (R\$ 279.300), respectivamente, conforme acordo de investimento; b) em 12 de dezembro de 2025, o Itaú e a Energisa S/A celebraram o contrato de compra e venda de ações e outras Avenças ("SPA"), por meio do qual o Itaú alienou a totalidade das ações preferenciais de sua titularidade à Energisa S/A pelo valor pago no montante R\$ 1.034.350, ficando rescindido e totalmente extinto de pleno direito e sem qualquer efeito jurídico para todos os fins, o acordo de acionista vigente até esta data. A Energisa S/A passou a deter 100% da titularidade das ações ordinárias e preferenciais emitidas pela controlada EPM; e c) em 19 de dezembro de 2025, houve a redução de capital social no montante de R\$1.927.315, dividido em: (i) R\$1.455.000 restituído, em moeda corrente nacional; e (b) entrega de 394.177 ações preferenciais de emissão da EDG, correspondente ao montante de R\$472.315, conforme apurado nos registros contábeis da Companhia na data base de 30 de novembro de 2025.

(4) Na controlada EDG ocorreram as seguintes movimentações: a) em 27 de junho de 2025 houve o adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 180.000, realizados pela Energisa S/A e EPM, acionistas da EDG, no montante de R\$ 139.140 e R\$ 40.860, respectivamente. Essa movimentação resultou na alteração de participação societária de 50,47% para 77,30% b) em 19 de dezembro de 2025, com a redução de capital social na EPM, parte da transação envolveu a entrega de ações da EDG de titularidade da EPM para única acionista nessa data, a Energisa S/A, no valor patrimonial de R\$ 472.315, conforme apurado os registros contábeis na data base de 30 de novembro de 2025, montante que já considera, inclusive, a cessão de crédito de AFAC concedido pela Companhia em favor da EDG, no montante de R\$40.860. A partir dessa transação a Energisa passou a ter 100% das ações da EDG.

(5) As transações contabilizadas diretamente contra o patrimônio líquido são como segue:

Controladas	ILP	Transações entre sócios ^(*)	Total
Distribuição de Energia Elétrica			
EMR	580	-	580
ESE	433	-	433
EAC	230	597	827
ERO	441	2.886	3.327
EMT	3	-	3
Geração Distribuída			
ALSOL	58	6.071	6.129
Comercialização de Energia Elétrica			
ECOM	673	-	673
CLARK	-	(163)	(163)
Prestação de Serviços			
ESOL	614	-	614
EPLAN	14	-	14
Holdings e demais Companhias			
DENERGE	1.082	151.972	153.054

Controladas	ILP	Transações entre sócios (*)	Total
REDE	6	1.530	1.536
ETE	576	-	576
EPM	1.294	825.820	827.114
EBG	-	(3.600)	(3.600)
EPNE	727	(53.891)	(53.164)
EDG	867	19.387	20.254
Nova Denerge (antiga Nova Gemini)	1.150	444.025	445.175
Voltz	57	-	57
Total	8.805	1.394.634	1.403.439

Movimentação dos investimentos realizadas no exercício de 2024:

	Saldo em 2023	Aquisição/(Redução)/AFAC	ILP/Transações entre sócios (1)	Outros Resultados Abrangentes	Incorporação (*)	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência Patrimonial (**)	Saldo em 2024
Distribuição de Energia Elétrica	6.486.468	1.074.398	462	10.174	(1.449.114)	(669.875)	1.839.366	7.291.879
EMR	366.948	-	178	8.654	-	(81.445)	79.381	373.716
ESE	775.204	-	(72)	2.519	-	(254.752)	260.802	783.701
EPB	1.451.595	-	(1.340)	-	(1.449.114)	(332.573)	331.432	-
EAC	1.940.539	561.050	3.752	18	-	-	36.465	2.541.824
ERO	1.944.931	513.348	(2.056)	(1.040)	-	-	1.129.366	3.584.549
EMT	7.251	-	-	23	-	(1.105)	1.920	8.089
Geração de Energia Elétrica	969.438	24.758	(23.661)	22	-	(292)	(10.309)	959.956
SOBR	5.383	840	-	16	-	-	(490)	5.749
EGUM	7.168	-	-	-	-	(292)	(635)	6.241
EGCS-CO	536	-	-	-	-	-	(5)	531
EGCE-BE	1	9	-	-	-	-	(9)	1
EGCE-MA	1	2	-	-	-	-	(2)	1
EGCE-AL	1	2	-	-	-	-	(2)	1
EGCE-UM	1	8	-	-	-	-	(8)	1
EGCS-RP1	134.273	-	-	-	-	-	2.738	137.011
EGCS-RP2	109.292	-	-	-	-	-	3.781	113.073
ALSOL	712.782	23.897	(23.661)	6	-	-	(15.677)	697.347
Comercialização de Energia Elétrica	43.459	95.821	108	32	-	-	(118.088)	21.332
ECOM	43.459	87.000	114	32	-	-	(114.623)	15.982
CLARKE	-	8.821	(6)	-	-	-	(3.465)	5.350
Prestação de Serviços	174.632	16.299	(493)	1.274	-	(1.975)	259	189.996
ESOL	169.544	14.130	(498)	786	-	-	2.339	186.301
ESEA	899	2.169	-	487	-	-	(2.768)	787
EPLAN	4.189	-	5	1	-	(1.975)	688	2.908
Holdings e demais Companhias	7.706.172	1.997.377	398.081	26.619	498.105	(1.289.704)	1.921.905	11.258.555
Dinâmica	1.907	-	-	-	-	(59)	116	1.964
Denerge	1.981.285	-	176	23.435	-	(555.181)	984.808	2.434.523
CREDE	7.127	-	-	60	-	(2.205)	2.637	7.619
ETE	2.701.181	1.014.445	267	7	-	(76.176)	320.736	3.960.460
EPM	2.575.218	-	34.365	6.519	-	(624.271)	476.766	2.468.597
Voltz	76.737	39.871	-	5	-	-	(50.047)	66.566
EBG	57.584	10	-	-	-	-	921	58.515
EDG	370.566	940.291	61.639	-	-	(3.361)	37.598	1.406.733
EPNE	-	2.760	301.634	(3.407)	498.105	(28.451)	119.801	890.442
Resultado não realizado em controladas	(65.433)	-	-	-	-	-	28.569	(36.864)
Ágio pago na aquisição de controladas	114.753	19.000	-	-	-	-	(14.691)	119.062
Total	15.494.922	3.227.653	374.497	38.121	(951.009)	(1.961.846)	3.618.442	19.840.780

(*) A entrega da participação acionária da EPB à EPNE envolveu: i) a transferência de 100% do Patrimônio Líquido da EPB no valor de R\$1.676.562; ii) a absorção da reserva de capital no montante de R\$227.448 referente distribuição de dividendos do resultado auferido pela EPB no período anterior da transferência do controle, iii) a transferência da nota comercial no valor de R\$1.005.008 (R\$1.000.000 de principal e R\$5.008 de juros) e iv) o repasse de caixa de R\$54.000 da Companhia para sua controlada EPNE.

(**) A equivalência patrimonial no valor de R\$3.739.300, não inclui o valor da perda de R\$12.761 referente a participação no resultado do FIDC, registrada em Outros Investimentos

(6) As transações contabilizadas diretamente contra o patrimônio líquido são como segue:

Controladas	ILP	Transações entre sócios ^(*)	Total
Distribuição de Energia Elétrica			
EMR	178	-	178
ESE	(72)	-	(72)
EPB	(1.340)	-	(1.340)
EAC	56	3.696	3.752
ERO	(6)	(2.050)	(2.056)
Geração Distribuída			
ALSOL	33	(23.694)	(23.661)
Comercialização de Energia Elétrica			
ECOM	114	-	114
Clarke	-	(6)	(6)
Prestação de Serviços			
ESOL	(498)	-	(498)
EPLAN	5	-	5
Holdings e demais Companhias			
DENERGE	159	17	176
ETE	265	2	267
EPM	241	34.124	34.365
EPNE	752	300.882	301.634
EDG	272	61.367	61.639
Total	159	374.338	374.497

(*) Refere-se a ganhos e perdas por mudança de percentual de participação e/ou aumento de capital das controladas.

Participações indiretas:

2025					
	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Controlada pela Rede Energia Participações S/A					
ETO	76,52	4.594.811	3.118.697	1.476.114	431.597
EMT	97,31	15.553.606	11.517.216	4.036.390	829.241
EMS	99,73	8.253.554	7.032.283	1.221.271	359.860
ESS	99,06	3.695.892	2.954.942	740.950	140.114
MULTI	99,80	57.189	15.230	41.959	19.609
QMRA	99,80	3.271	664	2.607	232
REDE POWER	-	-	-	-	144.709
CTCE	99,80	3.914	259.011	(255.097)	(19.450)
Controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A					
GEMINI ENERGY	100	1.594.599	28.441	1.566.158	153.202
LMTE	85,04	1.969.971	1.304.141	665.831	79.675
LXTE	83,34	2.000.077	1.297.240	702.838	64.414
LTTE	100	706.119	508.189	197.931	28.105
LITE	100	134	1.226	(1.092)	(190)
POMTE	100	3.487	657	2.830	1.240
EGO I	100	576.366	60.193	516.173	56.774
EPA I	100	765.426	243.281	522.145	50.267
EPA II	100	745.561	294.800	450.761	40.235
ETT I	100	1.264.791	686.243	578.548	45.013
EAM I	100	1.296.960	333.030	963.930	8.141
ETT II	100	97.525	12.690	84.835	4.409
EAP	100	274.418	127.533	146.885	6.504
EPT	100	135.241	10.732	124.509	15.052
EAM II	100	271.678	34.385	237.293	23.610
ETE IX	100	1	-	1	-
ETE VII	100	1	-	1	-
ETE IV	100	69.200	12.799	56.401	20.103
ETE V	100	1	-	1	-
ETE VIII	100	1	-	1	-
Controlada pela Alsol Energias Renováveis S/A					
Laralsol	99,9	6.177	5.385	792	(161)
URB	100	18.905	1.118	17.787	1.704
Reenergisa I	100	10.599	718	9.881	1.209
Reenergisa II	100	25.119	1.770	23.349	3.921
Renesolar	100	4.853	1.293	3.560	3.105
Flowsolar	100	13.369	5.351	8.018	6.035
Carbonsolar	100	3.529	1.922	1.607	(159)
Reenergisa IV	100	32.105	2.526	29.579	2.175
Reenergisa V	100	28.620	2.172	26.448	1.869
Reenergisa VI	100	28.430	2.419	26.011	995
Reenergisa VII	100	34.737	2.210	32.527	2.601

2025					
	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Reenergisa VIII	100	32.833	2.546	30.287	1.577
Reenergisa III	100	30.617	2.932	27.685	2.237
Ângulo Participações	100	121.106	33.670	87.436	(4.964)
Controlada pela Energisa Distribuição de Gás S/A					
ES GÁS	100	1.954.041	852.524	1.101.517	33.225
Controlada pela Energisa Participações Nordeste S/A					
EPB					
Controlada pela Energisa Soluções S/A	100	82.775	16.251	66.524	3.939
ESOLC					
2024					
	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
Controlada pela Rede Energia Participações S/A					
ETO	66,27	4.322.006	2.982.008	1.339.998	381.429
EMT	76,48	14.465.006	10.050.551	4.414.455	1.054.719
EMS	86,38	7.432.209	6.091.321	1.340.888	591.734
ESS	85,79	3.276.915	2.625.568	651.347	170.007
MULTI	86,45	40.291	9.641	30.650	13.397
QMRA	86,43	3.086	566	2.520	127
Rede Power	86,43	515.071	23.617	491.454	220.783
CTCE	86,45	3.670	243.368	(239.698)	(14.483)
Controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A					
Nova Gemini	99,90	28	-	28	(37)
Gemini Energy	100	1.408.788	2.142	1.406.646	122.031
LMTE	85,04	1.890.434	1.244.231	646.203	59.641
LXTE	83,34	1.952.920	1.278.037	674.883	55.081
LTTE	100	665.851	496.125	169.726	19.214
LITE	100	133	1.034	(901)	(68)
POMTE	100	3.783	912	2.871	1.368
EGO I	100	565.698	43.484	522.214	57.477
EPA I	100	748.734	258.219	490.515	52.057
EPA II	100	732.542	318.962	413.580	46.085
ETT I	100	1.385.097	696.527	688.570	44.252
EAM I	100	1.191.196	343.616	847.580	70.287
ETT II	100	96.516	17.342	79.174	13.259
EAP	100	317.804	129.487	188.317	38.049
EPT	100	139.638	10.282	129.356	14.574
EAM II	100	155.974	16.631	139.343	28.296
ETE IX	100	1	-	1	-
ETE VII	100	1	-	1	-
ETE IV	100	3.752	766	2.986	540
ETE V	100	1	-	1	-
ETE VIII	100	1	-	1	-
Controlada pela Alsol Energias Renováveis S/A					
Laralsol	99,9	6.525	6.472	53	1.429
URB	100	18.526	904	17.622	1.206
Reenergisa I	100	10.608	732	9.876	1.232
Reenergisa II	100	23.826	1.406	22.420	2.786
Renesolar	100	1.048	492	556	338
Flowsolar	100	9.907	3.300	6.607	4.155
Carbonsolar	100	1.475	49	1.426	(49)
Reenergisa IV	100	29.735	1.762	27.973	1.444
Reenergisa V	100	27.261	1.721	25.540	1.188
Reenergisa VI	100	27.273	1.957	25.316	1.699
Reenergisa VII	100	31.886	1.462	30.424	260
Reenergisa VIII	100	32.173	2.290	29.883	1.996
Reenergisa III	100	28.543	3.094	25.449	(143)
Ângulo Participações	100	115.221	23.738	91.483	(2.804)
Controlada pela Energisa Distribuição de Gás S/A					
ES GÁS	100	2.150.422	1.275.106	875.316	37.564
EDGNE	100	1.564.019	242.491	1.321.528	22.654
Controlada pela Energisa Participações Nordeste S/A					
EPB	100	4.484.866	2.806.361	1.678.505	234.218
Controlada pela Energisa Soluções S/A					
ESOLC	100	82.446	19.351	63.095	(3.618)

17. Imobilizado

	Controladora						
	Taxa média de depreciação	Saldos em 2024	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação ⁽²⁾	Saldos em 2025
Imobilizado em serviço							
Custo							
Terrenos		606	-	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,32%	31.413	-	2.842	-	-	34.255
Máquinas e equipamentos	15,26%	106.468	-	8.505	(840)	-	114.133
Veículos	14,29%	8.556	-	103	(320)	-	8.339
Móveis e utensílios	6,25%	18.305	-	306	-	-	18.611
Total do imobilizado em serviço		165.348	-	11.756	(1.160)	-	175.944
Depreciação acumulada							
Edificações e benfeitorias		(8.195)	-	-	-	(1.043)	(9.238)
Máquinas e equipamentos		(45.348)	-	-	4	(13.731)	(59.075)
Veículos		(7.320)	-	-	289	(246)	(7.277)
Móveis e utensílios		(14.817)	-	-	-	(327)	(15.144)
Total depreciação acumulada		(75.680)	-	-	293	(15.347)	(90.734)
Subtotal do imobilizado		89.668	-	11.756	(867)	(15.347)	85.210
Imobilizado em curso		33.279	22.020	(12.588)	-	-	42.711
Total do imobilizado		122.947	22.020	(832)	(867)	(15.347)	127.921

	Controladora						
	Taxa média de depreciação	Saldos em 2023	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação ⁽²⁾	Saldos em 2024
Imobilizado em serviço							
Custo:							
Terrenos		606	-	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,35%	27.826	-	3.587	-	-	31.413
Máquinas e equipamentos	15,34%	71.320	-	35.148	-	-	106.468
Veículos	14,23%	11.220	-	1.198	(3.862)	-	8.556
Móveis e utensílios	6,25%	17.831	-	474	-	-	18.305
Total do imobilizado em serviço		128.803	-	40.407	(3.862)	-	165.348
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(7.182)	-	-	-	(1.013)	(8.195)
Máquinas e equipamentos		(33.196)	-	-	-	(12.152)	(45.348)
Veículos		(9.661)	-	-	3.200	(859)	(7.320)
Móveis e utensílios		(14.508)	-	-	-	(309)	(14.817)
Total da depreciação acumulada		(64.547)	-	-	3.200	(14.333)	(75.680)
Subtotal do imobilizado		64.256	-	40.407	(662)	(14.333)	89.668
Imobilizado em curso		47.329	23.179	(37.229)	-	-	33.279
Total do imobilizado		111.585	23.179	3.178	(662)	(14.333)	122.947

(1) O montante negativo de R\$832 em 2025 (R\$3.178 positivo em 2024) refere-se às reclassificações do intangível - software e outros.

(2) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre a depreciação dos bens e equipamentos no montante de R\$1.035 (R\$1.215 em 2024).

Consolidado								
	Taxa média de depreciação	Saldos em 2024	Combinação de Negócios	Adições ⁽¹⁾	Transferências ⁽²⁾	Baixas ⁽³⁾	Depreciação	Saldos em 2025
Imobilizado em Serviço								
Custo								
Terrenos		2.876	15.575	-	-	1.278	(312)	19.417
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,93%	2.592	-	-	-	-	-	2.592
Edificações e benfeitorias	3,29%	421.369	228	-	21.488	(5.365)	-	437.720
Máquinas e equipamentos	9,33%	2.843.568	4.485	11.571	249.117	(75.635)	-	3.033.106
Veículos	13,64%	95.986	6.953	931	8.989	(24.285)	-	88.574
Móveis e utensílios	6,25%	107.238	2.900	27	3.699	(786)	-	113.078
Total do imobilizado em serviço		3.473.629	30.141	12.529	284.571	(106.383)	-	3.694.487
Depreciação acumulada								
Reservatório, Barragens e Adutoras		(566)	-	-	-	-	(79)	(645)

Consolidado								
	Taxa média de depreciação	Saldos em 2024	Combinação de Negócios	Adições ⁽¹⁾	Transferências ⁽²⁾	Baixas ⁽³⁾	Depreciação	Saldos em 2025
Edificações e benfeitorias		(52.404)	(310)	-	-	289	(10.560)	(62.985)
Máquinas e equipamentos		(510.500)	(195)	(814)	-	21.560	(143.580)	(633.529)
Veículos		(60.335)	(2.854)	-	-	21.556	(8.059)	(49.692)
Móveis e utensílios		(74.070)	(2)	-	-	441	(3.542)	(77.173)
Total depreciação acumulada		(697.875)	(3.361)	(814)	-	43.846	(165.820)	(824.024)
Subtotal imobilizado		2.775.754	26.780	11.715	284.571	(62.537)	(165.820)	2.870.463
Imobilizado em curso		480.345	-	365.100	(308.604)	-	-	536.841
Total do Imobilizado		3.256.099	26.780	376.815	(24.033)	(62.537)	(165.820)	3.407.304

Consolidado								
	Taxa média de depreciação	Saldos em 2023	Combinação de Negócios	Adições ⁽¹⁾	Transferências ⁽²⁾	Baixas ⁽³⁾	Depreciação	Saldos em 2024

Imobilizado em Serviço

Custo								
Terrenos		2.876	-	-	-	-	-	2.876
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,93%	2.592	-	-	-	-	-	2.592
Edificações e benfeitorias	3,30%	336.588	-	-	84.781	-	-	421.369
Máquinas e equipamentos	11,68%	2.158.488	72.946	20.023	598.024	(5.913)	-	2.843.568
Veículos	14,27%	95.280	-	1.302	10.089	(10.685)	-	95.986
Móveis e utensílios	6,25%	103.225	1	259	4.036	(283)	-	107.238
Total do imobilizado em serviço		2.699.049	72.947	21.584	696.930	(16.881)	-	3.473.629
Depreciação acumulada								
Reservatório, Barragens e Adutoras		(488)	-	-	-	-	(78)	(566)
Edificações e benfeitorias		(30.142)	-	-	-	-	(22.262)	(52.404)
Máquinas e equipamentos		(380.696)	(3.641)	-	-	678	(126.841)	(510.500)
Veículos		(60.803)	-	-	-	8.594	(8.126)	(60.335)
Móveis e utensílios		(70.719)	(1)	-	-	92	(3.442)	(74.070)
Total depreciação acumulada		(542.848)	(3.642)	-	-	9.364	(160.749)	(697.875)
Subtotal imobilizado		2.156.201	69.305	21.584	696.930	(7.517)	(160.749)	2.775.754
Imobilizado em curso		696.720	60.772	432.898	(710.045)	-	-	480.345
Total do Imobilizado		2.852.921	130.077	454.482	(13.115)	(7.517)	(160.749)	3.256.099

⁽¹⁾ Do montante de R\$376.815 (R\$454.482 em 2024), R\$191.395 (R\$283.156 em 2024) refere-se ao investimento da controlada direta ALSOL e R\$185.420 (R\$171.326 em 2024) de investimentos das demais controladas.

⁽²⁾ Do montante negativo de R\$24.033 (R\$13.115 em 2024), R\$286 refere-se a transferências oriundas do ativo contratual - infraestrutura em construção, o montante de R\$15.115 refere-se a reclassificações para o Intangível- software e outros e R\$9.204 refere-se às reclassificações para o ativo contratual - infraestrutura em construção;

⁽³⁾ O montante de R\$62.537 (R\$7.517 em 2024), refere-se às baixas realizadas no exercício que inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

18. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Intangível - contrato de concessão	-	-	18.099.275	17.829.875
Direito de concessão	-	-	331.014	385.830
Direto de uso	3.320	2.007	127.667	112.219
Intangível - software e outros	127.996	88.630	718.884	614.638
Total	131.316	90.637	19.276.840	18.942.562

18.1 Intangível – contrato de concessão – Consolidado

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2025
Intangível em serviço							
Custo	4,36%	39.171.388	6.894	2.645.921	(428.171)	-	41.396.032
Amortização acumulada		(17.774.664)	-	(229)	316.009	(2.187.966)	(19.646.850)
Total do intangível		21.396.724	6.894	2.645.692	(112.162)	(2.187.966)	21.749.182
(-) Obrigações vinculadas à concessão							
Custo	4,01%	7.694.577	-	474.924	(35.640)	-	8.133.861
Amortização acumulada		(4.127.728)	-	(204)	-	(356.022)	(4.483.954)
Total das obrigações vinculadas à concessão		3.566.849	-	474.720	(35.640)	(356.022)	3.649.907
Total intangível – contrato de concessão ⁽⁴⁾		17.829.875	6.894	2.170.972	(76.522)	(1.831.944)	18.099.275

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Combinação de Negócios	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2024
Intangível em serviço								
Custo	4,18%	36.167.252	544.565	13.016	2.824.716	(378.161)	-	39.171.388
Amortização acumulada		(16.132.678)	-	-	(3.932)	278.289	(1.916.343)	(17.774.664)
Total do intangível		20.034.574	544.565	13.016	2.820.784	(99.872)	(1.916.343)	21.396.724
(-) Obrigações vinculadas à concessão								
Custo	3,91%	7.384.495	-	-	331.090	(21.008)	-	7.694.577
Amortização acumulada		(3.778.701)	-	-	(3.727)	-	(345.300)	(4.127.728)
Total das obrigações vinculadas à concessão		3.605.794	-	-	327.363	(21.008)	(345.300)	3.566.849
Total intangível – contrato de concessão ⁽⁴⁾		16.428.780	544.565	13.016	2.493.421	(78.864)	(1.571.043)	17.829.875

⁽¹⁾ São transferências oriundas do ativo contratual – Infraestrutura em construção.

⁽²⁾ O montante de R\$76.522 (R\$78.864 em 2024) refere-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação – ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais;

⁽³⁾ A controladora e suas controladas registraram no exercício créditos de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$68.483 (R\$61.260 em 2024), e não inclui o montante de R\$232 (R\$197 em 2024) referente a despesa de amortização de provisão de incorporação de redes.

⁽⁴⁾ Inclui R\$5.866.764 (R\$6.270.770 em 2024) de mais valia dos ativos apurado em combinação de negócio quando das aquisições das controladas EMT, EMS, ERO, EAC, ESGÁS e EDGNE.

Obrigações vinculadas a concessão das distribuidoras de energia elétrica:

Os saldos do ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual da infraestrutura em construção e intangível do contrato de concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

Obrigações vinculadas à concessão	2025	2024
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	3.727.725	3.411.969
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	6.131.962	5.808.875
Participação da União – recursos RGR ⁽³⁾	302.598	302.598
Reserva para reversão ⁽⁴⁾	3.855	4.620
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	338.858	338.858
(-) Amortização acumulada	(4.483.954)	(4.127.728)
Total	6.021.044	5.739.192
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.793.603	1.632.918
Ativo contratual – infraestrutura em construção	577.534	539.425

Obrigações vinculadas à concessão	2025	2024
Intangível – contrato de concessão	3.649.907	3.566.849
Total	6.021.044	5.739.192

- (1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em Programas de Eficiência Energética – PEE e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados à concessão.
- (2) Inclui a participação da União, com recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE destinados aos programas Luz para Todos e Mais Luz para Amazônia e recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC que envolvem na sub-rogação do direito do uso, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC.
- (3) Participação da União – recursos RGR – parcela referente ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, autorizados pela Portaria MME nº 484, de 26 de janeiro de 2021, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo contratual – infraestrutura em construção nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Anel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020–SFF/ANEEL.
- (4) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão de distribuição de energia elétrica, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

18.2 Direito de concessão – consolidado

	Consolidado	
	2025	2024
Reconhecido por controladas ⁽¹⁾	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora ⁽²⁾	298.589	298.589
Aquisição participação ⁽³⁾	327.400	327.186
(-) Amortização acumulada	(832.987)	(777.957)
Total	331.014	385.830

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023	385.830	210.396
Aquisição participação	214	214.750
(-) Amortização/baixa no exercício	(55.030)	(39.316)
Saldos em 2025 e 2024	331.014	385.830

(1) Intangível reconhecido por controladas:

Refere-se ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado desde abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica que ocorrerá em dezembro de 2027. A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 2025, o saldo a amortizar pela controlada é de R\$30.782 (R\$55.407 em 2024).

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas ESE e EPB, no montante de R\$46.881 (R\$56.771 em 2024), líquido das amortizações. A Companhia de acordo com o ICPC 09 (R3) registra a amortização desses valores pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

Adicionalmente a Companhia detém o controle acionário da empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho – BA, que é detentora de projetos eólicos, em montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 2024). Os valores pagos na aquisição do parque eólico serão amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial dos empreendimentos.

(3) Combinação de negócio – Aquisição de participação

- I. Grupo Rede – em 11 de abril de 2014 foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do direito da concessão apurado na aquisição das companhias montou em R\$165.552 reconhecido na rubrica “investimentos” na controladora e no “intangível” no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O direito de concessão apurado na aquisição decorreu principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA a renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia

elétrica, foi suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão o que motivou a variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do direito da concessão de R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345, totalizando o montante de R\$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S/A, foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R\$6.361. Até o exercício findo em 2025 foram amortizados R\$69.207 (R\$66.911 em 2024).

II. Outras aquisições – ágios:

Empresa	Controladora	Data de aquisição	2025	2024
Dinâmica	ESA	14/05/2015	4.512	4.512
ALSOL	ESA	17/06/2019	29.467	29.467
URB	ALSOL	01/12/2021	18	18
REENERGISA I	ALSOL	06/05/2022	-	2.405
REENERGISA II	ALSOL	06/05/2022	2.865	10.159
REENERGISA IV	ALSOL	02/10/2023	-	610
REENERGISA VI	ALSOL	02/10/2023	-	619
AGRIC	EBG	04/08/2023	5.887	5.887
CLARKE	ESA	22/03/2024	18.090	18.090
EDGNE	EDISGÁS	31/12/2024	185.498	189.863

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do IRPJ e CSSL
2026	34.754	8.373
2027 e 2028	25.153	2.093
2029 e 2030	17.143	-
2031	613	-
Total	77.663	10.466

18.3 Intangível – direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com a vida útil definida em cada contrato.

	Controladora				
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2024	Adições	Amortização	Saldos em 2025
Direito de uso					
Custo	17,76%	3.188	2.285	-	5.473
Amortização acumulada		(1.181)	-	(972)	(2.153)
Total do intangível – direito de uso		2.007	2.285	(972)	3.320

	Controladora				
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2023	Adições	Amortização	Saldos em 2024
Direito de uso					
Custo	20,33%	823	2.365	-	3.188
Amortização acumulada		(533)	-	(648)	(1.181)
Total do intangível – direito de uso		290	2.365	(648)	2.007

	Consolidado					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2024	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 2025
Direito de uso						
Custo	9,13%	203.867	80.906	(47.026)	-	237.747
Amortização acumulada		(91.648)	(190)	3.469	(21.711)	(110.080)
Total do intangível – direito de uso		112.219	80.716	(43.557)	(21.711)	127.667

	Consolidado					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2023	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 2024
Direito de uso						
Custo	10,71%	145.828	58.141	(102)	-	203.867
Amortização acumulada		(69.808)	-	4	(21.844)	(91.648)
Total do intangível – direito de uso		76.020	58.141	(98)	(21.844)	112.219

18.4 Intangível – software e outros

	Controladora					
	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 2025
Custo dos softwares e outros						
Em serviço	20,00%	125.863	-	32.647	-	158.510
Amortização acumulada		(79.168)	-	-	(21.163)	(100.331)
Em Curso		41.935	59.697	(31.815)	-	69.817
Total do intangível – software e outros		88.630	59.697	832	(21.163)	127.996

	Controladora					
	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 2024
Custo dos softwares e outros						
Em serviço	20,00%	123.581	-	2.282	-	125.863
Amortização acumulada		(59.732)	-	-	(19.436)	(79.168)
Em Curso		6.083	41.312	(5.460)	-	41.935
Total do intangível – software e outros		69.932	41.312	(3.178)	(19.436)	88.630

⁽¹⁾ O montante de R\$832 (R\$3.178 em 2024) refere-se às transferências oriundas do imobilizado.

	Consolidado						
	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Amortização	Saldos em 2025
Custo dos Softwares e outros							
Em serviço	20,00%	1.083.109	60	184.112	(2.979)	-	1.264.302
Amortização Acumulada		(672.653)	-	-	1.120	(134.127)	(805.660)
Em curso		204.182	225.057	(168.997)	-	-	260.242
Total do intangível – software e outros		614.638	225.117	15.115	(1.859)	(134.127)	718.884

	Consolidado							
	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Combinação de Negócios	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Amortização	Saldos em 2024
Custo dos Softwares e outros								
Em serviço	20,00%	974.834	67.303	245	45.616	(4.889)	-	1.083.109
Amortização Acumulada		(552.247)	-	-	-	1.358	(121.764)	(672.653)
Em curso		52.363	-	198.159	(46.340)	-	-	204.182
Total do intangível – software e outros		474.950	67.303	198.404	(724)	(3.531)	(121.764)	614.638

⁽¹⁾ O montante de R\$15.115 (R\$724 em 2024) refere-se às transferências oriundas do Imobilizado.

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	-	-	1.471.744	1.384.458
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	-	-	420.168	116.388
Compra de gás natural ⁽³⁾	-	-	88.558	104.167
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽⁴⁾	-	-	217.677	192.294
Encargos de conexão ⁽¹⁾	-	-	13.613	17.624
Encargo de Serviços do Sistema - ESS ⁽⁵⁾	-	-	6.887	34.290
Encargos do uso da rede elétrica ⁽¹⁾	-	-	19.543	29.221
Materiais, serviços e outros ⁽⁶⁾	57.894	44.252	820.060	917.682
Total	57.894	44.252	3.058.250	2.796.124
Circulante	51.013	38.121	2.892.486	2.622.158
Não Circulante	6.881	6.131	165.764	173.966

(1) **Compra de energia elétrica, encargos do uso da rede elétrica e encargos de conexão:** refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, custo de transmissão, uso da rede básica e do uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias;

(2) **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** - A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precifica as liquidações de energia no MCP e valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário;

(3) **Compra de Gás Natural:** refere-se à aquisição de gás natural dos supridores Petrobrás, GALP, 3R PETROLEUM - TAG. A redução é referente a migração de clientes para o mercado livre de gás, com a migração não houve a compra de molécula ocorrendo a diminuição do montante. Outro fator é variação do *brent* de petróleo e do dólar que afeta diretamente o valor da molécula;

(4) **Operador Nacional do Sistema Elétrica - ONS:** os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. No exercício de 2025, o acionamento das térmicas fora da ordem de mérito foi inferior ao de 2024, em decorrência do aumento do PLD no exercício;

(5) **Encargos do serviço do sistema - ESS:** os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. No exercício findo em 2025, o acionamento das térmicas fora da ordem de mérito foi inferior ao exercício de 2024, em decorrência do aumento do PLD no exercício;

(6) **Materiais, serviços e outros:** refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

20. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Controladora						Saldo em 2025
	Saldo em 2024	Captação ⁽¹⁾	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação mercado da dívida	
Moeda nacional							
Pós fixado							
CDI	407.633	-	(85.000)	(13.448)	66.452	-	375.637
Total em moeda nacional	407.633	-	(85.000)	(13.448)	66.452	-	375.637
Moeda estrangeira							
Dólar	127.437	250.000	(112.673)	(10.956)	(3.748)	-	250.060
Euro	63.394	-	(61.322)	(3.771)	1.699	-	-
Marcação a mercado	(422)	-	-	-	-	(988)	(1.410)
Total em moeda estrangeira	190.409	250.000	(173.995)	(14.727)	(2.049)	(988)	248.650
Total Geral	598.042	250.000	(258.995)	(28.175)	64.403	(988)	624.287
Circulante	598.042						424.348
Não Circulante	-						199.939

	Controladora						
	Saldos em 2023	Captação ⁽¹⁾	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação mercado da dívida	Saldos em 2024
Moeda nacional							
Pós fixado							
CDI	1.535.994	1.000.000	(1.855.857)	(418.394)	145.890	-	407.633
(-) Custos com captação	(1.451)	-	-	-	1.451	-	-
Total em moeda nacional	1.534.543	1.000.000	(1.855.857)	(418.394)	147.341	-	407.633
Moeda estrangeira							
Dólar	492.261	-	(447.036)	(19.351)	101.563	-	127.437
Euro	52.659	-	-	(3.407)	14.142	-	63.394
(-) Custos com captação	(124)	-	-	-	124	-	-
Marcação a mercado	(4.444)	-	-	-	-	4.022	(422)
Total em moeda estrangeira	540.352	-	(447.036)	(22.758)	115.829	4.022	190.409
Total Geral	2.074.895	1.000.000	(2.302.893)	(441.152)	263.170	4.022	598.042
Circulante	1.486.575						598.042
Não Circulante	588.320						-

(1) Dos valores de pagamentos de principal e juros está incluso o valor de R\$1.005.009 (R\$1.000.000 de principal e R\$5.009 de juros) foram liquidados com a entrega da participação acionária da EPB à EPNE, conforme nota explicativa nº 16.

	Consolidado								
	Saldos em 2024	Combinação de Negócios	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2025
Moeda nacional									
Pré Fixado	585.583	-	47.000	(38.373)	(31.310)	38.026	-	-	600.926
Pós Fixado									
INPC	122.591	-	-	(12.638)	(5.978)	11.194	-	-	115.169
IPCA	4.326.150	-	977.000	(271.643)	(273.722)	433.949	-	-	5.191.734
CDI	3.012.615	-	1.920.000	(1.369.346)	(444.569)	419.991	-	-	3.538.691
TR	1.015.212	2.381	-	(61)	(87.052)	121.047	-	-	1.051.527
(-) Custo com captação	(25.811)	-	-	-	-	5.407	(346)	-	(20.750)
Outros	14.770	-	1.299	(2.594)	(752)	1.315	-	-	14.038
Total moeda nacional	9.051.110	2.381	2.945.299	(1.694.655)	(843.383)	1.030.929	(346)	-	10.491.335
Moeda estrangeira									
Dólar	7.284.228	-	1.436.000	(2.032.903)	(396.562)	(423.440)	-	-	5.867.323
Euro	462.637	-	-	(440.326)	(14.775)	(7.536)	-	-	-
Marcação a mercado	(75.248)	-	-	-	-	-	-	85.220	9.972
Total moeda estrangeira	7.671.617	-	1.436.000	(2.473.229)	(411.337)	(430.976)	-	85.220	5.877.295
Total Geral	16.722.727	2.381	4.381.299	(4.167.884)	(1.254.720)	599.953	(346)	85.220	16.368.630
Circulante	5.001.313								4.077.548
Não Circulante	11.721.414								12.291.082

	Consolidado								
	Saldos em 2023	Captação	Combinação de negócios	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 2024
Moeda nacional									
Pré fixado	608.080	-	11.639	(37.610)	(34.104)	37.578	-	-	585.583
Pós fixado									
INPC	128.123	-	-	(11.430)	(6.249)	12.147	-	-	122.591
IPCA	3.459.149	964.000	12.424	(261.650)	(229.851)	382.078	-	-	4.326.150
CDI	6.015.702	2.445.009	-	(5.047.583)	(1.061.529)	661.016	-	-	3.012.615
TR	993.693	-	-	-	(78.710)	100.229	-	-	1.015.212
(-) Custos com captação	(27.229)	-	(267)	-	-	14.564	(12.879)	-	(25.811)
Outros	13.638	1.879	-	(1.447)	(744)	1.444	-	-	14.770
Total em moeda nacional	11.191.156	3.410.888	23.796	(5.359.720)	(1.411.187)	1.209.056	(12.879)	-	9.051.110
Moeda estrangeira									
Dólar	6.296.228	5.912.253	-	(6.522.328)	(378.403)	1.976.478	-	-	7.284.228
Euro	385.086	-	-	-	(16.780)	94.331	-	-	462.637
(-) Custos com captação	(124)	-	-	-	-	124	-	-	-
Marcação a mercado	2.176	-	-	-	-	-	-	(77.424)	(75.248)
Total em moeda estrangeira	6.683.366	5.912.253	-	(6.522.328)	(395.183)	2.070.933	-	(77.424)	7.671.617
Total Geral	17.874.522	9.323.141	23.796	(11.882.048)	(1.806.370)	3.279.989	(12.879)	(77.424)	16.722.727
Circulante	4.744.243								5.001.313
Não Circulante	13.130.279								11.721.414

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais são como segue:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Venci- mento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (% a.a) ⁽¹⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a) ⁽⁸⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenan- ts ⁽³⁾
	2025	2024								
ESA										
BANCO DA CHINA BRASIL -CCB - L0036-2020	-	85.441	CDI + 1.60%	-	dez/25	Final	15,92%	-	-	2
BTG - FIDC ⁽⁶⁾	375.637	322.192	CDI + 1.95%	-	jan/27	Final	16,27%	-	-	NA
(-) Custo com captação	-	-								
Total em Moeda Nacional	375.637	407.633								
JP MORGAN LOAN 28062023	-	127.437	USD + 5.74%	CDI + 1,85%	jun/25	Final	-5,41%	16,17%	-	2
BNP Loan 01072023	-	63.394	EURO + 5.13%	CDI + 1,85%	jun/25	Final	5,64%	16,17%	-	2
CITIBANK - LOAN TRADE N° 68118	250.060	-	SOFR + 0.53%	CDI + 0,50%	jun/26	Final	-6,30%	14,82%	-	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(1.410)	(422)								
Total em Moeda Estrangeira	248.650	190.409								
Total ESA	624.287	598.042								
ESE										
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Sergipe Saldado	4.031	3.995	IPC FIPE + 5.41%	-	jul/44	Mensal a partir de jan/21	9,24%	-	A	NA
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Sergipe CD	776	2.042	IPCA + 5.78%	-	jun/26	Mensal a partir de jun/21	10,04%	-	A	NA
BNDES - 20.2.0495-1 SUBCREDITO A	18.898	27.923	IPCA + 1.83% + 3.00%	-	out/27	Mensal a partir de abr/22	9,09%	-	A + R	2
BNDES - 20.2.0495-1 SUBCREDITO B	74.454	71.181	IPCA + 1.83% + 3.00%	CDI + 0,02%	dez/34	Mensal a partir de nov/27	9,09%	14,34%	A + R	2
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Sergipe Saldado	7.244	7.260	IPC FIPE + 5.16%	-	fev/41	Mensal a partir de abr/22	8,99%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Sergipe Saldado	2.546	2.554	IPC FIPE + 5.16%	-	dez/40	Mensal a partir de abr/22	8,99%	-	A	NA
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	11.866	35.061	IPCA + 5.78%	-	mai/2 6	Mensal a partir de jul/23	10,04%	-	A	NA
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	11.525	11.350	IPCA + 5.41%	-	jun/44	Mensal a partir de jul/23	9,67%	-	A	NA
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	5.084	6.574	IPCA + 4.96%	-	abr/28	Mensal a partir de jul/23	9,22%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Sergipe Saldado	-	961	IPC FIPE + 4.96%	-	set/25	Mensal a partir de mar/24	8,79%	-	A	NA
BNDES - 23.2.0331-1	151.841	76.760	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB	2
ENERGISAPREV - EQUAC DE DEFICIT - PLANO SERGIPE SOLDADO	217	-	IPC FIPE + 4.96%	-	mar/2 6	Mensal a partir de mar/26	8,79%	-	A	NA
(-) Custo com captação	(797)	(915)								
Total em Moeda Nacional	287.685	244.746								
CITIBANK - LOAN TRADE 66131	404.428	457.285	SOFR + 0.93%	CDI 1,25%	jul/26	Final	-5,90%	15,57%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(1.644)	(7.213)								
Total em Moeda Estrangeira	402.784	450.072								
Total ESE	690.469	694.818								
EPB										
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Funasa Saldado	1.659	1.923	INPC IBGE MENSAL (%) + 5.28%	-	dez/29	Mensal a partir de jan/21	9,18%	-	A	NA
BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO A	79.575	91.044	IPCA + 1.83% + 3.23%	-	fev/31	Mensal a partir de abr/22	9,32%	-	A + R	2
BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO B	63.017	60.246	IPCA + 1.83% + 3.23%	CDI + 0,25%	dez/34	Mensal a partir de fev/31	9,32%	14,57%	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	20.935	22.138	INPC IBGE MENSAL (%) + 5.28%	-	jun/33	Mensal a partir de jan/21	9,18%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Funasa BD I	63.469	66.626	INPC IBGE MENSAL (%) + 5.28%	-	nov/33	Mensal a partir de jan/21	9,18%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Funasa BD I	1.381	1.450	INPC IBGE MENSAL (%) + 5.28%	-	nov/33	Mensal a partir de jan/21	9,18%	-	A	NA
BNDES - 23.2.0334-1	220.244	110.770	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB	2
(-) Custo com captação	(911)	(1.011)								
Total em Moeda Nacional	449.369	353.186								
BAML - LOAN 24032023	-	58.678	USD + 5.03%	CDI + 1,55%	mar/2 5	Final	-6,11%	15,87%	A	2

Empresa / Operação	Total		Encargos Financieros Anuais (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Venci mento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (% a.a) ⁽¹⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a) ⁽²⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenant s ⁽³⁾
	2025	2024								
SCOTIABANK LOAN 4131 09032023	21.599	24.307	USD + 5.36%	CDI + 1,57%	mar/2 6	Final	-5,78%	15,89%	A	2
CITIBANK LOAN TRADE 66133	127.388	144.037	SOFR + 0.93%	CDI + 1,25%	jul/26	Final	-5,90%	15,57%	A	2
SANTANDER LOAN CCB 1067308	171.933	193.491	USD + 5.37%	CDI + 1,25%	jul/26	Final	-5,77%	15,57%	A	2
BAML - LOAN 4131 - 05092025	203.902	-	USD + 4.46%	CDI + 0,45%	set/26	Final	-6,68%	14,77%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(223)	(4.585)								
Total em Moeda Estrangeira	524.599	415.928								
Total EPB	973.968	769.114								
EMR										
BTG PACTUAL - BNDES 2/20	63.662	67.627	IPCA + 1.83% + 3.23%	-	dez/34	Mensal a partir de abr/22	9,32%	-	A + R	2
1ª Nota comercial	53.976	105.916	CDI + 1.55%	-	jul/26	Anual a partir de jul/25	15,87%	-	A	2
BNDES - 23.2.0337-1	119.362	60.279	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB	2
(-) Custo com captação	(557)	(785)								
Total em Moeda Nacional	236.443	233.037								
BAML - LOAN 20052022	-	37.849	USD + 3.98%	CDI + 1,75%	mai/2 5	Final	-7,16%	16,07%	A	2
BAML - LOAN 24012023	-	125.821	USD + 5.31%	CDI + 1,40%	jan/25	Final	-5,83%	15,72%	A	2
BAML - LOAN 18122024	114.397	128.741	USD + 5.34%	CDI + 1,58%	jan/26	Final	-5,80%	15,90%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 06122024	100.348	113.049	USD + 4.52%	CDI + 1,10%	dez/27	Final	-6,62%	15,42%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	547	(4.306)								
Total em Moeda Estrangeira	215.292	401.154								
Total EMR	451.735	634.191								
EMT										
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	354.116	353.690	TR + 7.00%	-	out/34	Mensal a partir de nov/29	8,97%	-	R	NA
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	296.237	328.116	CDI + 0.70%	-	abr/31	Mensal a partir de mai/21	15,02%	-	R	NA
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A	58.260	86.034	IPCA + 1.83% + 3.00%	-	out/27	Mensal a partir de abr/22	9,09%	-	A + R	2
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B	229.530	219.438	IPCA + 1.83% + 3.00%	CDI + 0,02 %	nov/34	Mensal a partir de nov/27	9,09%	14,34%	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	10.143	11.018	INPC IBGE MENSAL (%) + 5.46%	-	dez/31	Mensal a partir de jan/21	9,36%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco	1.355	1.371	INPC IBGE MENSAL (%) + 5.17%	-	fev/38	Mensal a partir de abr/22	9,07%	-	A	NA
BNDES - 23-2-0330-1	404.700	203.445	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB	2
2ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE UNICA	67.523	67.471	CDI + 1.20%	-	dez/27	Final	15,52%	-	A	2
SANTANDER - FRN - CCB Nº 1071684	302.453	301.940	CDI + 1.04%	-	dez/27	Final	15,36%	-	A	NA
(-) Custo com captação	(2.494)	(2.870)								
Total em Moeda Nacional	1.721.823	1.569.653								
Merryl Lynch Loan 09022022	-	160.472	EURO + 1.48%	CDI + 1,60%	fev/25	Final	1,99%	15,92%	A	2
Scotiabank Loan 09032023	248.387	279.530	USD + 5.36%	CDI + 1,57%	mar/2 6	Final	-5,78%	15,89%	A	2
Merryl Lynch Loan 24032023	-	35.207	USD + 5.03%	CDI + 1,55%	mar/2 5	Final	-6,11%	15,87%	A	2
Safra Loan 157522	-	15.858	USD + 6.42%	CDI + 1,60%	fev/25	Final	-4,72%	15,92%	A	2
Safra Loan 157523	-	295.312	USD + 6.42%	CDI + 1,60%	ago/2 5	Final	-4,72%	15,92%	A	2
BAML LOAN 17112023	-	152.667	USD + 5.95%	CDI + 1,53%	nov/25	Final	-5,19%	15,85%	A	2
CITIBANK NCE - TRADE 65874	324.450	365.181	SOFR + 1.50%	CDI + 1,25%	jun/28	Final	-5,33%	15,57%	A	2
Scotiabank Loan 4131 30072024	277.039	311.874	USD + 5.03%	CDI + 1,40%	ago/2 7	Final	-6,11%	15,72%	A	2
J P MORGAN Loan 20092024	-	171.206	USD + 5.27%	CDI + 0,60%	jan/25	Final	-5,87%	14,92%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	2.414	(13.247)								
Total em Moeda Estrangeira	852.290	1.774.060								
Total EMT	2.574.113	3.343.713								
EMS										
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	292.081	291.730	TR + 7.00%	-	out/34	Mensal a partir de nov/29	8,97%	-	R	NA
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	135.186	149.731	CDI + 0.70%	-	abr/31	Mensal a partir de mai/21	15,02%	-	R	NA
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A	47.561	70.275	IPCA + 1.83% + 3.00%	-	out/27	Mensal a partir de abr/22	9,09%	-	A + R	2
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B	187.381	179.142	IPCA + 1.83% + 3.00%	CDI + 0,02 %	dez/34	Mensal a partir de nov/27	9,09%	14,34%	A + R	2
1ª Nota comercial 1ª série	-	211.396	CDI + 1.40%	-	jul/25	Final	15,72%	-	A	2
1ª Nota comercial 2ª série	107.689	211.545	CDI + 1.55%	-	jul/26	Anual a partir de jul/25	15,87%	-	A	2

Empresa / Operação	Total		Encargos Financieros Anuais (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Venci mento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (% a.a) ⁽¹⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a) ⁽⁸⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenant s ⁽³⁾
	2025	2024								
BNDES - 23.2.0329-1	150.959	148.324	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB	2
3ª Nota comercial Série Única	53.455	53.414	CDI + 1.20%	-	dez/27	Final	15,52%	-	A	2
(-) Custo com captação	(1.896)	(2.900)								
Total em Moeda Nacional	972.416	1.312.657								
BAML - LOAN 4131 - 16032022	-	72.825	EURO + 1.60%	CDI + 1,60%	mar/2 5	Final	2,11%	15,92%	A	2
BAML - LOAN 4131 - 24032023	-	82.149	USD + 5.03%	CDI + 1,55%	mar/2 5	Final	-6,11%	15,87%	A	2
CITIBANK NCE - TRADE 65873	259.727	292.332	SOFR + 1.50%	CDI + 1,25%	jun/28	Final	-5,33%	15,57%	A	2
BAML - LOAN 4131 - 24042024	206.417	232.259	USD + 5.34%	CDI + 1,25%	jul/26	Final	-5,80%	15,57%	A	2
Scotiabank Loan 4131	161.851	182.202	USD + 5.03%	CDI 1,40%	ago/2 7	Final	-6,11%	15,72%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	1.731	(8.824)								
Total em Moeda Estrangeira	629.726	852.943								
Total EMS	1.602.142	2.165.600								
ETO										
BNDES - 20.2.0496-1	154.921	164.571	IPCA + 1.83% + 3.00%	-	dez/34	Mensal a partir de abr/22	9,09%	-	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	2.428	2.764	INPC IBGE MENSAL (%) + 4.96%	-	jun/30	Mensal a partir de jan/21	8,86%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco	1.723	1.745	INPC IBGE MENSAL (%) + 5.17%	-	fev/38	Mensal a partir de abr/22	9,07%	-	A	NA
1ª Emissão Nota Comercial	-	134.719	CDI + 1.55%	-	set/25	Final	15,87%	-	A	2
3ª EMISSÃO DE NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	-	157.083	CDI + 1.55%	-	ago/2 5	Final	15,87%	-	A	2
BNDES - 23-2-0332-1	235.972	118.932	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB	2
4ª NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	9.847	9.839	CDI + 1.20%	-	dez/27	Final	15,52%	-	A	2
(-) Custo com captação	(1.352)	(1.785)								
Total em Moeda Nacional	403.539	587.868								
BAML - LOAN 4131 - 19032024	112.394	126.530	USD + 5.43%	CDI + 1,35%	mar/2 6	Final	-5,71%	15,62%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 12082024	174.540	196.483	USD + 4.74%	CDI + 1,40%	ago/2 7	Final	-6,40%	15,72%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 09122024	118.372	133.355	USD + 4.42%	CDI + 1,10%	dez/27	Final	-6,72%	15,42%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	1.102	(8.542)								
Total em Moeda Estrangeira	406.408	447.826								
Total ETO	809.947	1.035.694								
ESS										
BNDES - 20.2.0497-1	119.265	126.693	IPCA + 2.10% + 3.00%	-	dez/34	Mensal a partir de abr/22	9,36%	-	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	9.480	10.867	INPC IBGE MENSAL (%) + 4.91%	-	abr/30	Mensal a partir de jan/21	8,81%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Elétricas BD I	2.109	2.170	INPC IBGE MENSAL (%) + 4.75%	-	fev/36	Mensal a partir de abr/22	8,65%	-	A	NA
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL	80.965	158.875	CDI + 1.55%	-	jul/26	Anual a partir de jul/25	15,87%	-	A	2
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Elétricas OP	487	519	INPC IBGE MENSAL (%) + 5.04%	-	dez/32	Mensal a partir de jan/23	8,94%	-	A	NA
BNDES - 23.2.0333-1	174.645	88.013	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB	2
3ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	9.847	9.839	CDI + 1.20%	-	dez/27	Final	15,52%	-	A	2
(-) Custo com captação	(1.151)	(1.562)								
Total em Moeda Nacional	395.647	395.414								
SANTANDER Loan - CCB	101.880	114.654	USD + 5.40%	CDI + 1,25%	jul/26	Final	-5,74%	15,57%	A	2
Scotiabank Loan - 4131	257.802	290.219	USD + 5.03%	CDI + 1,40%	ago/2 7	Final	-6,11%	15,72%	A	2
Scotiabank Loan - 4131 - 06122024	45.613	51.386	USD + 4.52%	CDI + 1,10%	dez/27	Final	-6,62%	15,42%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	2.484	(6.942)								
Total em Moeda Estrangeira	407.779	449.317								
Total ESS	803.426	844.731								
ERO										
CCEE - Eletrobrás	138.807	142.036	PRÉ + 5.00%	-	out/48	Mensal a partir de jan/24	5,00%	-	R	NA
BTG PACTUAL - BNDES 4/200	180.766	192.025	IPCA + 1.83% + 3.23%	-	dez/34	Mensal a partir de abr/22	9,32%	-	A + R	2
BNDES - 23-2-0335-1	76.802	38.614	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB	2
(-) Custo com captação	(317)	(351)								
Total em Moeda Nacional	396.058	372.324								

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Venci- mento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (% a.a) ⁽¹⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a) ⁽⁸⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenant s ⁽³⁾
	2025	2024								
CITIBNAK NCE - TRADE 65875	228.210	256.859	SOFR + 1.47%	CDI + 1,10%	jun/27	Final	-5,36%	15,42%	A	2
SANTANDER LOAN CCB 1067306	303.412	341.454	USD + 5.37%	CDI + 1,25%	jul/26	Final	-5,77%	15,57%	A	2
SCOTIABANK LOAN 4131 - 30072024	69.259	77.967	USD + 5.03%	CDI + 1,40%	ago/27	Final	-6,11%	15,72%	A	2
CITIBANK - LOAN TRADE N° 68709	220.832	-	SOFR + 0.58%	CDI + 0,45%	set/26	Final	-6,25%	14,77%	A	N/A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	202	(6.277)								
Total em Moeda Estrangeira	821.915	670.003								
Total ERO	1.217.973	1.042.327								
EAC										
CCEE - Eletrobrás	66.035	67.553	PRÉ + 5.00%	-	dez/48	Mensal a partir de jan/24	5,00%	-	R	NA
BTG PACTUAL - BNDES 1/20	90.323	95.945	IPCA + 1.83% + 3.23%	-	dez/34	Mensal a partir de abr/22	9,32%	-	A + R	2
China Construction Bank CCB n° 1303950	90.722	90.467	CDI + 1.50%	-	jun/26	Final	15,82%	-	A	2
BNDES - 23.2.0336-1	127.188	64.096	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB	2
(-) Custo com captação	(1.040)	(2.122)								
Total em Moeda Nacional	373.228	315.939								
Total EAC	373.228	315.939								
ETE										
1ª Nota Comercial	-	352.359	CDI + 1,45	-	jun/25	Final	15,77%	-	A	NA
(-) Custo com captação	-	(175)								
Total em Moeda Nacional	-	352.184								
CITIBANK - LOAN TRADE N° 67071 ⁽⁵⁾	-	142.386	SOFR + 0.79%	CDI + 0,40%	jun/25	Final	-6,04%	14,72%	A	2
BAML LOAN 4131 - 24122024 ⁽³⁾	86.464	97.221	USD + 5.26%	CDI + 0,69%	dez/26	Final	-5,88%	15,01%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	15	(1.145)								
Total em Moeda Estrangeira	86.479	238.462								
Total ETE	86.479	590.646								
EPA I										
BASA - CCB 048-19/0002-0 ⁽⁵⁾	174.981	187.337	IPCA + 1.89%	CDI - 3,88%	abr/40	Mensal a partir de mai/24	6,15%	-	A + R + S	ICSD
(-) Custo com captação	(864)	(924)								
Total em Moeda Nacional	174.117	186.413								
Total EPA I	174.117	186.413								
EPA II										
BASA - CCB 128-20/0050-8 ⁽⁵⁾	221.181	236.385	IPCA + 1.68%	CDI - 4,07%	jul/40	Mensal a partir de mai/24	5,94%	-	A + R + S	ICSD
(-) Custo com captação	(1.164)	(1.244)								
Total em Moeda Nacional	220.017	235.141								
Total EPA II	220.017	235.141								
ECOM										
XP Comercializadora LP01-2024	-	5.872	IPCA + 0.00%	-	jan/25	Mensal a partir de fev/24	4,26%	-	-	N/A
Total em Moeda Nacional	-	5.872								
BOCOM BBM LOAN N° 58172	43.271	48.688	USD + 5.06%	CDI + 1,42%	mai/26	Final	-6,08%	15,74%	SG	N/A
BOCOM BBM LOAN N° 58394	-	33.998	USD + 4.54%	CDI + 0,95%	set/25	Final	-6,60%	15,27%	SG	N/A
BOCOM BBM - LOAN N°58846	50.793	-	USD + 3.80%	CDI + 1,15%	set/28	Final	-7,34%	15,47%	A	N/A
BOCOM BBM - LOAN N° 59035	35.387	-	USD + 3.45%	CDI + 0,60%	dez/27	Final	-7,69%	14,92%	F	N/A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(505)	(770)								
Total em Moeda Estrangeira	128.946	81.916								
Total ECOM	128.946	87.788								
EGCS-RP1										
BNDES - 23.9.0040-1 SUBCREDITO A	55.413	55.411	IPCA + 1.50% + 5.31%	-	set/47	Mensal a partir de jan/24	11,07%	-	FB	N/A
(-) Custo com captação	(229)	(251)								
Total em Moeda Nacional	55.184	55.160								
Total EGCS-RP1	55.184	55.160								
EGCS-RP2										
BNDES - 23.9.0040-1 SUBCREDITO B	55.413	55.411	IPCA + 1.50% + 5.31%	-	set/47	Mensal a partir de jan/24	11,07%	-	FB	N/A
(-) Custo com captação	(229)	(251)								
Total em Moeda Nacional	55.184	55.160								
Total EGCS-RP2	55.184	55.160								
ETT										
BASA - CCB 128-21/0008-1 ⁽⁵⁾	309.753	325.904	IPCA + 2.46%	-	mai/41	Mensal a partir de out/24	6,72%	-	A + F+ R	ICSD

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Venci mento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (% a.a) ⁽¹⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a) ⁽²⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenant s ⁽³⁾
	2025	2024								
BNDES - 21.02.0247-1 ⁽⁵⁾	207.243	202.076	IPCA + 3.03% + 1.81%	-	mai/4 1	Mensal a partir de out/24	9,10%	-	R	ICSD
(-) Custo com captação	(1.400)	(1.530)								
Total em Moeda Nacional	515.596	526.450								
Total ETT	515.596	526.450								
ALSOL										
BNDES - 21.9.0069 -2	20.161	21.862	PRÉ + 4.55%	-	out/37	Mensal a partir de nov/22	4,55%	-	A + R	NA
SUBCREDITO A										
BNDES - 21.9.0069 -2	23.652	24.522	IPCA + 3.28% + 3.51%	-	out/37	Mensal a partir de nov/22	11,05%	-	A + R	NA
SUBCREDITO B										
BNDES - 22.2.0405-1 SUBREDITO A	597.756	571.453	IPCA + 5.23% + 1.50%	-	jan/39	Mensal a partir de jan /26	10,99%	-	FB	NA
BNDES - 22.2.0405-1 SUBREDITO B	68.647	68.643	PRÉ + 2.52%	-	jan/39	Mensal a partir de jan /26	2,52%	-	FB	NA
BNDES - 23.2.0405-1	325.370	82.509	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	jun/40	Mensal a partir de jan /26	11,24%	-	FB	NA
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	-	118.750	CDI + 1.80%	-	ago/2 5	Final	16,12%	-	A	2
2ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	-	104.338	CDI + 1.80%	-	ago/2 5	Final	16,12%	-	A	2
3ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	772.212	-	CDI + 0.57%	-	jun/27	Final	14,89%	-	A	2
(-) Custo com captação	(5.800)	(6.879)								
Total em Moeda Nacional	1.801.998	985.198								
BAML - LOAN 23072024	-	347.257	USD + 5.68%	CDI + 1,10%	jul/25	Final	-5,46%	15,42%	A	2
BOCOM BBM LOAN 58316	-	165.649	USD + 4.88%	CDI + 0,95%	jul/25	Final	-6,26%	15,27%	A	2
CITIBANK LOAN TRADE 66779	-	164.712	USD + 5.32%	CDI + 0,65%	jan/25	Final	-5,82%	14,97%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 16012025	186.528	-	USD + 4.56%	CDI + 0,95%	jan/28	Final	-6,58%	15,27%	A	4
CITIBANK LOAN TRADE 67520	172.769	-	SOFR + 0.52%	CDI + 0,555%	mar/2 6	Final	-6,31%	14,84%	A	3
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	2.304	(3.325)								
Total em Moeda Estrangeira	361.601	674.293								
Total ALSOL	2.163.599	1.659.491								
REDE ENERGIA										
Credores "RJ" - Bicbanco	10.463	9.386	1,0% (Pré)	-	nov/35	Final	1,00%	-	R	NA
Credores "RJ" - BNB	23.052	20.680	1,0% (Pré)	-	nov/35	Final	1,00%	-	R	NA
Total em Moeda Nacional	33.515	30.066								
Total Rede Energia S.A.	33.515	30.066								
DENERGE										
FI-FGTS (Reestruturado)	403.010	369.792	TR + 4,00%	-	nov/35	Final	5,97%	-	SG	NA
Total em Moeda Nacional	403.010	369.792								
Total Denerge	403.010	369.792								
LXTE										
LXTE X BASA - CCB 007-10/0061- 5 ⁽⁷⁾	94.754	110.998	PRÉ + 10.00%	-	out/31	Mensal a partir de mar/15	10,00%	-	R + S	ICSD
Total em Moeda Nacional	94.754	110.998								
BOCOM BBM - LOAN N° 58870	51.980	-	USD + 3.54%	CDI + 0,73%	set/27	Final	-7,60%	15,05%	A	N/A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(259)									
Total em Moeda Estrangeira	51.721	-								
Total LXTE	146.475	110.998								
LMTE										
LMTE X BASA - CCB 007- 10/0062-3 ⁽⁷⁾	117.993	133.056	PRÉ + 10.00%	-	out/33	Mensal a partir de abr/22	10,00%	-	R + S	ICSD
Total em Moeda Nacional	117.993	133.056								
BOCOM BBM - LOAN N° 58871	89.406	-	USD + 3.54%	CDI + 0,73	set/27	final	-7,60%	15,05%	A	N/A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(445)	-								
Total em Moeda Estrangeira	88.961	-								
Total LMTE	206.954	133.056								
EAM										
BASA - CCB 128-22/0001-9 ⁽⁵⁾	150.443	150.567	IPCA + 4.70%	-	jul/42	Mensal a partir de ago/26	8,96%	-	A + F+ R	ICSD
Total em Moeda Nacional	150.443	150.567								
Total AMAZONAS	150.443	150.567								
ESGAS										
BANESTES - CCB N° 22.036559-0	10.693	17.550	CDI + 3.91%	-	fev/27	Mensal a partir de 03/2024	18,23%	-	R	NA
BANESTES CCB N° 23.0269-0	16.222	21.634	CDI + 3.91%	-	set/27	Mensal a partir de 10/2024	18,23%	-	R	NA
Total em Moeda Nacional	26.915	39.184								
BNP LOAN 01072023	-	165.946	EURO + 5.13%	CDI + 1,85%	jun/25	Final	5,64%	16,17%	A	2
JP MORGAN LOAN 26062023	-	343.723	USD + 5.70%	CDI + 1,85%	jun/25	Final	-5,45%	16,17%	A	2

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Venci- mento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (% a.a) ⁽¹⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a) ⁽²⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenan- ts ⁽³⁾
	2025	2024								
SCOTIABANK LOAN 30072024	466.549	525.215	USD + 5.03%	CDI + 1,40%	ago/27	Final	-6,11%	15,72%	A	2
JP MORGAN LOAN 4131 - 17062025	154.168	-	USD + 4.53%	CDI + 0,50%	jun/26	Final	-6,61%	14,82%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	3.687	(9.650)								
Total em Moeda Estrangeira	624.404	1.025.234								
Total ESGAS	651.319	1.064.418								
ÂNGULO EMPREENDIMENTO										
BNDES - 22.9.0108-1 SUBCREDITO A	10.563	11.369	PRÉ + 2.52%	-	jan/39	Mensal a partir de set/26	2,52%	-	FB	NA
BNDES - 22.9.0108-1 SUBCREDITO B	11.952	12.299	IPCA + 5.23% + 1.50%	-	jan/39	Mensal a partir de set/26	10,99%	-	FB	NA
(-) Custo com captação	(221)	(256)								
Total em Moeda Nacional	22.294	23.412								
Total ÂNGULO 45	22.294	23.412								
AGRIC										
BNDES - CONTRATO 24.9.0146-1	50.451	-	PRÉ + 7.53%	-	fev/40	Mensal a partir de jan/26	7,53%	-	FB	NA
Total em Moeda Nacional	50.451	-								
CITIBANK LOAN TRADE 68465	25.768	-	SOFR + 0.53%	CDI + 0,55%	ago/26	Final	-6,30%	14,85%	A	NA
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(28)	-								
Total em Moeda Estrangeira	25.740	-								
Total AGRIC	76.191	-								
EPM										
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	1.156.027	-	CDI + 0.75%	-	jun/27	Final	15,07%	-	A	2
(-) Custo com captação	(328)	-								
Total em Moeda Nacional	1.155.699	-								
Total EPM	1.155.699	-								
LUREAN										
BRDE - CCB Nº67337	2.320	-	TR + 4,24%	-	abr/32	Mensal a partir de out/25	6,21%	-	AF	NA
Total em Moeda Nacional	2.320	-								
Total LUREAN	2.320	-								
Em Moeda Nacional	10.491.335	9.051.110								
Em Moeda Estrangeira	5.877.295	7.671.617								
Energisa Consolidada	16.368.630	16.722.727								

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 2025. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 34.

(2) A=Aval Energisa S/A, F=Fiança, FB = Fiança Bancária R=Recebíveis, S= Seguro.

(3) Condições restritivas financeiras (*Covenants*) – o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
-----------------------	------------------	---------------

Dívida Líquida / EBITDA Ajustado *Covenants* ^(*)

Menor ou igual a 4,25x até o vencimento

Trimestral e Anual

(*) EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 34). Em 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

(4) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como *Fair Value Option* (vide nota explicativa nº 34).

(5) As controladas EPA I, EPA II, ETT, EAM contrataram financiamento junto ao Banco da Amazônia e a ETT com o BNDES. Esses financiamentos possuem apuração de índice financeiro respeitando o seguinte limite de *covenants*:

✓ Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3%, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato.

(6) Vide nota explicativa nº 4.

(7) As controladas indiretas LMTE e LXTE, possuem as Garantias e Covenants, conforme segue:

Garantias:

CRSD equivalente a 3x o último serviço da dívida mensal. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas.

Covenants:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3x, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato. Em 2025 as exigências contratuais foram cumpridas.

(8) Os contratos possuem proteção de swap e são avaliados a valor justo, conforme demonstrados na nota explicativa nº 34.

Garantias: para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$70.011 (R\$66.618 em 2024), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo não circulante, consolidado.

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 34).

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2025	2024
US\$ x R\$	(11,14%)	27,90%
TJLP	8,67%	6,19%
CDI	14,32%	10,88%
IPCA	4,26%	4,83%
TR	1,97%	0,81%
IPC-FIPE	3,83%	4,68%
Euro x R\$	0,51%	20,27%
INPC	3,90%	4,77%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2027	199.939	5.460.975
2028	-	1.073.867
2029	-	560.696
2030	-	671.238
Após 2030	-	4.524.306
Total	199.939	12.291.082

21. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora							
	Saldos em 2024	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 2025
Moeda Nacional								
CDI	4.589.470	4.549.661	(2.760.856)	(862.696)	836.556	-	-	6.352.135
IPCA	6.011.707	-	-	(350.600)	617.752	-	-	6.278.859
(-) Custos com captação	(42.154)	-	-	-	15.645	(66.913)	-	(93.422)
Marcação a mercado	(470.783)	-	-	-	-	-	217.544	(253.239)
Total Geral	10.088.240	4.549.661	(2.760.856)	(1.213.296)	1.469.953	(66.913)	217.544	12.284.333
Circulante	410.513							1.217.136
Não Circulante	9.677.727							11.067.197

	Controladora							
	Saldos em 2023	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 2024
Moeda Nacional								
Pós fixado								
CDI	4.579.659	876.564	(192.132)	(1.226.084)	551.463	-	-	4.589.470
IPCA	3.848.591	2.170.000	(270.814)	(250.011)	513.941	-	-	6.011.707
(-) Custos com captação	(29.499)	-	-	-	9.304	(21.959)	-	(42.154)
Marcação a mercado	113.511	-	-	-	-	-	(584.294)	(470.783)
Total Geral	8.512.262	3.046.564	(462.946)	(1.476.095)	1.074.708	(21.959)	(584.294)	10.088.240
Circulante	674.217							410.513
Não Circulante	7.838.045							9.677.727

	Consolidado							
	Saldos em 2024	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 2025
Moeda Nacional								
Pré fixado	89.964	1.060.000	-	(72.469)	99.111	-	-	1.176.606
Pós fixado								
CDI	8.137.181	7.037.401	(3.208.390)	(1.533.095)	1.546.943	-	-	11.980.040
IPCA	10.870.385	4.860.000	(848.870)	(647.529)	1.221.500	-	-	15.455.486
TJLP	904.961	-	(157.316)	(9.030)	81.779	-	-	820.394
(-) Custos com captação	(306.722)	-	-	-	63.900	(296.622)	-	(539.444)
Marcação a mercado	(900.755)	-	-	-	-	-	535.422	(365.333)
Total Geral	18.795.014	12.957.401	(4.214.576)	(2.262.123)	3.013.233	(296.622)	535.422	28.527.749
Circulante	1.720.229							2.449.765
Não Circulante	17.074.785							26.077.984

	Consolidado								
	Saldos em 2023	Combinação de negócios	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 2024
Moeda Nacional									
Pré fixado	80.993	-	-	-	(3.340)	12.311	-	-	89.964
Pós fixado									
CDI	6.646.015	29.845	4.619.700	(2.115.659)	(1.823.260)	780.540	-	-	8.137.181
IPCA	7.401.364	-	3.740.000	(803.975)	(441.504)	974.500	-	-	10.870.385
TJLP	986.668	-	-	(145.740)	(9.814)	73.847	-	-	904.961
(-) Custos com captação	(181.194)	(83)	-	-	-	44.311	(169.756)	-	(306.722)
Marcação a mercado	328.126	-	-	-	-	-	-	(1.228.881)	(900.755)
Total Geral	15.261.972	29.762	8.359.700	(3.065.374)	(2.277.918)	1.885.509	(169.756)	(1.228.881)	18.795.014
Circulante	2.925.493								1.720.229
Não Circulante	12.336.479								17.074.785

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) ⁽³⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a.) ⁽³⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽⁴⁾
	2025	2024										
ESA												
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	32.847	31.469	15/10/2017	2.472 / 2.472	IPCA + 5,11%	-	out/27	Final	9,37%	-	R	1
Debêntures 11ª Emissão	734.175	703.649	15/04/2019	500.000 / 500.000	IPCA + 4,62%	-	abr/26	Final	8,88%	-	SG	1
Debêntures 13ª Emissão	-	11.076	25/08/2020	576.396 / 576.396	CDI + 2,30%	-	ago/25	Anual a partir de ago/23	16,62 %	-	SG	2
Debêntures 14ª Emissão 1ª Série	75.753	72.579	15/10/2020	55.000 / 55.000	IPCA + 4,23%	-	out/27	Final	8,49%	-	SG	2
Debêntures 14ª Emissão 2ª Série	585.656	561.107	15/10/2020	425.000 / 425.000	IPCA + 4,47%	CDI - 1,54%	out/30	Anual a partir de out/28	8,73%	12,78 %	SG	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	412.594	395.275	15/10/2021	330.000 / 330.000	IPCA + 6,09%	-	out/31	Anual a partir de out/29	10,35 %	-	SG	2
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	57.104	56.687	15/10/2021	700.000 / 700.000	CDI + 1,64%	-	out/26	Final	15,96 %	-	SG	2
Debêntures 15ª Emissão 3ª Série ⁽⁶⁾	85.435	307.784	15/10/2021	300.000 / 82.665	CDI + 1,80%	-	out/28	Final	16,12 %	-	SG	2

Operações	Total		Emissã o	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimen to (% a.a.)	Encargo s Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimen to	Amortizaçã o do principal	Taxa efetiv a de juros (% a.a.) ⁽³⁾	(Taxa efetiv a de SWAP) (% a.a.) ⁽³⁾	Garantia s ⁽¹⁾	Covenan ts ⁽⁴⁾
	2025	2024										
Debêntures 16ª Emissão 1ª Série	363.332	348.081	15/04/ 2022	309.383 / 309.383	IPCA + 6.16%	-	abr/29	Anual a partir de abr/27	10,42 %	-	SG	2
Debêntures 16ª Emissão 2ª Série	223.910	214.509	15/04/ 2022	190.617 / 190.617	IPCA + 6.28%	-	abr/32	Anual a partir de abr/30	10,54 %	-	SG	2
Debêntures 16ª Emissão 3ª Série ⁽⁶⁾	68.373	256.331	15/04/ 2022	250.000 / 66.197	CDI + 1.50%	-	abr/27	Final	15,82 %	-	SG	2
Debêntures 17ª Emissão 1ª Série ⁽⁶⁾	18.974	562.890	20/10/ 2022	550.000 / 18404	CDI + 1.50%	-	out/27	Final	15,82 %	-	SG	2
Debêntures 17ª Emissão 2ª Série ⁽⁶⁾	103.128	204.745	20/10/ 2022	200.000 / 100.000	CDI + 1.65%	-	out/29	Final	15,97 %	-	SG	2
Debêntures 18ª Emissão 1ª Série ⁽⁶⁾	95.287	1.364.298	20/06/ 2023	1.130.000 / 67.954	CDI + 1.60%	-	jun/26	Final	15,92 %	-	SG	2
Debêntures 18ª Emissão 2ª Série ⁽⁶⁾	134.284	401.292	20/06/ 2023	400.000 / 133.774	CDI + 2.10%	-	jun/28	Final	16,42 %	-	SG	2
Debêntures 19ª Emissão 1ª Série	206.726	198.001	15/09/ 2023	184.299 / 184.299	IPCA + 6.17%	CDI + 0,65% CDI + 0,90 / CDI 0,88 / CDI + 0,891	set/30	Final	10,43 %	14,97 %	SG	2
Debêntures 19ª Emissão 2ª Série	1.294.005	1.239.364	15/09/ 2023	1.152.701 / 1.152.701	IPCA + 6.45%	-	set/33	Final	10,71 %	15,22 %	SG	2
Debêntures 19ª Emissão 3ª Série ⁽⁶⁾	115.916	517.557	15/09/ 2023	500.000 / 110.747	CDI + 1.45%	-	set/28	Final	15,77 %	-	SG	2
Debêntures 20ª Emissão 1ª Série	702.210	672.733	15/04/ 2024	646.556 / 646.556	IPCA + 6.16%	CDI + 0,15%	abr/31	Final	10,42 %	14,47 %	SG	2
Debêntures 20ª Emissão 2ª Série	862.163	825.963	15/04/ 2024	793.444 / 793.444	IPCA + 6.40%	CDI + 0,44	abr/39	Final	10,66 %	14,76 %	SG	2
Debêntures 21ª Emissão 2ª Série	919.470	906.810	04/09/ 2024	876.564 / 876-564	CDI + 0.80%	-	set/29	Final	15,12 %	-	SG	2
Debêntures 22ª Emissão 2ª Série	785.488	748.977	15/09/ 2024	730.000 / 730.000	IPCA + 6.44%	CDI + 0,04%	set/34	Final	10,70 %	14,36 %	SG	2
Debêntures 23ª Emissão 1ª Série	610.663	-	25/02/ 2025	579.459 / 579.459	CDI + 0.80%	-	fev/30	Final	15,12 %	-	SG	2
Debêntures 23ª Emissão 2ª Série	337.982	-	25/02/ 2025	320.541 / 320.541	CDI + 0.95%	-	fev/32	Final	15,27 %	-	SG	2
Debêntures 23ª Emissão 2ª Série	3.805.519	-	15/09/ 2025	3.649.661 / 3.649.661	CDI + 0.75%	-	set/32	Final	15,07 %	-	SG	2
(-) Custos de captação	(93.422)	(42.154)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcação à Mercado de Dívida	(253.239)	(470.783)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total ESA INDIVIDUAL	12.284.333	10.088.240										
(Debêntures 18ª Emissão 1ª Série) ⁽²⁾	-	(796.656)										
Total ESA	12.284.333	9.291.584										
ESE												
Debêntures 6ª Emissão	-	30.594	15/09/ 2018	65.000 / 65.000	IPCA + 5.08%	-	set/25	Anual a partir de set/23	9,34%	-	A	1
Debêntures 11ª Emissão	83.846	80.327	15/01/ 2022	68.000 / 68.000	IPCA + 5.74%	CDI + 0,509%	jul/27	Final	10,00 %	14,83 %	A	2
Debêntures 14ª Emissão 1ª Série	359.941	-	15/09/ 2025	350.000 / 350.000	IPCA + 7.15%	CDI - 0,15%	set/35	Final	11,41 %	14,17 %	A	2
Debêntures 14ª Emissão 2ª Série	246.679	-	15/09/ 2025	240.000 / 240.000	IPCA + 6.95%	CDI - 0,15%	set/40	Anual a partir de set/38	11,21 %	14,17 %	A	2
(-) Custos de captação	(22.739)	(950)										
Total ESE	667.727	109.971										
EPB												
Debêntures 5ª Emissão	-	63.542	15/09/ 2018	135.000 / 135.000	IPCA + 5.08%	-	set/25	Anual a partir de set/23	9,34%	-	A	1
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	48.394	48.326	10/06/ 2019	48.000 / 48.000	CDI + 0.83%	-	jun/26	Final	15,15 %	-	A	1
Debêntures 8ª Emissão	-	13.278	25/08/ 2020	146.933 / 146.933	CDI + 2.30%	-	ago/25	Anual a partir de set/23	16,62 %	-	A	2
Debêntures 11ª Emissão	77.776	74.512	15/01/ 2022	63.000 / 63.000	IPCA + 6.01%	CDI + 0,755%	jan/30	Semestral a partir de jan/29	10,27 %	15,08 %	A	2
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	136.571	130.838	15/04/ 2024	125.747 / 125.747	IPCA + 6.16%	CDI + 0,15%	abr/31	Final	10,42 %	14,47 %	A	2
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	189.345	181.395	15/04/ 2024	174.253 / 174.253	IPCA + 6.40%	CDI + 0,44%	abr/39	Semestral a partir de abr/37	10,66 %	14,76 %	A	2
Debêntures 14ª Emissão	38.564	38.033	04/09/ 2024	36.764 / 36.764	CDI + 0.80%	-	set/29	Final	15,12 %	-	A	2
Debêntures 16ª Emissão 1ª Série	103.982	-	25/03/ 2025	100.000 / 100.000	CDI + 0.80%	-	mar/30	Final	15,12 %	-	A	2
Debêntures 16ª Emissão 2ª Série	104.023	-	25/03/ 2025	100.000 / 100.000	CDI + 0.95%	-	mar/32	Final	15,27 %	-	A	2
Debêntures 17ª Emissão 1ª Série	300.966	-	15/10/ 2025	297.000 / 297.000	IPCA + 7.23%	CDI - 0,25%	out/35	Final	11,49 %	14,07 %	A	2
Debêntures 17ª Emissão 2ª Série	200.612	-	15/10/ 2025	198.000 / 198.000	IPCA + 7.11%	CDI - 0,19%	out/40	Semestral a partir de out/38	11,37 %	14,13 %	A	2
(-) Custos de captação	(31.177)	(1.694)										
Total EPB	1.169.056	548.230										
REDE ENERGIA												

Operações	Total		Emissã o	N° de Títulos Emitidos / circulação	Rendimen to (% a.a)	Encargo s Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimen to	Amortizaçã o do principal	Taxa efetiv a de juros (% a.a.) ⁽³⁾	(Taxa efetiv a de SWAP) (% a.a.) ⁽³⁾	Garantia s ⁽¹⁾	Covenan ts ⁽⁴⁾
	2025	2024										
Debêntures 4ª Emissão	100.279	89.964	22/12/ 09	370.000 / 300.000	1,00%	-	nov / 35	Final	0,75%	0,25%	-	-
Total REDE ENERGIA	100.279	89.964										
EMS												
Debêntures 11ª Emissão	-	72.956	15/09/ 2018	155.000 / 155.000	IPCA + 5,08%	-	set/25	Anual a partir de set/23	9,34%	-	A	1
Debêntures 14ª Emissão	-	6.807	25/08/ 2020	139.471 / 139.471	CDI + 2,30%	-	ago/25	Anual a partir de ago/23	16,62 %	-	A	2
Debêntures 16ª Emissão	400.091	383.297	15/10/ 2021	320.000 / 320.000	IPCA + 6,09%	CDI + 0,835%	out/31	Anual a partir de out/29	10,35 %	15,17 %	A	2
Debêntures 17ª Emissão	158.622	156.541	22/08/ 2022	150.000 / 150.000	CDI + 1,60%	-	ago/27	Anual a partir de out/26	15,92 %	-	A	2
Debêntures 19ª Emissão	348.564	-	04/07/ 2023	250.000 / 250.000	CDI + 1,60%	-	jul/26	Final	15,92 %	-	A	2
Debêntures 21ª Emissão	444.631	425.967	07/02/ 2024	400.000 / 400.000	IPCA + 6,11%	CDI + 0,72%	fev/31	Final	10,37 %	15,04 %	A	2
Debêntures 23ª Emissão	262.714	259.097	04/09/ 2024	250.455 / 250.455	CDI + 0,80%	-	set/29	Final	15,12 %	-	A	2
Debêntures 24ª Emissão	290.523	277.019	15/09/ 2024	270.000 / 270.000	IPCA + 6,44%	CDI + 0,04%	set/34	Final	10,70 %	14,36 %	A	2
Debêntures 25ª Emissão	191.222	190.556	15/12/ 2024	190.000 / 190.000	CDI + 0,80%	-	dez/29	Final	15,12 %	-	A	2
Debêntures 26ª Emissão	416.315	-	15/05/ 2025	410.000 / 410.000	PRÉ + 13,70%	CDI - 0,16%	mai/32	Final	13,70 %	14,16 %	A	2
Debêntures 27ª Emissão 1ª Série	555.177	-	15/09/ 2025	540.000 / 540.000	IPCA + 7,05%	CDI - 0,31%	set/35	Final	11,31 %	14,01 %	A	2
Debêntures 27ª Emissão 2ª Série	370.018	-	15/09/ 2025	360.000 / 360.000	IPCA + 6,95%	CDI - 0,16%	set/40	Anual a partir de set/40	11,21 %	14,16 %	A	2
(-) Custos de captação	(69.960)	(7.673)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total EMS	3.367.917	1.764.567										
EMT												
Debêntures 9ª Emissão	-	181.212	15/09/ 2018	385.000 / 385.000	IPCA + 5,08%	-	set/25	Anual a partir de set/23	9,34%	-	A	1
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.771	32.724	10/06/ 2019	32.500 / 32.500	CDI + 1,05%	-	jun/29	Anual a partir de jun/27	15,37 %	-	A	1
Debêntures 12ª Emissão	-	12.623	25/08/ 2020	381.354 / 381.354	CDI + 2,30%	-	ago/25	Anual a partir de ago/23	16,62 %	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	82.778	79.309	15/10/ 2020	60.100 / 60.100	IPCA + 4,23%	-	out/27	Final	8,49%	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	96.323	92.286	15/10/ 2020	69.900 / 69.900	IPCA + 4,47%	CDI - 1,54%	out/30	Anual a partir de out/28	8,73%	12,78 %	A	2
Debêntures 14ª Emissão	437.600	419.231	15/10/ 2021	350.000 / 350.000	IPCA + 6,09%	CDI + 0,705%	out/31	Anual a partir de out/29	10,35 %	15,12 %	A	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	193.111	185.005	15/04/ 2022	164.437 / 164.437	IPCA + 6,16%	CDI + 0,717%	abr/29	Anual a partir de abr/27	10,42 %	15,04 %	A	2
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	112.254	107.541	15/04/ 2022	95.563 / 95.563	IPCA + 6,28%	CDI + 0,880%	abr/32	Anual a partir de abr/30	10,54 %	15,20 %	A	2
Debêntures 17ª Emissão	444.631	425.967	07/02/ 2024	400.000 / 400.000	IPCA + 6,11%	CDI + 0,7275%	fev/31	Anual a partir de fev/30	10,37 %	15,05 %	A	2
Debêntures 18ª Emissão	474.380	470.927	15/04/ 2024	460.000 / 460.000	CDI + 0,75%	-	abr/29	Anual a partir de abr/30	15,07 %	-	A	2
Debêntures 20ª Emissão	122.102	120.421	04/09/ 2024	116.404 / 116.404	CDI + 0,80%	-	set/29	Final	15,12 %	-	A	2
Debêntures 22ª Emissão 1ª Série	722.618	720.801	15/12/ 2024	718.000 / 718.000	CDI + 0,80%	-	dez/29	Final	15,12 %	-	A	2
Debêntures 22ª Emissão 2ª Série	263.702	263.034	15/12/ 2024	262.000 / 262.000	CDI + 0,95%	-	dez/31	Final	15,27 %	-	A	2
Debêntures 22ª Emissão 3ª Série	209.633	200.729	15/12/ 2024	200.000 / 200.000	IPCA + 7,03%	CDI - 0,67%	dez/34	Final	11,29 %	13,65 %	A	2
Debêntures 23ª Emissão Série Única	831.745	-	25/03/ 2025	800.000 / 800.000	CDI + 0,75%	-	mar/30	Final	15,07 %	-	A	2
Debêntures 24ª Emissão Série Única	365.545	-	15/05/ 2025	360.000 / 360.000	PRÉ + 13,70%	CDI - 0,16%	mai/32	Final	13,70 %	14,16 %	A	2
Debêntures 25ª Emissão 1ª Série	565.540	-	15/09/ 2025	550.000 / 550.000	IPCA + 7,10%	CDI - 0,22%	set/35	Final	11,36 %	14,10 %	A	2
Debêntures 25ª Emissão 2ª Série	462.523	-	15/09/ 2025	450.000 / 450.000	IPCA + 6,95%	CDI - 0,16%	set/40	Anual a partir de set/38	11,21 %	14,16 %	A	2
Debêntures 26ª Emissão 1ª Série	200.644	-	15/10/ 2025	198.000 / 198.000	IPCA + 7,23%	CDI - 0,25%	out/35	Final	11,49 %	14,07 %	A	2
Debêntures 26ª Emissão 2ª Série	133.741	-	15/10/ 2025	132.000 / 132.000	IPCA + 7,11%	CDI - 0,19%	out/40	Anual a partir de out/38	11,37 %	14,13 %	A	2
(-) Custos de captação	(94.778)	(8.698)										
Total EMT	5.656.863	3.303.112										

Operações	Total		Emissã o	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimen to (% a.a.)	Encargo s Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimen to	Amortizaçã o do principal	Taxa efetiv a de juros (% a.a.) (3)	(Taxa efetiv a de SWAP) (% a.a.) (3)	Garantia s (1)	Covenan ts (4)
	2025	2024										
EMR												
Debêntures 10ª Emissão	-	23.534	15/09/ 2018	50.000 / 50.000	IPCA + 5.08%	-	set/25	Anual a partir de set/23	9,34%	-	A	1
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	36.296	36.244	10/06/ 2019	36.000 / 36.000	CDI + 0.83%	-	jun/26	Final	15,15 %	-	A	1
Debêntures 14ª Emissão	63.449	62.617	22/08/ 2022	60.000 / 60.000	CDI + 1.60%	-	ago/27	Anual a partir de ago/26	15,92 %	-	A	2
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	-	27.464	15/02/ 2020	26.300 / 26.300	CDI + 1.15%	-	fev/25	Final	15,47 %	-	A	1
Debêntures 18ª Emissão Única	191.222	190.556	15/12/ 2024	190.000 / 190.000	CDI + 0.80%	-	dez/29	Final	15,12 %	-	A	2
Debêntures 19ª Emissão 1ª Série	161.123	-	15/10/ 2025	159.000 / 159.000	IPCA + 7.23%	CDI - 0,25%	out/35	Final	11,49 %	14,07 %	A	NA
Debêntures 19ª Emissão 2ª Série	107.398	-	15/10/ 2025	106.000 / 106.000	IPCA + 7.11%	CDI - 0,19%	out/40	Anual a partir de out/38	11,37 %	14,13 %	A	2
(-) Custos de captação	(10.812)	(248)										
Total EMR	548.676	340.167										
ETO												
Debêntures 4ª Emissão	-	112.963	15/09/ 2018	240.000 / 240.000	IPCA + 5.08%	-	set/25	Anual a partir de out/23	9,34%	-	A	1
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	163.766	163.534	10/06/ 2019	162.404 / 162.404	CDI + 1.15%	-	jun/26	Final	15,47 %	-	A	1
Debêntures 9ª Emissão	-	209.043	15/02/ 2023	200.000 / 200.000	CDI + 1.40%	-	fev/25	Final	15,72 %	-	A	2
Debêntures 12ª Emissão Série Única	337.471	-	25/02/ 2025	320.000 / 320.000	CDI + 1.00%	-	fev/30	Anual a partir de abr/38	15,32 %	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão Série Única	408.707	-	15/05/ 2025	400.000 / 400.000	IPCA + 7.30%	CDI + 0,078%	mai/35	Anual a partir de abr/39	11,56 %	14,40 %	A	2
(-) Custos de captação	(12.878)	(603)										
Total ETO	897.066	484.937										
ESS												
Debêntures 4ª Emissão	-	32.948	15/09/ 2018	70.000 / 70.000	IPCA + 5.08%	-	set/25	Anual a partir de set/23	9,34%	-	A	1
Debêntures 5ª Emissão	-	62.654	15/02/ 2020	60.000 / 60.000	CDI + 1.15%	-	fev/25	Final	15,47 %	-	A	1
Debêntures 7ª Emissão	100.037	95.838	15/01/ 2022	81.000 / 81.000	IPCA + 6.10%	CDI + 0,814%	jan/32	Anual a partir de jan/30	10,36 %	15,13 %	A	2
Debêntures 8ª Emissão	126.897	125.233	22/08/ 2022	120.000 / 120.000	CDI + 1.60%	-	ago/27	Anual a partir de ago/26	15,92 %	-	A	2
Debêntures 12ª Emissão	173.076	170.693	04/09/ 2024	165.000 / 165.000	CDI + 0.80%	-	set/29	Anual a partir de ago/27	15,12 %	-	A	2
Debêntures 14ª Emissão	204.354	-	15/05/ 2025	200.000 / 200.000	IPCA + 7.30%	CDI + 0,055%	mai/35	Final	11,56 %	14,38 %	A	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	145.923	-	15/10/ 2025	144.000 / 144.000	IPCA + 7.23%	CDI - 0,25%	out/35	Final	11,49 %	14,07 %	A	NA
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	97.266	-	15/10/ 2025	96.000 / 96.000	IPCA + 7.11%	CDI - 0,19%	out/40	Anual a partir de out/38	11,37 %	14,13 %	A	2
(-) Custos de captação	(17.641)	(129)										
Total ESS	829.912	487.237										
ETE												
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	-	105.062	15/12/ 2018	75.500 / 75.500	IPCA + 4.92%	-	dez/25	Final	9,18%	-	F	1
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	74.753	71.618	15/12/ 2018	51.462 / 51.462	IPCA + 5.14%	105,15% CDI	dez/28	Anual a partir de dez/26	9,40%	15,06 %	F	1
Debêntures 1ª Emissão 3ª Série	-	171.217	15/12/ 2018	123.038 / 123.038	IPCA + 4.98%	-	dez/25	Final	9,24%	-	F	1
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	79.059	75.746	15/10/ 20	57.400 / 57.400	IPCA + 4.23%	-	out/27	Final	8,49%	-	A	2
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	113.824	109.053	15/10/ 2020	82.600 / 82.600	IPCA + 4.47%	CDI - 1,54%	out/30	Anual a partir de out/28	8,73%	12,78 %	A	2
(-) Custos de captação	(1.774)	(2.697)										
Total ETE	265.862	529.999										
ERO												
Debêntures 9ª Emissão	288.813	286.710	15/04/ 2024	280.000 / 280.000	CDI + 0.85%	-	abr/29	Anual a partir de out/29	15,17 %	-	A	2
Debêntures 12ª Emissão 1ª Série	350.764	349.359	15/12/ 2024	348.500 / 348.500	CDI + 0.95%	-	dez/29	Final	15,27 %	-	A	2
Debêntures 12ª Emissão 2ª Série	51.838	51.629	15/12/ 2024	51.500 / 51.500	CDI + 1.10%	-	dez/31	Anual a partir de dez/30	15,42 %	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão	294.467	-	15/05/ 2025	290.000 / 290.000	PRÉ + 13.70%	CDI - 0,16%	mai/32	Anual a partir de dez/31	13,70 %	14,16 %	A	2

Operações	Total		Emissã o	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimen to (% a.a.)	Encargo s Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimen to	Amortizaçã o do principal	Taxa efetiv a de juros (% a.a.) ⁽³⁾	(Taxa efetiv a de SWAP) (% a.a.) ⁽³⁾	Garantia s ⁽¹⁾	Covenan ts ⁽⁴⁾
	2025	2024										
Debêntures 14ª Emissão 1ª Série	267.545	-	15/10/ 2025	264.000 / 264.000	IPCA + 7.29%	CDI - 0,20	out/35	Final	11,55 %	14,12 %	A	2
Debêntures 14ª Emissão 2ª Série	178.335	-	15/10/ 2025	176.000 / 176.000	IPCA + 7.17%	CDI - 0,16%	out/40	Anual a partir de out/38	11,43 %	14,16 %	A	2
(-) Custos de captação	(26.427)	(811)										
Total ERO	1.405.335	686.887										
EAC												
Debêntures 6ª Emissão	140.910	140.553	15/12/ 2024	140.000 / 140.000	CDI + 0.95%	-	dez/29	Final	3,22%	-	A	2
(-) Custos de captação	(547)	(464)										
Total EAC	140.363	140.089										
ALSOL												
Debêntures 2ª Emissão	-	134.910	15/03/ 2021	130.000 / 130.000	CDI + 2.35%	-	mar/25	Final	16,67 %	-	A	NA
(-) Custos de captação	-	(49)										
Total ALSOL	-	134.861										
LTTE												
Debêntures 5ª Emissão	483.072	489.540	15/10/ 2020	410.000 / 410.000	IPCA + 5.09%	-	out/38	Anual a partir de out/22	9,35%	-	A	2
(-) Custos de captação	(22.394)	(24.139)										
Total LTTE	460.678	465.401										
LXTE												
Debêntures 1ª Emissão ⁽⁷⁾	422.701	466.274	27/01/ 12	602.447.75 3 / 602.447.75 3	TJLP + 1.00%	-	out/30	Semestral a partir de out/22	9,67%	-	R + S + B	ICSD
Debêntures 2ª Emissão	160.277	159.432	15/03/ 2021	120.000 / 120.000	IPCA + 5.83%	-	out/36	Anual a partir de abr/23	10,09 %	-	A	2
(-) Custos de captação	(8.722)	(10.122)										
Sub Total LXTE	574.256	615.584										
(Debêntures 2ª Emissão)	-	-										
Total LXTE	574.256	615.584										
LMTE												
Debêntures 1ª Emissão ⁽⁷⁾	397.693	438.687	27/01/ 12	569.568.02 5 / 569.568.02 5	TJLP + 6.00%	-	out/30	Semestral a partir de out/22	9,67%	-	SG	ICSD
(-) Custos de captação	(4.751)	(5.733)										
Total LMTE	392.942	432.954										
TOTAL	29.432.526	20.002.491										
(-) Custos de captação (déb. Espelho)	(121.422)	(200.558)										
(-) Custos de captação (déb. Não espelho)	(418.022)	(106.164)										
Total dos (-) Custos de captação	(539.444)	(306.722)										
Marcação à Mercado de Dívida	(365.333)	(900.755)										
Total em moeda nacional	28.527.749	18.795.014										
CONSOLIDADO	28.527.749	18.795.014										

(1) R = Recebíveis, A = Aval Energisa S/A. F = Fiança e SG = Sem Garantia, S = Seguro;
B= CRSD equivalente aos últimos 6 meses de serviço da dívida. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas.

(2) Eliminado para fins do consolidação;

(3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 2025;

(4) Condições de covenants:

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado <i>Covenants</i> ^(*)	(1) Menor ou igual a 4,0x de março de 2021 para emissões até março de 2021 (2) Menor ou igual a 4,25x até o vencimento para as demais emissões	Trimestral e Anual

(*) EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

Para as debêntures da LTTE e LXTE, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis: Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,20, apurado anualmente, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas. Na última data de mensuração, em 31 de dezembro de 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (5) Os contratos possuem proteção de swap e são avaliados a valor justo, conforme demonstrados na nota explicativa nº 34.
- (6) Em 2025, foram baixadas 2.750.259 debêntures, liquidando financeiramente o valor total de R\$3.202.398, correspondente ao principal e aos juros.
- (7) As debêntures da 1ª emissão das controladas indiretas LXTE e LMTE possuem cláusulas de conversibilidade das ações e garante a estas controladas o direito de comprarem estas mesmas ações, a qualquer tempo, pelo preço de conversão das ações, conforme condições descritas na escritura pública de emissão das debêntures. As controladas mensuraram o valor justo do instrumento de opção de compra, conforme definido na escritura das debêntures, e na melhor estimativa efetuada pela Administração das controladas, em 2025, não há montante a reconhecer deste instrumento.

Vencimentos

Em 2025, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2027	284.354	940.545
2028	615.970	925.975
2029	1.503.279	4.983.425
2030	1.064.038	3.430.359
Após 2030	7.599.556	15.797.680
Total	11.067.197	26.077.984

22. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ⁽¹⁾	302	305	450.964	502.616
Encargos Sociais	15.271	12.656	100.792	107.273
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	113.100	54.341
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	61.125	21.919
Contribuições ao PIS e à COFINS	6.752	2.786	903.448	910.904
Imposto Sobre Serviços - ISS	2.005	1.957	27.965	34.121
Imposto Sobre Operações Financeiras - IOF	215	164	869	751
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	5.886	4.920	34.268	34.754
Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta - CPRB	-	-	1.403	1.481
Outros	1.619	1.331	41.364	41.160
Total	32.050	24.119	1.735.298	1.709.320
Circulante	25.120	18.846	778.849	854.600
Não Circulante	6.930	5.273	956.449	854.720

- (1) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - a controlada indireta ESS, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda" no montante de R\$89.681 (R\$78.009 em 2024), com depósito judicial.

23. Encargos setoriais - consolidado

	2025	2024
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	41.492	14.212
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico-FNDCT ⁽¹⁾	8.997	8.145
Ministério de Minas e Energia - MME ⁽¹⁾	4.498	4.073
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica-PROCEL ⁽¹⁾	34.550	8.640
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D ⁽¹⁾	172.710	163.945
Programa de Eficiência Energética-PEE ⁽¹⁾	259.845	262.654
Total	522.092	461.669
Circulante	394.691	307.700
Não circulante	127.401	153.969

- (1) Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic, para as empresas distribuidora de energia elétrica.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, que vem determinar os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho nº 904/2021, mensalmente as distribuidoras e transmissoras de energia elétrica, devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE. Tal alteração legislativa justifica os movimentos do não circulante para o circulante. Para as empresas transmissoras de energia elétrica somente são atribuídos os valores de P&D.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados no ativo circulante na rubrica de Outros créditos - ordem de serviços em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações vinculadas as concessões.

24. Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, ambiental e regulatório

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria trabalhista, cível, fiscal, ambiental e regulatório.

24.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

Controladora	Trabalhista	
	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023 – não circulante	547	426
Provisões e reversões líquidas	2	216
Pagamentos realizados	(9)	(153)
Atualização monetária	27	58
Saldos em 2025 e 2024 – não circulante	567	547

Consolidado	Trabalhista	Cível	Regulatória	Fiscal	Ambiental	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023 – não circulante	76.091	415.985	11.459	1.045.130	30.338	1.579.003	1.836.463
Provisões e reversões líquidas	40.221	82.748	(265)	5.068	(1.572)	126.200	109.100
Pagamentos	(44.413)	(122.137)	(555)	(2.175)	(104)	(169.384)	(429.380)
Atualização	3.168	(3.240)	781	88.442	1.061	90.212	62.820
Saldos em 2025 e 2024 – não circulante	75.067	373.356	11.420	1.136.465	29.723	1.626.031	1.579.003

A Companhia e suas controladas possuem depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante no montante de R\$8.680 (R\$5.374 em 2024) na Controlada e R\$1.887.119 (R\$1.630.185 em 2024) no Consolidado, e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

• Trabalhista

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) verbas contratuais/legais; (ii) indenizações envolvendo acidentes de trabalho; (iii) horas extras/reflexos; (iv) sobreaviso e reflexos; (v) equiparação salarial e reflexos; (vi) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e suas controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencidas nas ações.

- **Cível**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de unidade consumidora; (vii) incorporação/ indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (viii) acidentes com terceiros; (ix) ações de cobrança; (x) constituição de servidão administrativa; (xi) indenização de passagem; (xii) questões envolvendo regras ambientais, (xiii) ações consumeristas e (xiv) ações relacionados a indenização decorrentes da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

- **Fiscal**

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas a várias reivindicações decorrentes de divergências de interpretações da legislação tributária, que advêm do curso normal das atividades de negócios, sendo as provisões revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como: (i) prazo de prescrição aplicável, (ii) conclusões de inscrições fiscais ou (iii) exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Dessa forma, possui discussões relacionadas especialmente a ICMS, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, INSS e ISS.

Principais processos:

Empresa	Tipo de Ação	Processo	Objeto	2025	2024
LXTE	Execuções Fiscais	0002402-76.2014.8.14.0138	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em setembro/2014 para cobrança de débito de ISS referente a suposta prestação de serviço de construção civil de linha de transmissão de energia no Município de Anapú, objeto da inscrição em dívida ativa nº 004/2013.	14.077	12.350
ERO	Execuções Fiscais	-	Contingência fiscal constituída pela controlada ERO, relacionada aos processos de ICMS dos períodos de janeiro de 1999 a dezembro de 2016.	905.380	853.176

- **Ambiental**

Processos administrativos relacionados em sua grande maioria a suposto descumprimento de preceitos ambientais.

Empresa	Tipo de Ação	Processo	Objeto	2025	2024
LXTE	Ambiental	5051902-68.2019.4.02.5101	Ação ambiental proposta pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para discussão sobre ausência de licenciamento ambiental. Processo teve o valor reduzido haja visto pagamento de parte da multa, que está sendo discutido.	21.008	20.123

- **Regulatória**

Processos envolvendo discussões sobre possível descumprimento de preceitos regulatórios.

24.2 Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, ambiental e regulatório em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões classificados com prognóstico de perdas possíveis:

Controladora	Trabalhista	Cível	Fiscal	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023	9	2.959	25.339	28.307	110.826
Mudança de prognóstico e valor do pedido	1.766	30	90.520	92.316	(3.196)
Encerramento	-	-	-	-	(82.794)
Atualização monetária	146	130	12.273	12.549	3.471
Saldos em 2025 e 2024	1.921	3.119	128.132	133.172	28.307

Consolidado	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatória	Ambiental	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023	125.213	1.975.462	3.477.876	91.048	33.878	5.703.477	5.692.136
Novos processos	5.482	10.541	397.256	-	231	413.510	425.222
Mudança de prognóstico e valor do pedido	(15.517)	(611.430)	(1.220.608)	(47.365)	543	(1.894.377)	138.566
Encerramento	(25.826)	(144.437)	(218.369)	-	(4.628)	(393.260)	(1.011.252)
Atualização monetária	13.924	85.877	477.539	8.079	1.362	586.781	458.805
Saldos em 2025 e 2024	103.276	1.316.013	2.913.694	51.762	31.386	4.416.131	5.703.477

Abaixo apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis.

- Trabalhista**

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, concursos públicos, plano de incentivo ao desligamento, transposição ao quadro federal.

- Cível**

As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia, além de processos envolvendo discussão sobre incorporação de rede; (iii) ações de cobrança; (iv) constituição de servidão administrativa; (v) indenização de passagem; (vi) questões envolvendo regras ambientais; (vii) ações consumeristas e (xiv) ações relacionados a indenização decorrentes da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Principais processos:

Empresa	Tipo	Processo	Objeto	2025	2024
EMS	Ação Coletiva	00651268720144013800	Ação por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder concedente.	244.865	234.552
EMS	Ação Civil Pública	00081923720034036000	Por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação do reajuste tarifário autorizado pela Resolução Homologatória em 2003.	86.558	82.913
EMT	Ação de Cobrança	1004068-45.2018.4.01.3600	Onde autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO para a implantação de redes de distribuição de energia elétrica, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de	-	419.787

Empresa	Tipo	Processo	Objeto	2025	2024
			ocupação. Processo teve o prognóstico de risco alterado de possível para remoto, após decisões proferidas pelo judiciário.		
EMT	Ação de indenização	17436-75.2014.811.0041	Ajuizada objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.	101.429	97.157
EMT	Ação de indenização	54570-73.2013.811.0041	Objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.	57.479	55.058
EMT	Ação de indenização	13549-66.2015.811.0003	Discute matéria relacionada a danos morais e materiais, envolvendo discursões sobre prejuízos decorrentes da execução de contratos.	49.645	47.554
EMT	Ação de indenização	1005691-76.2017.8.11.0041	Discute matéria relacionada a cláusulas contratuais. A requerente pretende o recebimento de verbas não pagas por ocasião da execução dos contratos de prestação e serviços decorrentes da execução de serviços adicionais.	41.268	39.530
EMT	Ação de indenização	0009533-77.2003.4.01.3600	Ação de Indenização envolvendo discussão sobre ressarcimento de rede.	69.800	66.860
ETO	Ação Judicial	0007336-94.2008.4.01.3400	Discute questões contratuais envolvendo reintegração/desapropriação de área para construção de linhas de distribuição de alta tensão e subestações.	48.349	46.313
ETO	Ação Judicial	1071554-42.2018.8.26.0100	Ação proposta para discussão sobre indenização vinculada a acidente envolvendo rede elétrica. Processo encerrado após pagamento da condenação.	-	11.522
CTCE	Arbitragem	07_2021	Processo de arbitragem movido para o pagamento de multa pela suposta rescisão injustificada de contrato mantido entre as partes. A administração entende que havendo condenada o pagamento se submete aos termos do Plano de Recuperação Judicial da CTCE. Processo encerrado.	-	44.736
ESS	Ação Declaratória	1019659-89.2020.8.26.0482	Processo envolvendo discussão sobre utilização de faixa de domínio. Processo teve o prognóstico alterado para remoto após reavaliação de risco realizada pelos consultores jurídicos.	-	51.644
LMTE/GEMINI	Ações consumeristas - Apagão Amapá	S/N	Discute demandas de cunho indenizatório decorrentes de prejuízos oriundos do incidente do dia 03 de novembro de 2020, devido a ocorrência de um curto-circuito interno culminou no incêndio do Transformador 01 - 230/69/13,8 kV (7TR01) da Subestação Macapá (SE Macapá), e, por sobrecarga, no desligamento automático do Transformador 03 - 230/69/13,8 kV (7TR03). Processo teve o valor alterado após reavaliação de risco realizada pelo consultor jurídico.	78.567	112.288
LMTE	Ação Criminal	1008725-07.2020.4.01.3100	Em curso na 4ª Vara Federal Criminal de Macapá, foi instaurado pela Polícia Federal do Amapá para apurar possível(eis) ocorrência(s) prevista(s) no(s) artigos 250, §2º (incêndio culposo), e artigo 265 (atentar contra a segurança ou funcionamento de serviço de utilidade pública) do Código Penal Brasileiro, além de outras que porventura sejam constatadas no curso da investigação, também relacionadas ao apagão, teve o prognóstico alterado de possível para remoto. Em abril_25 foi proferida decisão para o arquivamento da ação. Processo encerrado sem ônus para LMTE.	-	78.571
LMTE	Ação Civil Pública Apagão	1001396-65.2025.4.01.3100	Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal, envolvendo discussão sobre à interrupção no fornecimento de energia elétrica, ocorrida em 2020, no Estado do Amapá	103.898	100.000

• Fiscal

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente às discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (iv) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (v) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica alocados no ativo permanente da empresa, (vi) escrituração de documento fiscal, (vii) multa não escrituração CIAP; (viii) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda; (ix) os reflexos das perdas não técnicas na base de cálculo do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL; (x) exigência de IOF em decorrência de operações de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC; (xi) ISS sobre a suposta contratação de serviços para construção de linha de transmissão de energia elétrica; (xii) PERDCOMP sobre restituição de crédito advindo de saldo negativo de CSLL.

Principais processos:

Empresa	Tipo	Processo	Objeto	2025	2024
Companhia	Execução Fiscal	1003121-36.2020.4.01.3821	Trata-se de processo no qual se discute a exigência de IOF em operações de AFAC, em razão da Receita Federal do Brasil sustentar que a operação seria, em verdade, mútuo realizado com subsidiárias. Processo teve o prognóstico alterado de remoto para possível após reavaliação de risco.	98.886	-
EMR	Execução Fiscal	0087729-97.2016.8.13.0153	Discussão sobre ICMS exigido em razão da quebra do diferimento.	54.469	46.383
EMR	Procedimento Administrativo	13136.720060/2020-19	Trata-se de auto de infração de IRPJ e CSLL, referente a 2015/2016, de operações por contratos de SWAP, que não teria a finalidade de <i>hedge</i> e tratamento regulado pelo art. 77 da Lei 8981/95. Processo teve o prognóstico alterado após reavaliação de risco realizada pelo consultor jurídico.	65.471	-
ESE	Auto de Infração	0801303-84.2019.4.05.8500	Discute a base de cálculo IRPJ/CSLL envolvendo valor da receita oriunda de recomposição tarifária extraordinária-RTE. O processo teve seu prognóstico alterado para remoto, baseado na reavaliação de assessores jurídicos.	-	116.609
ESE	Auto de Infração	201942403	O Estado de Sergipe sustenta a suposta falta de recolhimento de ICMS incidente sobre operações de vendas de energia elétrica ao órgão da administração pública direta e suas fundações e autarquias. Este processo teve prognóstico alterado para remoto, após decisão proferidas pelo judiciário.	-	52.405
ESE	Execução Fiscal	0029302-74.2018.8.25.0001	Discussão sobre suposto aproveitamento indevido de créditos de ICMS imobilizado (CIAP), decorrente da aquisição de mercadorias, bens e serviços não vinculados à atividade de distribuição de energia	30.302	26.583
EPB	Auto de Infração	93300008.09.00002840/2021-87	Discute não recolhimento de ICMS sobre operações de fornecimento de energia elétrica, supostamente declaradas como isentas.	43.171	37.873
EPB	Auto de Infração	10480.729848/2019-31	Discute anulação de multa envolvendo discussão sobre impactos nas apurações de PIS/COFINS e IRPJ/CSLL das perdas não técnicas.	42.256	37.070
EMS	Execução Fiscal	5009015-61.2019.4.03.6000	Ação proposta pela Energisa Mato Grosso do Sul para discussão sobre cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que foram restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL. Processo com prognóstico remoto, após reavaliação do risco realizada pelo consultor jurídico.	-	107.450
EMT	Execução Fiscal	0010774-95.2017.4.01.3600	Envolve discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da EMT no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, ocorrido em 2011, com a respectiva perda dos benefícios concedidos. Processo teve o prognóstico alterado de possível para remoto, após decisão proferida pelo TRF.	-	170.314
EMT	Processo administrativo	14094.720008/2018-36	Relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016.	132.990	116.669
EMT	Processo administrativo	14041.720061/2020-77	Proposto pela Receita Federal para discussão sobre IRPJ, CSLL, PIS E COFINS sobre perdas não técnicas.	39.524	34.674
EMT	Execução fiscal	1026238-64.2022.8.11.0041	Processo envolvendo discussão sobre recolhimento de ICMS DIFAL.	79.482	69.727
ESS	Auto de Infração	4.034.268-2	Questionamento sobre a incidência de ICMS sobre valores recebidos a título de subvenção econômica da subclasse Baixa Renda (ICMS da subclasse baixa-renda 2008/2009, cujo valor é depositado em ação coletiva	36.146	31.710
ESS	Auto de Infração	4.140.041-0	Auto de infração lavrado em razão do suposto creditamento indevido de ICMS, mediante escrituração em seu registro de entradas de notas fiscais emitidas a título de apropriação de crédito pela aquisição de bens integrados ao Ativo Imobilizado (CFOP 1.604), sem comprovação de origem, pois não localizados os documentos fiscais e/ou seus itens correspondentes. Discussão encerrada na esfera administrativa e iniciada na esfera judicial no processo 1076078-82.2025.8.26.0053.	-	23.892

Empresa	Tipo	Processo	Objeto	2025	2024
ERO	Auto de Infração	10240-722.819/2020-12	Reduziu o valor de prejuízo fiscal (IRPJ) e base de cálculo negativa de CSLL, referente à glosa de despesa relacionada às perdas não técnicas do período de 2016 e 2017.	567.249	497.633
ERO	Auto de Infração	10240-721.054/2020-95	Referente à cobrança de supostos débitos da contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social ("COFINS") decorrentes da glosa de créditos das contribuições relacionadas às perdas não técnicas e da incidência das contribuições sobre os valores recebidos à título de reembolso da CCC (Conta de Consumo de Combustível). Em 2025, o processo foi liquidado compensando prejuízo fiscal da controlada, impactando o resultado na linha de despesa com pis e cofins no montante de R\$107.186, sem juros e multa, conforme acordo.	-	349.374
ERO	Auto de Infração	7006275-51.2023.8.22.0000	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2015. Processo teve o prognóstico e a estimativa de valor envolvido alterados passando para risco provável após reavaliação do risco e expectativa de perda realizada pelo consultor jurídico.	-	254.804
ERO	Auto de Infração	20202700100099	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2016. Processo encerrado administrativamente após propositura da ação judicial 7002079-67.2025.8.22.0000.	-	84.403
ERO	Execução Fiscal	7002079-67.2025.8.22.0000	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2016. Processo teve o prognóstico alterado de remoto para possível, após encerramento da discussão na esfera administrativa.	95.068	-
ERO	Auto de Infração	7006273-81.2023.8.22.0000	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2015. Processo teve o valor alterado, em função da aplicação da taxa Selic para atualização de débitos fiscais conforme regulamento do estado de Rondônia.	48.075	63.791
ERO	Auto de Infração	10280-731.896.2023-21	Decorrente da glosa de créditos IRPJ/CSLL das contribuições relacionadas às perdas não técnicas.	39.458	34.616
ERO	Execução Fiscal	7006272-96.2023.8.22.0000	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2014. Processo teve o prognóstico e a estimativa de valor envolvido alterados após encerramento da discussão na esfera administrativa, passando para risco provável após reavaliação do risco e expectativa de perda realizada pelo consultor jurídico, passando a compor o total provisionado na execução fiscal.	-	280.793
EAC	Auto de Infração	2535/2002-3842/2011	Processo relacionado a discussão sobre multa de mora envolvendo crédito de ICMS liquidado em 06/12/2005, conforme termo de compromisso.	33.198	29.123
EAC	Auto de Infração	11.314/2018 (2018/81/46743	Discute questões relacionadas à cobrança de diferença de base de cálculo, diferencial de alíquota, livro CIAP e estorno de crédito de óleo diesel.	74.650	65.489
EAC	Auto de Infração	2019/81/33314 (AI 12.097)	Lavrado pelo Estado do Acre que formaliza lançamento de crédito tributário de ICMS por "recolhimento a menor de ICMS em relação ao exercício de 2015 decorrente de apropriação indevida de créditos fiscais, diferença na base de cálculo das operações de venda de energia elétrica e recolhimentos mensais inferiores ao devido". De acordo com a fiscalização, a Contribuinte incorreu nas seguintes ocorrências: (i) estornos de créditos de ICMS do Óleo Diesel; (ii) parcela isenta (inc. I do art. 35 da LCE 55/1997); (iii) perda de energia (inc. IV do art. 35 da LCE 55/1997); (iv) valor de venda inferior ao custo de aquisição (inc. V do art. 35 da LCE 55/1997); (v) valor referente a provisão (débito) e compensação (crédito) do diferencial de alíquota; (vi) não homologação da totalidade dos cancelamentos conforme ocorrências verificadas e previstas no § VIII da cláusula primeira do Convênio ICMS nº30/2004, pela verificação de créditos prescritos (§1º do art. 33 da LCE 5/1997), situações que impem a manutenção de tais créditos fiscais na escrituração do contribuinte; (vii) diferenças na base de cálculo em relação a energia elétrica efetivamente vendida ao consumidor final; e (viii) diferença de ICMS a recolher para o exercício de 2015. A controlada apresentou impugnação em 20 de setembro de 2019. Em 06/11/2025 houve o julgamento na 2ª instância administrativa que julgou parcialmente procedente o Recurso voluntário.	53.431	46.874

Empresa	Tipo	Processo	Objeto	2025	2024
EAC	Auto de Infração	15.022	Auto de Infração lavrado pelo Estado do Acre, envolvendo discussão sobre: (i) diferença na base de cálculo de ICMS (tarifa homologada Anel) e (ii) não homologação de créditos dos cancelamentos do convênio. 30/04, créditos de CIAP e créditos DIFAL referente ao exercício de 2020. Processo teve o prognóstico alterado após reavaliação de risco realizada pelo consultor jurídico.	32.888	-
EAC	Procedimento Administrativo	39910/2020	Processo envolve questões relacionadas a supostas incorreções no cálculo de ICMS e utilização de créditos fiscais no tocante à: i) apuração dos estornos referentes à aquisição de óleo diesel para fins de produção de energia elétrica, parcela isenta, perda de energia e diferença de valor de venda; ii) incongruência dos valores correspondentes a provisão e compensação do diferencial de alíquota mensalmente apurado; iii) não homologação cancelamentos realizados pelo contribuinte; iv) diferença da base de cálculo em relação à energia produzida e efetivamente vendida ao consumidor final. . Processo teve o prognóstico alterado após reavaliação de risco realizada pelo consultor jurídico.	86.545	-
LXTE	Execução Fiscal	0001307-30.2019.8.14.0075	Ajuizada em 12 de fevereiro de 2019 pela prefeitura de Porto do Moz, referente à suposta contratação de serviços para a obra de construção das Linhas de Transmissão que passaram por aquela localidade. A posição da controlada é que os serviços foram prestados através de mão de obra própria, não sendo hipótese de incidência de ISS. O processo ainda aguarda julgamento.	56.629	49.679
DENERGE	Execução Fiscal	0001954-81.2016.4.03.6182	Cobrança de multa isolada no percentual de 75% (setenta e cinco por cento), com fundamento no art. 18, § 2º, da Lei nº 10.833/2003, sob a alegação de que seriam improcedentes compensações pretendidas pela Embargante no período de dezembro de 2003 a dezembro de 2004.	34.457	30.228

• Ambiental

As controladas indiretas transmissoras de energia elétrica LMTE, LXTE e LTTE estão envolvidas nos processos administrativos relacionados a suposto descumprimento de condicionantes para o licenciamento.

• Regulatória

As controladas distribuidoras de energia elétrica EMT, EMS, ETO, ESS, ERO e EAC possuem processos junto à ANEEL decorrente principalmente de penalidade aplicada em razão de Autos de Infração oriundos de fiscalizações; e

A controlada indireta transmissora de energia elétrica LITE, possui ação envolvendo discussão sobre suposto descumprimento de prazo regulatório.

Principais Processos:

Empresa	Tipo	Processo	Objeto	2025	2024
LITE	Processo administrativo	48500.006110/2017-27	A ANEEL busca a execução da garantia de fiel cumprimento do contrato em virtude do atraso na entrega do empreendimento. A controlada defende a inocorrência das condições contratuais para a execução da garantia, tendo em vista a existência de fatos justificadores do atraso.	51.194	58.599

25. Incorporação de redes – consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, EMR e ERO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Sobre os saldos das incorporações de redes incidem encargos de atualização e mora de acordo com o estabelecido nas resoluções aplicáveis a cada caso.

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023 - circulante	260.471	254.902
Adição no exercício	159.417	168.429
Atualização monetária e juros	40.830	80.238
Pagamentos	(212.496)	(243.098)
Saldos em 2025 e 2024 - circulante	248.222	260.471

26. Outros passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Participações de empregados e administradores	38.556	35.086	187.885	192.466
Salários a pagar	9.694	8.504	46.183	45.870
Outros benefícios a empregados	1.901	4.898	14.393	42.076
Prêmio de seguros	55	19	12.676	3.986
Créditos de clientes/consumidores ⁽¹⁾	9.012	11.311	136.473	221.632
Retenção de caução contratual empreiteiras	77	77	35.340	34.392
Taxa fiscalização ANELL – contribuição mensal	-	-	4.398	4.914
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	18.166	18.166
Ressarcimento AIC – Eletrobrás ⁽²⁾	-	-	32.829	68.752
Ressarcimento EBP – Salto Paraíso ⁽³⁾	-	-	57.136	58.548
Bônus de redução voluntária do consumo ⁽⁴⁾	-	-	5.262	5.339
Provisão para Desmobilização ⁽⁴⁾	-	-	151.643	139.176
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS ⁽⁵⁾	-	-	679.610	1.328.698
Outras contas a pagar ⁽⁷⁾	3.313	2.649	456.139	392.928
Total	62.608	62.544	1.838.133	2.556.943
Circulante	53.523	54.659	871.482	1.130.046
Não Circulante	9.085	7.885	966.651	1.426.897

⁽¹⁾ Inclui o valor do Bônus de Itaipu homologado por meio da Resolução Homologatória nº 3.420, de 26 de novembro de 2024, repassado às Unidades Consumidoras elegíveis ao recebimento, nas faturas de energia emitidas em janeiro de 2025.

⁽²⁾ Ressarcimento do Ativo Imobilizado em curso – AIC – Eletrobrás: refere-se a parcela a ser ressarcida pelas controladas ERO e EAC à Eletrobrás, prevista no contrato de compra e venda das aquisições do controle acionário, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso – AIC nos processos de valoração das bases de remuneração regulatória, homologadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020–SFF/ANEEL, que aprovaram a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 13 de outubro de 2020. Os pagamentos foram acordados em 60 parcelas, onde a controlada EAC iniciou o pagamento em outubro de 2021 e a controlada ERO em fevereiro de 2022.

	ERO		EAC		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023	54.394	80.503	14.358	23.795	68.752	104.298
Pagamento	(32.944)	(34.294)	(10.968)	(11.647)	(43.912)	(45.941)
Atualização financeira – Selic	6.835	8.185	1.154	2.210	7.989	10.395
Saldos em 2025 e 2024	28.285	54.394	4.544	14.358	32.829	68.752
Circulante	24.244	25.105	4.544	8.049	28.788	33.154
Não Circulante	4.041	29.289	-	6.309	4.041	35.598

(3) Refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela controlada EMT à EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD"). O saldo é atualizado mensalmente com aplicação da variação do índice IPCA com liquidações mensais, iniciadas em junho de 2018.

(4) Saldo a repassar aos consumidores das controladas distribuidoras de energia elétrica relacionado Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia.

(5) **Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS – consolidado.**

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal – STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 – "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

Transitaram em julgado em seus respectivos Tribunais Regionais Federais decisões favoráveis nos processos das subsidiárias, tendo ocorrido no ano de 2019 nos meses de maio, junho e julho referente à EPB, EBO e ETO e, no ano de 2020, nos meses de maio e junho, referente à Companhia Força e Luz do Oeste (empresa incorporada pela ESS em 2017) e ESE. Em 17 de agosto de 2021, 21 de setembro de 2021, 22 de outubro de 2021, 12 de novembro de 2021 e 06 de dezembro de 2021, respectivamente, transitaram em julgado as ações judiciais propostas pelas controladas ESS (incorporada EBR), EMT, ERO, EAC e EMR (nova denominação social da EMG, incorporou ENF). Em 14 de fevereiro de 2022 transitou em julgado a ação da controlada Companhia Nacional de Energia Elétrica (empresa incorporada pela ESS em 2017). Os demais processos nos quais são discutidos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento.

Amparada nas avaliações de seus assessores jurídico e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021-ME, as controladas reconheceram os passivos relacionados, líquidos de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

Em 27 de junho de 2022 foi promulgada a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O Art 3º da referida Lei também prevê que a Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, pós ao requerimento realizado perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

O resumo dos impactos são como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023	1.328.698	1.933.861
Atualização financeira	55.114	107.722
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos	(2.798)	(4.546)
Baixa Trânsito em Julgado EVP ⁽⁶⁾	(29.314)	-
Baixa ERO e EAC	(9.657)	-
(-) Transferência para passivo financeiro setorial – repasse aos Consumidores	(662.433)	(708.339)
Saldos em 2025 e 2024	679.610	1.328.698
Circulante	275.505	404.823
Não Circulante	404.105	923.875

(6) Valores estimados com a desmobilização dos ativos de geração que serão incorridos pelas controladas na desmontagem de equipamentos e recuperação/restauração do sítio onde se encontram instalados as usinas fotovoltaicas, quando do encerramento dos contratos de arrendamentos. A estimativa foi mensurada com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto que reflete o risco do negócio, com base na melhor estimativa da Administração.

(7) Inclui o valor dos créditos relacionados a geração distribuída.

(8) Em novembro de 2025, a Companhia realizou uma baixa de créditos de Pis e Cofins sobre a base de ICMS devido ao trânsito em julgado do processo nº 5002300-62.2017.4.03.6100, o qual determinou uma glosa parcial dos créditos que haviam sido apurados pela Companhia, gerando uma baixa de R\$54.530, sendo R\$29.314 referentes ao registro inicial e R\$ R\$25.216 referentes a atualização monetária." Para os créditos registrados, a Companhia possuía passivo correspondente, referente aos montantes a serem repassados aos consumidores, o qual também foi baixado na mesma proporção não impactando o resultado da Companhia.

27. Patrimônio líquido

27.1 Capital social

O capital social em 2025 é de R\$10.876.550 (R\$7.540.743 em 2024), representando 2.518.367.130 (2.289.424.663 em 2024) ações nominativas, sendo 975.954.372 (887.231.247 em 2024) ações ordinárias e 1.542.412.758 (1.402.193.416 em 2024) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em *units* (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 383.183.049 (348.310.836 em 2024).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$588.497, em razão do atingimento do limite legal de parte do saldo de reservas de lucro, mediante a capitalização de parte de reserva de lucro sem a emissão de ações e sem alteração do valor nominal das mesmas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2025, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 2.747.310, em razão do atingimento do limite legal de parte do saldo de reservas de lucro mediante a capitalização de parte de reserva de lucro, com a emissão de 228.942.467 novas ações, sendo 88.723.125 ações ordinárias e 140.219.342 ações preferenciais a serem bonificadas aos acionistas e titulares de *units* inscritos em 27 de novembro de 2025, respeitadas as negociações realizadas até essa data, inclusive, na proporção de 1 nova ação ordinária, preferencial ou Unit, respectivamente, para cada 10 ações: ordinárias, preferenciais ou *units*.

A Companhia possui contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido o montante de R\$109.447 (R\$109.447 em 2024), relativo aos custos transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações e foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.000.000.000 em ações ordinárias e até 2.000.000.000 em ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

O saldo das ações mantido em tesouraria em 2025 é de R\$33.019 (R\$33.019 em 2024), correspondentes a 829.922 (754.475 em 2024) *units*.

27.2 Reserva de capital

	2025	2024
Alienação de ações em tesouraria	1.849	1.849
Transações entre sócios ⁽¹⁾	2.488.855	1.051.943
Custo de captação – aumento de capital	(109.447)	(109.447)
Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) ⁽²⁾	43.859	43.859
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽³⁾	48.155	36.453
Total	2.473.271	1.024.657

(1) Transações entre sócios – inclui desde 2019 o montante R\$42.280 de dedução de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre parcela de mais valia de ações próprias, que foi revertido em dezembro de 2025 após a alienação das ações.

Transações entre sócios	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023	1.051.943	677.599
Ganho/perda apurado com transações de investimentos na distribuição de dividendos em controladas diretas e indiretas, MTM subscrição debêntures e ações em tesouraria ^(*)	1.436.912	374.344
Saldos em 2025 e 2024	2.488.855	1.051.943

(*) A composição da movimentação de R\$1.436.912 (R\$374.344 em 2024) está demonstrada na nota explicativa nº 16.

(2) Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) – refere-se incentivos federais deduzidos do Imposto de Renda das controladas, destinados as pessoas jurídicas detentoras de empreendimentos nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, na forma de depósitos para reinvestimentos de 30% (trinta por cento) do Imposto devido, aplicados em projetos de modernização ou complementação de equipamento.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de taxa de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em "Outras Reservas de Capital" e, após aprovações pelas Superintendências e liberação dos recursos pelos Bancos Oficiais (BNB e BASA), serão capitalizados em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do encerramento do exercício das efetivas liberações.

(3) Programa de remuneração variável – ILP – refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), (vide nota explicativa nº 12). Do montante de R\$11.702 foram reconhecidos: R\$2.897 no resultado – custos e despesas operacionais (nota explicativa nº 29) e R\$8.805 no investimento (nota explicativa nº16).

27.3 Reserva de lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

27.4 Reserva de lucros – reserva de retenção de lucros

O saldo da reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$165.367 (R\$4.432.622 em 2024).

27.5 Limite da reserva de lucros

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 25 de abril de 2025, foi aprovada a capitalização de R\$588.497 e em 19 de novembro de 2025 a capitalização de R\$ 2.747.310 em razão do atingimento do limite legal de parte do saldo de reservas de lucro, conforme estabelecido no art. 199 da Lei 6.404/76.

27.6 Reserva de lucros – retenção de lucro acumulado originado por mudança de prática contábil

Constituída com o ganho por compra vantajosa ocorrido com a aquisição da participação de não controladores em controladas, auferido no exercício de 2007. Na AGE de abril de 2012 e 2011, foram capitalizados R\$60.000 e R\$131.210, respectivamente. O saldo remanescente de R\$62.539 está registrado, como lucros acumulados por mudança de prática contábil, no patrimônio líquido conforme explicitado no CPC 15 e ICPC 09, à disposição de Assembleia Geral de Acionistas.

27.7 Reserva de Lucros – orçamentos de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve a destinação do montante de R\$ 1.330.056 (R\$2.280.147 em 2024).

27.8 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 35% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	2.214.439	3.789.678
Dividendos prescritos	3.989	5.724
Reclassificação ORA - ganhos e perdas atuariais	-	(93)
Reserva legal (5%)	(110.722)	(189.484)
Lucro líquido ajustado	2.107.706	3.605.825
Dividendos mínimos obrigatórios 35%	737.697	1.262.039
Dividendos correspondem a R\$0,20 (R\$0,20 em 2024) por ação ordinária e preferencial e R\$1,00 (R\$1,00 em 2024) por <i>Units</i> ⁽¹⁾	457.131	457.130
Dividendos a pagar correspondem a R\$0,352156966861 em 2024 por ação ordinária e preferencial e (R\$1,760784834303 em 2024) por <i>Units</i>	-	804.909
Dividendos correspondem a R\$0,14 por ação ordinária e preferencial e R\$0,70 por <i>Units</i> ⁽¹⁾	320.519	-
Dividendos adicionais propostos - correspondem a R\$0,027843033139 em 2024 por ação ordinária e preferencial e (R\$0,139215165697 em 2024) por <i>Units</i>	-	63.639
Total dos dividendos	777.650	1.325.678
% sobre o lucro líquido ajustado	37%	37%

⁽¹⁾ O Conselho de Administração da Energisa S/A aprovou em 07 de agosto e 19 de novembro de 2025, a distribuição de dividendos intercalares apurados no balanço levantado pela Companhia até 30 de junho e 30 de setembro de 2025, respectivamente. Os pagamentos foram efetuados entre os dias 09 e 30 de setembro e 08 de dezembro de 2025, com base na posição acionária da Companhia em 12 de agosto e 26 de novembro de 2025, respectivamente.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

27.9 Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EMT, ETO, EAC, ERO, LXTE e LMTE por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal ou aumento de capital capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte com aprovação em AGO/AGE; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas controladas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda		Incentivo fiscal de Reinvestimento	
			2025	2024	2025	2024
EPB	SUDENE	20/2020	102.912	95.836	2.454	8.465
ESE	SUDENE	438/2018	68.089	45.464	-	257
EMT	SUDAM	0176/2023	113.376	150.196	-	1.649
ETO	SUDAM	0150/2023	109.737	73.472	3.796	4.039
EAC	SUDAM	0018/2021	10.074	-	-	-
ERO	SUDAM	0065/2021	73.863	-	-	-
LMTE	SUDAM	0069/2018	4.548	-	-	-
LXTE	SUDAM	204/2018	5.744	-	-	-
Total			488.343	364.968	6.250	14.410

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" no consolidado e foram destinados à reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

27.10 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização dos planos de benefícios a empregados líquidos de impostos, da Companhia e suas controladas. Os referidos saldos estão contabilizados em atendimento ao CPC 26 (IAS 01) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023	(67.285)	(108.984)
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego (reflexo)	24.616	41.699
Saldos em 2025 e 2024	(42.669)	(67.285)

27.11 Participação de acionistas não controladores

Movimentação da participação de acionistas não controladores:

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2024	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Dividendos Prescritos	Outros resultados abrangentes	Aumento/(Redução) de capital e (Alienação) de ações	Transações entre sócios e ILP	Saldo em 2025
EMT	2,31%	101.542	19.114	(27.763)	19	78	-	40	93.030
ETO	23,33%	311.382	100.686	(68.429)	-	471	-	250	344.360
EMS	0,07%	851	234	(295)	-	5	-	1	796
Rede Power ⁽²⁾	0,00%	46	13	-	-	-	-	(59)	-
CTCE	0,00%	(52)	(2)	-	-	-	-	54	-
MULTI	0,10%	33	20	(10)	2	-	-	-	45
REDE	0,20%	10.429	2.952	(2.599)	-	34	-	1.537	12.353
ERO	0,49%	21.360	3.288	0	-	8	-	(3.902)	20.754
EAC	0,23%	6.993	(10)	(15)	-	-	-	(989)	5.979
ESS	0,74%	4.680	1.041	(248)	1	32	-	4	5.510
EPM ⁽¹⁾	0,00%	3.017.173	478.682	(716.443)	-	(126)	(1.313.650)	(1.465.636)	-
DENERGE ⁽³⁾	0,00%	591	169	-	-	-	-	(760)	-
NOVA DNERGE ⁽³⁾	0,01%	-	(4)	-	-	1	366	64	427
GEMINI	31,62%	200.899	22.650	(6.854)	-	(1)	-	6	216.700
ALSOL	10,30%	80.076	(8.564)	-	-	-	-	665	72.177
AGRIC	16,67%	10.726	(1.315)	-	-	-	-	-	9.411
LUREAN	48,00%	-	565	-	-	-	15.857	-	16.422
EPNE	45,00%	726.285	255.405	(174.693)	-	822	-	32.517	840.336
CLARKE	29,96%	2.288	(1.738)	-	-	-	-	320	870
EDGNE ⁽²⁾	49,00%	368.422	52.447	(41.297)	-	-	-	(32.617)	346.955
Total		4.863.724	925.633	(1.038.646)	22	1.324	(1.297.427)	(1.468.505)	1.986.125

⁽¹⁾ Em 17 de setembro de 2025, houve a redução de capital social na controlada EPM, restituído, em moeda corrente ao acionista minoritário na proporção de suas participações societárias, o montante de R\$ 279.300, conforme acordo de investimento e em dezembro de 2025 o acionista minoritário alienou a titularidade das suas ações preferencias a Companhia, passando a EPM ser 100% da Energisa S/A, no montante de R\$1.034.350;

⁽²⁾ Companhias incorporadas: Rede Power incorporada pela Rede Energia e EDGNE incorporada pela EDG;

⁽³⁾ Em novembro de 2025, a controlada Energisa Transmissão de Energia S/A alienou as ações da Nova Denerge (antiga Nova Gemini) para Energisa S/A, subsequentemente, em 29 de novembro de 2025, a Energisa S/A aumentou o capital social da Nova Denerge no montante de R\$ 2.559.399, mediante a contribuição de 776.438 (setecentas e setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e oito) ações de emissão da Denerge de titularidade da Energisa, representativas de 99,99% do capital social da Denerge. Em virtude dessa transação, a Denerge passou a ser controlada pela Nova Denerge, e a Nova Denerge pela Energisa S/A.

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2023	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Aumento de Capital	Saldo em 2024
EMT	2,30%	91.025	24.110	(13.874)	286	(5)	-	101.542
ETO	23,33%	269.756	87.761	(48.426)	2.265	26	-	311.382
EMS	0,07%	851	363	(369)	6	-	-	851
Rede Power	0,01%	47	21	(22)	-	-	-	46
CTCE	0,02%	(48)	(4)	-	-	-	-	(52)
MULTI	0,10%	20	13	-	-	-	-	33
REDE	0,25%	9.755	3.609	(3.018)	83	-	-	10.429

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2023	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Aumento de Capital	Saldo em 2024
ERO	0,76%	12.262	7.052	-	(6)	2.052	-	21.360
EAC	0,63%	10.496	208	-	-	(3.711)	-	6.993
ESS	0,74%	4.595	1.099	(1.091)	77	-	-	4.680
EPM	55,00%	3.147.486	582.716	(677.328)	8.227	(43.928)	-	3.017.173
DENERGE	0,02%	481	238	(134)	6	-	-	591
GEMINI	31,62%	180.110	18.098	2.689	-	2	-	200.899
ALSOL	0,10%	82.124	(1.803)	-	1	(246)	-	80.076
AGRIC	0,17%	9.226	(402)	-	-	1.902	-	10.726
EPNE	45,00%	-	98.019	(23.279)	(2.787)	(345.668)	1.000.000	726.285
CLARKE	29,96%	-	(1.482)	-	-	(3.752)	7.522	2.288
EDGNE ⁽¹⁾	49,00%	-	26.988	(19.800)	-	361.234	-	368.422
Total		3.818.186	846.604	(784.652)	8.158	(32.094)	1.007.522	4.863.724

⁽¹⁾ Refere-se à participação já existente do acionista não controlador na Norgás, no contexto da operação de aquisição da EDGNE, que detém as participações societárias em distribuidoras de gás canalizado.

28. Receita operacional

28.1 Receita operacional bruta – controladora

	2025	2024
Receita operacional		
Serviços especializados ⁽¹⁾	454.472	418.440
Deduções a receita operacional		
PIS	(7.474)	(6.902)
COFINS	(34.425)	(31.793)
ISS	(11.640)	(10.398)
Receita operacional líquida	400.933	369.347

⁽¹⁾ Referem-se aos serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos prestados às controladas.

28.2 Receita operacional – consolidada

	2025			2024		
	Nº de consumidores ⁽¹⁾	MWh ^(1 e 2)	R\$	Nº de consumidores ⁽¹⁾	MWh ^(1 e 2)	R\$
Residencial	7.684.840	16.082.709	15.365.971	7.451.283	16.587.418	15.337.001
Industrial	39.037	907.786	1.033.280	39.039	1.292.074	1.351.361
Comercial	547.439	4.104.120	4.534.228	553.754	4.957.783	5.093.521
Rural	634.174	3.020.030	2.986.229	649.937	3.329.324	3.106.012
Poder público	79.316	1.954.410	1.851.849	77.372	2.091.139	1.881.760
Iluminação pública	9.833	1.439.627	831.611	8.346	1.488.812	803.497
Serviço público	10.950	684.990	587.786	10.366	806.791	651.533
Consumo próprio	1.795	46.717	-	1.796	47.896	-
Subtotal	9.007.384	28.240.389	27.190.954	8.791.893	30.601.237	28.224.685
Suprimento de energia a concessionárias	2	2.426.605	783.236	2	2.496.634	362.730
Fornecimento não faturado líquido	-	(69.007)	138.252	-	(2.090)	12.899
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	9.709	-	4.129.618	6.243	-	3.230.935
Energia comercializada com clientes livres	-	9.969.516	1.959.646	-	8.369.240	1.284.075
Receita de construção da infraestrutura ⁽³⁾	-	-	5.383.701	-	-	5.438.019
Receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão	-	-	72.841	-	-	67.706
Ganhos/perdas de eficiência implementação da infraestrutura	-	-	28.639	-	-	23.005
Receita das margens da obrigação de performance da construção	-	-	51.957	-	-	123.043
Remuneração do ativo de contrato – transmissão de energia elétrica	-	-	795.346	-	-	931.315
Serviços especializados	-	-	561.631	-	-	603.592
Penalidades regulatórias	-	-	(161.786)	-	-	(145.919)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	630.301	-	-	616.718

	2025			2024		
	Nº de consumidores ⁽¹⁾	MWh ^(1 e 2)	R\$	Nº de consumidores ⁽¹⁾	MWh ^(1 e 2)	R\$
Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	-	-	2.590.504	-	-	791.321
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (CDE e baixa -renda)	-	-	3.303.982	-	-	2.360.721
Receita atividade de distribuição gás canalizado ⁽⁴⁾	-	-	830.737	-	-	1.975.706
Outras receitas operacionais ⁽⁵⁾	-	-	412.079	-	-	350.345
Total - receita operacional bruta	9.017.095	40.567.503	48.701.638	8.798.138	41.465.021	46.250.896
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	5.833.706	-	-	5.955.701
PIS	-	-	615.932	-	-	571.006
COFINS	-	-	2.836.954	-	-	2.630.106
CPRB	-	-	5.207	-	-	6.927
ISS	-	-	38.906	-	-	32.968
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	116.174	-	-	107.165
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	-	-	25.622	-	-	23.467
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	3.607.766	-	-	3.043.727
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	58.404	-	-	53.666
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	51.068	-	-	46.296
Ministério de Minas e Energia - MME	-	-	25.541	-	-	23.148
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	45.005	-	-	41.243
Total - deduções da receita operacional	-	-	13.260.285	-	-	12.535.420
Total - receita operacional líquida	9.017.095	40.567.503	35.441.353	8.798.138	41.465.021	33.715.476

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(2) **MWh**: refere-se ao mercado cativo, sem a parcela compensada de MMGD do tipo II/III.

(3) Do total Receita de construção da infraestrutura da concessão, o montante de R\$5.006.832 (R\$4.859.982 em 2024) refere-se a receita de construção das controladas distribuidoras de energia elétrica, R\$262.615 (R\$498.157 em 2024) refere-se a receita de construção das controladas transmissoras de energia elétrica e R\$114.254 (R\$79.880 em 2024) refere-se a receita de construção da controlada distribuidora de gás. Adicionalmente, o total do custo de construção do seguimento de distribuição de energia elétrica e gás é o mesmo valor da receita de construção dos seguimentos.

(4) Receita da atividade de distribuição de gás canalizado, incluindo receita de construção.

	2025		2024	
	Volume (mil m³) ^(*)	R\$	Volume (mil m³) ^(*)	R\$
Receita Bruta				
Residencial Individual	796	5.807	662	5.000
Residencial Coletivo	6.028	36.767	5.514	33.436
Industrial ^(**)	658.363	575.050	603.754	1.723.524
Comercial	4.649	25.610	4.234	24.179
Climatização	162	1.187	107	449
Matéria Prima ^(**)	13.874	283	12.601	37.701
Cogeração	-	-	443	1.750
Veicular	19.640	61.842	23.164	86.541
Térmica	88.864	91.532	40.398	40.324
Serviços prestados de assistência técnica	-	230	-	3.778
Encargos de capacidade (Ship or pay)	-	1.973	-	10.732
Receita variação de tarifa ToP recuperável de clientes	-	5.412	-	4.346
Receita de construção	-	114.254	-	79.880
Conta Gráfica - Custo gás natural na tarifa	-	2.025	-	734
Custo da disponibilidade - PRC das usinas térmicas	-	3.833	-	370
Encargos de capacidade (Mercado Livre) ^(****)	-	18.244	-	2.852
Custo de capacidade de Distribuição ^(***)	-	1.444	-	-
Abatimentos	-	(502)	-	(9)
Totais - receita operacional bruta	792.376	944.991	690.877	2.055.587
Deduções da Receita Operacional				
ICMS	-	(69.520)	-	(279.114)
PIS	-	(12.615)	-	(26.186)
COFINS	-	(58.108)	-	(120.664)
ISS	-	(9.158)	-	(2.036)
Totais - deduções da receita operacional	-	(149.401)	-	(428.000)
Totais - receita operacional líquida	792.376	795.590	690.877	1.627.587

(*) Não examinadas pelos auditores independentes

(**) Receitas contratuais em razão da migração de clientes para o mercado livre

(***) A retração dos valores de receita em relação ao ano de 2025, ocorreu em razão do reflexo da migração de clientes para o mercado livre.

(5) Inclui a receitas de aluguéis uso mútuo de poste, serviços taxados, comissão de administração e outras.

29. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Controladora				
	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	Total	
			2025	2024
Pessoal e administradores	212.574	58.613	271.187	253.750
Programa de remuneração variável (ILP)	-	2.897	2.897	1.203
Benefícios pós emprego	877	6.137	7.014	6.298
Material	2.335	1.862	4.197	4.072
Serviços de terceiros	39.926	49.196	89.122	75.644
Depreciação e amortização	24.185	12.262	36.447	33.203
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-	2	2	216
Outras	2.006	10.678	12.684	11.810
Total	281.903	141.647	423.550	386.196

Consolidado						
	Custo do Serviço			Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	Total	
	Com Energia Elétrica	Custo de Operação	Prestado a Terceiros		2025	2024
Energia elétrica comprada para revenda	12.854.429	-	-	-	12.854.429	11.722.456
Encargo de uso de sistema de transmissão e distribuição	3.296.579	-	-	-	3.296.579	2.495.444
Compra e transporte de gás	397.561	-	-	-	397.561	1.298.750
Pessoal e administradores	-	1.352.667	122	659.855	2.012.644	1.951.070
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	13.168	13.168	1.833
Benefícios pós emprego	-	41.413	1.467	13.330	56.210	54.111
Material	-	234.892	6.502	89.429	330.823	343.233
Serviços de terceiros	-	689.481	75	438.126	1.127.682	1.165.240
Depreciação e amortização	-	1.816.980	-	304.852	2.121.832	1.858.036
Provisão de perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PPECLD (*)	-	440.400	-	-	440.400	477.177
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-	(1.264)	-	139.452	138.188	146.304
Custo de construção da infraestrutura	-	-	5.365.878	-	5.365.878	5.417.531
Outras	-	(54.538)	1.068	219.647	166.177	255.062
Total	16.548.569	4.520.031	5.375.112	1.877.859	28.321.571	27.186.247

30. Energia Elétrica comprada para revenda – consolidada

	Consolidado			
	MWH ⁽¹⁾		Valores em R\$ mil	
	2025	2024	2025	2024
Energia de Itaipú – Binacional	3.443.854	3.546.881	961.047	905.145
Energia de leilão ⁽²⁾	21.903.736	22.636.087	6.314.642	5.687.518
Energia bilateral e outros suprimentos	3.684.796	4.012.251	3.473.660	3.120.507
Reembolso CCC	-	-	(151.797)	(459.333)
Cotas de Angra	1.235.471	1.249.059	375.807	420.721
Energia de curto prazo – CCEE ⁽³⁾	509.464	1.188.185	1.332.691	1.434.540
Cotas Garantia Física	5.118.617	6.229.879	1.222.015	1.224.527
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia – PROINFA	664.551	688.996	485.987	379.926
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(1.159.623)	(991.096)
Total	36.560.489	39.551.338	12.854.429	11.722.455

⁽¹⁾ Informações não examinadas pelos auditores independentes.

⁽²⁾ Em 2025 inclui o valor de R\$81.064 (R\$430.220 em 2024) de créditos relacionados a geração distribuída e R\$55.817 referente a baixa do Créditos CCC – ICMS óleo diesel a receber (vide nota explicativa nº 11).

⁽³⁾ Inclui demais custos sendo: os efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear, exposição de cota Itaipu, Encargos de Serviços de Sistema – ESS e Encargos de Energia Reserva – ERR.

31. Outros Resultados

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras Receitas				
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	3.722	822	64.101	163.574
Outras	5	-	9.664	15.767
Subtotal Outras Receitas	3.727	822	73.765	179.341
Outras Despesas				
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(197)	(662)	(341.677)	(293.663)
Marcação a mercado dos contratos ⁽¹⁾	-	-	(62.151)	(181.028)
Provisão/Perda ICMS geração distribuída	-	-	(87.907)	(9.768)
Recompra de créditos cedidos ao FIDC	-	-	(14.068)	(12.796)
Outras	(1.308)	(565)	(30.275)	(91.926)
Subtotal Outras Despesas	(1.505)	(1.227)	(536.078)	(589.181)
Saldo líquido de outras receitas (despesas)	2.222	(405)	(462.313)	(409.840)

⁽¹⁾ Comercialização de energia no consolidado, inclui, marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia, tendo sido apurado perda em 2025 no montante de R\$62.151 (perda de R\$181.028 em 2024). A controlada ECOM opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia foi reconhecida no consolidado, conforme segue:

	2025	2024
Marcação a mercado dos contratos de vendas comercialização de energia	(193.622)	146.195
Marcação a mercado dos contratos de compras comercialização de energia	125.136	(345.675)
Subtotal	(68.486)	(199.480)
(-) Tributação PIS e COFINS	6.335	18.452
Efeito líquido de tributos	(62.151)	(181.028)

32. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	889.417	783.526	1.175.990	992.316
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	438.657	424.704
Atualização financeira – Ativos financeiros setoriais	-	-	268.203	27.730
Juros Selic s/ impostos a recuperar	16.199	32.665	215.482	213.047
Atualização depósito judicial	289	60	118.725	78.463
Comissão de aval	125.571	33.797	-	-
Atualização dos contratos de mútuos	61.662	84.491	-	-
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do PIS e COFINS	-	-	67.325	119.451
Tributos sobre receita financeira – PIS e COFINS	(54.323)	(43.118)	(160.288)	(128.566)
Receita Financeira CCEE	-	-	1.674	1.286
Outras	1.682	1.341	200.305	126.753
Total receitas financeiras	1.040.497	892.762	2.326.073	1.855.184
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas – juros	(1.291.869)	(1.014.343)	(3.716.815)	(2.836.336)
Encargos de dívidas – variação monetária cambial	(242.487)	(323.535)	103.629	(2.329.162)
(-) Transferência para ordens em curso	-	-	91.668	116.695
Marcação a Mercado de derivativos	276.041	190.698	723.095	(610.778)
Marcação a Mercado da dívida	(216.556)	580.272	(620.642)	1.306.305
Instrumentos Financeiros Derivativos	(192.538)	77.915	(1.789.520)	1.334.369
Atualização PEE e P&D	-	-	(20.741)	(17.475)
Ajuste a valor presente – AVP	(472)	(275)	(51.141)	(8.016)
Atualização provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	(27)	(58)	(104.184)	(54.437)
Despesas com IOF	-	-	(46.622)	(33.770)
Despesas Bancárias	(5.287)	(5.355)	(37.687)	(52.017)
Atualização financeira – Passivos financeiros setoriais	-	-	(82.052)	(104.480)
Juros e multa	(14)	(95)	(22.036)	(39.054)
Juros de incorporação de redes	-	-	(40.830)	(80.238)
Plano de saúde – Atuário	(747)	(869)	(15.356)	(15.985)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do PIS e COFINS	-	-	(55.114)	(107.722)
Outras	(5.948)	(3.951)	(59.764)	(58.846)
Total despesas financeiras	(1.679.904)	(499.596)	(5.744.112)	(3.590.947)
Despesas financeiras líquidas	(639.407)	393.166	(3.418.039)	(1.735.763)

33. Lucro por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações diluídas pelas opções de compra de ações exercíveis. A quantidade de ações calculadas é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações. O lucro por ação básico é diluído, como segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício – controladora	2.214.439	3.789.678
Média ponderada em milhares de ações	2.323.746	2.285.652
Lucro líquido básico por ação – R\$	0,9530	1,6580
Lucro líquido do exercício – consolidado	3.140.072	4.636.282
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	2.214.439	3.789.678
Acionistas não controladores	925.633	846.604
Lucro líquido do exercício – controladora	2.214.439	3.789.678
Média ponderada em milhares de ações	2.323.746	2.285.652
Efeito dilutivo programa ILP	1.668	1.308
Lucro líquido diluído por ação – R\$ ⁽¹⁾	0,9523	1,6571
Lucro líquido do exercício – consolidado	3.140.072	4.636.282
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	2.214.439	3.789.678
Acionistas não controladores	925.633	846.604

(1) Potencial efeito diluidor:

- Programa de remuneração variável (ILP)
- As Controladas indiretas LXTE e LMTE possui debêntures conversíveis em ações e opções de compra destas mesmas ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 20.

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

34.1 Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição de energia elétrica terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como, os fatores relevantes para a avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do exercício foram de R\$630.301 (R\$616.718 em 2024), assim como as principais premissas utilizadas, está divulgada na nota explicativa nº 14.1.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		352.524	352.524	134.301	134.301
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		6.153.279	6.153.279	5.882.326	5.882.326
Clientes		77.246	77.246	79.213	79.213
Títulos e créditos a receber		25	25	25	25
Créditos com partes relacionadas		382.033	382.033	370.497	370.497
		6.965.107	6.965.107	6.466.362	6.466.362
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	2.790.840	2.790.840	1.298.688	1.298.688
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	37.173	37.173
Instrumentos financeiros – Opção de compra de ações ⁽¹⁾	3	188.183	188.183	1.351.032	1.351.032
		2.979.023	2.979.023	2.686.893	2.686.893
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		57.894	57.894	44.252	44.252
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		8.476.961	8.495.913	10.145.930	10.191.111
Arrendamentos operacionais		3.722	3.722	2.298	2.298
		8.538.577	8.557.529	10.192.480	10.237.661
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		4.431.659	4.431.659	540.352	540.352
Instrumentos financeiros derivativos	2	407.608	407.608	466.176	466.176
		4.839.267	4.839.267	1.006.528	1.006.528

Consolidado					
	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		1.386.005	1.386.005	899.139	899.139
Clientes, consumidores, concessionárias e outros		5.194.740	5.194.740	4.946.714	4.946.714
Títulos de créditos a receber		10.684	10.684	12.206	12.206
Ativos financeiros setoriais		1.716.101	1.716.101	434.280	434.280
		8.307.530	8.307.530	6.292.339	6.292.339
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	9.562.086	9.562.086	8.073.265	8.073.265
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	17.715.205	17.715.205	14.530.813	14.530.813
Instrumentos financeiros derivativos	2	708.241	708.241	1.756.578	1.756.578
Instrumentos financeiros derivativos – Contratos futuros de energia	2	11.946	11.946	53.840	53.840
Instrumentos financeiros – Opção de compra de ações ⁽¹⁾	3	188.183	188.183	1.351.032	1.351.032
		28.185.661	28.185.661	25.765.528	25.765.528
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		3.058.250	3.058.250	2.796.124	2.796.124
Empréstimos e financiamentos, debêntures encargos de dívidas		24.549.857	24.642.236	28.834.375	28.997.663
Arrendamentos operacionais		148.113	148.113	129.672	129.672
Passivos financeiros setoriais		1.300.234	1.300.234	1.425.011	1.425.011
Parcelamento de impostos		378	378	893	893
		29.056.832	29.149.211	33.186.075	33.349.363
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		20.346.522	20.346.522	6.683.366	6.683.366
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.162.009	1.162.009	1.249.782	1.249.782
Instrumentos financeiros derivativos – Contratos futuros de energia	2	69.498	69.498	42.907	42.907
		21.578.029	21.578.029	7.976.055	7.976.055

⁽¹⁾ **Opção de compra de ações:**

Itaú Unibanco S/A

O Conselho de Administração aprovou em 27 de dezembro de 2018, a celebração de acordo de investimento e outras avenças firmado, com o Itaú Unibanco S/A ("Itaú") regulando os termos e condições gerais para o ingresso da instituição financeira como acionista preferencialista no quadro acionário da controlada EPM. O acordo previa que a Companhia detinha o direito de recompra da totalidade das ações preferenciais de emissão da EPM, o qual poderia ser exercida entre 10 de fevereiro de 2027 e 31 de dezembro de 2032, como também definia que todo e qualquer dividendo, fosse pago primeiramente as ações preferencias, até que o total pago correspondesse 55% do lucro líquido auferido pela EPM, conforme acordo de acionistas.

Em 12 de dezembro de 2025, o Itaú e a Companhia celebraram o contrato de compra e venda de ações e outras Avenças ("SPA"), por meio do qual o Itaú alienou, a totalidade das ações preferenciais de sua titularidade da controlada EPM à Companhia, no montante de R\$ 1.034.350, ficando rescindido e totalmente extinto de pleno direito e sem qualquer efeito jurídico para todos os fins, o acordo de acionista vigente até esta data. A Companhia passou a deter 100% da titularidade das ações ordinárias e preferenciais emitidas pela EPM e a baixa do instrumento financeiro – opção de compra de ações correspondente.

Banco Bradesco S/A

Em 11 de setembro de 2024 a Companhia celebrou acordo de investimento e outras avenças com o Banco Bradesco S/A, regulando os termos e condições gerais para o ingresso do Bradesco como acionista preferencialista no quadro acionário da controlada Energisa Participações Nordeste S/A (EPNE). Os direitos e obrigações da Companhia e do Bradesco, na qualidade de acionistas da EPNE, foram disciplinados por meio de acordo de acionistas celebrado entre as partes. O Acordo assegurou, à Companhia, uma opção de compra da totalidade das ações preferenciais de titularidade do Bradesco, exercível entre o 4º (quarto) e o 10º (décimo) aniversário da conclusão da operação, como também definiu que todo e qualquer dividendo, seja pago primeiramente as ações preferencias, até que o total pago equivalha 45% do lucro líquido auferido pela EPNE.

Com a efetivação da operação, o Bradesco passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais de emissão da EPNE, correspondentes a 23,64% do seu capital social total. A Companhia, por sua vez, é titular da totalidade das ações ordinárias de emissão da EPNE, passando a deter 76,36% de participação no seu capital total.

A mensuração do valor justo destes instrumentos é baseada em dados não observáveis uma vez que, para essas ações, existe uma opção de compra cujo valor é calculado com base no aporte realizado pelo acionista minoritário, corrigido por 100% do CDI acrescido de um spread menos os dividendos distribuídos (strike). O modelo utilizado para mensurar o valor justo das opções de compra é uma variante do modelo de Monte Carlo, geralmente empregada e reconhecida pelo mercado para esse tipo de opção, que oferece a flexibilidade necessária para incorporar todas as condições contratuais. Os dados empregados nesses cálculos foram obtidos de fontes confiáveis e de mercado, tais como a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e BACEN, sempre que aplicável. O acionista minoritário não detém a opção de venda, sendo que o risco de investimento (*equity risk*) do minoritário está sob o controle da controladora, que exerce ou não a sua opção de compra.

Em 2025 os instrumentos financeiros de Nível 3 mensurado a valor justo demonstra o montante de R\$188.183 (R\$1.351.032 em 2024) correspondente ao valor justo apurado pela Administração, reconhecido no resultado financeiro da controladora e no consolidado.

34.2 Categoria dos instrumentos financeiros

Hedge Accounting

A Companhia e suas controladas efetuam a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo *swap* (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como *hedge accounting*. Essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia e suas controladas documentaram: (i) a relação de *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*.

Os contratos de *swap* são designados e efetivos como *hedge* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o *hedge* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *hedge* foi impactado em R\$535.422 (R\$1.228.881 em 2024) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (*Fair Value Option*) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 2025, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado têm quaisquer ganhos ou perdas, resultantes de sua re-mensuração, reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício de 2025, o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$85.220 (devedor) (R\$77.424 devedor em 2024) e reconhecido no resultado financeiro consolidado no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado financeiro.

34.3 Gerenciamento dos riscos

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visam identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício são:

	Consolidado	
	2025	2024
Dívida ⁽¹⁾	44.896.379	35.517.741
Caixa e equivalentes de caixa	(1.386.005)	(899.139)
Dívida líquida	43.510.374	34.618.602
Patrimônio líquido	19.198.419	17.279.498
Índice de endividamento líquido	2,27	2,00

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme, detalhado nas notas explicativas nº 20 e 21.

b) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados até os vencimentos contratuais originais e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		51.013	-	-	-	6.881	57.894
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	14,99%	1.701.279	627.221	3.618.071	8.429.573	6.401.352	20.777.496
Instrumentos Financeiros Derivativos		8.206	8.615	24.625	65.898	300.264	407.608
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	-	-	-	(188.183)	(188.183)
Total		1.760.498	635.836	3.642.696	8.495.471	6.520.314	21.054.815

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		2.892.486	-	-	-	165.764	3.058.250
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	14,10%	5.418.682	4.997.529	16.450.316	25.613.627	31.025.350	83.505.504
Instrumentos Financeiros Derivativos		318.038	95.852	(150.011)	(33.206)	223.095	453.768
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	40.233	-	-	(170.864)	(130.631)
Total		8.629.206	5.133.614	16.300.305	25.580.421	31.243.345	86.886.891

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pelas distribuidoras de energia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma

redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição dessas controladas quanto a variação no custo da energia.

c) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber de clientes, consumidores, concessionárias e outros, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber das suas controladas distribuidoras de energia elétrica. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	352.524	134.301	1.386.005	899.139
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	8.944.119	7.181.014	9.562.086	8.073.265
Clientes, consumidores, concessionárias e outros	7	77.246	79.213	5.194.740	4.946.714
Títulos de créditos a receber	-	25	25	10.684	12.206
Ativos financeiros setoriais	10	-	-	1.716.101	434.280
Ativo financeiro indenizável da concessão	14	-	-	17.715.205	14.530.813
Instrumentos financeiros derivativos	34	-	37.173	720.187	1.810.418

d) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

As dívidas da Companhia e suas controladas são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

O montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia e suas controladas em 2025, excluídos os efeitos dos custos com captação, é de R\$45.456.573 (R\$35.850.274 em 2024), e R\$5.877.295 (R\$7.671.617 em 2024) estão representados em moedas estrangeiras conforme notas explicativas nº20 e nº21.

Para os contratos suscetíveis às variações de moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o exercício findo em dezembro de 2025 com redução de 11,14% sobre dezembro de 2024, cotado a R\$5,5024/USD (R\$6,1923/USD em 2024). A volatilidade histórica do dólar norte-americano em dezembro de 2025 era de 10,12%, enquanto em dezembro de 2024 foi de 14,51%.

O balanço patrimonial da controladora e o consolidado apresentam os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e às taxas de juros, que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante	-	37.173	117.256	565.220
Ativo não circulante	188.183	1.351.032	791.114	2.596.230
Total do ativo	188.183	1.388.205	908.370	3.161.450
Passivo circulante	16.821	2.248	571.379	530.338
Passivo não circulante	390.787	463.928	660.128	762.351
Total do passivo	407.608	466.176	1.231.507	1.292.689

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. Essas proteções estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Empresa / Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ESA - Controladora					
Resolução 4131 - Citibank	45.353	(SOFR + 0,53%) x 117,647%	CDI + 0,50%	17/06/2026	Fair Value Option
EMR					
Resolução 4131 - Bank of America	20.243	USD + 6,2824%	CDI + 1,58%	29/01/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	18.197	USD + 5,3160%	CDI + 1,10%	16/12/2027	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 - Scotiabank	44.265	USD + 6,31%	CDI + 1,57%	09/03/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.201	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	58.824	SOFR + 1,50%	CDI + 1,25%	14/06/2028	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Merrill Lynch	20.070	USD + 6,3882%	CDI + 1,35%	20/03/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	31.071	USD + 5,5755%	CDI + 1,40%	16/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	21.466	USD + 5,1955%	CDI + 1,10%	16/12/2027	Fair Value Option
ESS					
Resolução 4131 - Santander	18.007	USD + 6,38%	CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	45.784	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	8.271	USD + 5,3160%	CDI + 1,10%	16/12/2027	Fair Value Option
ERO					
Resolução 4131 - Santander	53.626	USD + 6,35%	CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	39.548	SOFR + 0,5806%	CDI + 0,45%	28/09/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	41.376	SOFR + 1,47%	CDI + 1,10%	14/06/2027	Fair Value Option
ECOM					
Resolução 4131 - BOCOM BBM	7.820	USD + 7,24%	CDI + 1,42%	27/05/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - BOCOM BBM	9.195	USD + 5,56%	CDI + 1,15%	05/09/2028	Fair Value Option
Resolução 4131 - BOCOM BBM	6.421	USD + 5,10%	CDI + 0,60%	17/12/2026	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Bank of America	36.495	USD + 6,2824%	CDI + 1,25%	24/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	28.744	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	47.089	SOFR + 1,50%	CDI + 1,25%	14/06/2028	Fair Value Option
ESE					
Resolução 4131 - Citibank	71.560	(SOFR + 0,93%) x 117,647%	CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
ALSOL					
Resolução 4131 - Scotiabank	33.096	USD + 5,36%	CDI + 0,95%	21/01/2028	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	30.840	(SOFR + 0,52%) x 117,647%	CDI + 0,55%	06/03/2026	Fair Value Option
EPB					
Resolução 4131 - Scotiabank	3.849	USD + 6,31%	CDI + 1,57%	09/03/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Santander	30.388	USD + 6,35%	CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	22.540	(SOFR + 0,93%) x 117,647%	CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	36.456	USD + 5,2471%	CDI + 0,45%	10/09/2026	Fair Value Option
ES GÁS					
Resolução 4131 - Scotiabank	82.857	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option

Empresa / Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - J.P. Morgan	27.248	USD + 5,3294%	CDI + 0,50%	23/06/2026	Fair Value Option
ETE					
Resolução 4131 - Bank of America	15.690	USD + 6,1882%	CDI + 0,69%	22/12/2026	Fair Value Option
LXTE					
Resolução 4131 - BOCOM BBM	9.432	USD + 5,22%	CDI + 0,73%	16/09/2027	Fair Value Option
LMTE					
Resolução 4131 - BOCOM BBM	16.223	USD + 5,22%	CDI + 0,73%	16/09/2027	Fair Value Option
AGRIC					
Resolução 4131 - Citibank	4.577	(SOFR + 0,53%) x 117,647%	CDI + 0,55%	10/08/2026	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de *swap* de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao notional de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de *swap* de juros estão relacionadas a seguir:

Empresa / Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ESA - Controladora					
XP	164.485	IPCA + 6,1666%	CDI + 0,65%	16/09/2030	Fair Value Hedge
XP	443.968	IPCA + 6,4526%	CDI + 0,90%	15/09/2033	Fair Value Hedge
BTG Pactual	289.778	IPCA + 6,4526%	CDI + 0,88%	15/09/2033	Fair Value Hedge
Bradesco	289.778	IPCA + 6,4526%	CDI + 0,891%	15/09/2033	Fair Value Hedge
XP	592.806	IPCA + 6,1581%	CDI + 0,15%	15/04/2031	Fair Value Hedge
Bradesco	725.037	IPCA + 6,4045%	CDI + 0,44%	15/04/2039	Fair Value Hedge
XP	521.719	IPCA + 4,4744%	CDI - 1,54%	15/10/2030	Fair Value Hedge
BTG Pactual	689.259	IPCA + 6,4364%	CDI + 0,04%	15/09/2034	Fair Value Hedge
EMR					
J.P. Morgan	1.261	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Bradesco	159.000	IPCA + 7,2318%	CDI - 0,25%	15/10/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	106.000	IPCA + 7,1146%	CDI - 0,19%	15/10/2040	Fair Value Hedge
EMT					
J.P. Morgan	3.657	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	181.887	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	Não Designada
BR Partners	351.475	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,705%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners	164.437	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,717%	15/04/2029	Fair Value Hedge
BR Partners	95.563	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,880%	15/04/2032	Fair Value Hedge
Bradesco	365.535	IPCA + 6,1076%	CDI + 0,7275%	17/02/2031	Fair Value Hedge
XP	85.807	IPCA + 4,4744%	CDI - 1,54%	15/10/2030	Fair Value Hedge
BTG Pactual	200.000	IPCA + 7,0292%	CDI - 0,67%	15/12/2034	Fair Value Hedge
Itaú	360.000	BRL + 13,70%	CDI - 0,16%	17/05/2032	Fair Value Hedge
BTG Pactual	550.000	IPCA + 7,0999%	CDI - 0,22%	17/09/2035	Fair Value Hedge
BTG Pactual	450.000	IPCA + 6,9467%	CDI - 0,16%	17/09/2040	Fair Value Hedge
Bradesco	198.000	IPCA + 7,2318%	CDI - 0,25%	15/10/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	132.000	IPCA + 7,1146%	CDI - 0,19%	15/10/2040	Fair Value Hedge
ETO					
J.P. Morgan	3.304	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
J.P. Morgan	82.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners	55.689	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,717%	15/04/2029	Fair Value Hedge
BR Partners	34.311	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,880%	15/04/2032	Fair Value Hedge
Bradesco	387.235	IPCA + 7,30%	CDI + 0,078%	15/05/2035	Fair Value Hedge
ESS					
J.P. Morgan	2.977	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
BR Partners	81.000	IPCA + 6,0996%	CDI + 0,814%	15/01/2032	Fair Value Hedge
ABC Brasil	193.617	IPCA + 7,30%	CDI + 0,055%	15/05/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	144.000	IPCA + 7,2318%	CDI - 0,25%	15/10/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	96.000	IPCA + 7,1146%	CDI - 0,19%	15/10/2040	Fair Value Hedge
ERO					
J.P. Morgan	92.800	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
Bank of America	253.694	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,789%	15/04/2029	Fair Value Hedge
Bank of America	156.306	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,945%	15/04/2032	Fair Value Hedge
Itaú	290.000	BRL + 13,70%	CDI - 0,16%	17/05/2032	Fair Value Hedge
Itaú	264.000	IPCA + 7,2856%	CDI - 0,20%	15/10/2035	Fair Value Hedge
Itaú	176.000	IPCA + 7,1683%	CDI - 0,16%	15/10/2040	Fair Value Hedge
ETE					
Santander	51.462	IPCA + 5,14%	105,15% CDI	15/12/2028	Fair Value Hedge
XP	101.398	IPCA + 4,4744%	CDI - 1,54%	15/10/2030	Fair Value Hedge
EMS					
J.P. Morgan	3.733	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge

Empresa / Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú	148.501	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	Não Designada
J.P. Morgan	320.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,85%	15/10/2031	Fair Value Hedge
XP	365.535	IPCA + 6,1076%	CDI + 0,72%	17/02/2031	Fair Value Hedge
ABC Brasil	254.932	IPCA + 6,4364%	CDI + 0,04%	15/09/2034	Fair Value Hedge
Itaú	410.000	BRL + 13,70%	CDI - 0,16%	17/05/2032	Fair Value Hedge
Safra	540.000	IPCA + 7,0461%	CDI - 0,31%	17/09/2035	Fair Value Hedge
BTG Pactual	360.000	IPCA + 6,9467%	CDI - 0,16%	17/09/2040	Fair Value Hedge
ESE					
J.P. Morgan	2.472	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	59.006	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	Não Designada
J.P. Morgan	58.928	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners	68.000	IPCA + 5,7360%	CDI + 0,509%	15/07/2027	Fair Value Hedge
Bradesco	350.000	IPCA + 7,1536%	CDI - 0,15%	17/09/2035	Fair Value Hedge
ABC Brasil	240.000	IPCA + 6,9467%	CDI - 0,15%	17/09/2040	Fair Value Hedge
EPB					
J.P. Morgan	4.035	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA	49.924	IPCA + 5,11%	CDI + 0,25%	15/10/2026	Não Designada
J.P. Morgan	54.634	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners	63.000	IPCA + 6,0123%	CDI + 0,755%	15/01/2030	Fair Value Hedge
XP	115.293	IPCA + 6,1581%	CDI + 0,15%	15/04/2031	Fair Value Hedge
Bradesco	159.230	IPCA + 6,4045%	CDI + 0,44%	15/04/2039	Fair Value Hedge
Bradesco	297.000	IPCA + 7,2318%	CDI - 0,25%	15/10/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	198.000	IPCA + 7,1146%	CDI - 0,19%	15/10/2040	Fair Value Hedge
EPA I					
XP	174.291	IPCA + 1,8834%	CDI - 3,88%	16/04/2040	Não Designada
EPA II					
XP	220.812	IPCA + 1,6834%	CDI - 4,07%	16/07/2040	Não Designada
EAM					
J.P. Morgan	41.638	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas relacionados a risco com variação cambial, cujos valores foram contabilizados como *Fair Value Option*, vigentes em 2025 e 2024.

Controladora

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida (Objeto de <i>hedge</i>)	250.000	150.000	Moeda Estrangeira	(248.591)	(190.409)
Swap cambial (Instrumento de <i>hedge</i>)	250.000	150.000	Posição ativa		
			Moeda estrangeira	248.591	190.409
			Posição passiva		
			Taxa de juros CDI	(251.288)	(153.236)
			Posição líquida swap	(2.697)	37.173
			Posição líquida da dívida + swap	(251.288)	(153.236)

Consolidado

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida (Objeto de hedge)	5.810.886	6.685.532	Moeda estrangeira	(5.876.829)	(7.671.043)
Swap cambial (Instrumento de hedge)	5.810.886	6.685.532	Posição ativa		
			Moeda estrangeira	5.876.829	7.671.043
			Posição passiva		
			Taxa de juros CDI	(6.073.827)	(6.923.764)
			Posição líquida swap	(196.998)	747.279
			Posição líquida dívida + swap	(6.073.827)	(6.923.764)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação da taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo (*Fair Value Hedge*), conforme demonstrado abaixo:

Controladora

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida (Objeto de hedge)	3.716.830	3.939.296	Taxa pré e pós-fixada	(4.193.350)	(3.788.883)
Swap de juros (Instrumento de hedge)	3.716.830	3.939.296	Posição ativa		
			Taxa pré e pós-fixada	4.192.943	3.788.888
			Posição passiva		
			Taxa de juros CDI	(4.597.854)	(4.255.064)
			Posição líquida swap	(404.911)	(466.176)
			Posição líquida dívida + swap	(4.598.261)	(4.255.059)

Consolidado

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida (Objeto de hedge)	14.146.209	9.784.346	Taxa pré e pós-fixada	(14.584.014)	(9.028.501)
Swap de juros (Instrumento de hedge)	14.146.209	9.784.346	Posição ativa		
			Taxa pré e pós-fixada	15.488.732	10.132.580
			Posição passiva		
			Taxa de juros CDI	(15.745.502)	(10.373.065)
			Posição líquida swap	(256.770)	(240.485)
			Posição líquida dívida + swap	(14.840.784)	(9.268.986)

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de dezembro de 2025 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 20 e 21 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central.

34.4 Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2025, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Controladora:

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida em moeda estrangeira	(250.000)		(238.774)	(298.115)	(357.457)
Variação da dívida			11.226	(48.115)	(107.457)
Swap cambial					
Posição ativa					
Instrumentos financeiros derivativos	248.591	Alta do Câmbio	237.365	296.706	356.047
Variação			(11.226)	48.115	107.456
Posição passiva					
Instrumentos financeiros derivativos - Taxa de juros CDI	(251.288)		(251.288)	(251.288)	(251.288)
Subtotal	(2.697)		(13.923)	45.418	104.759
Total líquido	(252.697)		(252.697)	(252.697)	(252.698)

Consolidado

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(5.810.886)		(5.329.168)	(6.677.946)	(8.026.724)
Variação Dívida			481.718	(867.060)	(2.215.838)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.876.829	Alta do Câmbio	5.395.111	6.743.889	8.092.667
Variação			(481.718)	867.060	2.215.838
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(6.073.827)		(6.073.827)	(6.073.827)	(6.073.827)
Subtotal	(196.998)		(678.716)	670.062	2.018.840
Total Líquido	(6.007.884)		(6.007.884)	(6.007.884)	(6.007.884)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2025, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$(252.697) na controladora e R\$(6.007.884) no consolidado, em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2025, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Controladora

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida em moeda local – Taxa de juros	(3.716.830)		(3.716.830)	(3.716.830)	(3.716.830)
Swap de juros					
Posição ativa					
Instrumentos financeiros derivativos – Pré e Pós	4.192.943	Alta do CDI	4.192.943	4.192.943	4.192.943
Posição passiva					
Instrumentos financeiros derivativos – CDI	(4.597.854)		(4.597.854)	(5.467.320)	(6.523.445)
Variação			-	(869.466)	(1.925.591)
Subtotal	(404.911)		(404.911)	(1.274.377)	(2.330.502)
Total líquido	(4.121.741)		(4.121.741)	(4.991.207)	(6.047.332)

Consolidado

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida em moeda local – Taxa de juros	(14.146.209)		(14.146.209)	(14.146.209)	(14.146.209)
Swap de juros					
Posição ativa					
Instrumentos financeiros derivativos – Pré e Pós	15.488.732	Alta do CDI	15.488.732	15.488.732	15.488.732
Posição passiva					
Instrumentos financeiros derivativos – CDI	(15.745.502)		(15.745.502)	(18.511.556)	(21.905.624)
Variação			-	(2.766.054)	(6.160.122)
Subtotal	(256.770)		(256.770)	(3.022.824)	(6.416.892)
Total líquido	(14.402.979)		(14.402.979)	(17.169.033)	(20.563.101)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do CDI futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de IPCA é mantida constante e a curva de CDI é recalculada.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros em 31 de dezembro de 2025 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	9.562.086	Alta CDI	1.171.356	1.464.195	1.757.034
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(6.073.827)	Alta CDI	(744.044)	(930.055)	(1.116.066)
	(15.518.731)	Alta CDI	(1.901.045)	(2.376.306)	(2.851.568)
	(820.394)	Alta TJLP	(75.148)	(93.935)	(112.722)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(20.281.887)	Alta IPCA	(864.008)	(1.080.010)	(1.296.012)
	(115.169)	Alta INPC	(4.492)	(5.615)	(6.738)
	(1.051.527)	Alta TR	(20.715)	(25.894)	(31.073)
Subtotal ⁽²⁾	(43.861.535)		(3.609.452)	(4.511.815)	(5.414.179)
Total -perdas ⁽²⁾	(34.299.449)		(2.438.096)	(3.047.620)	(3.657.145)

⁽¹⁾ Considera o CDI e SELIC de 31 de dezembro de 2026 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2025, TR 1,97% ao ano, TJLP 9,16% ao ano, INPC 3,90% ao ano e IPCA 4,26% ao ano.

⁽²⁾ Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$1.595.038

35. Benefícios pós emprego

35.1 Composição dos saldos do déficit atuarial dos planos de aposentadoria e pensão, prêmio/gratificação de aposentadoria e plano de saúde

Empresas	Prêmio / Gratificação Aposentadoria	Planos de saúde	Plano de previdência				Total	
			Passivo atuarial - Plano BD	Contratos de dívida / Serviço Passado		Total Planos de previdência		
				Plano BD	Plano CD		2025	2024
ESA - Controladora	7.321	6.579	-	-	-	-	13.900	12.123
EMR	8.323	5.163	-	-	-	-	13.486	15.564
ESE	4.937	35.540	23.974	14.038	29.251	67.263	107.740	163.078
EPB	-	6.985	-	66.509	20.935	87.444	94.429	103.853
EMT	-	12.350	-	1.355	10.143	11.498	23.848	27.442
EMS	-	8.485	-	-	-	-	8.485	18.118
ESS	-	20.201	-	2.596	9.480	12.076	32.277	37.200
ETO	486	13.097	-	1.723	2.428	4.151	17.734	19.386
ERO ⁽¹⁾	-	6	21.153	-	-	21.153	21.159	23.051
EAC	-	13	-	-	-	-	13	16
EAM	-	1	-	-	-	-	1	4
ESOL	1.255	664	-	-	-	-	1.919	2.726
ALSOL	-	-	-	-	-	-	-	1
ESOLC	-	-	-	-	-	-	-	66
MULTI	-	359	-	-	-	-	359	6
LMTE	-	3	-	-	-	-	3	-
LTTE	-	2	-	-	-	-	2	-
LXTE	-	7	-	-	-	-	7	-
ETT I	-	12	-	-	-	-	12	-
ECOM	2	8	-	-	-	-	10	10
VOLTZ	-	3	-	-	-	-	3	3
EPLAN	2	-	-	-	-	-	2	2
SOBR	15	15	-	-	-	-	30	27
Total Consolidado	22.341	109.493	45.127	86.221	72.237	203.585	335.419	422.676
Circulante	2.452	14.221	2.962	8.444	21.461	32.867	49.539	67.355
Não circulante	19.889	95.272	42.165	77.777	50.776	170.718	285.880	355.321
Benefícios pós-emprego							176.961	230.288
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							158.458	192.388

⁽¹⁾ Refere-se a uma contribuição extraordinária, de caráter opcional, para custeio de tempo de serviço passado, coberta de forma paritária pelo patrocinador e pelos participantes do Plano Energisa Rondônia CD que atendiam o critério de inscritos no Plano CD até 30 de setembro de 2017, e que tinham ingressado no quadro de empregados do patrocinador em data anterior a setembro de 2011.

35.2 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a plano de contribuição variável e plano de contribuição definida.

Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Já os planos na modalidade contribuição definida não estão sujeitos à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação no âmbito do CPC 33 (R1) / IAS 19.

A administração desses planos é realizada por meio das instituições elencadas a seguir:

- Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e

financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Complementar.

- INERGUS – Instituto Energipe de Seguridade Social, pessoa jurídica de direito privado, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 3.761, de 20/05/1986 do Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Complementar, responsável pela gestão apenas do plano Plano BD-1 patrocinado pela ESE.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia e suas controladas são:

Plano	Modalidade do plano	Patrocinadora (as)	Status	Data Instituição	Benefício
Plano BD-1 - Inergus	BD	ESE	Fechado	20/05/1986	Assegura benefícios suplementares: . Aposentadoria por tempo de serviço/idade; . Aposentadoria por invalidez, auxílio-doença; . Aposentadoria especial; . Abono anual; . Pensão por morte; . Auxílio-reclusão.
Plano Sergipe Saldado	BD	ESE	Fechado	18/12/2008	• Complementação de aposentadoria saldada por tempo de serviço; • Complementação de aposentadoria saldada especial; • Complementação de aposentadoria saldada por idade; • Complementação de aposentadoria saldada por invalidez; • Pensão saldada por morte e pecúlio saldado por morte; • Abono saldado anual; • Auxílio-reclusão saldado.
Plano Sergipe CD	CD	ESE	Fechado	18/12/2008	• Benefício programado; • Benefício de renda por invalidez; • Benefício de pensão por morte. • Abono anual.
Plano Elétricas BD	BD	ETO e ESS	Fechado	01/08/1986	Assegura benefícios suplementares: . Aposentadoria por tempo de serviço/idade; . Aposentadoria por invalidez, auxílio-doença; . Aposentadoria especial; . Abono anual; . Pensão por morte e pecúlio por morte.
Plano Elétricas OP	CV	ETO, ESS e EMS	Fechado	01/01/1999	• Renda Mensal, com reversão aos beneficiários; • Pecúlio por Invalidez ou Morte.
Plano Cemat BD-I	BD	EMT	Fechado	01/01/1994	• Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; • Complementação de aposentadoria especial; • Complementação de aposentadoria por idade; • Complementação de aposentadoria por invalidez; • Complementação de pensão por morte; e • Complementação de abono anual.
Plano Cemat OP	CV	EMT	Fechado	01/01/1999	• Renda Mensal, com reversão aos beneficiários; • Pecúlio por Invalidez ou Morte.
Plano I	BD	EMS	Fechado	18/07/1989	• Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; • Complementação de aposentadoria especial; • Complementação de aposentadoria por idade; • Complementação de aposentadoria por invalidez; • Complementação de pensão por morte; e • Complementação de abono anual.
Plano II	CV	EMS	Fechado	01/05/2002	• Aposentadoria normal ou antecipada; • Aposentadoria por invalidez; • Pensão por morte de ativo; e • Pensão por morte de aposentado.
Plano Risco	BD	ETO, ESS, EMS e EMT	Fechado	01/08/1986	• Suplementação da aposentadoria por invalidez; • Suplementação do auxílio-doença; • Abono Anual; • Suplementação da pensão por morte; e • Pecúlio por morte.
Plano Funasa PO	BD	EPB	Fechado	25/02/1987	Assegura benefícios suplementares: . Aposentadoria por tempo de contribuição/idade; . Aposentadoria por invalidez; . Aposentadoria especial; . Abono anual; . Pensão e pecúlio por morte.
Plano Funasa PCD	CD	EPB	Fechado	19/12/2008	• Benefício programado; • Benefício de renda por invalidez; • Benefício de pensão por morte. • Abono anual.
Plano Funasa Saldado	BD	EPB	Fechado	19/12/2008	• Complementação de aposentadoria saldada por tempo de contribuição;

Plano	Modalidade do plano	Patrocinadora (as)	Status	Data Instituição	Benefício
					• Complementação de aposentadoria saldada especial; • Complementação de aposentadoria saldada por idade; • Complementação de aposentadoria saldada por invalidez; • Pensão saldada por morte e pecúlio saldado por morte; • Abono saldado anual.
Plano Energisa Sudeste	CV	ESA, EMT, ETO, ESS, EMS, EMR, ESOL, ECOM, EPLAN, EPB, ESE, ESOLC, ERO, EAC, ESEA e SOBR	Fechado	01/07/1981	• Complementação de aposentadoria por tempo de serviço; • Complementação de aposentadoria por idade; • Complementação de aposentadoria por invalidez; • Complementação de pensão por morte; • Complementação de abono anual; • Aposentadoria; • Benefício por Invalidez; • Pensão por Morte.
Plano Energisa Rondônia	CD	ERO	Fechado	26/07/2011	Plano encerrado.
Plano Energisa Acre	CD	EAC	Fechado	26/11/2008	Plano encerrado.
Plano Energisa CD	CD	ESA, EMT, ETO, ESS, EMS, EMR, ESOL, ECOM, EPLAN, EPB, ESE, ESOLC, ERO, EAC, ESEA, SOBR, EGO, EPA, ALSOL, ETT, GEMINI, ES GÁS	Aberto	07/04/2017	• Aposentadoria; • Benefício por invalidez; • Pensão por morte.

O custeio dos planos Sergipe Saldado, Risco e Funasa Saldado é realizado exclusivamente pela Patrocinadora. Os demais planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes desse plano está apresentado a seguir:

Plano Energisa CD	Consolidado	
	2025	2024
Ativos	13.449	13.068
Autopatrocinados	44	45
Benefício Proporcional Diferido - BPD	421	319
Assistidos	1.868	1.952
Total	15.782	15.384

35.2.1 Situação financeira dos planos de benefícios definido – avaliação atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2025, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) / IAS 19- Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

a. Número de participantes/beneficiários:

	Consolidado	
	2025	2024
Ativos	160	181
Assistidos	568	656
Beneficiários Pensionistas	467	379
Total	1.195	1.216

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	Avaliação atuarial 2025											
	BD-1 - INERGUS	SERGIPE SALDADO	FUNASA P0	FUNASA SALDADO	SUDESTE	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	Plano I	Plano II
I - Premissas Biométricas												
Tábua de Mortalidade Geral ⁽¹⁾	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo (4)	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	Não Aplicável	LIGHT (Frac)	N/A	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	Não Aplicável	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Tábua de Mortalidade de Inválidos ⁽¹⁾	MI 85	MI 85	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	N/A	MI-85 por sexo	MI-85	Não Aplicável	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Composição Familiar (Ativos)	Não aplicável	Não aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Família Média Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas												
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	7,33%	7,12%	7,54%	7,12%	7,54%	7,12%	7,33%	7,12%	7,33%	7,33%	7,54%	7,12%
Expectativa de Inflação Futura	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	11,62%	11,40%	11,84%	11,40%	11,84%	11,40%	11,62%	11,40%	11,62%	11,62%	11,84%	11,40%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	100%	100%	Não Aplicável	Nula	Nula	Nula	100%	Nula	Nula	100%	100%
Taxa de Crescimento Real de Salários	Não aplicável	Não aplicável	2,19%	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	2,19%	Não Aplicável	Não Aplicável	2,19%
0%Taxa de Rotatividade	0%	0%	0%	0%	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	0%	0%	0%	0%
III - Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

	Avaliação atuarial 2024											
	BD-1 - INERGUS	SERGIPE SALDADO	FUNASA P0	FUNASA SALDADO	SUDESTE	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	Plano I	Plano II
I - Premissas Biométricas												
Tábua de Mortalidade Geral ⁽¹⁾	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo (4)	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	Não Aplicável	LIGHT (Frac)	N/A	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	Não Aplicável	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Tábua de Mortalidade de Inválidos ⁽¹⁾	MI 85	MI 85	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	N/A	MI-85 por sexo	MI-85	Não Aplicável	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Composição Familiar (Ativos)	Não aplicável	Não aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Família Média Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas												
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial (*)	6,85%	6,79%	6,85%	6,71%	6,79%	6,71%	6,79%	6,71%	6,79%	6,79%	6,85%	6,79%
Expectativa de Inflação Futura	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos (**)	11,12%	11,06%	11,13%	10,97%	11,06%	10,97%	11,06%	10,97%	11,06%	11,97%	11,13%	11,06%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	100%	100%	Não Aplicável	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	100%	100%

	Avaliação atuarial 2024											
	BD-1 - INERGUS	SERGIPE SALTADO	FUNASA PO	FUNASA SALTADO	SUDESTE	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	Plano I	Plano II
Taxa de Crescimento Real de Salários	Não aplicável	Não aplicável	2,19%	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	2,19%	Não Aplicável	Não Aplicável	2,19%
Taxa de Rotatividade	0%	0%	0%	0%	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	0%	0%	0%	0%
III - Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(*) As Taxas Real de Desconto da Obrigação Atuarial entre empresas com o mesmo plano podem ter percentuais diferentes. Em 2025 os percentuais da taxa de crescimento real de salários do Plano BD-I e Plano R foram de 7,12%, 7,33% e 7,54% (6,71%, 6,79% e 6,85% em 2024)

(**) As Taxas de Rendimento Esperado dos Ativos entre empresas com o mesmo plano podem ter percentuais diferentes. Em 2025 os percentuais da taxa de rendimento dos ativos do Plano BD-I e Plano R foram de 10,40%, 10,97%, 11,06%, 11,62% e 11,84% (10,97%, 11,06%, 11,12% e 11,13% em 2024).

(1) Tábuas específicas por sexo.

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1) / IAS 19.

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) / IAS 19 e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

c. Conciliação da posição dos planos

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão das controladas:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	Consolidado	
	2025	2024
Valor justo dos ativos em 2024 e 2023	303.790	304.390
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(18.027)	(11.396)
Retorno esperado dos ativos do plano	34.881	32.372
Contribuições do empregador.	13.295	13.092
Contribuições dos participantes do plano	2.353	2.841
Benefícios pagos	(36.307)	(37.509)
Valor justo dos ativos em 2025 e 2024	299.985	303.790

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	Consolidado	
	2025	2024

Valor presente das obrigações em 2024 e 2023	384.648	420.576
Custo do serviço corrente	16	17
Custo dos juros	41.743	41.621
Contribuições de participantes	2.353	2.841
(Ganhos)/Perdas atuariais	(14.919)	(42.898)
Custo de Serviço Passado (encurtamento)	(32.756)	-
Benefícios pagos	(36.307)	(37.509)
Valor presente das obrigações em 2025 e 2024	344.778	384.648

Posição Líquida dos planos	Consolidado	
	2025	2024
Valor justo dos ativos	299.985	303.790
Valor presente das obrigações	(344.778)	(384.648)
Posição Líquida	(44.793)	(80.858)
Limite do Ativo	(41.836)	(42.817)
Déficit/Superávit passível de reconhecimento	(86.629)	(123.676)

Valor líquido reconhecido nas demonstrações financeiras.

Movimentação dos Saldos	Consolidado	
	2025	2024
Posição líquida em 2024 e 2023	123.676	158.701
Efeito em outros resultados abrangentes (ORA)	(3.377)	(36.547)
Contribuição do empregador	(12.530)	(12.080)
Impacto decorrente de redução no plano (Encurtamento/curtailment)	(32.756)	-
Limite do ativo	4	-
Efeito no resultado do exercício	11.612	13.602
Posição líquida em 2025 e 2024	86.629	123.676

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2026 segundo os critérios do CPC 33 (R1) / IAS 19:

	Consolidado	
	2026	
Custo do Serviço Corrente	11	
Custo dos juros	22.196	
Retorno dos Ativos do Plano	(13.775)	
Total da despesa bruta a ser reconhecida	8.432	

d. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos:

	2025											
	BD-1 INERGUS	SERGIPE SALDADO	FUNASA PO	FUNASA SALDADO	SUDESTE	ELÉTRICA S BD	ELÉTRICA S PO	RISCO	CEMAT BD-I	CEMAT OP	PLANO I	PLANO II
Investimentos:												
Títulos públicos	0,00%	89,78%	82,20%	86,11%	43,70%	77,61%	78,05%	70,29%	77,31%	90,50%	89,46%	84,79%
Créditos privados e depósitos	0,00%	0,00%	7,67%	8,26%	0,17%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,95%
Fundos de investimento	0,00%	10,05%	7,36%	5,57%	53,02%	22,37%	21,75%	29,21%	21,86%	9,39%	10,41%	13,20%
Investimento imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com participantes	0,00%	0,17%	0,12%	0,06%	3,11%	0,02%	0,20%	0,50%	0,83%	0,11%	0,13%	0,06%
Outros	0,00%	0,00%	2,65%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

	2024											
	BD-1 INERGUS	SERGIPE SALDADO	FUNASA PO	FUNASA SALDADO	SUDESTE	ELÉTRICA S BD	ELÉTRICA S PO	RISCO	CEMAT BD-I	CEMAT OP	PLANO I	PLANO II
Investimentos:												
Títulos públicos	0,00%	91,64%	76,38%	85,78%	32,70%	75,07%	74,03%	73,96%	74,19%	85,52%	90,53%	85,32%

	2024											
	BD-1 INERGUS	SERGIPE SALDADO	FUNASA PO	FUNASA SALDADO	SUDESTE	ELÉTRICA S BD	ELÉTRICA S PO	RISCO	CEMAT BD-I	CEMAT OP	PLANO I	PLANO II
Créditos privados e depósitos	0,00%	0,00%	2,24%	0,00%	0,18%	1,02%	1,35%	0,73%	1,81%	0,88%	0,00%	0,00%
Fundos de investimento	0,00%	8,15%	15,30%	14,14%	64,01%	23,89%	23,87%	24,66%	23,04%	13,44%	9,32%	11,47%
Investimento imobiliário	0,00%	0,00%	5,90%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com participantes	0,00%	0,21%	0,18%	0,08%	3,11%	0,02%	0,75%	0,65%	0,96%	0,16%	0,15%	0,06%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

e. Análise de Sensibilidade

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,5% e 0,5% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

2025				
Empresas	Plano Beneficiário	Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,5% e 0,5%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,5% e 0,5%
EMT	CEMAT BD-I	2.445	2.524	2.370
EMT	CEMAT OP	18.568	19.162	18.002
EMT	RISCO	10.690	11.034	10.361
ESS	ELÉTRICAS BD	17.472	18.032	16.941
ESS	ELÉTRICAS OP	7.693	7.939	7.458
ESS	RISCO	3.680	3.799	3.567
ETO	ELÉTRICAS BD	1.287	1.328	1.248
ETO	ELÉTRICAS OP	32	33	31
ETO	RISCO	4.497	4.642	4.359
EMS	Plano I	31.863	32.012	31.716
EMS	Plano II	27.387	27.516	27.260
EPB	FUNASA DB-1	109.495	113.145	106.025
EPB	FUNASA SALDADO	40.747	42.681	38.949
ESE	INERGUS	9.747	9.792	9.701
ESE	SERGIPE SALDADO	57.329	57.597	57.062
EMR	SUDESTE	1.496	1.564	1.433

2024				
Empresas	Plano Beneficiário	Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,5% e 0,5%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,5% e 0,5%
EMT	CEMAT BD-I	2.471	2.552	2.394
EMT	CEMAT OP	19.374	20.006	18.773
EMT	RISCO	11.098	11.460	10.752
ESS	ELÉTRICAS BD	18.022	18.378	17.676
ESS	ELÉTRICAS OP	4.952	5.113	4.798
ESS	RISCO	3.620	3.739	3.508
ETO	ELÉTRICAS BD	1.407	1.435	1.379
ETO	ELÉTRICAS OP	36	37	35
ETO	RISCO	4.713	4.867	4.567
EMS	PLANO I	39.091	40.932	37.378
EMS	PLANO II	28.850	30.213	27.582
EPB	FUNASA DB-1	114.547	119.940	114.654
EPB	FUNASA SALDADO	40.681	42.681	38.949
ESE	BD-I - INERGUS	44.123	46.856	41.930
ESE	SERGIPE SALDADO	56.927	60.229	53.914
EMR	SUDESTE	1.543	1.616	1.475

Plano de benefícios e contribuições definidas

Os saldos dos planos de benefícios e contribuições definidas das controladas, é como segue:

Empresas	Contribuição anual	
	2025	2024
ESA	6.254	5.299
EMR	2.484	2.139
ESOL	1.671	1.743
ESE	3.059	3.056
EPB	5.147	4.307
ECOM	436	380
EPLAN	72	52
EMT	8.878	7.786
EAE	-	11
EMS	5.110	4.705
ETO	5.059	4.631
ESS	3.436	3.017
EAC	1.902	1.649
ERO	4.318	3.785
ESOLC	422	402
MULTI	99	31
GOIAS I	59	47
PARA I	28	19
ETT	47	27
EAM	367	317
ALSOL	533	274
LMTE	241	126
ESGAS	683	488
EPT	2	1
PARA II	43	18
EBIOGAS	143	-
EDISGAS	14	-
VOLTZ	1	-
REDE ENERGIA	-	3
LTTE	194	86
LTXE	239	121
Total	50.941	44.520

Em 2025 foi reconhecido um crédito na despesa de pessoal em contrapartida um ativo a receber do Fundo Patronal do plano de previdência, no montante de R\$250 (R\$130 em 2024) na controladora e R\$435 (R\$1.208 em 2024) no consolidado, valor originado da parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo e que possuía alguma restrição desse resgate das contribuições patronais.

35.2.2 Plano BD Inergus – avaliação atuarial

Nos últimos anos o contingente de obrigações do plano BD-1 – Inergus vinha crescendo desde a última migração em 2018 e a dívida dos participantes junto ao plano atingiu volumes expressivos, sendo necessário o funcionamento do Instituto Inergus, gestor do plano, por meio de fluxo de caixa garantido por adiantamentos da patrocinadora.

Diante desse contexto, o Instituto Inergus submeteu e obteve aprovação junto à patrocinadora a liberação de valores destinados à celebração de acordos com participantes e assistidos, e assim iniciar as negociações voltadas ao encerramento dos processos judiciais e à finalização do vínculo dos participantes com o Instituto (Plano BD-1).

As negociações envolveram 111 participantes e assistidos, sendo que foram aceitas 90 propostas e recusadas 21. Os acordos firmados somaram R\$62.021, incluindo os honorários advocatícios. O Instituto Inergus aguarda a liberação dos alvarás para levantamento dos depósitos judiciais relacionados aos processos negociados nos acordos e os valores levantados serão direcionados à patrocinadora.

Considerando as negociações realizadas, com a finalização do vínculo dos participantes e assistidos, consequentemente a redução das obrigações futuras refletidas nas provisões matemáticas, o resultado da

mensuração da avaliação atuarial no âmbito do CPC 33 (R1) / IAS 19, gerou na patrocinadora o valor de R\$32.756 reconhecido como *encurtamento/curtailment* do plano.

35.3 Prêmio/Gratificação de aposentadoria e indenização por tempo de serviço

A Companhia e suas controladas EMR, ESOL, ETO, ESE, ECOM, EPLAN e Parque Eólico Sobradinho, em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, prêmio/gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

Na controlada indireta ETO a gratificação varia de 2,0 a 5,5 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício – aposentadoria requerida. Os colaboradores admitidos após 1º de maio de 1997, não terão direito à essa gratificação.

Na Companhia e demais controladas o referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício – aposentadoria requerida. Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial:

	Controladora	
	2025	2024
Posição líquida em 2024 e 2023	5.609	6.697
Efeito em ORA	1.048	(1.974)
Contribuições da patrocinadora/Pagamentos vertidos no ano	-	-
Efeito no Resultado do Exercício	663	886
Posição líquida em 2025 e 2024	7.320	5.609
Circulante	802	663
Não Circulante	6.518	4.946

	Consolidado	
	2025	2024
Posição líquida em 2024 e 2023	20.270	21.803
Efeito em ORA	(244)	(4.196)
Contribuições da patrocinadora/Pagamentos vertidos no ano	(26)	(55)
Efeito no Resultado do Exercício	2.341	2.718
Posição líquida em 2025 e 2024	22.341	20.270
Circulante	2.452	2.342
Não Circulante	19.889	17.928

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2026, segundo critérios do CPC33 (R1) (IAS 19):

	Controladora	
	2026	
Custo do serviço corrente	248	
Custo dos juros	554	
Total de despesa a ser reconhecida	802	
	Consolidado	
	2026	
Custo do serviço corrente	651	
Custo dos juros	1.801	
Total de despesa a ser reconhecida	2.452	

35.4 Plano de saúde

A Companhia e suas controladas mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

Pós pagamento: As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

Pré pagamento: As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

A Companhia e suas controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 2025 as despesas com o plano de saúde foram de R\$183.661 (R\$102.592 em 2024), no consolidado. Inclui R\$3.718 (R\$3.686 em 2024) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego. Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	Controladora	
	2025	2024
Valor presente das obrigações no início do exercício	6.514	8.708
Custo do serviço corrente	136	243
Juros sobre obrigação atuarial	747	869
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(818)	(3.306)
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	6.579	6.514
Circulante	843	883
Não Circulante	5.736	5.631

	Consolidado	
	2025	2024
Valor presente das obrigações no início do exercício	131.556	162.093
Custo do serviço corrente	3.718	6.520
Custos dos juros	15.358	16.162
(Ganhos)/Perdas atuariais - ORA	(41.139)	(53.219)
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	109.493	131.556
Circulante	14.221	19.081
Não Circulante	95.272	112.475

Demonstração das despesas para os exercícios de 2026, segundo critérios do CPC33(R1) / (IAS 19):

	Controladora
	2026
Custo do serviço corrente	82
Custo dos juros	761
Total de despesa a ser reconhecida	843

	Consolidado
	2026
Custo do serviço corrente	1.564
Custo dos juros	12.657
Total de despesa a ser reconhecida	14.221

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2025			2024		
	UNIMED NACIONAL	BRABESCO	HAPVIDA	UNIMED NACIONAL	BRABESCO	HAPVIDA
I - VARIÁVEIS ECONOMICAS						
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	7,27%	7,40%	7,27%	7,40%	7,40%	7,46%
Expectativa de Inflação Futura	4,00%	4,00%	4,00%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,56%	11,70%	11,56%	11,70%	11,70%	12,30%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%	8,68%	8,68%	8,68%	8,68%	8,68%
Taxa de Rotatividade	(*)	(*)	28%	(*)	(*)	28,00%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator Envelhecimento	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS						
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2021		BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021
Tábua de Inválidos	M-85 por sexo	BR-EMS 2021	M-85 por sexo	M-85 por sexo	M-85 por sexo	M-85 por sexo
Entradas de Invalidez	LIGHT (Frac)	M-85 por sexo	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário	LIGHT (Frac)	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário

(*) As taxas de rotatividade entre as empresas com o mesmo plano apresentam variações. Em 2025 o intervalo foi de 6,00% a 18,50% e, em 2024 a variação foi de 6,00% a 18,50%.

36. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia e de suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

Ramos de seguros	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Total Prêmio - Controladora	
			2025	2024
Responsabilidade Civil geral	23/06/2027	90.000	-	68
Riscos Operacionais	22/06/2026	90.000	194	270
Auto - Frota	23/10/2026	Até 1.000/ veículo	28	33
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2028	269.774	738	664
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	2	3
Total (*)			962	1.038

Ramos de seguros	Data de vencimento	Importância Segurada	Total Prêmio - Consolidado	
			2025	2024
Seguro de Proteção de dados e Responsabilidade cibernética	25/08/2026	50.000	1.161	1.327
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	743	990
Riscos operacionais	15/09/2027	200.000	18.508	29.646
Responsabilidade civil geral	10/02/2028	10.000	86	-
Responsabilidade civil obras	11/10/2027	90.000	7.080	6.129
Auto - Frota	31/12/2026	20.000	479	557
Responsabilidade civil geral a 2º risco	23/10/2026	Até 1.000/ veículo	1.570	1.685
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	23/06/2027	10.000	206	166
Responsabilidade Civil Profissional (*)	-	-	-	2
Vida em grupo acidentes pessoais	31/01/2028	269.774	4.392	4.196
Transporte nacional	30/07/2026	Até 5.000/ viagem	147	223
Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	216	496
Aeronáutico - casco/LUC (*)	-	-	-	489
Responsabilidade do explorador ou transporte - R.E.T.A (Drones)	30/06/2026	1.157/drone	85	78
Riscos diversos (RD) equipamentos (*)	-	-	-	2.000
Compreensivo Empresarial	11/11/2026	20.375	28	452
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	30/06/2028	188.818	1.710	1.405
Total (*)			36.411	49.841

(*) Certos contratos a importância assegurada foi atualizada e substituída e o ramo de seguro aeronáutico não será mais renovado.

37. Compromissos – consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo:

37.1 Venda de energia elétrica

	Contrato de venda de energia - reais mil					
	Vigência	2025	2026	2027	2028	Após 2029
ECOM	2025 a 2039	1.118.699	631.750	458.324	307.606	1.313.478

37.2 Compra de energia elétrica

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo em 31 de dezembro de 2025 e foram homologados pela ANEEL.

	Contrato de compra de energia- reais mil ⁽¹⁾					
	Vigência	2025	2026	2027	2028	Após 2028
EMR	2025 a 2054	507.847	476.658	475.202	471.166	4.621.622
EPB	2025 a 2054	974.904	920.328	899.645	889.989	11.508.278
ESE	2025 a 2054	612.015	583.399	575.698	572.649	6.896.335
EMT	2025 a 2054	2.550.456	2.351.210	2.240.203	2.170.894	20.758.141
ETO	2025 a 2054	572.821	549.210	541.672	538.330	6.604.016
EMS	2025 a 2054	1.283.816	1.177.318	1.126.295	1.129.589	13.194.933
ESS	2025 a 2054	862.630	816.288	810.803	807.010	7.190.755
ECOM	2025 a 2039	1.147.798	625.908	440.998	292.213	1.306.115
ERO	2025 a 2054	1.002.525	927.753	893.870	890.979	14.147.968
EAC	2025 a 2054	323.058	305.045	294.930	292.961	4.594.942
		9.837.870	8.733.117	8.299.317	8.055.781	90.823.104

⁽¹⁾ Não inclui os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

37.3 Locação de áreas para a implantação de usinas fotovoltaicas

	Locação de áreas para a implantação de usinas					
	Vigência	2025	2026	2027	2028	Após 2028
ALSOL	2025 a 2051	4.121	4.155	4.101	4.152	71.134

Refere-se aos valores dos contratos de locação das áreas para implantação das Usinas Fotovoltaicas.

37.4 Contratos de suprimento de gás natural - segmento não térmico

Para distribuição do gás canalizado aos clientes ligados a rede de distribuição, a controlada ESGÁS possui Contratos de Compra e Venda de Gás Natural na Modalidade Firme Inflexível. Com a possibilidade de redução de volume nos contratos de fornecimento de gás devido à migração de clientes para o mercado livre, em novembro de 2024 ocorreram alterações nas Quantidades Diárias Contratada (QDC) de todos os contratos. A redução foi aplicada de forma proporcional a cada um, conforme as tabelas atualizadas abaixo:

	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029
QDCF (m³ /Dia)	332.000	371.999	372.000	372.000	372.000	1.383.198
QDCP (m³ /Dia)	100.000	-	-	-	-	-
Total (m³ /Dia)	432.000	371.999	372.000	372.000	372.000	1.383.198

37.5 Contratos de suprimento de gás natural - segmento térmico

Para o segmento termelétrico no mercado cativo, a ES GÁS mantém um contrato de fornecimento de gás celebrado para fornecimento de gás canalizado:

	Volume (m³ /Dia)
Mercado Cativo	1.100.00
Mercado Livre	800.000

38. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	2025	2024
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão – Bifurcação de Ativos	2.654.222	2.265.701
Ativo financeiro indenizável da concessão – Valor justo ativo indenizável	630.301	616.718
Remuneração do ativo de contrato – transmissão de energia elétrica	795.346	931.315
Receita de construção, margens e ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	98.419	146.048
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo – Distribuidoras e demais empresas	402.498	445.796
Fornecedores a prazo – Transmissoras	24.929	65.588
Incorporação de redes	159.417	168.429
Arrendamento mercantil	37.159	57.275
Atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado, intangível e ativo contratual – Infraestrutura em construção – Distribuidoras e demais empresas	(402.498)	(445.796)
Aplicações em linhas de transmissão de energia	(24.929)	(44.038)
Incorporação de redes	(159.417)	(168.429)
Intangível	(37.159)	(57.275)
Provisão encerramento de obra	-	21.550
Combinação de negócios		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-	604
Clientes, consumidores e concessionárias	500	1.241
Estoque	217	750
Devedores diversos	282	1.004
Tributos a recuperar	833	115
Outros ativos circulantes	-	18.384
Outros ativos não circulantes	-	510
Investimentos	-	396.555
Imobilizado	27.723	62.531
Intangível – contrato de concessão	-	544.565
Intangível –softwares e outros	-	64.436
Fornecedores	-	805
Passivos operacionais	743	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	3.018	3.132
Obrigações trabalhistas	-	24
Impostos e contribuições sociais	4.728	445
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	194.817
Outros passivos	-	1.373

39. Eventos subsequentes

39.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as controladas distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde a ser aplicada para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2026, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

39.2 Reajuste tarifários – controlada ESGÁS

A ARSP, através da Decisão ARSP/DG nº 001, de 19 de janeiro de 2026, aprovou o reajuste tarifário do segmento não termoeletrônico da companhia com vigência para o período de 01 de fevereiro de 2026 a 30 de abril de 2026. O efeito médio a ser percebido pelo consumidor será uma redução de 2,47%.

39.3 Emissão de Debêntures

Em 20 de fevereiro de 2026, a controlada indireta EMT, efetuou a 27ª emissão de debêntures, em série única, no montante de R\$ 370.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2045 e remuneração de IPCA mais 7,47% ao ano. Os recursos foram destinados ao financiamento futuro dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica de titularidade da Emissora.

Em 20 de fevereiro de 2026, a controlada indireta ETO, efetuou a 14ª emissão de debêntures, em série única, o montante de R\$ 460.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2045 e remuneração de IPCA mais 7,50% ao ano. Os recursos foram destinados ao financiamento futuro dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica de titularidade da Emissora.

Em 20 de fevereiro de 2026 a controlada direta EAC, efetuou a 7ª emissão de debêntures, em série única, o montante de R\$ 220.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2045 e remuneração de IPCA mais 7,50% ao ano. Os recursos foram destinados ao financiamento futuro dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica de titularidade da Emissora.

Em 03 de março de 2026 a controlada indireta EMS teve a liberação de R\$144.000 referente à segunda parcela do contrato Nº 23.2.0329-1 de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES firmado em 06 de fevereiro de 2024

39.4 Debêntures Incentivadas

Em 10 de março de 2026, a controlada EPB, efetuou a 18ª emissão de debêntures incentivadas no montante de R\$ 250.000 em duas séries, sendo (i) 1ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2036 e remuneração de IPCA + 6,67% a.a.; (ii) a 2ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2041 e remuneração de IPCA + 6,55% a.a..

Em 10 de março de 2026, a controlada EMT, efetuou a 28ª emissão de debêntures incentivadas no montante de R\$ 1.000.000 em duas séries, sendo (i) 1ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2036 e remuneração de IPCA + 6,67% a.a.; (ii) a 2ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2041 e remuneração de IPCA + 6,55% a.a..

Em 10 de março de 2026, a controlada ESE, efetuou a 15ª emissão de debêntures incentivadas no montante de R\$ 200.000 em duas séries, sendo (i) 1ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2036 e remuneração de IPCA + 6,67% a.a.; (ii) a 2ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2041 e remuneração de IPCA + 6,55% a.a..

Em 10 de março de 2026, a controlada ETO, efetuou a 15ª emissão de debêntures incentivadas no montante de R\$ 330.000 em duas séries, sendo (i) 1ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2036 e remuneração de IPCA + 6,67% a.a.; (ii) a 2ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2041 e remuneração de IPCA + 6,55% a.a..

39.5 Pagamentos de dividendos - controladas

Em 12 de março de 2026, a Administração das controladas aprovou a distribuição de dividendos com base no lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado a seguir:

Controladas	Valor de dividendos (R\$)	Valor dos dividendos por ação (R\$)	Tipo de Ação	Data de Pagamento
Rede Participações	256.820.423,90	0,100000000	ON	11/04/2026
Denerge	72.200.000,00	92,975459372	ON	a partir de 13/03/2026
Energisa Transmissão de Energia	100.000.000,00	0,035629773	ON	a partir de 13/03/2026
Gemini	103.006.019,69	0,042600601	ON	a partir de 20/03/2026
EPNE	260.000.000,00	0,273635739	ON e PN	a partir de 20/03/2026

Controladas	Valor de dividendos (R\$)	Valor dos dividendos por ação (R\$)	Tipo de Ação	Data de Pagamento
QMRA	220.497,92	0,050441423	ON	a partir de 27/03/2026
Energisa Paraíba	161.039.808,69	153,738901974	ON	a partir de 13/03/2026
Energisa Sergipe	88.037.448,18	450,298698167	ON	a partir de 13/03/2026
Energisa Mato Grosso	166.873.761,46	0,762182715	ON e PN	10/04/2026
Energisa Minas Rio	19.730.411,81	18,635272737	ON	a partir de 13/03/2026
Energisa Sul-Sudeste	16.864.293,95	173,658187969	ON	a partir de 13/03/2026
Energisa Acre	26.370.828,68	0,020216431	ON	a partir de 13/03/2026
Energisa Transmissora Pará I	8.597.087,12	0,053539126	ON	a partir de 20/03/2026
Energisa Transmissora Goiás I	17.434.765,14	0,067019913	ON	a partir de 20/03/2026
Energisa Tocantins Transmissora I	2.547.380,08	0,004531840	ON	a partir de 20/03/2026
Energisa Tocantins Transmissora II	2.000.000,00	0,035042840	ON	a partir de 20/03/2026
Energisa Amazonas Transmissora I	1.933.453,53	0,003312321	ON	a partir de 20/03/2026
Energisa Amazonas Transmissora II	5.607.425,37	0,052738045	ON	a partir de 20/03/2026
Linha de Macapá Transmissora	26.032.421,83	0,039028345	ON e PN	a partir de 13/03/2026
Linha de Xingu Transmissora	17.764.006,41	0,028084094	ON e PN	a partir de 13/03/2026
Energisa Maranhão Transmissora	4.283.050,76	1,751093658	ON	a partir de 20/03/2026
Plena Op. Manut. Trans. Energia	93.471,44	0,010808261	ON	a partir de 27/03/2026
ES Gás	7.890.889,53	0,012403825	ON	a partir de 13/03/2026
Energisa Distribuidora de Gás - EDG	63.004.287,27	0,036288788	ON	a partir de 20/03/2026
Lurean	1.077.690,54	0,036892231	ON	a partir de 27/03/2026
Energisa Soluções	13.609.647,56	0,077025080	ON	a partir de 20/03/2026
Energisa Soluções Construções	3.360.197,48	0,059996793	ON	a partir de 20/03/2026
URB	1.911.796,85	0,178298360	ON	a partir de 27/03/2026
Reenergisa I	1.242.081,64	0,150166791	ON	a partir de 27/03/2026
Reenergisa II	3.799.734,14	0,308672579	ON	a partir de 27/03/2026
Renesolar	3.104.813,99	7,863354295	ON	a partir de 27/03/2026
Flowsolar	6.035.136,54	1,867959612	ON	a partir de 27/03/2026
Reenergisa IV	2.276.688,63	0,369092238	ON	a partir de 27/03/2026
Reenergisa V	1.790.715,70	0,056495984	ON	a partir de 27/03/2026
Reenergisa VI	1.057.245,27	0,120330139	ON	a partir de 27/03/2026
Reenergisa VII	2.390.720,82	0,378344402	ON	a partir de 27/03/2026
Reenergisa VIII	1.597.841,02	0,191995747	ON	a partir de 27/03/2026

39.6 Distribuição de dividendos do saldo da conta de retenção de lucros

O Conselho de Administração da controlada ESE em reunião realizada em 12 de março de 2026, aprovou a distribuição de dividendos apurados em saldo de reserva de retenção de lucro no montante de R\$49.707.827,23, equivalentes a R\$254,248281307 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir do dia 13 de março de 2026, com base na posição acionária da Companhia em 12 de março de 2026, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 12 de março de 2026.

Ricardo Perez Botelho

Diretor Presidente

Mauricio Perez Botelho

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas

Rodolfo da Paixão Lima

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Contador – CRC RJ 107.310/O-0 "S" MG

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 12 de março de 2026.

Ricardo Perez Botelho

Diretor Presidente

Mauricio Perez Botelho

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas

Rodolfo da Paixão Lima

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Contador – CRC RJ 107.310/O-0 “S” MG

Conselho de Administração

(Eleição na AGOE 2025)

Omar Carneiro da Cunha Sobrinho

Presidente

Ricardo Perez Botelho

Vice-Presidente

Jose Antonio de Almeida Filippo

Conselheiro Independente

Rogério Sekeff Zampronha

Conselheiro Independente

Luciana Oliveira Cezar Coelho

Conselheiro Independente

Armando de Azevedo Henriques

Conselheiro Independente

Luiz Eduardo Froés do Amaral Osorio

Conselheiro Independente

Diretoria Executiva

Ricardo Perez Botelho

Diretor Presidente

Mauricio Perez Botelho

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas

Rodolfo da Paixão Lima

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Contador - CRC RJ 107.310/0-0 "S" MG



Energisa S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Energisa S.A.
Cataguases - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Energisa S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Energisa S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede de energia

Por que é um PAA

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 28 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas concessionárias de distribuição registram mensalmente no consolidado o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade da rede de energia por meio da emissão das faturas de contas de energia elétrica, conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização da quantidade de energia faturada deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pelas controladas incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo do faturamento e reconhecimento de energia elétrica; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede de energia estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios

Por que é um PAA

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem diversos processos e/ou questionamentos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios (doravante “provisão para riscos”), cujos desfechos não estão totalmente sob controle delas e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus advogados, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos, cujas perdas são consideradas prováveis.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e a elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos principais processos e/ou questionamentos em curso, em base amostral; (c) conciliação e verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia e de suas controladas com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus advogados sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (e) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificados ajustes imateriais não corrigidos, que resultaram em deficiências nos controles internos relacionadas ao reconhecimento da provisão para riscos. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua natureza e extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as respectivas salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4